UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RENATO ABRAMOWICZ SANTOS

Cartografias políticas de uma ocupação –
cotidiano, território e conflito

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2018

RENATO ABRAMOWICZ SANTOS

Cartografias políticas de uma ocupação –

cotidiano, território e conflito

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação da Profa. Dra. Vera da Silva Telles.

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237c Santos, Renato Abramowicz
Cartografias políticas de uma ocupação: cotidiano, território e conflito / Renato Abramowicz Santos ; orientadora Vera da Silva Telles. - São Paulo, 2018. 281 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Ocupações. 2. Centro de São Paulo. 3. Produção do espaço urbano. 4. Mobilidades urbanas. 5. Conflito urbano. I. Telles, Vera da Silva, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Renato Abramowicz Santos

Título: Cartografias políticas de uma ocupação – cotidiano, território e conflito

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Sociologia, sob orientação da Profa. Dra. Vera da Silva Telles.

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

*Às pessoas que percorrem a vida em busca
de um lar.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à FAPESP (processo nº 2015/15573-1, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pela concessão da bolsa que me permitiu realizar esta pesquisa e também pelas oportunidades de interlocução com o/a parecerista. À CAPES, pela bolsa nos primeiros meses do mestrado.

À Vera da Silva Telles, minha orientadora, pelo acolhimento e orientação, desde o início e desde então, sempre generosos; com quem aprendi a percorrer e enxergar, de outras maneiras, a cidade.

Agradeço, na figura do Gustavo Mascarenhas, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, aos seus funcionários e professores.

Às professoras Bianca Freire-Medeiros, Patricia Birman, Taniele Rui e ao professor Gabriel Feltran, que participaram da banca de qualificação e de defesa, agradeço muito pela leitura, comentários e sugestões preciosos para o desenvolvimento da pesquisa e deste texto.

Aos colegas do grupo de pesquisa “Cidade e Trabalho” cujas reuniões são um importante espaço de formação, acadêmica e política. Agradeço a Juliana Machado, Andrea Roca, Carlos Freire, Rafael Godoi e Fábio Mallart por terem lido e discutido os textos do projeto e da qualificação (no antigo Al Jannah); essas foram oportunidades muito importantes para o aprofundamento deste trabalho.

Aos interlocutores externos à ocupação que me ajudaram com entrevistas, informações e conversas: ao Dito, guerreiro incansável; ao Luiz Kohara, sempre muito atencioso; à advogada Rosângela, pelo empenho com que trabalha no processo jurídico da Mauá; ao Manoel Del Rio; a Luciana Bedeschi e Alderon Costa.

Agradeço também às companheiras e companheiros que tive o prazer de conhecer e trabalhar no âmbito do Conselho Gestor dos Campos Elíseos: Talita Gonsales e Natalina Ribeiro, grandes parceiras; Carmen Silva e Jackson Douglas, Cosme Aleixo e Janaína Xavier, Letícia Sigolo e Beatriz Kara, Vitor Nisida e Simone Gatti, a quem agradeço também a intermediação pela Mauá.

A Tereza, Marina, Thiago e Vanessa pelo esforço e parceria para fazer as coisas acontecerem e para tentar evitar o pior.

Às companheiras e companheiros da Escola Margarida Maria Alves: pelas aulas e ocupas. Aos amigos do cursinho da “Vila Nova Palestina” do MTST e companheiros da UNEafro. A Rose, Gabriel, Helena e André com quem aprendi o que significa ser educador – e a beleza que há nisso.

Aos amigos de longa data de São Carlos. Aos de São Paulo: aos que conheci nas correrias da vida, aos de Relações Internacionais, aos amigos com quem morei junto. Em especial, aos que estiveram mais perto ao longo desse processo: Giulia, Ricardo, Wanderson e Laura.

Ao Aurélio pelo trabalho de revisão e suporte, não só técnicos.

À minha família, agradeço em nome de meus avós: Bela e José, Araci e Cazuza – eles também filhos dessa errância por um lar pelos sertões do mundo.

Aos meus irmãos, Eduardo e Diana. Por – cada um do seu jeito e do lugar onde está – sempre nos acompanharmos; pelo companheirismo e carinho imensos.

A meu pai, Vinício, por sua trajetória de vida e referência. À minha mãe, Anete, pelo apoio e afeto incondicionais, que são recíprocos.

À Lada, mala draga, pelas garupas nessa vida.

Agradeço especialmente a Neti e Nelsão – meu respeito e admiração profundos –, a Elizete, Natália, Nice, Albano, Lua, Benjamin, Pica Pau, Suely, Vera Lúcia, Bia e Bianca, Samara, Robson, Emanuel, Willian, Ivanilda, Silmara, Gerlane, Alexandre, às crianças da ocupação, às famílias e a todos os moradores da Mauá. Este trabalho é uma pequena homenagem à força de vocês.

“Devo incluir-me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo.”

Carolina Maria de Jesus, *Quarto de despejo*, 1960.

“Mas a lógica dos escolhidos do Bom Jesus não era desta terra. A guerra que eles travam era só na aparência a do mundo exterior, a guerra dos fardados contra andrajosos, a do litoral contra o interior, a do novo Brasil contra o Brasil tradicional. Todos os jagunços tinham consciência de ser apenas fantoches de uma guerra profunda, intemporal e eterna, a do bem e do mal, que se vinha travando desde o princípio do tempo.”

Mario Vargas Llosa, *A guerra do fim do mundo*, 1981.

*“Tentar nos derrubar é secular
Hoje chegam pelas avenidas, mas já vieram pelo mar”*

Raphão Alaafin em *Mandume*, Emicida, 2016.

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar as ocupações de imóveis no centro de São Paulo, tomando como campo empírico para investigação a ocupação Mauá, localizada na rua de mesmo nome, em frente à Estação da Luz, na região da Luz. A pesquisa pretendeu compreender as ocupações a partir de dimensões urbanas e políticas nelas envolvidas e por elas produzidas, em um plano de referência mais amplo no qual estão inseridas: a cidade. Esta pesquisa pretende avançar essa investigação encarando a ocupação não apenas como cenário dos acontecimentos, mas como espaço de integração e produção de relações, dinâmicas e arranjos, políticos e urbanos, ao redor do qual uma série de outros atores, coletivos e circuitos se atravessam, se sobrepõem e se transformam. A ocupação se integra e é afetada pela cidade, do mesmo modo que aquilo que se articula a partir dela também se projeta e se conecta com outras territorialidades, agentes e acontecimentos que constituem esse plano mais amplo e comum em que estão inseridos. Para dar conta de acompanhar e descrever essas escalas variadas de dimensões, realizou-se, nesta pesquisa, uma etnografia desenvolvida a partir da ocupação. As trajetórias sociais, mobilidades e percursos urbanos, circuitos de trabalho e sociabilidade construídos pelos ocupantes são também aspectos fundamentais na construção de cartografias urbanas e políticas que esta pesquisa buscou também reconstituir. A partir da ocupação, compreendida como ponto de onde partem e convergem diversas linhas que compõem uma trama de atores, percursos, eventos e práticas, em escalas variadas, buscou-se observar ainda as diferentes dinâmicas conflitivas que emergem desse campo gravitacional que ela representa, inserida, ela também, em uma região saturada de linhas de força e de conflito que é a da região da Luz.

Palavras-chaves: ocupações; centro de São Paulo; produção do espaço urbano; mobilidades urbanas; conflito urbano.

ABSTRACT

This work aims at analyzing the process of building occupation in São Paulo, which was substantially expanded during the second half of 1990s. By analyzing « Ocupação Mauá», took as the field of this empirical research, this work aims at understanding the different urban e political dimensions of the squat buildings in São Paulo, which are related to the historical issue of popular housing policy in the city. The squat buildings by housing social movements follow this long lineage; however, there are new forms and dynamics of production of the urban space that need to be set out. On the one hand, this work takes the city as reference plane and as part of a bigger urban mesh, in relation to other events, movements and actors that dispute over other forms of ownership and management of the city, seen here as a conflict space. On the other hand, this research aims at understanding the dimension of the conflict in the production of urban spaces. The conflicted relations with the State and its operators mark the daily life of a squat building, its interactions and local agencies. By this occurs the creation of a gravitational field in which are added a big amount of different movements (political, juridical, cultural). Thus, the occupations not only are transformed into places of experimentation and creation, but also into places of dispute for the production of space. Center and connector of different subjects, movements and experience, an squat building is crossed by these lines and paths, transversally, in its territoriality. These fragments and clues will be gathered by an ethnographic research and the reconstitution of the occupants' trajectory.

Key words: squatting; downtown São Paulo; production of urban spaces; urban mobilities; urban conflict.

LISTA DE SIGLAS

ABNT Associação Brasileira de Normas e Técnicas

ASTCSP Associação Sem-Teto da Cidade de São Paulo

AVC Associação Viva o Centro

BID Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH Banco Nacional da Habitação

CEF Caixa Econômica Federal

CMH Conselho Municipal de Habitação

CMP Central de Movimentos Populares

CNJ Conselho Nacional de Justiça

COHAB Companhia Metropolitana de Habitação

CPTM Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

EJA Educação de Jovens e Adultos

FAU Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FCV Fórum Centro Vivo

FDS Fundo de Desenvolvimento Social

FGTS Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FLM Frente de Luta por Moradia

FMH Fundo Municipal de Habitação

GARMIC Grupo de Articulação para Conquista de Moradia para o Idoso da Capital

GCM Guarda Civil Metropolitana

GRIST Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem-Teto

HIS Habitação de Interesse Social

HMP Habitação de Mercado Popular

IPTU Imposto Predial e Territorial Urbano

MMC Movimento de Moradia do Centro

MMLJ Movimento de Moradia na Luta por Justiça

MMRC Movimento de Moradia Região Centro

MPL Movimento Passe Livre

MSTC Movimento Sem-Teto do Centro

MTST Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto

PAR Programa de Arrendamento Residencial

PDE Plano Diretor Estratégico

PIU Projeto de Intervenção Urbana

PMCMV Programa Minha Casa Minha Vida

PPP Parceria Público-Privada

PRIH Perímetros de Recuperação Integrada de Hábitat

PUC Pontifícia Universidade Católica

PT Partido dos Trabalhadores

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira

SEHAB Secretaria Municipal de Habitação

TJ Tribunal de Justiça

SECOVI-SP Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo

STF Supremo Tribunal Federal

ULC Unificação das Luta de Cortiços

UMM União dos Movimentos de Moradia

USP Universidade de São Paulo

ZEIS Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Questões de pesquisa.....	18
Aportes metodológicos.....	23
Apresentação das partes da dissertação.....	28
PARTE I.....	30
O campo empírico: a ocupação Mauá.....	31
Na região central de São Paulo, ocupações, apropriações e disputas são travadas.....	47
Apresentação do percurso e trajetória em campo do pesquisador.....	95
PARTE II.....	100
No cotidiano da ocupação.....	101
Um campo de gravitação.....	150
Cartografias urbanas e políticas.....	167
Diferentes dimensões do conflito.....	211
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	253
Uma nota final.....	256
REFERÊNCIAS.....	273
ANEXOS.....	279

INTRODUÇÃO

Enquanto esta pesquisa era finalizada, ao longo do primeiro semestre de 2017, uma série de eventos ligados, direta ou indiretamente, ao tema das ocupações e dos movimentos de moradia que as organizam, e à região da Luz, em São Paulo, foram ocorrendo e se sucedendo, desde janeiro. Trago, nesta parte de abertura, de forma breve, esses diversos acontecimentos que afetaram a cidade de São Paulo. A relação entre esses eventos e o tema das ocupações, se não é evidente à primeira vista, será abordada e desenvolvida ao longo do trabalho que se segue.

Desde o começo do ano, em janeiro, quando tomou posse a gestão municipal de João Doria (PSDB), ocorreram ações na região conhecida como “cracolândia”, no bairro dos Campos Elíseos, muitas em parceria com o governo estadual de Geraldo Alckmin (PSDB). Algumas pontuais, outras mais ostensivas, a repetição se seguiu até a virada do primeiro dia do evento organizado pela prefeitura, a Virada Cultural, no dia 21 de maio de 2017, quando uma megaoperação eclodiu na região, pegando a todos de surpresa. Centenas de policiais, da Polícia Civil e Militar, intervieram na área do “fluxo” da “cracolândia” com a justificativa de combater o tráfico de drogas e prenderam, agrediram, expulsaram, dispersaram centenas de pessoas, moradores, comerciantes e circulantes. Nos dias seguintes, moradias e comércios foram interditados, concretados e alguns demolidos – com pessoas dentro, inclusive. O antigo programa municipal de saúde e assistência social, De Braços Abertos¹, teve seu fim decretado, assim como, em um de seus primeiros pronunciamentos após a operação, o prefeito chegou a declarar que “a crackolândia acabou”. Foi também nos discursos, principalmente, nos primeiros pós-operação, que o termo “Nova Luz” voltou a circular de forma aberta e oficial².

A pressa com que as ações aconteciam e o grande número de conflitos, confusões e críticas à operação – inclusive da secretária municipal de Direitos Humanos

---

¹ Sobre os programas desenvolvidos na área, ver NASSER (2016).

² <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886039-apos-acao-policial-secretario-de-doria-diz-que-nao-vai-mais-ter-cracolandia.shtml> e <http://noticias.band.uol.com.br/brasilurgente/videos/16224112/doria-acabou-a-cracolandia-agora-e-nova-luz.html>. Acessado em 4 de julho de 2017.

que se demitiu³ – demonstravam o despreparo com que tudo foi conduzido. Por conta da truculência, da falta de diálogo e de informações, confrontos e resistências começaram a se intensificar, agravadas pela proibição de moradores, trabalhadores e circulantes em permanecer na área e ter acesso a seus bens, e também pela tentativa por parte do prefeito em obter na Justiça permissão para a internação compulsória de indivíduos. Cada ação do poder público gerava uma reação por parte da Defensoria Pública ou Ministério Público, travando e truncando o desenrolar do processo.

Seguido então os primeiros momentos de choque e indignação, diferentes atores e coletivos, usuários de crack, moradores e comerciantes da região, advogados e defensores públicos, ativistas (sobretudo o coletivo que vinha desenvolvendo trabalhos na região, “A Craco Resiste”), mídias e outros movimentos, inclusive os de moradia, foram se organizando e articulando para barrar essas intervenções sentidas como extremamente truculentas. Mais adiante, neste trabalho, esses desdobramentos serão apresentados com mais detalhes.

Em 17 de janeiro de 2017 também ocorreu a reintegração de posse da ocupação Colonial do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em São Mateus, zona leste da cidade. Cerca de 700 famílias e mais de 6 mil pessoas moravam há mais de um ano e meio em um terreno que estava abandonado há 40. A reintegração foi violenta, com uso do Choque da Polícia Militar. Depois de retirados os moradores, suas casas foram demolidas. Alguns integrantes do MTST foram presos, dentre eles o coordenador nacional do movimento, Guilherme Boulos, todos depois liberados. Foi esse mesmo movimento que organizou no final do mês de abril uma ocupação em plena avenida Paulista para pressionar o governo federal de Michel Temer a retomar a contratação de moradias populares por meio do Programa Minha Casa Minha Vida – mais adiante também discutiremos melhor o PMCMV. Em frente ao escritório da Presidência da República em São Paulo, lonas e madeiras montadas criaram um acampamento mantido pelos militantes do MTST. Uma série de eventos, atividades culturais, rodas de capoeira, DJs e rappers, seminários, aulas públicas se realizaram naquele espaço, na esquina da Paulista com a rua Augusta. Em um dos cruzamentos mais movimentados e ricos da cidade, quem passasse por ali ou saísse pela estação Consolação da linha verde do metrô saíria no meio de uma ocupação de sem-tetos. O contato, para não dizer

---

³ <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1889179-doria-tem-um-senso-de-urgencia-que-e-equivocado-diz-ex-secretaria.shtml>. Acessado em 4 de julho de 2017.

choque, se impôs sem alternativa com uma ocupação em um dos cartões-postais da cidade. Depois de 22 dias, o governo cedeu e prometeu retomar a contratação de moradias na Faixa 1 (renda até R\$ 1.800) do programa.

Em março, ocorreu a comemoração dos dez anos de existência da ocupação Mauá. Em uma sexta-feira à noite, uma festa foi organizada no pátio da ocupação. Música ao vivo, DJs e cantores, jogo de luzes e barracas com comidas e bebidas mantidas pelos próprios moradores. Antes dos parabéns, uma fala de agradecimento e de rememoração dessa história, feita pela coordenadora-geral da ocupação, Ivaneti de Araújo, para que, depois de todos cantarem os parabéns, os coordenadores dos três diferentes movimentos de moradia que compõem a Mauá cortassem juntos o bolo, feito por um morador, rodeado pelas crianças da ocupação, no qual podíamos ver estampada uma foto do prédio abandonado dez anos atrás, antes da entrada dos ocupantes, ao lado de uma foto do prédio hoje em dia, pintado e cuidado pelos atuais moradores da ocupação Mauá. Embaixo, o nome dos três movimentos que a compõem: MMLJ, MMRC e ASTC-SP.

Em março, também foi a estreia do filme *Era o Hotel Cambridge* (Aurora Filmes), de Eliane Caffé. O filme tem como cenário e ator principal a ocupação Hotel Cambridge, coordenada por Carmen Silva e ligada à FLM (Frente de Luta por Moradia), e nele atores, moradores, estrangeiros e refugiados participam e apresentam muitas narrativas que se abrigam naquele prédio. O filme é uma espécie de experimento em que realidade e ficção se atravessam, tanto na tela quanto fora dela, e – como acontece também com as ocupações na vida real – possibilitou uma ampla articulação de diferentes frentes para a sua realização: uma frente audiovisual (diretores, atores, produtores, roteiristas, equipe de som e de iluminação, etc.); articulada à frente do movimento de moradia, composta pela FLM e pelos próprios moradores da ocupação Cambridge; junto da frente dos refugiados, organizados pelo GRIST (Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem-Teto); e, quarta frente, a Escola da Cidade, que fez parte da produção técnica do filme (figurino, cenário, montagens, reformas na estrutura da ocupação...), contando com o trabalho de alguns alunos da própria faculdade sob a direção de Carla Caffé, diretora de arte e irmã da diretora do filme, que, inclusive, lançou um livro, publicado pelo Sesc São Paulo, narrando todo o processo (CAFFÉ, 2017).

Ainda, os eventos de divulgação do filme, com exibição do making of seguido de bate-papo, também demonstraram uma ampla circulação e articulação que o filme e o tema possibilitavam: discussões com pessoas ligadas ao audiovisual, com urbanistas e arquitetos, nas ocupações e com os movimentos de moradia, inclusive, essa foi uma das atividades culturais de um dos dias na ocupação do MTST na Paulista. O filme e as atividades de divulgação deram grande visibilidade para o tema por meio de uma linguagem acessível e envolvente, como é a do cinema.

No final de março, ainda houve intensa mobilização por conta da iminência da reintegração de posse da ocupação São João, da FLM, situada na avenida de mesmo nome, número 588. Com sete anos de existência e 81 famílias vivendo no lugar, viram-se ameaçadas de perder tudo com a possibilidade de entrada do Choque da Polícia Militar. A ameaça de reintegração de posse é o momento maior em que a rede estabelecida ao redor de uma ocupação é ativada e potencializada, ampliando-a com uma série de novas articulações pontuais que emergem nessa situação dramática de grande risco. A realização de eventos culturais, ações em diferentes âmbitos (político, jurídico, mídia, etc.) e atos de rua são os acontecimentos mais comuns de acontecer nesses episódios. Nesse momento, contaram com o apoio da diretora do filme *Era Hotel Cambridge*, Eliane Caffé, que desde a realização deste passou a atuar mais ativamente próxima às ocupações, sobretudo as ligadas à FLM. Com a intensa mobilização, a reintegração foi adiada, mas não suspensa. Atualmente, são sete ocupações da FLM ameaçadas de reintegração de posse, sendo cinco situadas na área central da cidade. Para seguir a cronologia dos eventos, repito que dia 21 de maio estourou a megaoperação na região conhecida como “cracolândia”, colocando toda a região da Luz em alerta, e provocou, como já mencionado, uma série de novas articulações e mobilizações envolvendo diferentes atores. No dia 6 de junho de 2017, o juiz Carlos Eduardo Borges Fantacini, da 26ª Vara Cível do Foro Central da Capital, acatou o pedido do desembargador Simões de Vergueiro e determinou a reintegração de posse da Mauá com “reiterada autorização para arrombamento e emprego de força policial”. Então, alguns meses depois de completar uma década de existência, a continuidade e o futuro da ocupação e suas famílias encontravam-se, novamente, ameaçados.

Após essa breve apresentação, é necessário justificar por que optei por abrir esse trabalho com esse panorama geral de eventos, descritos de forma dispersa e pouco articulada entre si, mas em conjunto. De um lado, demonstram a importância e evidência que as ocupações adquiriam no cenário e agenda políticos e urbanos da cidade de São Paulo. De outro, tendo ocorrido no momento em que essa pesquisa estava sendo concluída, esses acontecimentos reforçaram a percepção inicial que moveu esta pesquisa: a de que as ocupações de moradia efetivamente se situam no epicentro do conflito urbano. Portanto, vejamos as hipóteses e questões de pesquisa que sustentaram e atravessaram todo o presente trabalho, desde a sua formulação.

Bolo feito por morador da Mauá para a comemoração de dez anos da ocupação. Vemos, à esquerda no bolo, uma imagem do prédio antes de ser ocupado e, à direita, a imagem do imóvel pós-ocupação, já pintado e cuidado. Embaixo as siglas dos três movimentos que compõem a Mauá: MMLJ, ASTC-SP e MMRC.

I) Questões de pesquisa

As questões que nortearam esta pesquisa, desde a formulação do projeto, sustentam-se ao redor de algumas linhas que buscam compreender as ocupações de moradia no centro de São Paulo a partir de dimensões urbanas e políticas. Trata-se de colocar no foco da atenção os processos situados, dinâmicas urbanas territorializadas, as práticas, as teias de relações que produzem esses espaços e que eles próprios também produzem (AGIER, 2013; 2015). A rigor, na lógica urbana processual enfatizada por Michel Agier, esses lugares supostamente transitórios e precários produzem relações

sociais, tecem redes ampliadas de interações com o entorno, afetam as dinâmicas urbanas locais, criam fatos políticos e estabelecem procedimentos e agenciamentos locais em interação com poderes públicos, grupos sociais, movimentos políticos.

Esta pesquisa buscou acompanhar e descrever as relações e circuitos estabelecidos em torno de e a partir da ocupação Mauá e de seus ocupantes, que produzem tanto novos arranjos, articulações e dinâmicas quanto colocam em relação esse espaço com outras territorialidades e atores que pertencem a um plano urbano e político, mais amplo e comum, que é o da cidade. E ao integrar esse “grande tecido urbano” (BRENNER, 2013), não só fazem parte da dinâmica de produção do espaço, como também da disputa em torno dessa própria produção e de seus modos de apropriação (BRENNER, 2013). Conforme afirma Neil Brenner (2013), a noção do urbano permanece como uma ferramenta crítica fundamental para compreender e analisar aquilo que para ele é a problemática central do processo de urbanização planetária atual: “o contínuo processo de destruição criativa do espaço político-econômico sob o capitalismo” e o diagrama das desigualdades sociais e urbanas que também se aprofundaram no mesmo passo em que se globalizaram, assumindo, no entanto, configurações espaciais diferenciadas conforme as regiões (BRENNER, 2013, p. 94, tradução livre).

Em relação a essa “destruição criativa”, David Harvey (2014) afirmou que, historicamente, “a urbanização desempenhou um papel crucial na absorção dos excedentes de capital, e que o tem feito em escala geográfica cada vez maior, mas ao preço de processos florescentes de destruição criativa que implicam a desapropriação das massas urbanas”, o que, periodicamente, provoca rebeliões (HARVEY, 2014, p. 59-60). Geralmente, coloca o autor, na recorrência dessa reestruturação urbana decorrente da “destruição criativa”, “são os pobres, os desprivilegiados e marginalizados do poder político os que sofrem mais que quaisquer outros com esse processo. A violência é necessária para construir o novo mundo urbano sobre os escombros do antigo” (HARVEY, 2014, p. 50), episódios os quais a história nos legou inúmeros: das paradigmáticas reformas do barão Haussmann na Paris da segunda metade do século XIX ao “urbanismo renovado” da cidade olímpica do Rio de Janeiro do século XXI.

Nas últimas décadas, vivemos a “fase neoliberal, pós-modernista e consumista de absorção capitalista do excedente por meio da urbanização” (HARVEY, 2014, p. 60)

em que a expansão recente e radical do processo urbano gerou grandes transformações no estilo de vida, mas as “falhas” desse processo também são visíveis: “vivemos cada vez mais em cidades divididas, fragmentadas e propensas a conflitos”, no qual os resultados da “crescente polarização na distribuição da riqueza e poder estão indelevelmente inscritos nas formas espaciais de nossas cidades” (HARVEY, 2014, p. 47-48). Ao mesmo tempo, nessas mesmas cidades vemos também a formação e atuação de uma diversidade de movimentos sociais urbanos que tentando contornar o isolacionismo buscam reconfigurar a cidade em outros termos dos que lhes conferiram os “poderes dos empreiteiros apoiados pelas finanças, pelo capital empresarial e por um aparato estatal que só parece conceber o mundo em termos de negócios e empreendimentos” (HARVEY, 2014, p. 49).

Harvey (2014, p. 230-231) aponta que esses movimentos sociais urbanos costumam se organizar e mobilizar contra práticas diversas de expropriação, formas “predatórias” e “secundárias de exploração”, que afetam as condições de vida cotidiana da população mais pobre da cidade. Dentre essas práticas de expropriação, de apropriação de renda e de acumulação por desapropriação, o autor coloca os “alugueis altos cobrados pelos proprietários” (HARVEY, 2014, p. 232) – aspectos ligados à esfera da circulação do capital e não restritos apenas à da produção. Não por acaso, o pagamento de aluguel, como veremos, é um dos alicerces principais das estratégias de organização e mobilização dos movimentos de moradia do centro. Nesse sentido, “organizar-se não apenas em torno do trabalho, mas também das condições do espaço habitável, construindo pontes entre ambos, é algo que vem se tornando cada vez mais crucial” (HARVEY, 2014, p. 238), e tarefa que os movimentos de moradia e ocupações do centro buscam, com limitações e desafios, realizar.

Para Harvey, “é evidente que o urbano funciona como um espaço importante de ação e revolta política. As características atuais de cada lugar são importantes, a reengenharia física e social e a organização territorial desses lugares são armas nas lutas políticas” (2014, p. 213). Por essas razões, podemos compreender melhor as formas pelas quais a “luta pela cidade” articula-se com lutas por moradia, mas também com outras reivindicações referentes a outras dimensões da vida urbana, possibilitando assim que uma ocupação atravessasse circuitos e estabeleça contatos com outros atores e movimentos presentes e atuantes na cidade, entendida na sua proposta das *rebels cities* como espaço de disputa.

É partilhando também da constatação de que vivemos um processo de financeirização da moradia e do solo urbano, em escala global, com particularidades locais, e, ao mesmo tempo, de eclosão de revoltas e confrontos urbanos que Raquel Rolnik (2015) desenvolve sua análise da “guerra dos lugares”. O processo (e seus desdobramentos) de colonização da terra urbana e da moradia pelas finanças globais nas últimas décadas, por meio do qual as políticas habitacionais e urbanas se transformaram em mecanismo de extração de renda, acumulação de riquezas e ganhos financeiros (2015, p. 14), vem provocando a despossessão massiva de territórios e populações em que, sobretudo, os mais pobres e vulneráveis ficam mais expostos à “crise global da insegurança da posse com o avanço do complexo imobiliário-financeiro” (2015, p. 15).

Nessa conjuntura de disputa e financeirização, a pressão e risco sobre as comunidades mais pobres aumentam, circunstâncias que pretendemos reter para quando descrevermos os processos que viemos acompanhando no território da Luz. Nos termos da autora:

Em tempos de capitalismo financeirizado, [...] terras urbanas e rurais tornaram-se ativos altamente disputados. [...] As dinâmicas que acompanham a liberalização dos mercados de terras estão aumentando a pressão do mercado sobre territórios controlados por comunidades de baixa renda. Isso ocorre num contexto global em que a terra urbanizada não está disponível para os grupos mais pobres. Comunidades ficam, então, sob constante ameaça de espoliação de seus ativos territoriais (2015, p. 152).

As formas pelas quais operam a “colonização” vão desde a “ocupação do território e substituição das formas de vida que ali existiam, com remoções e demolições, como do processo cotidiano de construção dos indivíduos consumidores e sujeitos de crédito, alargando os mercados e finanças globais cultural e concretamente” (ROLNIK, 2015, p. 253). Uma das consequências da colonização da cidade pelas finanças é a explosão de insurgências, conflitos e violência (2015, p. 16). Em meio a essas disputas por territórios, as ocupações de espaços vêm se multiplicando, constituindo-se como “contraespaços” que estabelecem a confrontação como possibilidade de resistência a tentativas de exclusão (territorial, política, social) (2015, p. 377). É também contra esses “processos coletivos de construção de ‘contraespaços’” que a “guerra dos lugares” e “pelos lugares” avança, marcada “pelo confronto e pela

violência” (2015, p. 378). Por conta de todas essas questões, esta pesquisa colocou como elemento importante a ser acompanhado e registrado as variadas dimensões do conflito, que se manifestam de diferentes formas, no cotidiano e ao longo da constituição de uma ocupação e do território ao qual ela se integra.

Contudo, a “vida” de uma ocupação e de seus moradores não é apenas “guerra”. Existe uma rotina viva e bem assentada que anima seus espaços produzida pelo dinamismo cotidiano de seus ocupantes como também nas diferentes atividades, eventos e circulação de outros atores e coletivos em seus interiores. Para dar conta de analisar essas diferentes dimensões que constituem o dia a dia de uma ocupação, esta pesquisa realizou essa tarefa de duas formas: uma em que o próprio espaço da ocupação é colocado em primeiro plano, analisando as relações e acontecimentos que atravessam e são criados a partir daquele espaço, portanto, um olhar que converge para dentro da ocupação. E, em um segundo movimento, observar também o que parte dali, para fora, a partir da reconstituição das trajetórias sociais, percursos e circuitos urbanos que se constroem e estabelecem. Existem, portanto, essas duas escalas distintas que se pretende descrever e analisar: a conexão dos moradores e da ocupação com a cidade – e que cidade é essa? –, e a Mauá como uma territorialidade que traz para dentro de si a cidade, que reverbera lá dentro afetando o cotidiano da ocupação, mas que também projeta e incide sobre a cidade a partir daquilo que é articulado, rearranjado e produzido pelos diferentes atravessamentos e dinâmicas que se dão em seus espaços.

É a partir desses movimentos que se pretende constituir uma cartografia política e urbana da ocupação Mauá, no centro de São Paulo, na região da Luz, uma área também imersa e saturada de linhas de força e de tensão, que armam um ambiente de disputa e de conflito, o qual esta pesquisa buscou reconstituir tomando como ponto de apoio para essa empreitada a própria ocupação. A partir da base empírica da pesquisa procuramos demonstrar melhor o que se entende e como se armam essas cartografias traçadas.

É necessário apontar que esses aspectos e dinâmicas urbanos e políticos aqui explorados não são algo exclusivo e único da ocupação Mauá; isso que é apresentado aparece e se encontra presente, por outras vias, em outros arranjos e situações, com o que se dá no cotidiano e nas relações de outras ocupações da cidade. O que se busca analisar como elementos urbanos e políticos de uma ocupação partem apenas daquilo

que observei e vivenciei na Mauá, mas não constituem um fenômeno específico desta ocupação; há similaridades, aproximações e ressonâncias, ao mesmo tempo que há diferenças e particularidades.

É preciso ainda destacar que muitas das questões, termos e perspectivas analíticos abordados e desenvolvidos neste trabalho se inserem no âmbito de um projeto de pesquisa maior, do qual esta pesquisa é um dos muitos desdobramentos. Refiro-me aqui ao Projeto Temático FAPESP “A gestão do conflito na cidade contemporânea – a experiência paulista”, coordenado pela professora Vera Telles (TELLES et al., 2013), que se constituiu, entre outras, como oportunidade de aprendizado e desenvolvimento não só deste trabalho como de minha formação enquanto pesquisador em um ambiente rico de pesquisas, discussões e troca.

II) Aportes metodológicos

Para dar conta de avançar nessa investigação colocando no foco da análise os diferentes arranjos, dinâmicas e escalas, a abordagem metodológica que possibilitou a observação e acompanhamento situacionais nesse jogo situado de escalas (REVEL, 1998), distintas e variadas, que compõem e constroem os vários componentes e sentidos da vida de uma ocupação foi a etnografia.

Agier (2015) afirma que a cidade não é mais considerada um objeto que pode ser percebido em sua totalidade, mas sim um “todo decomposto” que deve ser apreendido e vivido *em situação* (2015, p. 23, tradução livre). Essa constatação provoca um deslocamento na problemática de uma questão externa de “o que é a cidade?” para um questionamento interno, não normativo, que deve ser explorado de “o que faz a cidade?”. O procedimento não é a constatação de um fato dado, mas de um processo, vivo e dinâmico (2015, p. 24, tradução livre). Nesses termos, ele se coloca a questão: “que vida social, econômica, cultural, política, emerge nos lugares mais precários e extraterritoriais, e nos mostra exemplos de cidades em formação?” (2015, p. 24, tradução livre).

Empreender uma etnografia do que chamou dos lugares de fora (*hors-lieux*) – margens, interstícios, espaços de trânsito, lugares precários, acampamentos e campos – foi uma das formas desenvolvidas para explorar e analisar a fundação da cidade a partir

de suas margens urbanas – bairros populares, ocupações, acampamentos e campo de refugiados. Mesmo que, ele pontua, não exista margem em si, como fato *a priori* social, geográfico e cultural (AGIER, 2015, p. 27, tradução livre), mas *em relação*; e é essa relação que ganha sentido (AGIER, 2015, p. 28, tradução livre). Há nas fronteiras do estabelecido, do ordenado, do centro e do dominante uma relação permanente, dinâmica e de conflito com o precário, o instável, a desordem, o dominado (AGIER, 2015, p. 28, tradução livre).

Segundo Agier, fundar uma localidade, se inscrever e marcar um espaço são eventos que revelam não só “uma grande diversidade de possíveis do ponto de vista das logísticas urbanas” (o que se relaciona com as formas do fazer cidade), mas também revelam “múltiplas formas de agir” (AGIER, 2015, p. 28, tradução livre). “Entre o privado e o anonimato, o muito próximo e o muito distante, existem espaços intermediários, ocasionalmente tornados familiares, lugares vagos, desviados ou apropriados, que fornecem as condições de possibilidade de um ‘agir urbano’” (AGIER, 2015, p. 28, tradução livre). Para cartografar e observar a vida social, política, cultural que emerge de uma ocupação de moradia no centro de São Paulo e os diferentes possíveis de “agir urbano” criados, arriscados, experimentados a partir de lá, foi que adotamos a etnografia como um dos procedimentos metodológicos neste trabalho.

Para Das e Poole (2004), as margens também não são definições territoriais ou geográficas, estabelecidas ou fixas. Para as autoras, as margens são espaços produzidos que não estão à margem do Estado, mas são por ele produzidas em interação com os agenciamentos mobilizados pelos sujeitos segundo suas necessidades e práticas cotidianas para (sobre)viver nesses espaços. Justamente por isso, tais lugares e práticas produzidos podem ser registrados, acompanhados, descritos e, portanto, etnografados.

A presença do Estado em uma ocupação se faz por meio de códigos, normas, dispositivos, registros, fichas, regulações, liminares, ordens, etc., que são a todo momento negociados, mediados, disputados e ditam o ritmo e a vida dos ocupantes. Essas são as marcas e rastros ou, nos termos de Veena Das (2004), “assinaturas do Estado” que ele deixa e continuamente produz, marcando os espaços e posições que os atores ocupam e buscam ocupar. “A natureza intermitente do controle do governo, a ilegalidade da lei, e a negociação em torno das estreitas linhas entre o legal e o ilegal são parte cotidiana da vida dessas pessoas” (DAS, 2004, p. 177, tradução livre).

As “assinaturas do Estado” estabelecem, assim, uma “força gravitacional” das práticas e recursos dos agentes nos espaços e atividades que elas visam regular (TELLES, 2015, p. 65). Por outro lado, “são espaços de criatividade, dizem as autoras, que poderíamos traduzir como espaços de experimentação nos quais homens e mulheres, indivíduos e coletivos reinventam seus recursos, lançam mão de elementos do próprio Estado, transitam também entre o fora e o dentro do Estado, maquinam artifícios também nas fronteiras incertas do legal e ilegal, negociam regras, limites, protocolos, agenciam contracondutas, de tal modo que as próprias fronteiras do Estado se estendem ou são refeitas na busca de segurança ou de justiça em suas vidas cotidianas” (TELLES, 2010, p. 216). Nesse sentido, a realização de uma etnografia em uma ocupação buscou levar em consideração justamente esses agenciamentos contextuais, relacionais, incertos e mutantes, que compõem a vida dos moradores e da ocupação. É nesse plano que o Estado está redefinindo seus modos de governar, precisamente nos pontos de atrito com práticas e outras formas de regulação inscritas nas tramas sociais desses lugares (DAS; POOLE, 2004).

A existência de uma ocupação é marcada, desde sua origem (mas isso a acompanha ao longo de sua continuidade), por um processo de indeterminação e litígio jurídicos que estabelece uma permanente relação de disputa e negociação com o Estado pela garantia em existir e permanecer. Essa relação, como já foi afirmado, é ritmada por uma série de decisões, ordens, normas que acompanham, afetam e produzem o cotidiano da ocupação que, constantemente, é obrigada a reagir a essas forças, seja acatando, atendendo, regulando, seja buscando contornar, reinventar, enfrentar. Isso conforma o estatuto da ocupação, mas afeta também diretamente a vida de seus moradores que vivem nesse espaço de incerteza (do qual o “decreto último” é a reintegração de posse que, em última instância, representa a destruição e eliminação desse espaço), mas que possibilita também a experimentação de outros arranjos práticos e formas de vida. É, nesse registro e a partir desse lugar, que empreendemos a etnografia da qual esta pesquisa é resultado.

Outro procedimento utilizado também por este trabalho foi a reconstituição de trajetórias de moradores. A categoria “sem-teto” é fundamental para retratar e entender a realidade de uma ocupação e dos movimentos de moradia. Contudo, um dos pontos que esta pesquisa gostaria de reforçar é que essa categoria por si só não abarca nem esgota toda a dimensão da vida dos ocupantes. Sim, eles são sem-tetos, fazem parte de

um movimento organizado que busca a conquista definitiva e digna da casa própria para seus membros, e que, no presente momento, habitam uma ocupação. Além disso, que por si só já é central em suas existências, existem outras faces e esferas da vida desses ocupantes que podem ser adensadas se colocarmos outras variáveis em perspectiva. Ter a cidade como plano de referência (TELLES, 2006; 2010) foi a perspectiva adotada para, desse modo, situar esses sem-tetos em um plano mais amplo do que o da ocupação ou do movimento de moradia a que estão ligados, para podermos enxergá-los em relação a outros territórios e espaços, as relações que desenvolvem inseridos nesse contexto urbano maior como forma não de descartar a categoria “sem-teto”, mas de ir além dela.

No geral, pelo que observamos ao longo da pesquisa (e de outras já realizadas), são percursos urbanos, os dos ocupantes, marcados por uma sucessão de habitações precárias, alugueis em pensões e cortiços, moradas de favor na casa de parentes ou conhecidos, moradias improvisadas, transitórias, temporárias, uma itinerância intra-urbana, pelas periferias e interstícios da cidade que os levaram, por meio de mediações e conexões do mundo social, até a uma ocupação – e de uma ocupação para outra. Suas histórias e experiências, portanto, interessam porque são “portadoras de um feixe variado de relações e conexões com o mundo social” que podem nos conduzir por prospecções pelo mundo urbano atual (TELLES; HIRATA, 2007, p. 186). A partir dessas trajetórias e das narrativas que os ocupantes constroem sobre elas surge uma “dimensão analítica importante”: nelas se fazem presentes experiências e questões que reconstróem dimensões individuais e coletivas, mais amplas, que se constituem também como possibilidade de investigação política (FELTRAN, 2005, p. 14), que esta pesquisa buscou empreender.

Nesse sentido, fazer a reconstituição das trajetórias urbanas é realizar também uma descrição da cidade que se revela por meio da trama de mediações e conexões, linhas de força, pontos de tensão, possibilidades e campos de gravitação da experiência urbana os quais se singularizam nos traçados que esses indivíduos e suas famílias percorrem no curso de suas vidas ao longo dos espaços e fronteiras que circulam (TELLES, 2006; 2010). É aí que essas trajetórias se situam: onde o sentido da vida e das formas da vida estão sendo jogados (TELLES, 2010, p. 14). Nos termos da própria autora:

Entre os deslocamentos espaciais e expedientes mobilizados para o acesso à moradia, os percursos do trabalho e suas inflexões recentes, os agenciamentos e os circuitos que articulam moradia e a cidade, seus espaços e serviços, essas trajetórias são pontuadas por situações que podem ser vistas como pontos de condensação de práticas, mediações e mediadores nos quais estão cifrados os processos em curso (TELLES, 2010, p. 13).

E são esses eventos que nos dão a cifra para apreender os campos de força operantes no mundo urbano, a trama das relações, práticas, conflitos e tensões, enfim, a pulsação da vida urbana – a redistribuição de possibilidades, bloqueios, aberturas ou impasses que atravessam e individualizam cada história de vida, mas que também a situam em um plano de atualidade (TELLES, 2010, p. 81).

São histórias e trajetórias contemporâneas entre si que “entrecruzam-se na dinâmica da produção dos espaços e territórios” (TELLES, 2010, p. 87), nos dando elementos para entender a sua produção em ato, e a ocupação Mauá é justamente um desses espaços. Nela, se conjugam, constituindo-a, feixes de relações e composições da vida social como trabalho, moradia e política, polos de referência que armam a “tessitura de um mundo social e permite que as histórias singulares entrem em ressonância com o tempo político da cidade” (TELLES, 2010, p. 131).

Portanto, propomos tomar as trajetórias como operadores descritivos e analíticos (TELLES, 2006, p. 69) das múltiplas dimensões da vida e das experiências que se condensam no espaço de uma ocupação: no interior de uma ocupação, nas histórias e circunstâncias de vida de seus moradores, há um notável adensamento e entrecruzamento de trajetos e percursos, circuitos de mobilidade espacial e de circulação urbana. Histórias, circunstâncias, percursos e circuitos de deslocamento muito díspares, que nos dão os fios condutores para entender as dinâmicas e experiências urbanas que parecem se encontrar, adensar e entrecruzar nos espaços de uma ocupação. Por meio das trajetórias dos indivíduos que a compõem, uma ocupação se insere em redes e circuitos mais amplos de experiências dos quais ela recolhe e une fragmentos em seu interior. A mobilidade de seus ocupantes indica “como um território como uma ocupação pode ser composto por muitos lugares articulados entre si, pelas mobilidades e fluxos do mundo contemporâneo” (BIRMAN, 2015, p. 180).

É possível apontar que os ocupantes poderiam ser considerados como “populações circulantes” que carregam em suas vidas um “padrão de insegurança e instabilidade” marcado por certo nomadismo e um conjunto de provisoriiedades (RIZEK et al., 2015, p. 302), além de uma “necessidade urgente de solução de seus problemas em relação à habitação” (KOHARA, 2013, p. 172) que os coloca, de maneiras distintas e variadas, na órbita dos movimentos de moradia e ocupações. Essas dimensões, que pretendemos reconstituir empiricamente, podem nos fornecer as linhas para compreender o que leva esses sujeitos a embarcar em uma experiência marcada por riscos, tensões e incertezas, na busca por uma “*expectativa* de estabilidade” para suas vidas – o que é diferente de uma estabilidade em si (RIZEK et al., 2015, p. 302).

A dimensão cotidiana das rotinas, circuitos e trajetórias dos moradores são, portanto, aspectos fundamentais que constituem também a experiência urbana e política de uma ocupação de moradia no centro de São Paulo, que esta pesquisa buscou analisar. As trajetórias reconstituídas de alguns moradores apresentadas neste trabalho foram realizadas a partir da aproximação, contato e por meio de conversas e entrevistas em mais de uma oportunidade e dia de encontro. Elas não se encontram concentradas em um item único e específico da dissertação; estão reunidas em diferentes pontos ao longo da Parte II, de acordo com o momento em que foram feitas e em relação com o contexto de análises e outros elementos que estruturaram a montagem do texto.

III) Apresentação das partes que compõem a dissertação

Esta dissertação está dividida em duas partes: uma primeira trata de descrever, em termos mais gerais, a ocupação, seus entornos e o contexto histórico, urbano e político em que ela se insere e do qual é fruto também. A pesquisa e revisão bibliográficas empreendidas por esta pesquisa se encontram, sobretudo, nesta etapa. Assim, a Parte I está subdividida em três seções:

Na primeira, denominada “*O campo empírico: A ocupação Mauá*”, temos a descrição geral da ocupação e seus entornos, a região da Luz. Na segunda, denominada “*Na região central de São Paulo, ocupações, apropriações e disputas são travadas*”, é feita a apresentação mais sistemática da pesquisa e revisão bibliográficas empreendidas ao longo deste trabalho, mas também é o momento de apresentação e elaboração dos eixos e coordenadas políticos, urbanos e históricos nos quais não só as ocupações do

centro se inserem, como também são as coordenadas segundo as quais devemos ler e situar aquilo que for apresentado na segunda parte. E, por fim, na parte intitulada “*Apresentação do percurso e trajetória em campo do pesquisador*” discorro sobre minha chegada e entrada no campo, as escolhas e percursos que foram sendo construídos e desenvolvo algumas reflexões acerca dessa trajetória de pesquisa. É o preparo e ligação, inclusive, para a Parte II, na qual o material empírico produzido é apresentado, de forma trabalhada e elaborada.

A segunda parte deste texto apresenta, de forma mais profunda e detalhada, alguns elementos importantes que ao longo do trabalho de campo se mostraram constituintes do cotidiano de uma ocupação. A escolha de não dividir em capítulos e preservá-los em sequência foi uma tentativa de apresentá-los compondo um grande conjunto, pois é dessa forma que enxergo sua relação: eles se complementam, coexistem, se atravessam. A divisão em capítulos enrijeceria ainda mais as fronteiras – que são, muitas vezes, pouco definidas e fixas – entre essas variadas dinâmicas que se sobrepõem no cotidiano de uma ocupação. Esses elementos analisados tratam: dos eventos cotidianos; do campo de gravitação que se arma; cartografias urbanas e políticas que se constituem a partir da Mauá; e as dimensões do conflito.

Por fim, as considerações finais, nas quais as análises são sistematizadas de modo mais sintetizado, seguidas de um breve epílogo abordando os acontecimentos mais recentes.

PARTE I

Apresentando a Mauá: elementos políticos, urbanos e históricos

Fotos da Estação da Luz tiradas da avenida Tiradentes.

I) O campo empírico: A ocupação Mauá

Em razão das comemorações do Quarto Centenário de São Paulo, o hotel Santos Dumont foi inaugurado em 1953, próximo à antiga e movimentada Rodoviária da Luz. Com a desativação desta, ao longo dos anos 1980, o hotel em decadência passou a ter seus andares alugados para escritórios até que, nos anos 1990, ele foi completamente abandonado (PEREIRA, 2012, p. 161). Desde 2007, porém, no prédio do antigo hotel, no número 340, da rua Mauá, na região Luz, está situada a ocupação de mesmo nome da rua que ocupa.

Ela está localizada em frente ao longo muro alaranjado de tijolos que cerca a imponente Estação da Luz, “totalmente importada da Inglaterra até os últimos tijolos e os menores parafusos, segundo os modelos da Estação de Paddington e da torre do Big Ben” (SEVCENKO, 1992, p. 116). Do outro lado da calçada, o contraste: prédios velhos e baixos, de dois ou três pisos, a maioria comercial, funcionando como lanchonetes, bares, lojas de acessórios e roupas, cabeleireiros, e hotéis baratos. Aquela também é uma das mais antigas zonas de prostituição de São Paulo e a presença de prostitutas é grande e marcada. Sua presença data de longo tempo e permanece muito associada no imaginário urbano sob a alcunha da “Boca do Lixo”⁴.

Entre o barulho desses diversos estabelecimentos e das pessoas que ao longo do dia passam ininterruptamente, em meio a lixo e dejetos espalhados pelas ruas, rodeado por ambulantes e comércio informais, cercado por moradores de ruas com seus cães e de grupos de usuários de crack, que se juntam em diferentes lugares e cantos, variando sua posição de acordo com a hora, com o clima e com as estações, está o prédio de seis andares, pintado de vermelho e branco, da ocupação Mauá.

O prédio foi ocupado em 25 de março de 2007 (AQUINO, 2008) e, diferentemente de muitas ocupações, esta foi realizada e mantida, não por um, mas por três movimentos diferentes. Naquela ocasião, os movimentos eram: o MSTC, o MMRC e o ASTC-SP⁵. Os seis andares do prédio foram divididos entre os três movimentos, sendo determinado um coordenador por andar e um coordenador geral para todo o conjunto, posição ocupada por Ivaneti de Araújo, naquela época, coordenadora do

---

⁴ Nome pejorativo que se referiram a essa região, entre meados dos anos 1950 e fim da década de 1980, marcada por atividades boêmias, artísticas, de prostituição e vários ilegalismos (MALLART; RUI, 2015).

⁵ Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), Movimento de Moradia Região Centro (MMRC), Associação Sem-Teto da Cidade de São Paulo (ASTC – SP).

MSTC. Neti, como é conhecida por todos, ficou a frente não só da organização geral do prédio, mas também das negociações envolvendo as famílias, trato acordado entre os três movimentos, ficando a ocupação vinculada a uma organização de movimentos mais ampla conhecida como FLM⁶ (Frente de Luta por Moradia). Hoje, são aproximadamente 237 famílias⁷ que moram ali. Fora a coordenação geral e os coordenadores por andar, há regras internas rigorosas que regulam a convivência, o uso dos espaços, a interdição do uso de drogas e de casos de violência doméstica, furtos e envolvimento com o tráfico.

Detenho-me um momento para explicitar uma distinção recorrente que faço ao longo deste texto: algumas vezes me refiro à coordenação/coordenadores da ocupação junto de “lideranças”. Pode parecer que são sinônimos, mas existem nuances. Em uma ocupação, como acabamos de mencionar, existem diversos coordenadores, coordenadores-gerais, coordenadores dos diferentes movimentos que compõem a Mauá, coordenadores por andar, etc. Porém, “lideranças” não são tão numerosas assim; quando utilizo este termo estou me referindo a figuras reconhecidas por todos como de autoridade, que impõem respeito e tomam decisões importantes. É a elas que recorrem e ao redor de quem as esperanças são depositadas nos momentos cruciais da vida na ocupação. Por mais que existam muitos coordenadores, que trabalham muito e ajudam a manter e cuidar do espaço, lideranças fortes e vistas como tal temos, especificamente na Mauá, duas: Nelson e, especialmente, Neti. As tarefas, o empenho, o trabalho e responsabilidade que carregam são imensos, mas são muitos anos de experiência e “na luta”. E, como mencionado, não estão sozinhos: contam com o apoio de mais coordenadores e apoiadores, que os auxiliam a tocar o dia a dia, superando as exigências e desafios que surgem.

Essas duas lideranças são fortes, com trajetórias diferentes, que vêm de e representam linhagens distintas de militância e de táticas, e que desempenham papéis complementares no dia a dia e nas ações da ocupação. Neti é mais direta, tem uma visão política e tática de grande envergadura, e possui uma grande capacidade de adequar seu discurso, sempre muito forte e preciso, para as diferentes situações em que se encontra e

---

⁶ Uma frente que articula diversos movimentos de moradia da cidade de São Paulo, oficializada em 2004. Mais informações sobre a FLM, a partir da p.58.

⁷ Discussão e problematização ao redor desse termo tão disseminado (e naturalizado) nos discursos, ações e pesquisas dos próprios movimentos, do poder público e acadêmicos é feita por Aquino (2015).

enfrenta. Nelson é mais sossegado, contido, tem uma personalidade mais “paternal”, o que lhe faz um excelente articulador e conciliador. A junção desses estilos diferentes de pensar e agir acabam – muitas vezes, não sem atrito – favorecendo e enriquecendo as potencialidades da ocupação, como podemos comprovar, por exemplo, em sua longa permanência no tempo e a dimensão e importância que ganhou na cidade.

Neti é uma mulher negra de 45 anos (em 2017) e é do interior de São Paulo, de Guariba, cidade pertencente à região metropolitana de Ribeirão Preto, onde trabalhou muitos anos de boia-fria. Junto com o pai de suas filhas, se mudou para Ribeirão Preto, onde trabalhou de empregada doméstica, e de lá vieram para São Paulo, em 1996. Quando chegaram, moraram, inicialmente, em um quarto na zona sul de São Paulo, mas não tendo condições para pagar o aluguel passaram a morar em uma série de cortiços pelo Cambuci. Sem condições de pagar por esses lugares também, foi com a família toda morar embaixo de um viaduto na baixada do Glicério, momento em que ela e o marido começaram a participar das reuniões de movimento de moradia. Em 1998, participou de sua primeira ocupação no antigo hospital Matarazzo, na rua Itapeva com avenida Paulista, desativado em 1993. A partir daí sua participação e envolvimento só cresceram, e com muito empenho e trabalho tornou-se uma das lideranças mais conhecidas e respeitadas não só da área central, mas da cidade de São Paulo.

Nelson da Cruz Souza, Nelsão, Seu Nelson, Nelson “Che”, um homem negro de 57 anos (em 2017), é coordenador do MMRC, um dos movimentos que compõem a Mauá, e está “há mais de vinte anos na luta”, quando chegou da Bahia para cá. Nasceu em Santo Amaro da Purificação em uma família de 12 filhos e veio para São Paulo nos anos 1990. Ao chegar, trabalhou como segurança na avenida Paulista, mas depois de alguns anos saiu e aos poucos foi se envolvendo com os movimentos de moradia, até se tornar uma liderança. Participou de muitas ocupações até formar o MMRC – e de muitas reintegrações de posse também, como, por exemplo, a violenta reintegração que foi a da ocupação Plínio Ramos. Em relação à Mauá, inicialmente, quando a ocupação foi feita, seu movimento ajudou na ação e na organização, mas morava de aluguel em outro lugar. Já faz alguns anos que ele também se mudou para a Mauá, tornando-se também morador de lá. Menções a todos esses fatos da vida dos dois são feitas em conversas, falas, intervenções, mas também podem ser encontradas nas muitas entrevistas e relatos que já fizeram; inclusive, há depoimentos longos dos dois narrando

esses eventos no documentário sobre a Mauá chamado *Leva*, dirigido por Juliana Vicente e Luiza Marques, de 2011.

Assim, Neti é coordenadora geral da Mauá e coordena também, junto com outras pessoas, a ocupação Prestes Maia, próxima, localizada na avenida de mesmo nome, no número 911: o imóvel de 22 andares, um dos mais altos da região, que de longe se avista sua pintura envelhecida entornada de pixações e cores dos grafites, era uma antiga fábrica têxtil (na fachada de uma de suas entradas ainda é possível ler “Companhia Nacional de Tecidos”), que ficou abandonada por mais de vinte anos e que já havia sido ocupado pelo MSTC, de 2002 a 2007⁸. Em 2010, foi ocupado novamente⁹, porém diferentemente da Mauá, a Prestes Maia é coordenada apenas por um movimento de moradia, e não três. Em 2014, esses coordenadores se desligaram do MSTC e criaram um novo movimento, o Movimento de Moradia na Luta por Justiça (MMLJ). Portanto, hoje, Neti é coordenadora do MMLJ, filiado também à FLM. Com essa mudança, a ocupação Mauá passou a ser composta, a partir de então, pelos movimentos MMLJ, MMRC e ASTC-SP.

Em 2012, no mês de março, poucos dias antes de completar cinco anos, os proprietários do antigo hotel Santos Dumont entraram na Justiça com pedido de reintegração de posse da Mauá (PATERNIANI, 2016). Ainda sob o impacto recente da brutal reintegração de posse da ocupação Pinheirinho, em São José dos Campos – SP, ocorrida em janeiro daquele ano, foi armada uma intensa mobilização de coletivos e ativistas variados na época, sucedendo-se denúncias, pressões, atos, além de vigília constante para organizar uma possível resistência à expulsão do local. Os Racionais MC’s chegaram, inclusive, a gravar o videoclipe de sua música *Mil faces de um homem leal*, referente a Carlos Marighella, dentro da ocupação, justamente nesse período de forte mobilização ao redor da Mauá. Os moradores com seus advogados entraram com uma apelação contra a reintegração, que foi suspensa, para permanecerem no local, mas o processo continuou tramitando na Justiça.

Em 2013, o prefeito Fernando Haddad publicou um decreto declarando a área como de interesse social, primeiro passo para a desapropriação do edifício e sua transformação em moradia social. Com a desapropriação, reformas das instalações

---

⁸ Para descrições mais detalhadas sobre a ocupação Prestes Maia até a sua desocupação em 2007, ver Aquino (2008) e Alves (2000).

⁹ O momento de entrada no prédio está registrado, inclusive, na parte final do documentário *Leva* (2011).

seriam feitas e, segundo projeto dos próprios moradores, seria possível viabilizar 160 unidades habitacionais e o restante das famílias seriam atendidas por programas habitacionais na região. A prefeitura fez, em 2014, um depósito judicial no valor de 11 milhões de reais que poderiam ser somados às dívidas dos proprietários com IPTU, que não foi pago, segundo o movimento, desde 1973. A juíza da 9ª Vara da Fazenda Pública, Simone Gomes Rodrigues Casoretti, designou um perito judicial que avaliou o imóvel, sem ao menos entrar no prédio, determinando um valor muito acima, inclusive, do que os próprios proprietários exigiam na época. O valor muito alto estipulado pelo perito judicial se tornou um impasse que inviabilizou a efetivação da compra fazendo com que a gestão Haddad abandonasse as negociações e outras ações (como, por exemplo, a contestação legal do laudo). Discutiremos todos esses detalhes mais detidamente na Parte II deste trabalho.

Ao longo desse tempo e de todos esses eventos, a Mauá terminou por se consolidar como um espaço conhecido dessa região central da cidade. O fato de se localizar em frente à Estação da Luz não pode ser visto como mero acaso ou como paisagem. A Estação da Luz articula duas linhas de metrô (azul, a mais antiga, e amarela, a mais recente da cidade) com linhas de trem da CPTM, ligando a Luz a Jundiaí (passando por Caieiras, Franco da Rocha, Francisco Morato, Campo Limpo Paulista e Várzea Paulista) e a Mogi das Cruzes (parando em Ferraz de Vasconcelos, Poá e Suzano). Por lá, passam milhares de pessoas diariamente, “é uma área de fácil acesso aos quatro cantos da metrópole. Na verdade, não há na Grande São Paulo nenhuma localização mais acessível a toda metrópole do que as imediações da Estação da Luz” (VILLAÇA, 1998, p. 349). É um dos nós fundamentais da mobilidade metropolitana de São Paulo. A persistência dos moradores em permanecer naquele local e em não serem deslocados para outro ponto da cidade é também determinada por essa localização¹⁰. Não por acaso, o Movimento Passe Livre – SP (MPL)¹¹ realizou algumas de suas reuniões na ocupação, onde mobilidade e circulação da cidade se integram naquele espaço.

---

¹⁰ “O que as classes sociais procuram é a possibilidade de controle do tempo de deslocamento” (VILLAÇA, 1998, p. 239). Assim posto, o controle do tempo e de energia gastos nos deslocamentos humanos é elemento central da disputa social (VILLAÇA, 1998).

¹¹ “O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um *transporte público de verdade*, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada” (<http://tarifazero.org/mpl/>). Acessado em: 27 de junho de 2017). O MPL ganhou visibilidade nacional com a organização de atos contra o aumento das tarifas dos transportes públicos, em 2013, que serviram de estopim para aquilo que veio a ficar conhecido como as “Jornadas de Junho”.

Mapa elaborado pelo LabCidade, ligado à FAU-USP, com marcações de linhas de trem, metrô e terminais de ônibus. A marcação situando a ocupação Mauá foi feita pelo autor.

Em 2013, foi a vez do rapper Emicida gravar o videoclipe de sua música *Crisântemo* na Mauá, assim como o evento de lançamento do clipe realizado no pátio com os moradores¹²; ainda nesse ano coletivos que atuam no combate ao racismo participaram de um debate sobre o tema junto com o grupo de rap, Facção Central, no pátio da ocupação¹³. Realizou-se também na ocupação, em mais de uma ocasião, a “posse popular” de novos defensores públicos do Estado, no encerramento do curso de formação dos novos membros quando são empossados¹⁴. A Mauá serviu também de espaço para reuniões e articulações do Comitê Popular da Copa – SP¹⁵ (BRITO, 2015),

¹² https://www.vice.com/pt_br/article/53mdzb/emicida-clipe-crisantemo-ocupacao-maua. Acessado em 18 de setembro de 2017.

¹³ <http://almapreta.com/editorias/realidade/conheca-7-eventos-culturais-que-marcaram-a-historia-da-ocupacao-maua>. Acessado em 18 de setembro de 2017.

¹⁴ <https://www.anadep.org.br/wtk/pagina/materia?id=16204> e <https://dp-jusbrasil.com.br/noticias/100553048/novos-defensores-publicos-de-sp-participam-de-posse-popular>. Acessados em 18 de setembro de 2017.

¹⁵ O Comitê Popular da Copa era um “grupo que reunia movimentos sociais, organizações de direitos humanos e diversos profissionais do direito e urbanismo para monitorar impactos e violações

mas também para grupos de pesquisadores e estudantes, outros atores políticos e sociais, coletivos de teatro e artísticos, que atuam no seu entorno, na chamada “cracolândia” ou em outras partes da cidade. Lá, também realizam-se saraus, shows, bazares, gravações de clipes, filmes e programas de rádio, ponto de saída para atos de protesto como aconteceu, por exemplo, durante a Copa do Mundo em 2014 (BRITO, 2015, p. 118), além de intervenções políticas e culturais, como, por exemplo, a passagem do Cordão da Mentira¹⁶ em abril de 2015. São muitos os grupos e coletivos que circulam em torno dessa ocupação, fazendo dela referência e recurso para movimentos, atos, eventos e intervenções culturais ou políticas. Campo de convergência e articulação – campo de gravitação –, a ocupação Mauá parece operar como conector de grupos e experiências urbanas as mais diversas.

Para dar maior consistência a esse ponto, reproduzo a seguir um trecho de uma entrevista que realizei, em abril de 2017, com Benedito Barbosa, Dito, advogado popular, membro da Central de Movimentos Populares (CMP) e do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, personagem importante não só para a história da Mauá, como veremos, mas para muitos outros movimentos populares da cidade de São Paulo. A passagem, apesar de longa, apresenta e sintetiza melhor – e nos termos próprios de alguém que acompanha e conhece profundamente e há bastante tempo a ocupação – o que nessas linhas gerais passadas foi descrito. E a trago nesse momento de abertura do trabalho para que ela sirva tanto como pano de fundo quanto referência para retermos ao longo da leitura do texto:

Uma das ocupações mais importantes da cidade de São Paulo, mais simbólica do ponto de vista da resistência, dos movimentos, e [uma das] mais estratégicas também. Primeiro porque a Mauá é uma ocupação diferenciada porque ela foi feita com vários movimentos, então administrar isso... como eles conseguiriam administrar esse processo ao longo desses anos é muito, muito interessante avaliar.

---

relacionados à Copa do Mundo em SP e articular os ‘atingidos’, movimentos, organizações e coletivos da cidade com o fim de oferecer resistência ao megaevento na cidade de São Paulo” (BRITO, 2015).

¹⁶ Composto por coletivos políticos, grupos de teatro e sambistas de diversos grupos e escolas de samba de São Paulo, no dia 1º de abril, sai às ruas o bloco de “desfile e escracho” Cordão da Mentira, para rememorar, de modo crítico, o golpe civil-militar de 1964, sempre trazendo também temas e pautas contemporâneas por meio de sambas-enredo por eles compostos, contando sempre com a participação do grupo “Mães de Maio” e a crítica da violência do Estado pós-democratização. Em 2015, o tema foi “Condenados da Terra”, referente à questão dos imigrantes, sem-terra e sem-teto. Um dos pontos de parada da intervenção-cortejo do Cordão foi a Ocupação Mauá. <https://cordaodamentira.milharal.org/>. Acessado em 27 de junho de 2017.

Porque não é fácil os movimentos se entenderem em ocupação, é muito difícil... e eles conseguiram constituir uma coordenação coletiva ali... que lá participam do movimento o MMRC, o MMLJ e a ASTC-SP... então, esses três movimentos conseguiram ao longo dos anos, desses últimos anos, ter unidade suficiente interna para poder levar a frente essa ocupação e esse processo de resistência.

Segunda questão importante, a Mauá foi um **polo estratégico da resistência** para várias questões ali naquela região. Em relação ao [favela do] Moinho, ela está muito perto, muitos processos de articulação, de resistência do Moinho, época de incêndio e tudo, a Mauá serviu como **polo de apoio dos movimentos**, de estabelecimento de processos solidários... [...] A Mauá foi também muito importante no momento do processo Nova Luz porque lá funcionou o **quartel-general da resistência** contra a implantação do projeto Nova Luz. [...] ali funcionou de fato como **polo de articulação e de resistência das entidades** para constituir depois o Conselho Gestor das ZEIS que foi, na articulação com a Defensoria Pública, vamos dizer assim, a articulação importante para poder barrar, na minha opinião, o Projeto. [...] Por isso que foi muito, muito importante, porque a proposta do Nova Luz, na forma que estava concebida, a implantação daquele projeto seria um arrasa quarteirão naquela região e ia entregar todo aquele território para o setor imobiliário, acabar com as ZEIS ali daquela região também, evidentemente, que parte da intervenção estava dentro de um espaço de ZEIS muito grande, inclusive... então eles estavam tentando ali acabar com todo esse processo.

Foi um polo importante também para algumas ocupações, para muitas iniciativas... Por exemplo, a ocupação do escritório do Nova Luz pelo MMRC, a ocupação Margarida Alves, na general Couto Magalhães, nasceu também ali na articulação da Mauá... **a Mauá, ela propiciou, alavancou lutas importantes**, de resistência, de ocupações, várias delas, ali naquela região também. [...] Então, a Mauá é um **polo de alavancagem** de outras lutas no centro por moradia extremamente importante.

Na minha opinião, é por isso que há uma resistência muito grande da prefeitura, do poder público, de viabilizar... existe uma má vontade muito grande com a Mauá por parte do poder público em geral de transformar aquele prédio em um prédio de moradia popular... o poder público nunca jogou muito peso para viabilizar [...].

A questão também das manifestações contra as ações de limpeza na “cracolândia” na época da gestão do Kassab, as reuniões foram feitas na Mauá, inclusive, aquele “churrasco da gente diferenciada”, não sei se você lembra, ali na “cracolândia”, foi organizado lá na Mauá. Então, a Mauá é um... eu falo que a Mauá é um **quartel-general dos movimentos, do processo de resistência no centro... por isso que nós não podemos de forma alguma deixar que haja uma reintegração de posse, uma desocupação daquele prédio, de forma alguma. Temos que conseguir de todas as formas que esse imóvel, que esse prédio seja destinado ali para as famílias.**

Outra questão importante ali também funcionou a sede do Comitê Popular da Copa [...] todos esses processos foram ali, todo o processo de organização do Comitê Popular da Copa foi na rua Mauá, nas reuniões e os processos que depois constituíram a agenda do Comitê... para fazer as articulações na defesa lá da Comunidade da Paz, para fazer a articulação da defesa das comunidades que foram despejadas, lá na região do monotrilho... as lideranças vinham para Mauá para fazer o processo de articulação. E mesmo o pessoal da várzea do Tietê quando tentaram ali implantar o parque linear do Tietê, na época, nesse processo que começou também em 2011, nessa articulação... as lideranças vinham ali em função da articulação do Comitê Popular da Copa. Ou seja, você vê como a Mauá é estratégica...

- Por quê? Como você acha?

- Não sei... acho que a Neti... não sei porque, não sei explicar porque a Mauá virou um ponto simbólico de todas essas articulações... não só de pesquisador, agora mesmo por conta da ANPUR [Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional] vão ter várias oficinas dentro da Mauá... então, a Mauá é um centro... **ela funciona também como um centro cultural**, por

exemplo, vários cantores, grupos importantes do movimento hip-hop, Racionais MC's, o Emicida, esses grupos, eles gravam, já gravaram ali dentro da Mauá... não só gravaram ali na Mauá como também várias lideranças da Mauá já participaram dos cliques desses cantores... o último do Emicida, tem aquele superbonito que fala sobre a questão da escravidão... são todas lideranças da Mauá que fazem aquele clipe. E não só isso. Vários filmes, documentários foram rodados ali... o filme que conta a história da Neti, *Estamos juntos*, com a Dira Paes, e outros filmes que foram gravados ali, como o *Leva* e outros... e tantos projetos...

A Mauá é um **laboratório de projetos, populares, laboratório de educação popular**... dentro do meu trabalho eu falo da “pedagogia do confronto”, ali é o espaço onde as pessoas no processo de resistência fazem mesmo esse processo de educação popular e constroem... e **ressignificam as formas simbólicas da luta e do processo de resistência na cidade no centro de São Paulo**. Por isso que a Mauá é importante. Muito, muito importante. Tão importante para nós. Talvez seja a ocupação mais importante da cidade de São Paulo, no centro, não só pelas lideranças que eles têm ali no movimento, claro, como a Neti, Seu Nelson, que são as principais lideranças da ocupação, mas também porque a Mauá, do ponto de vista da resistência, do ponto de vista simbólico, tem sido ao longo desses anos... desde que eu tenho acompanhado mais de perto a luta da Mauá, tem sido de fato um **polo fundamental da resistência**.

Também a **localização estratégica**, ela está ali no centro da Luz. Todo mundo se locomove rapidamente para tantos outros espaços... a avenida Ipiranga está ali, e a República está perto, está tudo perto por ali, então acho que isso também ajuda. É um **polo de apoio** também importante para luta da Prestes Maia também... a Prestes Maia que é a maior ocupação, mas a Mauá que... elas são ocupações-irmãs, mas é evidente que lá na Mauá que funciona como esse polo de articulação da ocupação da Prestes Maia também. Além de vários processos, de várias iniciativas que eles têm ali... como projeto de educação de adultos, bibliotecas, encontro de jovens... **eles têm uma série de ações dentro da ocupação... que fortalecem esse processo de**

resistência e que garantiu, na minha opinião, que a ocupação resistisse tanto tempo, tantos anos ali.

Eles fizeram um processo também muito importante que é uma referência. Tive a oportunidade de trazer alguns companheiros da África do Sul... Johannesburg tem uma série de ocupações em área central... só que você não consegue imaginar a pobreza que é e a degradação que são as ocupações ali em Johannesburg. E alguns professores já vieram, alguns pesquisadores também, para analisar como é que eles pegaram um prédio tão degradado, como era a Mauá, e transformaram naquele espaço agradável de convivência, que as pessoas vão e ficam, sentam ali no corredor, pessoas transitam, sentam, conversam... então, virou também um espaço comunitário tão importante na cidade de São Paulo como é o prédio da Mauá. E como eles conseguiram não só isso, qualificar as moradias deles ali também. Sem contar que ali também tem muitos ambulantes, pessoas que trabalham na região central... a gente também tem, com o apoio da Neti, do Seu Nelson, e outras lideranças também lá, temos feito algumas articulações com ambulantes... **alavanca também outras lutas, não diretamente ligada à moradia**, mas também com os moradores que estão atuando em outras frentes, nessa questão como do direito ao trabalho. Então tenho muitas coisas para falar da Mauá porque venho convivendo muitos anos ali já, me envolvendo há sete anos, de uma forma mais direta, intensa, com o processo ali, deles... e vejo naquele processo de luta, naquele processo de resistência, **a principal marca da resistência, da luta por moradia no centro da cidade**. Evidente que temos outras ocupações importantes [...] mas evidente que a Mauá, de fato, ela é, para nós, do ponto de vista simbólico, da resistência popular, talvez a principal ocupação do centro. [grifos em negrito meus]

* * *

Olhando de fora aquele prédio antigo – pintado de branco e vermelho pelos próprios moradores, em 2012, dentre uma série de outras reformas e melhorias, algumas

tocadas em um projeto de parceria com estudantes da USP¹⁷ – é difícil imaginar que tanta coisa passou e se passa ali dentro; parece mais um, entre os outros edifícios que servem de moradia, comércio e lazer para tantas pessoas, que circulam incessantemente por ali ao longo do dia. Esse fluxo tem seu ápice no final da tarde, fim de expediente, quando os trabalhadores do dia se dirigem rumo às estações de metrô e trem. A quantidade de gente e o movimento nas calçadas são grandes, ainda mais com o desviar daqueles mais lentos ou dos usuários de crack no caminho, e fazem com que muitas vezes as pessoas caminhem diretamente na rua. O que não é perigoso já que a rua em si é tranquila, não passam muitos carros, tanto que, ao voltar da escola, as crianças da ocupação costumam se sentar na calçada enquanto os pais conversam em cadeiras e mesas postas, principalmente, nos dias de calor.

A rua Mauá, que assim parece tranquila, faz a ligação da Estação da Luz até a Estação Júlio Prestes, construções que carregam em si o auge dos tempos da economia cafeeira e de sua oligarquia que moldava o centro de São Paulo segundo a imagem e semelhança que tinha de si, de seu mundo e de seus projetos (de cidade, inclusive). Do esplendor do café à “Boca do Lixo” são transformações e rearranjos econômicos, sociais e urbanos que marcaram a paisagem dessa região. Projeto Nova Luz, com remoções e higienização ligadas à especulação imobiliária, no mesmo lugar onde costumava ocorrer um dos maiores eventos culturais da cidade de São Paulo, a Virada Cultural, quando seu principal palco era montado na frente da reformada Estação Júlio Prestes, que no seu interior abriga a Sala São Paulo, sede da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, considerada pelo jornal inglês *The Guardian* como uma das dez melhores salas de concerto do mundo. Bolha fortificada de sofisticação no meio de sujeira e abandono, ao lado da “cracolândia”, “conector urbano” (MALLART, RUI, 2015) que articula usuários de crack, agentes municipais e estaduais com seus programas, pessoal ligado às igrejas, ativistas, guardas municipais e policiais militares em uma minúscula territorialidade, deixando sempre em alerta os seguranças da empresa seguradora Porto Seguro, que não para de expandir seus terrenos e negócios pela região. É nesse território que a Mauá se inscreve; em apenas alguns quarteirões, parte significativa e importante da história urbana do centro de São Paulo está registrada e continuamente sendo escrita, sob a forma de disputa.

---

¹⁷<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/sem-tetos-reformam-o-proprio-predio-no-centro-de-sao-paulo>. Mais sobre em: <https://www.youtube.com/watch?v=KodRNjzw4OY>. Acessados em 27 de junho de 2017.

A seguir, um mapa situando a rua Mauá e seus entornos imediatos e algumas fotos tiradas pelo pesquisador:

Elaborado pelo próprio autor a partir do Google Maps.

A ocupação Mauá, foto tirada na calçada oposta na própria rua Mauá.

Vista da porta da ocupação, rua Mauá.

Rua Mauá, final da tarde, maio de 2017.

À esquerda, a Estação da Luz, no centro, ao fundo, a ocupação Prestes Maia e no canto, à direita, a Mauá.

Rua Mauá, Estação da Luz, Parque da Luz e Pinacoteca do Estado. Ao fundo, na margem esquerda, é possível ver parte da Estação Júlio Prestes. Foto tirada em cima da passarela “rua das Noivas”, que passa em cima da avenida Tiradentes.

Na imagem, o prédio mais alto, mais a esquerda, é a ocupação Prestes Maia. A passarela embaixo é a da “rua das Noivas”.

Reflexo da ocupação Prestes Maia em um dos acessos da Estação Luz, da linha 4-Amarela do metrô. Este imenso prédio é a primeira coisa que se avista ao sair por esse acesso.

II) Na região central de São Paulo, ocupações, apropriações e disputas são travadas

A pesquisa bibliográfica deu-se em relação a alguns eixos: o tema das ocupações de moradia de áreas centrais¹⁸ de São Paulo e da história urbana brasileira (com ênfase nessa cidade), dos movimentos de moradia do centro de São Paulo, das políticas públicas para habitação (sobretudo, municipais, mas a partir de 2009, é necessária uma análise sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, do governo federal), e dos conflitos sociais em torno da moradia e da ocupação do solo urbano.

A bibliografia¹⁹ formada pelas pesquisas desenvolvidas em torno das ocupações de imóveis no centro da cidade de São Paulo foca em e enfatiza, sobretudo, a organização e atuação dos diversos movimentos de moradia²⁰ na região. Analisam suas dinâmicas, suas práticas, discursos, estratégias e relações empreendidas com outros movimentos e com os poderes públicos ao redor de suas necessidades e reivindicações, além de suas estratégias políticas para pressionar pelo atendimento e viabilização de suas demandas, assim como as suas formas de mobilização, sociabilidades e agenciamentos internos tanto dos próprios movimentos quanto dos moradores dos imóveis ocupados. O conjunto dessas pesquisas acadêmicas é importante para a compreensão dos movimentos de moradia, suas ações e repertório, suas

---

¹⁸ Apesar do consenso geral a respeito do centro histórico formado pelos 4,5 km², que delimitam os distritos Sé e República, não existe definida uma concordância em relação à composição mais abrangente daquilo que formaria a área central da cidade (HOYLER, REQUENA, SARAIVA, 2015, p. 256; PEREIRA, 2012, p. 42). Nos trabalhos e pesquisas utilizados nesta pesquisa, eles variam na sua delimitação: para Gatti (2015) e Kohara (2013) representa dez distritos no total, Sé e República (conhecidos como Centro Histórico), Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade e Santa Cecília (localizados na Subprefeitura da Sé), e Brás e Pari (na Subprefeitura da Mooca); para Frúgoli Jr. (2000), ela engloba os distritos da Sé e da República e os bairros Luz, Bom Retiro, Barra Funda, Campos Elíseos, Bela Vista, Liberdade, Brás e Pari; para Neuhold (2009), a área central é formada pelo núcleo histórico e por mais dez distritos; para Miagusko (2012), ela é formada pelos 13 subdistritos centrais; entre outras delimitações. Segundo a demarcação territorial e os dados apresentados por Kohara, “em 2010, o Centro possuía 477.670 habitantes, que representava 4,2% da população da cidade, ocupando 32,6 km², correspondendo a 2,1% do território da cidade” (KOHARA, 2013, p. 17).

¹⁹ Dentre elas, citamos: AFFONSO (2009); AQUINO (2008), BLOCH (2007), CAVALCANTI (2006); MIAGUSKO (2012), NEUHOLD (2009), PATERNIANI (2016), PEREIRA (2012), RAMOS (2009).

²⁰ Neuhold (2009) em sua dissertação sobre os movimentos de moradia no centro de São Paulo os nomeia, ao longo de todo o trabalho, como “movimentos de moradia e sem-teto” por haver grupos que ao se nomear optam por utilizar o termo “moradia” (ênfatizando aquilo pelo que lutam,) e há grupos, no entanto, que escolhem o termo “sem-teto” (realçando aquilo que lhes falta ao se apropriar dessa categoria política). Miagusko (2012) também utiliza os dois termos, notando que ao longo dos anos 1990 a palavra “sem” (nomeação a partir da falta) é adotada por “vários movimentos sociais”, os “sem-tetos” sendo um deles, assinalando a “década como de retração das políticas públicas, perda de direitos ou sua flexibilização, adoção de parâmetros do mercado como medida, privatização, etc.” (2012, p. 85). Para o presente texto, utilizaremos apenas “movimentos de moradia” para nos referir a ambos.

relações/articulações internas e com o Estado; há também descrições detalhadas sobre as políticas habitacionais e a relação que estabelecem com as demandas e reivindicações dos movimentos de moradia no centro.

Sobre a ocupação Mauá, especificamente, existem dois trabalhos que me serviram de referência: as pesquisas etnográficas de Carlos Filadelfo de Aquino (2008) e de Stella Zagotto Paterniani, que de sua pesquisa de mestrado (2013) produziu um livro chamado *Morar e viver na luta – movimentos de moradia, fabulação e política em São Paulo* (2016). Aquino desenvolvia sua pesquisa de mestrado na ocupação Prestes Maia quando acompanhou o momento de entrada e ocupação do imóvel situado no número 340, evento que marcaria o “nascimento” da ocupação Mauá que temos hoje. O trabalho de Paterniani, entre outros eventos e análises, registrou o período em que a ocupação recebeu o pedido de reintegração de posse às vésperas de completar cinco anos de existência, acompanhando os processos que se desenvolveram, a rede acionada e as estratégias postas em práticas no momento de acirramento de uma disputa que atingia seu ponto de maior tensão: a ameaça real, próxima, que poderia colocar fim à ocupação Mauá. Portanto, a etnografia de Aquino registrando a entrada e a etnografia de Paterniani que acompanhou o episódio de pedido de reintegração de posse e a articulação da resistência a ele faz com que ambos os trabalhos se constituam como marcos temporais e acadêmicos da história da Mauá, marcada por muitos eventos determinantes, os quais essas duas etnografias testemunharam dois dos mais importantes.

A elaboração realizada a partir da pesquisa da bibliografia se deu também buscando compreender as ocupações de prédios a partir da segunda metade dos anos 1990, no interior de uma história de ocupação e apropriação da região central marcada por diferentes atores, interesses e projetos em constante disputa. É preciso situar as ocupações dos anos 1990 em um contexto de embate pelo espaço do centro, atrelado às dinâmicas institucionais ligadas às políticas públicas para habitação, que afetam (atendendo ou obstruindo) as demandas sociais por habitação, em uma conjuntura de reestruturações e reordenamentos, próprios dos anos 1990.

O ano de 1997 é tido como marco das ocupações de prédios ociosos no centro de São Paulo por movimentos de moradia organizados²¹ (RELATÓRIO, 2001; AQUINO, 2008; NEUHOLD, 2009; MIAGUSKO, 2012; PATERNIANI, 2016; PEREIRA, 2012; KOHARA, 2013). A seguir, apresentamos uma breve reconstituição²² do que se passou na cidade de São Paulo a partir de 1997 para dimensionar a inflexão que as ocupações representaram, nesses anos, antes de prosseguir com a análise de seus aspectos urbanos e políticos mais gerais.

O antigo casarão Santos Dumont, construído em 1890, situado nas esquinas das alamedas Nothmann e Cleveland, no bairro de Campos Elíseos, primeiro loteamento aristocrático realizado em moldes de empreendimento imobiliário capitalista em São Paulo, serviu de residência para Henrique Dumont, irmão do aviator Santos Dumont, foi sede de colégio interno feminino e de entidade filantrópica, e estava sem ser utilizado desde 1983. No dia 08 de março de 1997, depois de ocupado três vezes por grupos de sem-teto desorganizados²³, o casarão passou a abrigar 400 famílias em uma ação organizada pelo movimento Fórum de Cortiços. Eles permaneceram lá até 2001, quando o imóvel foi desocupado pelo governo do Estado para ser transformado no Museu da Energia de São Paulo.

Após essa ocupação em março de 1997, outras realizadas, no centro da cidade, por movimentos organizados em torno de uma reivindicação política clara tornaram-se recorrentes: ocupação de um conjunto de casas de propriedade da Universidade de São Paulo, no bairro de Santa Cecília; um imóvel de catorze andares de propriedade do INSS, na República, mobilizou mais de mil pessoas; mil e quinhentas pessoas ocuparam um casarão da Secretaria Estadual da Fazenda, na rua do Carmo, na Sé; em dezembro do mesmo ano, outro prédio, da Secretaria Estadual de Cultura, na rua do Ouvidor, também na Sé, foi ocupado; em 1998, não apenas imóveis públicos, mas particulares começaram a ser ocupados também; em 1999, dezessete ocupações, no total; só em outubro, quatro imóveis na área central foram ocupados no mesmo dia em uma grande

---

²¹ “A novidade das ocupações na área central a partir de 1997 estava no fato de constituírem ações coordenadas, organizadas e contínuas, com uma pauta de reivindicações pré-definida, e com uma rede de apoiadores que produziram ou consolidaram ‘discursos’ sobre o direito da população de baixa renda habitar uma área consolidada” (NEUHOLD, 2009, p. 48).

²² A partir de levantamento realizado por Neuhold (2009). Outro levantamento que cobre até o ano de 2011 – outro momento auge das ocupações de imóveis – foi realizado por Pereira (2012).

²³ “Em 1984, dezenas de famílias encortçadas que foram despejadas de suas moradias, ocuparam o casarão localizado na esquina da Alameda Nothmann e Alameda Cleveland, onde resistiram contra o despejo até o ano de 1997” (KOHARA, 2013, p. 156).

ação orquestrada, em um episódio que ficou conhecido como “megaocupação”, realizada por movimentos de moradia. E as ocupações continuaram nos anos seguintes. Até março de 1997, essas ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade por movimentos organizados não aconteciam. Algo, de fato, havia mudado.

O esvaziamento demográfico²⁴ do centro da cidade processou-se, sobretudo, ao longo das três últimas décadas do século XX. Em um contexto de reestruturação e reordenamentos econômicos e sociais dos anos 1990, o abandono do centro pelas camadas de renda média e alta²⁵, o deslocamento de empresas e bancos para outras regiões da cidade, a vacância imobiliária, o adensamento das classes populares nessa área central e a mudança no dinamismo econômico, assim como a “deterioração” de suas áreas e equipamentos urbanos, criaram a percepção do centro como espaço de abandono e de pobreza a ser restaurado ou, para usar um termo recorrente dos discursos então acionados, “revitalizado” (FRÚGOLI JR, 2000; KOWARICK, 2009; NEUHOLD, 2009; MIAGUSKO, 2012; PEREIRA, 2012). Assim figurado, o “problema urbano” do centro da cidade configurou um campo de disputa envolvendo diversos atores nos anos 1990, mobilizando projetos e lógicas distintas, pertinentes ao modo de se conceber a

---

24 Os anos 2000 parecem ter inaugurado processos que revertem, ao menos parcialmente, o “esvaziamento populacional” das áreas centrais da cidade das décadas anteriores. Enquanto na década de 1990, o padrão de crescimento demográfico observado na cidade de São Paulo era de áreas de maior renda decrescendo e áreas de baixa renda crescendo a taxas muito elevadas, o padrão a partir dos anos 2000 se tornou mais complexo, mesmo que, em termos gerais, as taxas tenham arrefecido (MARQUES, REQUENA, 2015, p. 159). Os dados do Censo indicaram uma expansão da mancha mais rica do centro expandido (que tendeu a ficar ainda mais elitizado), mas também mostraram que áreas do centro velho se popularizaram. Ao longo dos anos 2000, houve uma tendência de crescimento da população em todos esses tipos de espaços, mas, sobretudo, nos espaços de renda mais baixa, inclusive naqueles caracterizados por habitações coletivas, indicando a popularização da área central, observada também no aumento da aquisição de imóveis pelas classes populares por meio de crescimento demográfico e intensificação da atividade imobiliária (MARQUES, 2015, p. 13; HOYLER, REQUENA, SARAIVA, 2015, p. 306). Kohara (2013) também analisa fatores e dados que levaram a esse “ganho populacional”, mesmo que ainda pequeno, no centro. Dentre esses elementos, ele cita: “há vários fatores que certamente contribuíram para esse ganho populacional no Centro como, por exemplo, as lutas dos movimentos de moradia, a produção habitacional pública e privada, a transferência de órgãos públicos, a deterioração nas condições de mobilidade urbana na cidade como um todo, entre outros fatores” (KOHARA, 2013, p. 81). Por meio da análise de dados do Censo IBGE 2000 e 2010, o autor observa tendências de popularização convivendo com tendências de instalação de setores de classe média em alguns distritos centrais. Para ele, qualquer projeto urbano ou de intervenção deve levar em conta as “constituições sociais complexas desses territórios” em sua formulação (KOHARA, 2013, p. 60).

25 É importante ressaltar que os anos 1990 marcaram um novo momento no qual várias e grandes instituições (sobretudo, financeiras) deixaram ou pretendiam sair do centro em direção ao quadrante sudoeste da cidade, seguindo o avanço imobiliário (FRÚGOLI JR, 2000, p. 70). Esse deslocamento esteve associado à busca por instalações de unidades mais modernas, ligadas à locomoção por automóvel, junto de uma procura por distanciamento da violência e degradação a que a região central foi associada, vista como conflitante a um estilo de moradia e de vida a que almejavam aqueles que passaram a trabalhar no novo polo financeiro da cidade (HOYLER, REQUENA, SARAIVA, 2015, p. 260).

apropriação e produção de espaços, envolvendo cada qual diferentes grupos de interesses, movimentos e organizações sociais. Ao lado e, muitas vezes, em oposição a projetos e intervenções voltadas à valorização imobiliária da região, surgiram projetos, demandas e programas habitacionais para a população mais pobre, configurando um cenário de polarizações e conflitos territorializados no centro da cidade de São Paulo²⁶ (FRÚGOLI JR, 2000; KOWARICK, 2009; RAMOS, 2009; MIAGUSKO, 2012; PEREIRA, 2012; KOHARA, 2013).

Emblemático dessa disputa foi o ano de 1991, ano de constituição formal de dois movimentos distintos, com concepções e reivindicações diferentes, mas que tinham em comum como arena política e espaço disputado a ser produzido e ocupado a área central da cidade, foram eles: a Associação Viva Centro (AVC) – Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo –, entidade civil de perfil societário englobando proprietários urbanos de diversas áreas e setores da sociedade com o objetivo de se constituir como mediador ente o poder público e a sociedade para a elaboração de projetos de revalorização do centro. Entre as várias instituições que compuseram a associação, teve papel de protagonismo, sobretudo, no começo do projeto, o Banco de Boston, cujo presidente na época e um dos principais entusiastas do movimento era Henrique Meirelles (FRÚGOLI JR, 2000, p. 69-70). A outra organização, que foi oficializada juridicamente nesse mesmo ano foi a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC)²⁷, primeiro movimento de moradia com lutas mais abrangentes no centro da cidade e considerada matriz dos movimentos que surgiram posteriormente nessa região.

Foi nesse contexto que, na segunda metade da década de 1990, os movimentos de moradia ampliaram suas ações no centro por meio da ocupação de imóveis vazios²⁸,

---

²⁶ “As disputas pelo Centro expressam-se em torno de projetos de revitalização; de programas de habitação popular; de investimentos do setor privado; de ocupações de prédios abandonados; de resistências aos despejos; de processos de criminalização dos moradores de cortiços; de perseguição aos moradores de rua e ambulantes; de legislação de uso e ocupação do solo; do plano diretor; de pesquisas acadêmicas e outras formas” (KOHARA, 2013, p. 17).

²⁷ A ULC foi criada em 1991, a partir da articulação de grupos de luta por moradia de algumas regiões de São Paulo, muitos dos quais formados por moradores de cortiços (na Mooca, Brás, Belém, Luz, Ipiranga, Barra Funda, Tatuapé, entre outras). Esses grupos foram constituídos a partir de práticas locais iniciadas pelas Comunidades Eclesiais de Base, ainda na década de 1970. Tais práticas teriam se desdobrado em lutas urbanas de maior abrangência, através das atuações das organizações encorticiadas, antes isoladas, que culminaram na criação da ULC, que acabou representando a principal origem dos atuais movimentos de moradia da região central de São Paulo (AQUINO, 2008; NEUHOLD, 2009; PEREIRA, 2012, KOHARA, 2013).

²⁸ Duas dimensões se articulam na formulação das reivindicações por moradia popular: o não atendimento das demandas populares por parte do poder público e a existência de um número elevado de imóveis vazios. Foi a partir disso que os movimentos passaram a utilizar as ocupações como instrumento e

com ressonância e visibilidade crescentes no debate público e na agenda política de gestores urbanos, partidos políticos e governantes, meios de comunicação e sociedade (KOWARICK, 2007; NEUHOLD, 2009; MIAGUSKO, 2012). Como nota Kowarick (2009, p. 285), “vários movimentos ocuparam inúmeros prédios e realizaram dezenas de manifestações com a finalidade de negociar com o poder público políticas subsidiadas para a habitação das camadas de baixos rendimentos”. De acordo com pesquisa realizada por Miagusko (2012) com base em levantamento realizado na grande imprensa,

entre os anos de 1997 e 2007, foram registradas 112 ocupações de edifícios vazios, imóveis abandonados, ruínas de equipamentos públicos e terrenos, tanto de propriedade privada como pública. Desse total, 83, ou seja, 74,1% de todas as ocupações aconteceram nos 13 distritos²⁹ da região central. E desse total, a quantidade de prédios ocupados foi bem maior, se comparada às ações dos movimentos de moradia nos anos 1980, que privilegiavam a ocupação de grandes terrenos vazios nas periferias de São Paulo (MIAGUSKO, 2012, p. 174).

As ocupações de prédios vazios³⁰ no centro de São Paulo colocaram em evidência a crise habitacional (ROLNIK, 2015, p. 278) na cidade, assim como as formas de produção e apropriação dos espaços. Tal como um contraponto às políticas de renovação e “revitalização” empreendidas pelo poder público, desde meados dos anos 1970, em nível estadual e municipal, regidas por critérios de mercado, sobretudo mercado imobiliário, os movimentos organizados por moradia apareceram realizando ocupações organizadas de prédios abandonados, como forma de pressão e instrumento de luta, construindo uma destinação e uso diversos daquele espaço ocioso (Mapografia

---

estratégia de pressão política (AQUINO, 2008; NEUHOLD, 2009; MIAGUSKO, 2012; PEREIRA, 2012; KOHARA, 2013). Nem toda ocupação de imóvel seria para viabilizá-lo como moradia, até porque muitas vezes as condições são tão precárias que impossibilitam isso. O intuito acaba sendo chamar a atenção e pressionar por atendimento e encaminhamento definitivos. As ocupações não eram vistas como um fim em si mesmo para o problema da moradia. E como “instrumento de luta” serviriam também para colocar essas questões em pauta, tornando visível para a sociedade o problema da habitação na área central (RELATÓRIO, 2001, p. 38).

²⁹ Os 13 distritos centrais a que Miagusko (2012) se refere são: Sé, República, Liberdade, Bela Vista, Consolação, Santa Cecília, Bom Retiro, Belém, Brás, Mooca, Pari, Cambuci e Barra Funda.

³⁰ Kohara (2013) apresenta números em relação a domicílios vagos a partir de dados do Censo do IBGE de 2000 e 2010: em 2000, o número era de 38.604 domicílios vagos nos distritos do centro (e ele apresenta os números por distrito e percentualmente). No Censo de 2010, todos esses distritos centrais apresentaram queda no número caindo para 22.087 domicílios vagos, segundo seu relatório (KOHARA, 2013, p. 63).

FAU)³¹, fazendo dessas ocupações evidências de uma disputa acirrada sendo travada em torno dos modos de ocupação e apropriação do espaço (FIX et al., 2000).

Um breve comentário em relação à ideia de “revitalização”: por mais que seja um termo impreciso – que é frequentemente criticado por dar a ideia de que algo está morto –, ele é amplamente adotado como conceito e difundido nos discursos ao redor do mundo (NEUHOLD, 2009; MIAGUSKO, 2012; HOYLER, REQUENA, SARAIVA, 2015). Sobre essa disseminação global dos projetos de “revitalização” das áreas centrais, Frúgoli Jr. (2000) toma David Harvey como referência teórica para ilustrar o fato de que a passagem do sistema fordista para um regime de acumulação flexível atingiu e provocou transformações profundas em muitas cidades, a partir dos anos 1970. Frente a sua desindustrialização e consolidação como centros eminentemente financeiros e de serviços, surge como uma possibilidade de retomada econômica e de readaptação à nova realidade a promoção de reformas urbanísticas de suas áreas centrais como forma de atrair capital e pessoas, de classe média e turistas, ressignificando esses espaços urbanos (FRÚGOLI JR, 2000, p. 21-22). Conjuntura de emergência dos “planos estratégicos” das cidades – projetos que buscavam reposicionar as cidades no âmbito da competição global, atraindo investimentos internacionais –, introduzindo uma lógica de gestão empresarial do planejamento urbano (ROLNIK, 2015, p. 325; VAINER, 2000). Uma dimensão política correlata desses processos pode também ser explorada nos termos de Telles e Hirata (2007): “em nome da urgência e da emergência, o espaço da política é subtraído [...] sob a figuração de uma cidade toda ela pensada e figurada sob a lógica de uma gestão dos riscos, riscos sociais, pautando programas sociais e também os hoje celebrados projetos de revalorização de espaços urbanos, populares ou centrais” (2007, p. 187).

Retomando, os movimentos de moradia são diversos e com diferentes histórias políticas. Alguns são herdeiros dos movimentos sociais dos anos 1980, quando o foco das ações estava voltado para a periferia da cidade (MARICATO, 1996; FELTRAN, 2005; MIAGUSKO, 2012, KOHARA, 2013). Outros surgem em uma conjuntura posterior e com outras demandas e reivindicações, nem sempre oriundos apenas das periferias. Com a expansão e fortalecimento, ao longo dos anos 1980, de muitos

---

³¹<https://mapografiasurbanas.wordpress.com/pesquisa-2/mapografia-das-ocupacoes-no-centro-de-sao-paulo/>. Acessado em: 27 de junho de 2017. Nesta plataforma, é possível acessar mapografias realizadas por esse grupo, onde informações como a territorialidade, a cronologia, os movimentos de liderança, a duração (se ainda persistem) e o desfecho (inclusive, se houve confronto com a polícia) das ocupações do centro, no período de 1997 a 2012, estão organizadas e disponíveis.

movimentos de sem-terra, com apoio da Igreja Católica nessa organização, na zona leste, principalmente, esses grupos passaram a se articular em torno de uma associação mais abrangente que viria a ser chamada de União dos Movimentos de Moradia (UMM), fundada em 1987 (CAVALCANTI, 2006; AQUINO, 2015, KOHARA, 2013).

Paralelamente a isso, começou a ocorrer de forma cada vez mais organizada a união de muitos moradores de cortiços, pauta que não era privilegiada anteriormente, o que logo trouxe um deslocamento e destaque para a reivindicação por atendimento na região do centro, região com maior concentração de cortiços³². A ULC surgiu, assim, como resultado desse deslocamento, dentro da estrutura da UMM (AQUINO, 2008). A ULC, inicialmente, funcionava na mesma sede da Associação dos Trabalhadores da Mooca³³, associação que chega a ser considerada como “mãe” de todos os movimentos do centro por articular as demandas e reivindicações dispersas que existiam nessa região (AQUINO, 2008; NEUHOLD, 2009; PEREIRA, 2012). O que é interessante notar é que a linhagem dos movimentos de moradia do centro se articula com a história urbana e política dessa área da cidade: a atuação dos movimentos sindicais nos anos 1970, em uma região da cidade que era predominantemente operária, como a Mooca, e que por isso contava com a presença de muitos cortiços, que com o passar do tempo começaram a se organizar também.

A organização dos moradores de cortiço, “que pagavam aluguéis para morar perto do trabalho”, contra a “exploração” dos valores cobrados, da violência dos “intermediários” entre os moradores e proprietários e da recorrência dos despejos trouxeram à tona, mesmo que de maneira desarticulada e difusa, a questão da moradia no centro de São Paulo (NEUHOLD, 2009; MIAGUSKO, 2012; PEREIRA, 2012; KOHARA, 2013). A principal reivindicação dos moradores de cortiço era em permanecer na região central de São Paulo³⁴, mas com melhores condições de vida,

---

³² Em relação aos cortiços no centro de São Paulo, informações, não apenas referentes a sua história e persistência de longa duração, mas também de dados mais recentes, ver Kohara (2013).

³³ A Associação foi fundada em 1979 com o objetivo de formar lideranças e fortalecer as oposições sindicais. No início da década de 1980, ela trouxe importantes contribuições na mobilização dos moradores de cortiços (KOHARA, 2013, p. 155).

³⁴ Cabe ressaltar que a justificativa da moradia no centro pela questão de sua localização, pois é “perto de tudo”, é recorrente e estruturante dos discursos que se referem a essa região (KOWARICK, 2009). Kohara (2013) entrevistou 100 pessoas que residiam (em família ou sozinhas, entre homens e mulheres, brasileiras e estrangeiras) em 70 cortiços, localizados no distrito do Bom Retiro, avaliando diferentes aspectos e dados socioeconômicos, e comparando com dados de pesquisa anterior realizada pelo autor em 1998 na mesma área. Em relação à pergunta sobre as vantagens de morar no centro, 64% dos fatores apontados foram agrupados no bloco “localização – perto de tudo”, referente à localização da moradia

pautando assim um tema que se tornaria central para os movimentos dessa região: a “luta por moradia digna no centro” (AQUINO, 2008; NEUHOLD, 2009; PATERNIANI, 2016; KOHARA, 2013) – termo comum que unifica não só a luta dos movimentos de moradia, mas que está presente também, por exemplo, nas ações e políticas desenvolvidas pelo Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, com longa história de atuação no centro da cidade (AQUINO, 2008; PEREIRA, 2012). Ao redor da “luta por moradia digna no centro”, a organização e articulação política de movimentos populares foi se consolidando e se efetivando na área central da cidade³⁵.

A importância dos cortiços e de sua mobilização para a posterior constituição e consolidação – em termos de formação política, de formação de quadros e lideranças, de estratégias, de bandeiras de luta, etc. – dos movimentos organizados de moradia da área central e da realização das ocupações de imóveis vazios naquela área é bastante enfatizada por duas figuras importantes que acompanharam de perto ao participar da construção dessa história e que pude entrevistar: Manoel Del Rio, assessor jurídico e liderança da FLM e coordenador da ONG APOIO, e Luiz Kohara, secretário executivo do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

Manoel Del Rio, por exemplo, quando questionado sobre os vinte anos que nos separam hoje (2017) das primeiras ocupações protagonizadas pelos movimentos organizados (1997), responde que não são vinte, mas trinta anos; que é preciso regressar dez, quinze anos em relação a 1997, para os anos 1980, no contexto de organização da luta dos cortiços para podermos compreender essa história; história que passa pela Associação dos Trabalhadores da Mooca³⁶ (que começou a organizar os moradores dos

---

próxima a serviços públicos e privados, ao trabalho e da não necessidade de transporte para realizar atividades cotidianas (KOHARA, 2013, p. 68). Já em relação às desvantagens, 37% das respostas estavam relacionadas à precariedade da moradia (aluguel muito caro, precariedade nas condições de habitabilidade e dificuldade em conseguir moradia) (2013, p. 70). Essa linha de argumentação (do “perto de tudo”) permanece nos discursos dos movimentos de moradia do centro, algo que é recorrentemente afirmado. Segundo uma das lideranças de um dos movimentos de moradia, a opção por essa região se dá por questões de acessibilidade: maior oferta de trabalho, maior facilidade de locomoção, maior concentração de serviços de saúde e de melhores escolas para as crianças. Ela ainda ressalta que muitos já moravam no centro anteriormente à entrada no movimento e que este passa a ser um instrumento de obtenção de melhores condições de moradia e, preferencialmente, definitivas ali (AQUINO, 2008, p. 51).

³⁵ “A luta desses movimentos populares gira em torno do reconhecimento sobre os benefícios que a moradia digna nessa parte central da cidade pode trazer à qualidade de vida dos grupos sociais de baixa renda como os moradores de cortiços e dos sem-teto que já tem a vida estruturada nessas áreas urbanas” (KOHARA, 2013, p. 79).

³⁶ Manoel Del Rio também deu seu depoimento para Kohara (2013): “Segundo Manoel Del Rio, da atuação da Associação dos Trabalhadores da Mooca nasce o Movimento dos Quintais da Mooca que, em abril de 1984, indicou terrenos vazios na Mooca e Brás para a construção de moradia popular ao prefeito Mario Covas (1982-1986). Sem atendimento as reivindicações, em maio de 1985, esse movimento para

cortiços), passa pela constituição da ULC (com seu foco de mobilização específico para os moradores dos cortiços) e chega na posterior formação, a partir da ULC, do Fórum dos Cortiços, depois originando por sua vez outros movimentos de moradia com atuação na área central.

Para Kohara, as ocupações de imóveis vazios, a partir de 1997, por movimentos organizados, se distinguem das ocupações anteriores que ocorriam na cidade até então, de forma espontânea, mais ou menos organizada, por moradores em situação de rua, inclusive. Essa distinção está no fato desses movimentos organizados terem uma posição política definida e marcada por uma série de reflexões, fruto da mobilização e organização anteriores que vinham desenvolvendo lutas por moradia na área central da cidade, especialmente ligadas aos cortiços; reflexões que demarcavam posições claras, por exemplo, em relação ao direito à moradia, ao direito de morar no centro da cidade, à função social da propriedade, de questionar as contradições urbanas e a questão imobiliária... Portanto, as ocupações de imóveis a partir de 1997 se diferem das ocupações anteriores não só por terem uma agenda e dimensões políticas definidas, mas também por esses movimentos que as protagonizaram terem um embasamento e fundamentação jurídicos e urbanísticos que caracterizavam suas concepções e ações. Mas é importante reter que esse embasamento não veio do nada, é um acúmulo que vinha já sendo construído ao redor e a partir da mobilização, sobretudo, dos cortiços na área central. Mobilização essa dos cortiços, ele pontua, que contou com o apoio em sua organização não só da Associação dos Trabalhadores da Mooca, mas também do próprio Centro Gaspar Garcia, que estava em fase de formação e consolidação³⁷, e da Pastoral da Moradia, ligada à Igreja Católica, outra instituição importante nesse processo³⁸.

Desse modo, por trás das ocupações de imóveis na região central há uma história de mobilizações, de disputas pela produção e apropriação do espaço, de grupos e organizações na qual os movimentos de moradia dos anos 1990 se inscrevem. A

---

fazer pressão a Prefeitura ocupou durante cinco dias a Secretaria do Bem-Estar Social (FABES-Mooca). Como resultado dessa luta, as famílias conquistaram moradias na periferia da Zona Leste. Esses atendimentos deixaram muitas famílias insatisfeitas pelo fato dos empreendimentos estarem localizados em áreas distantes e sem infraestrutura. A insatisfação das famílias em serem transferidas para a periferia dá início ao debate sobre a localização das moradias e a importância de que os projetos habitacionais de interesse social fixassem os moradores nos locais dos cortiços” (KOHARA, 2013, p. 156).

³⁷ O Centro Gaspar Garcia foi fundado em 1984 por agentes das pastorais da Sé da Arquidiocese de São Paulo junto de outros militantes com atuação na região central da cidade (KOHARA, 2013, p. 156).

³⁸ Todo esse processo é por ele também descrito em Kohara, 2013.

existência de um elevado estoque imobiliário ocioso, a alta demanda por moradia na região, e a situação precária nos cortiços (valores altos, ameaças de despejo, condições péssimas de habitabilidade) consolidaram como reivindicação clara a desapropriação de prédios e terrenos vazios para a produção de habitação social (NEUHOLD, 2009, p. 42-43). As ocupações de imóveis vazios foram o instrumento político privilegiado e a falta de diálogo e de atendimento a suas demandas favoreceram sua utilização e recorrência. As diferentes formas de enxergar e fazer uso dessa estratégia política, contudo, não eram consensuais e provocaram (e provocam até hoje) rachas e dissidências que se evidenciam em desacordos táticos e políticos³⁹. Divisões as quais Manoel Del Rio, em sua entrevista, reconhece, mas contrapõe uma ressalva: “o movimento de moradia é **organicamente** dividido. Organicamente, a pessoa fala o movimento X, o movimento Y... mas a bandeira de luta é a mesma, ela não tem diferença” [grifo em negrito meu].

Portanto, podemos afirmar que a estratégia de ocupações de imóveis empreendida pelos movimentos de moradia organizados fez com que o não respeito a limites à aplicação do direito à propriedade⁴⁰ e os abusos cometidos em seu nome se tornassem públicos graças à ação política dos movimentos de ocupação que transformaram “um ato considerado ‘ilegal’ em um evento político”, fazendo do *ocupar*

---

³⁹ Para muitos dos movimentos, o principal instrumento político é a ocupação de imóveis como forma de denúncia e de pressão sob o poder público (AQUINO, 2008; NEUHOLD, 2009; KOHARA, 2013). Contudo, não são todos os movimentos que realizam ocupações e mesmo o objetivo e dinâmica da ocupação como tática variam de movimento para movimento; alguns ocupam imóveis para ganhar visibilidade e abrir canais de negociação por meio da pressão social, não permanecendo depois para morar no prédio ocupado, por acreditar que as condições são precárias e o impacto político e a repercussão existem no ato em si, depois ninguém mais quer saber do que acontece e são os ocupantes que ficam expostos aos riscos da precariedade da situação; já outros acreditam que a ocupação só faz sentido articulada com a opção por permanecer no prédio com o intuito de transformá-lo em moradia popular por meio de um projeto habitacional ou enquanto aguardam uma solução definitiva (BLOCH, 2007; NEUHOLD, 2009, TATAGIBA, 2010; MIAGUSKO, 2012; PEREIRA, 2012; KOHARA, 2013). Kohara afirma que as primeiras ocupações realizadas tinham como objetivo ocupar para permanecer fazendo com que o prédio ocupado fosse reformado e atendesse as famílias que estavam ali ocupando. Com o tempo, outras estratégias e táticas foram ganhando terreno. De toda maneira, Kohara (2013, p. 204) pondera que uma ocupação é sempre uma atividade exigente e difícil, que envolve muitos riscos. “As dificuldades e desgastes com as ocupações de edifícios abandonados são evidentes, tanto no aspecto da organização dos filiados dos movimentos, como das tensões ou violências que sofrem: as agressões da Polícia Militar, da Guarda Civil Metropolitana e de seguranças particulares dos imóveis; os enfrentamentos nos momentos de reintegração de posse; o tratamento pouco eficaz dispensado por agentes das instituições públicas; a criminalização da luta feita pela grande mídia, e outras questões” (KOHARA, 2013, p. 207).

⁴⁰ De acordo com dados de acompanhamentos do Centro Gaspar Garcia e de ações dos movimentos de moradia, Kohara (2013, p. 209) afirma que o sistema judiciário é “bastante conservador em relação às ações das ocupações”. Nessas situações, o que embasa as decisões não é o Estatuto da Cidade ou artigos da Constituição Federal referente aos direitos sociais, mas sim o Código Civil e os artigos que tratam do direito à propriedade. Já a atuação do Executivo, segundo o mesmo autor, “para enfrentar as ocupações e a luta pelo direito ao território do Centro” varia em uma gradação de diferentes estratégias e mecanismos de ação, indo da repressão, cooptação às tentativas de fragmentação dos movimentos.

“um ato de litígio e controvérsia no plano jurídico e político, expandindo seus sentidos, associando-os mais visivelmente à questão de acesso a ‘direitos’” (BIRMAN, 2015, p. 171-172).

As ocupações de prédios por movimentos organizados

Como vimos, o ano de 1997 foi um marco⁴¹ das ocupações de prédios vazios no centro de São Paulo por movimentos organizados. O grupo que protagonizou essa ação foi o Fórum de Cortiços, fundado a partir da ULC (AQUINO, 2008; NEUHOLD, 2009; PEREIRA, 2012). Do racha da ULC foi formado, primeiro, o Fórum de Cortiços, mas, posteriormente, por divergências, formou-se o MMC (Movimento de Moradia no Centro). Esses dois movimentos também viriam a originar outros dois: do Fórum de Cortiços, um grupo formou o MSTC; e do MMC surgiu o MMRC⁴². A partir dessa ocupação, no ano de 1997, muitas outras começaram a ocorrer no centro, variando em tamanho, intensidade e duração. Por meio dessas ações, as ocupações colocaram em discussão suas reivindicações, que se tornaram pauta dos meios de comunicação e da agenda política da cidade. Com toda essa grande repercussão, as ocupações se consolidaram como instrumento político privilegiado⁴³ por esses movimentos – e outros novos que iam aparecendo por essa região central.

---

⁴¹ Paterniani (2016) coloca nos seguintes termos a ideia de 1997 ser um marco: de acordo com a literatura específica e com as lideranças dos movimentos de moradia, a partir de 1997 inicia-se “a publicização das propostas políticas dos movimentos de moradia para a região do centro da cidade” (2016, p. 40). São marcos também, tomando um depoimento do advogado Dito como referência, “da disputa em torno do centro” (2016, p. 40-41).

⁴² É recorrente nas dinâmicas dos movimentos de moradia as rupturas e formações de novas organizações, ao longo do tempo. As razões e justificativas variam e nem sempre são claras e precisas, indo desde divergências políticas, táticas e estratégicas, e, inclusive (não raro), pessoais. Esse é um apontamento (as dissidências e não clareza de suas razões) presente em muitos trabalhos que tratam dos movimentos de moradia no centro (BLOCH, 2007; AQUINO, 2008; NEUHOLD, 2009; TATAGIBA, 2010). Para o caso desta pesquisa, mencionamos esses rachas específicos, pois esses dois movimentos originados (o MSTC e o MMRC) lideraram e organizaram a ocupação Mauá, inicialmente.

⁴³ “Os movimentos têm se aprimorado na estratégia de ocupação dos prédios abandonados para que realmente sejam efetivos no seu objetivo, com avaliações anteriores da questão fundiária dos edifícios, análise da conjuntura política e os riscos que serão enfrentados. Cada vez mais procuram se preparar para todos esses enfrentamentos, mesmo sabendo não ser possível prever o que pode ocorrer no momento da ocupação ou após adentrarem os imóveis. Todos avaliam as estratégias e articulações possíveis para minimizar os desgastes, como advogados disponíveis para as emergências, *release* para a imprensa, presença de fotógrafos, parlamentares e pessoas informando as redes virtuais sobre os acontecimentos; isso pode colaborar para que a ocupação cumpra seu objetivo sem desgastes e resultados negativos aos filiados” (KOHARA, 2013, p. 212).

Inicialmente, quando o MSTC foi criado, a partir do racha do Fórum de Cortiços, ele permaneceu fazendo parte da UMM (União dos Movimentos de Moradia), organização mais ampla que agrupava esses vários movimentos menores. Depois de um tempo, contudo, o MSTC junto com outros movimentos se separaram da UMM, construindo uma nova articulação ampla de movimentos, a FLM (Frente de Luta por Moradia), oficializada em 2004 (AQUINO, 2008; NEUHOLD, 2009; PEREIRA, 2012). A UMM e a FLM são, portanto, duas entidades distintas com “tendências federalizantes” (AQUINO, 2008, p. 69) que aglutinam diversos movimentos menores. A proposta que levou à criação da FLM era a de ações mais diretas com ocupações e ligações com movimentos atuantes também na periferia da cidade (AQUINO, 2008; NEUHOLD, 2009; PEREIRA, 2012).

Por trás de todas essas ocupações e movimentos, com a dimensão que foram ganhando com o tempo, foi se estruturando uma rede⁴⁴ de outros atores e organizações ao seu redor. Como nota Kowarick (2007, p. 205), “são aglutinações que contam com assessorias técnicas⁴⁵ – entre as quais, Ambiente, Fábrica Urbana, Instituto Pólis, Integra Cooperativa, Assessoria em Habitação aos Movimentos Populares – que reúnem lideranças com larga experiência nas orientações políticas de curto e longo prazo”. Os movimentos contam tanto com assessorias técnicas, que estudam a viabilidade de projetos, quanto com assessorias jurídicas, pois essa dimensão é estruturante no cotidiano e desdobramentos de uma ocupação.

O fato é que é possível observar que, para além dos movimentos e de seus ocupantes, há todo um campo multifacetado de articulações, envolvendo outros atores e coletivos (advogados, urbanistas, artistas, movimentos políticos e culturais, estudantes universitários e pesquisadores, etc.). É toda essa trama que nos permitiu desenvolver a

---

⁴⁴ Kohara (2013, p. 181) também observa a importância da constituição de redes e enumera, em seu relatório, parcerias e articulações importantes dos movimentos de moradia do centro com, por exemplo, a CMP, as assessorias técnicas, ONGs e entidades variadas, setores da universidade, a Defensoria Pública e Ministério Público Estadual, no âmbito jurídico, assim como outras entidades e redes nacionais e internacionais. Para o autor, a formação de “redes temáticas de dimensão local, regional, nacional e internacional” (2013, p. 181) seria uma forma de ampliar sua força política, os avanços técnicos e a reflexão. As redes e articulações favoreciam também os movimentos “na obtenção de informações das políticas públicas, troca de experiências, rapidez nos momentos de solidariedade, representação em outros espaços de decisão e de formação” (KOHARA, 2013, p. 181).

⁴⁵ “A figura da Assessoria Técnica remete à estrutura do programa de mutirão com autogestão que se desenvolveu em São Paulo no fim dos anos de 1980. São equipes técnicas, em geral formadas por arquitetos e profissionais da área social, contratadas autonomamente pelas associações que estabelecem os contratos ou convênios com os poderes públicos para desenvolver os projetos, apoiar ações sócio-organizativas junto às famílias e fazer o acompanhamento e fiscalização da obra” (RIZEK et al., 2015, p. 313).

hipótese de que essas ocupações se constituem como um campo de gravitação social conectando diferentes sujeitos, movimentos e experimentações urbanas. Trata-se de um campo de gravitação atravessado por uma trama tensa e conflituosa de relações, práticas e agenciamentos entre os ocupantes e os poderes públicos: negociações, demandas em torno de programas e ações sociais, assim como resistências e, muitas vezes, conflitos diretos em situações de reintegração de posse e despejos⁴⁶ – acontecimentos que acabaram se tornando comuns no dia a dia da cidade (ROLNIK, 2015, p. 278). As ocupações se tornam locais de resistência e protagonismo, articulando outros atores e relações diversas com o Estado e seus operadores.

Os processos de urbanização e de apropriação do centro de São Paulo

Para entendermos a irrupção de ocupações de imóveis vazios no centro da cidade a partir da segunda metade da década de 1990, é preciso levar em conta dimensões urbanas, sociais, econômicas e políticas que se articularam na produção do espaço urbano ao longo desse tempo. Os processos de urbanização e de intervenção estatal foram importantes para configurar os espaços e arranjos sociais nessa área da cidade. Há uma longa história da presença, remoções e resistências das classes populares em ocupar, se apropriar e disputar o centro, da qual as ocupações de imóveis nos anos 1990 constituem um dos capítulos mais recentes.

Durante as décadas de 1960 e 1970, famílias que se deslocaram para as cidades se instalaram em áreas então distantes e precárias da periferia, no mais das vezes em situação irregular, promovendo a autoconstrução da moradia e, com o tempo, foram se (auto)organizando e reivindicando melhorias urbanas (transporte, saneamento, eletricidade, postos de saúde, escolas, etc.) (TELLES, 2006, p. 58). A população se fixou onde e como podia, naquilo que Kowarick e Bonduki (1994) denominaram de “laissez-faire urbano”, consolidando um padrão periférico de crescimento urbano “baseado no trinômio loteamento periférico/ casa própria/ autoconstrução – que em São Paulo representou a principal opção de moradia encontrada pelos setores populares”

---

⁴⁶ Os casos de remoção, muitas vezes forçadas, são o auge da relação tensa que esses indivíduos estabelecem com o Estado. Cenas de violência são produzidas nesses episódios, mostrando que a tensão pode, muitas vezes, transbordar para além dos limites contidos e internalizados do seu cotidiano e se concretiza no uso da força e na violência física que assistimos durante os episódios de reintegração de posse na cidade.

(KOWARICK; BONDUKI, 1994, p. 150). “Foi baseado no binômio loteamento clandestino e ônibus que a periferia da cidade de São Paulo se expandiu horizontalmente nas décadas de 40, 50, 60 e 70” (MARICATO, 1996, p. 12). Esse processo de urbanização veio a ser sintetizado na expressão de “urbanização por expansão de periferias”.

A intervenção estatal foi mínima em todo esse processo de ocupação, construção e consolidação das periferias. Essa situação começou a se alterar com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1964. A partir de 1967, o BNH⁴⁷ assumiu a gestão dos recursos do FGTS (poupança compulsória de todos os assalariados do país). Não só o financiamento, mas também o planejamento do desenvolvimento urbano no âmbito federal estavam em suas mãos, fazendo com que atuasse junto de estados e municípios (disponibilizando crédito para as companhias públicas), que executavam os projetos de saneamento e habitação popular, atendendo também construtoras e indivíduos para a produção de moradias para as classes média e alta (ROLNIK, 2009, p. 33). Isso ocasionou a expansão da construção de prédios e edifícios para essas camadas de mais alta renda, transformando profundamente o mercado imobiliário e a paisagem urbana da cidade de São Paulo (CALDEIRA, 2003, p. 224).

Assim, pode-se afirmar que a constituição do BNH não mudou a lógica⁴⁸ que regia a construção de moradias populares e de classes média e alta: enquanto as primeiras continuaram sendo construídas nas periferias desprovidas de equipamentos urbanos e distantes do centro da cidade; o mercado de classe média, que concentrou 2/3 das unidades financiadas, recebeu forte impulso e expansão produzindo verticalização, novos eixos e centralidades pelo tecido urbano ao longo dos anos 1970 (ROLNIK, 2009, p. 33).

---

⁴⁷ A produção pública foi massificada pelo BNH. As políticas desenvolvidas no período se voltaram basicamente para a produção de novas unidades para serem vendidas por meio de um sistema de financiamento visando o retorno dos investimentos realizados. Os agentes que implementaram a política e configuravam como os agentes financeiros nesse processo foram as Companhias de Habitação (Cohabs), fundadas a partir de 1965. O tipo de habitação e o modelo de financiamento adotado excluía as populações de mais baixa renda das políticas desenvolvidas por esse sistema durante os anos da ditadura militar (MARQUES; SARAIVA, 2004, p. 270).

⁴⁸ A terra urbana é muito cara e representa um dos principais valores na produção de habitação, e é um dos fatores de justificação para a localização dos conjuntos construídos. Historicamente, os conjuntos de moradia popular se localizaram sempre em áreas afastadas, nas franjas das cidades, com infraestrutura urbana quase inexistente, gerando altos custos de transporte e tempo de locomoção para os habitantes que residem ali, e não integração à malha urbana já consolidada (MARQUES; SARAIVA, 2004, p. 270).

O desenvolvimento e consolidação desses novos eixos, somados ao aumento da mobilidade espacial promovida pela disseminação do automóvel, representaram a abertura de novas frentes de acesso e de expansão imobiliária pelas camadas de mais alta renda, sobretudo para o vetor sudoeste. Dessa forma, em um processo que se foi desenvolvendo gradualmente, as elites foram deixando o centro em direção a essas novas frentes que se consolidavam, abandonando-o como local de moradia, trabalho e espaço de lazer e consumo (VILLAÇA, 1998). Para Villaça (1998, p. 277), o processo nomeado e amplamente difundido como de “deterioração” e “decadência” do centro consistiria, exatamente, nesse abandono das camadas de alta renda e na apropriação do centro pelas camadas populares.

Portanto, por mais que tenha ocorrido, de fato, a saída das elites, de sedes financeiras e de empresas, de empregos e serviços da região, ela nunca ficou vazia. Mesmo com o

deslocamento das principais atividades financeiras da cidade para o vetor sudoeste, não se verificou o esvaziamento do centro, mas sim um reordenamento de sua dinâmica populacional, de ocupação imobiliária e de suas atividades econômicas. A atual configuração da estrutura urbana e a confluência de diferentes classes sociais, ocupações e condições habitacionais refletem os legados de políticas prévias e as decisões locacionais dos moradores e de empresas ao longo do século, não implicando substituição de um padrão por outro, mas um mosaico que incorpora os sucessivos movimentos de concentração e dispersão da cidade (HOYLER, REQUENA, SARAIVA, 2015, p. 259).

Houve tanto a permanência e intensificação quanto o desenvolvimento de atividades e dinâmicas econômicas novas, que ocuparam o espaço deixado pelas empresas, estabelecimentos e serviços que saíram, reorganizando o perfil dessa região. A presença do complexo têxtil, da venda de eletrônicos, a comercialização de produtos e serviços para empresas, além do comércio informal e clandestino comprovavam o dinamismo e vitalidade no centro (HOYLER, REQUENA, SARAIVA, 2015, p. 259; PEREIRA, 2012; KOHARA, 2013). Um contingente grande de pessoas das classes populares, muitas migrantes nordestinas que convergiam crescentemente para São Paulo, vinham procurar trabalho e moradia na região central da cidade, muitas

desenvolvendo atividades informais como forma de sustento (FRÚGOLI JR, 2000, p.59).

Ao longo desses processos de popularização e saída da população mais rica do centro, um grande número de imóveis ficou ocioso e perdeu seu valor de mercado, não valendo a pena de serem mantidos, ficando abandonados ou fechados esperando uma possível valorização imobiliária futura⁴⁹. Entre os prédios ociosos estavam também órgãos públicos que ao serem transferidos deixaram para trás, vazios, suas antigas sedes e edifícios em que funcionavam (VILLAÇA, 1998; RELATÓRIO, 2001; PEREIRA, 2012; KOHARA, 2013; HOYLER, REQUENA, SARAIVA, 2015).

A passagem dos anos 1980 para os 1990 foi marcada por mudanças profundas que deslocaram e reconfiguraram campos políticos, relações de forças, formas de conflito e suas arenas por todo o campo social (TELLES, 2006, p. 45). A abertura dos mercados aos capitais globalizados, a reestruturação produtiva, a emergência de novas tecnologias, a flexibilização do trabalho transformaram as relações e práticas que organizavam o espaço social que integrava o mundo do trabalho com a cidade e a política. Até então, a expansão e integração urbanas havia se dado em paralelo com a integração no mundo do trabalho: os movimentos sociais urbanos tinham seu equivalente, pelo lado do trabalho, nos movimentos operários e sindicais que agitaram a década de 1980 (TELLES, 2006). Os anos 1990 marcaram a implosão dessas referências e dessas trajetórias de inserção.

As configurações societárias da “cidade fordista” com suas polaridades e binaridades bem definidas e estabelecidas, como centro e periferia, trabalho e moradia, formal e informal foram embaralhadas (TELLES, 2010, p. 11) e afetadas por esses processos, tornando essas categorias insuficientes para explicar o mundo social revirado, assim como os movimentos, deslocamentos e práticas redefinidos dos atores dentro dele (TELLES, 2010, p. 15). Os desdobramentos no mundo do trabalho (e do não-trabalho) podem ser descritos nos seguintes termos:

Em termos gerais, anos de reestruturação produtiva e da chamada flexibilização das relações de trabalho que terminou por esfumçar as

---

⁴⁹ Kohara (2013, p. 202) aponta como muitos proprietários desses edifícios abandonados acumulam há muitos anos dívidas de IPTU sem que nada aconteça e sem serem penalizados, mesmo que estão desrespeitando a Constituição Federal e o Estatuto das Cidades, que estabelecessem que todos os imóveis devam cumprir com sua função social.

diferenças entre trabalho, desemprego e expedientes de sobrevivência, na própria medida em que o assim chamado informal instala-se no coração dos modernos processos produtivos e, no mesmo passo, se expande pelas vias de redes de subcontratação e formas diversas de mobilização do trabalho temporário, esporádico e intermitente, sempre nos limites incertos entre o legal, o ilegal, clandestino ou mesmo ilícito e delituoso (TELLES; HIRATA, 2007, p. 174).

As conexões que antes articulavam trabalho, cidade e política foram desfeitas, compondo outras relações que fugiam ao espaço conceitual no qual o debate era travado (TELLES, 2010, p. 12). Desse modo, é preciso estar atento e levar em conta “de que modo as novas realidades do trabalho (e do não-trabalho) redesenham os espaços urbanos e seus territórios e redefinem práticas sociais e os circuitos que articulam moradia, trabalho e serviços” (TELLES, 2006, p. 49).

Do seu desmoronamento, a “cidade pós-fordista” (MENDES, 2009) foi emergindo, na convergência de processos variados: de um lado, os efeitos da chamada reestruturação produtiva (desemprego ampliado, precarização, ampliação dos mercados informais) e, de outro, mudanças no mercado de terras e nos modos de expansão da mancha urbana na cidade (MARICATO, 1996). Em síntese, era o binômio trabalho-casa própria que parecia desfazer-se, na própria medida em que se esgotavam ou se inviabilizavam os modos de acesso à casa própria pelas via da autoconstrução de moradias nas periferias distantes da cidade (MARICATO, 1996).

Nos anos 1990, as regiões periféricas de São Paulo passaram por uma explosão demográfica, fazendo com que cada pedaço livre de terra nessas áreas fosse ocupado, expandindo a mancha urbana fortemente para todos os sentidos, inclusive para regiões de proteção ambiental, precárias e de grande risco (TELLES, 2006, p. 59). “Entre favelas, ocupações de terra, loteamentos irregulares ou clandestinos, estima-se que a ‘cidade ilegal’ atinja mais da metade da população paulistana” (TELLES, 2006, p. 59). A partir de então, os percursos urbanos e a experiência social passaram a se dar de outros modos, a articulação entre trabalho, moradia e cidade se processa de formas distintas das que vinham sendo constituídas (TELLES, 2010, p. 87).

A conjunção de todos esses fatores fez explodir o número da população de rua, assim como todo tipo de ocupação, em um momento de forte reconfiguração capitalista,

processo que era global e que em diferentes escalas e intensidades atingia as grandes metrópoles. Em São Paulo, em um contexto de fragilização e precarização dos vínculos trabalhistas e de especulação imobiliária, as formas de habitar se expandiram em todos os sentidos, fronteiras, bordas e brechas da cidade. Assim, “entre as circunstâncias de uma crise econômica prolongada e uma reestruturação produtiva já em curso, de um lado e, de outro, as impossibilidades de refazer o périplo da autoconstrução da moradia nas periferias da cidade, muito provavelmente serão essas populações que irão alimentar o crescimento das favelas e das ocupações de terra nos anos 90” (TELLES, 2010, p. 87). Ocupações de terras e, podemos acrescentar, de prédios abandonados no centro da cidade.

As políticas habitacionais no centro e as disputas ao seu redor

A partir desses diferentes fatores e transformações sociais e econômicos que afetavam a população e seus arranjos urbanos, é preciso então situar o ano de 1997 para enxergá-lo de forma relacional e articulada com outras dimensões que se compõem também para a ocorrência de ocupações na região central. Elas não ocorrem determinadas apenas pela decisão da liderança dos movimentos descoladas de um contexto macropolítico, que envolve a dinâmica dos movimentos, as demandas sociais e políticas da população e a intervenção dos poderes públicos. Existe uma relação forte entre aquilo que o poder público faz (e não faz) em termos de políticas públicas com o que estamos estudando. É importante, então, resgatar e reconstituir, brevemente, tanto as políticas habitacionais do período quanto a relação do poder público, sobretudo, da esfera municipal com as demandas por habitação popular no centro de São Paulo.

As políticas habitacionais⁵⁰ têm impacto direto sobre a segregação e a desigualdade social na cidade, pois elas podem contribuir para o acesso dos cidadãos à

---

⁵⁰ Existe um argumento, presente em Gatti (2015), que resgato como forma de “desnaturalizar” a opção da aquisição da casa própria como única solução possível para a questão habitacional brasileira. Nos termos da autora: “A aquisição da moradia via financiamento habitacional é a política dominante, para não dizer exclusiva, das cidades brasileiras, não só pela produção privada, mas também pela produção pública de habitação. As famílias mais pobres, contudo, encontram uma série de empecilhos para a obtenção da casa própria, já que não têm condições de arcar com o pagamento das prestações, ou não conseguem acessar o sistema devido às exigências legais dos contratos, como comprovação de renda e documentação, incitando a ocupação de habitações no mercado informal, ou moradias precárias, como favelas e cortiços. [...] Formas alternativas à produção da propriedade privada como atendimento habitacional, são necessárias para complementar as políticas da casa-própria, regular o mercado

moradia digna e à cidade ao reduzir as desigualdades de acesso a serviços e equipamentos. A produção de habitação social pelo Estado influi diretamente nos processos de segregação territorial, podendo melhorar ou agravar a situação existente. Isso porque com sua intervenção o Estado pode reforçar ainda mais a segregação que já existe, seja mantendo os grupos pobres segregados espacial e socialmente ao construir os empreendimentos, seja promovendo a remoção desses grupos de áreas ricas da cidade. Uma das formas de combater e reduzir a segregação presente na cidade, portanto, é justamente com o Estado construindo habitação social em locais em que a presença relativa de grupos sociais de baixa renda é pequena (MARQUES; SARAIVA, 2004).

As políticas públicas e intervenções do Estado na área de habitação se faz presente por meio de programas, projetos, normas, decretos, regulações que foram sendo criados ao longo do tempo, compondo uma grande malha de intervenção política que estabelece também uma “força gravitacional” das práticas e recursos dos agentes nos espaços e atividades que elas visam regular (TELLES, 2015, p. 65), e que é preciso levar em conta pela sua dimensão e importância nos arranjos políticos e urbanos da cidade.

Historicamente, as políticas habitacionais adotadas até meados da década de 1980, como vimos, estavam praticamente restritas às desenvolvidas a partir do BNH⁵¹. Ao longo dessa década, houve uma tendência de ampliação da participação dos municípios na promoção de habitação social, sobretudo, a partir de 1988 com a promulgação da Constituição⁵², que consagrou, em seu capítulo II, no artigo 23, como competência da União, dos estados e municípios o desenvolvimento de programas de

---

habitacional e atingir, sobretudo, famílias sem condições financeiras para a aquisição ou manutenção dos sistemas de financiamento” (GATTI, 2015, p. 231).

⁵¹ Desde a metade do século XX, o modelo para as políticas habitacionais foi a construção de novas unidades habitacionais em conjuntos, verticais ou horizontais, construídos por empreiteiras, nas franjas urbanas e destinados para venda financiada. Para as áreas de favelas e cortiços, as estratégias foram, tradicionalmente, de remoção ou, raramente, de políticas assistenciais pontuais e pouco integradoras ao entorno urbano (MARQUES; SARAIVA, 2004).

⁵² Como nota Rolnik (2009, p. 31), também com a Constituição de 1988 houve avanço institucional em relação ao direito à moradia e ao direito à cidade com a incorporação de um capítulo sobre política urbana (artigos 182 e 183), no qual se determina que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, tem o objetivo de ordenar e assegurar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade, além de reconhecer o direito de posse de milhões de moradores de favelas e periferias, versar sobre desapropriações, e estabelecer o Plano Diretor como instrumento básico da política urbana (Ref. Constituição de 1988), fortalecendo a participação dos cidadãos nos processos decisórios sobre esta política. Atendendo assim antigas reivindicações e luta dos movimentos em torno da promoção do direito à cidade (ROLNIK, 2009).

construção de moradias, de melhorias das condições habitacionais e de saneamento básico. O avanço constitucional e institucional foi acompanhado, contudo, pelo avanço também da demanda habitacional, que no contexto fiscal das décadas de 1980 e 1990 de escassos recursos e de baixa produção e implementação resultaram no agravamento do déficit de moradia, gerando aumento da segregação territorial urbana e da desigualdade de acesso aos bens públicos da cidade de São Paulo (MARQUES; SARAIVA, 2004).

Antes de avançarmos, é necessário nos determos, brevemente, em torno do conceito de “déficit habitacional”, pois há uma longa e importante discussão que problematiza a recorrência de seu uso nos discursos, muitas vezes encobrendo interesses políticos e ideológicos. Nascimento et al. (2015, p. 207) afirmam que existem três aspectos relevantes em relação à questão do déficit habitacional. Ao ser tratado, historicamente, em termos quantitativos faz com que a questão da habitação social, assim como de sua solução sejam pensadas também apenas numericamente. Por trás da ideia de “déficit habitacional” se justifica a existência de uma demanda reprimida por novas casas a serem construídas apresentada, muitas vezes, como única forma de solução. Quando se apresenta a construção de novas unidades habitacionais como solução para a questão, desconsidera-se a existência de imóveis vagos, fato que, dessa forma, é excluído da discussão. A existência de um número de imóveis desocupados quase igual ao do suposto déficit deveria fazer com que desnaturalizássemos essa questão (RIZEK et al., 2014, p. 534; PEREIRA, 2012, p. 69-70). Um segundo ponto importante é que a taxa de vacância faz parte da própria dinâmica do mercado imobiliário, revelando tanto a má distribuição das habitações pelas cidades quanto às dificuldades dos mais pobres em acessar o estoque existente. E, terceiro, o déficit habitacional visto apenas como número a ser superado, impossibilita enxergar e compreender os processos sociais e políticos do qual é resultado (NASCIMENTO et al., 2015, p. 207).

Com a extinção do BNH, em 1986, e com a pressão dos movimentos sociais desenvolveram-se e consolidaram-se diversos tipos de políticas, que fugiam da lógica hegemônica praticada até então pelo BNH (políticas habitacionais baseadas em unidades novas em grandes conjuntos, verticais e horizontais, para venda financiada sem subsídios), implementadas, sobretudo, pela prefeitura municipal e que alteraram os gastos e projetos em habitação. As principais ações desenvolvidas foram seis, sendo quatro voltadas para prover melhorias e consolidação dos espaços já ocupados

(urbanização de favelas, regularização de loteamentos, intervenções em cortiços e recuperação de conjuntos habitacionais), e duas envolvendo a produção de novas moradias (construção de unidades novas por mutirão e locação social) (MARQUES; SARAIVA, 2004).

A partir da gestão de Luiza Erundina (PT, 1989-1992), as políticas desenvolvidas ganharam escala e complexidade organizacionais em uma dimensão e nível que nunca tiveram até aquele momento na cidade⁵³. Essa mudança se deu por meio da ampliação de três políticas principais: a construção de unidades novas por mutirões, urbanização de favelas e regularização de loteamentos. A primeira representava a construção de novas unidades em pequenos conjuntos em cogestão com os movimentos de moradia, integrados ao tecido urbano. A segunda se baseava em uma intervenção que buscava desenvolver a infraestrutura urbana de favelas já consolidadas na cidade. Já a terceira consistia em um programa de regularização de loteamentos criado em 1990 (batizado de Resolo), voltando-se para a organização e institucionalização dos processos administrativos e jurídicos. Ocorreu ainda a elaboração e aprovação da lei municipal de habitação de interesse social (HIS), representando um instrumento normativo e legal para a população de baixa renda (MARQUES; SARAIVA, 2004).

Essa administração é vista por atores ligados à luta por moradia como um momento importante no qual se abriu um canal de interlocução com os movimentos de moradia (CAVALCANTI, 2006, p. 70; AQUINO, 2008, p. 55-56). O fato de a prefeita ser do Partido dos Trabalhadores (muito próximo, em suas origens, à própria história de formação e consolidação dos movimentos populares e de moradia) e estar ligada, historicamente, à questão da moradia é importante para esse contexto de maior aproximação. Fora os mutirões autogestionários na periferia de São Paulo, houve também o atendimento a moradores de cortiços por meio de desapropriações, reformas e construção de novas unidades no lugar dos cortiços antigos a partir de mutirões autogeridos (CAVALCANTI, 2006; AQUINO, 2008; NEUHOLD, 2009; PEREIRA, 2012; KOHARA, 2013).

---

⁵³ Em um contexto de forte crise fiscal do município, que vinha desde gestões municipais anteriores, e de inexistência de programas e recursos federais (ROLNIK, 2015, p. 327-328).

A gestão Erundina significou um dos momentos de maior produção de políticas habitacionais em São Paulo, fugindo da prática até então dominante e quase que exclusiva, consolidando também o desenvolvimento de toda uma estrutura, preparo e conhecimentos técnico-administrativos, internos, de gestão, para implementação dessas políticas. Mesmo que nas gestões seguintes, com exceção da política de regularização, elas tenham sido abandonadas (MARQUES; SARAIVA, 2004).

Logo no início do governo de Paulo Maluf (PDS/PPB, 1993-1996), os mutirões foram paralisados e os repasses suspensos, indicando de forma clara a mudança política e ideológica que sua administração representaria em relação à gestão anterior. Ocorreram desligamentos, desativações, centralizações no setor da habitação que desmontaram as estruturas técnicas e materiais que tinham sido desenvolvidas, comprometendo a expertise e autonomia alcançadas. A política criada e priorizada, ao longo dessa administração, foi o Projeto de Urbanização de Favelas com Verticalização (Prover), mais conhecido como Cingapura, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O projeto consistia na substituição de moradias existentes em uma determinada favela por novas unidades em conjuntos verticalizados construídos na mesma área para atender parte da população do local. Houve ainda, em termos jurídicos e institucionais, a aprovação de uma lei (Lei nº 11.775/95) na Câmara municipal, declarando critérios para a regularização de loteamentos, dando continuidade às políticas ligadas a essa área, e a criação do Fundo Municipal de Habitação (FMH), garantindo recursos para as políticas de habitação social geridos por um conselho ligado ao FMH, que também foi criado na época (Lei nº 11.632/94) (MARQUES; SARAIVA, 2004).

Com a administração Celso Pitta (PPB/PTN, 1997-2000), deu-se continuidade política e dos programas da gestão anterior, como o Cingapura, e a implantação do programa de regularização de loteamentos na cidade, o Lote Legal, a partir da estrutura administrativa mantida e legada pelo Resoluto de Erundina e com o amparo legal da Lei nº 11.775/95 (MARQUES; SARAIVA, 2004).

Portanto, essas duas gestões, seguintes a de Erundina, foram sentidas como de ruptura pelos movimentos de moradia no centro, pois não só as políticas que vinham sendo implementadas foram paralisadas como também esses atores foram excluídos dos processos de participação e decisão, caracterizando ausência de diálogo e de

atendimento a suas demandas específicas (AQUINO, 2008, p. 56). A falta de perspectivas, projetos e de canais de comunicação, somado à existência de muitos prédios vazios na região central da cidade, conformaram o cenário político e institucional para a irrupção das ocupações no centro de São Paulo, a partir de 1997, justamente dentro de uma conjuntura tida como desfavorável para os movimentos de moradia popular no centro. Manoel Del Rio, na entrevista que me concedeu, descreveu nos seguintes termos esse momento:

Quando nós fundamos a APOIO nós estruturamos o Fórum [de Cortiços] porque a ULC, na época, estava muito amarrada à União [de Movimentos de Moradia, UMM]. E nós, junto com esse negócio da bandeira de moradia no centro, resgatamos também a bandeira da luta direta, ou seja, de ocupar prédio. Então, a conjuntura na época era uma conjuntura dura porque era uma conjuntura do Maluf, era prefeito, ele tinha paralisado os mutirões, ele tinha feito o Cingapura, que era outro projeto... então, naquele momento, 94, 95, 96... o movimento estava numa falta de perspectiva... não tinha, por exemplo, projeto de governo... não tinha nada. Não tinha política pública habitacional, os mutirões parados, não tinha nenhuma perspectiva. Então, na medida em que nós começamos a organizar o pessoal dos cortiços, no planejamento de 96 nós fizemos essa análise: não tem projeto habitacional, não tem nenhuma perspectiva para o cara do cortiço... bom, se não tem, vamos ocupar os prédios abandonados, os prédios vazios. E isso nós tiramos no planejamento de 96. E aí foi que deu a organização da primeira ocupação, aqui, que foi a mansão do Santos Dumont, ali hoje é o Museu da Eletricidade... A mansão do Santos Dumont estava abandonada muitos anos, já tinha moradores de rua morado ali, só que depois a polícia tirou... estava abandonada há muitos anos. Então nós ocupamos em 8 de março de 97, nós ocupamos o casarão da alameda Cleveland. E isso deu muito certo.

Já na gestão seguinte de Marta Suplicy (PT, 2001-2004) ocorreu a reabertura de canais de interlocução com os movimentos, abrindo possibilidade de negociação para atender a demanda de habitação de interesse social na área central, contemplada já no plano de governo (CAVALCANTI, 2006; NEUHOLD, 2009; PEREIRA, 2012). No próprio ano de 2001, ações ligadas à questão da moradia ocorreram, como a realização da Conferência Municipal de Habitação (CAVALCANTI, 2006), e a criação na Câmara

municipal, pelo vereador do PT, Nabil Bonduki, da Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central, que contou, ao longo de suas sessões, com grande participação dos movimentos de moradia (além de vereadores, pesquisadores, universitários, técnicos, representantes de diferentes organizações civis, advogados), e que ao final produziu um relatório analisando a situação e conflitos (econômicos, sociais, demográficos) que marcam a região central da cidade, e com propostas que promovessem o uso habitacional, em particular de interesse social, dessa área (RELATÓRIO, 2001).

Existiram também políticas importantes ligadas à habitação social. Primeiro, teve continuidade tanto as políticas das administrações imediatamente anteriores de Maluf e Pitta, como o Cingapura e a regularização fundiária (CAVALCANTI, 2006), como a retomada de iniciativas da administração Erundina, tais como os mutirões e a urbanização de favelas. Verificou-se avanços na parte institucional, com as regras do FMH sendo flexibilizadas para serem usados investimentos a fundo perdido para a construção de unidades habitacionais, inclusive, para a Locação Social⁵⁴, programa criado em 2004, no qual o poder público constrói imóveis para locação ou reformam existentes para serem alugados por famílias de baixa renda (menos de três salários), com diferentes subsídios para os alugueis. Ainda foi criado o Conselho Municipal de Habitação (CMH), que englobou aquele ligado ao FMH, composto por representantes do governo, dos movimentos de moradia e da sociedade civil, com mandatos eleitos (MARQUES; SARAIVA, 2004; GATTI, 2015).

Outro ponto muito importante foi a aprovação do Plano Diretor, em 2002 – quando passou a ser chamado de Plano Diretor Estratégico –, e que já incluiu os instrumentos do Estatuto da Cidade⁵⁵ (Lei nº 10.257/01). A área de moradia ganhou

---

⁵⁴ Para a discussão e análise do programa Locação Social, ver Gatti (2015).

⁵⁵ Em 2001, foi aprovado, em âmbito federal, o Estatuto da Cidade, reafirmando o objetivo de ordenar e assegurar a função social da cidade e da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar do cidadão, assim como do meio ambiente. Além de reforçar o direito à cidade, a gestão democrática e ordenação e controle do uso do solo urbano (ROLNIK, 2009). Porém, o Estatuto não pode ser visto sem suas contradições e ambiguidades, afinal foi fruto de intensa disputa por diferentes interesses. Por exemplo, o Estatuto da Cidade prevê instrumentos urbanísticos, que são objetos técnico-jurídicos elaborados como elementos de políticas públicas urbanas. Essa foi a brecha utilizada para a inclusão dentro do Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2002 do instrumento da concessão urbanística, dispositivo que está na origem e possibilitou a formulação legal do projeto Nova Luz, por exemplo (SOUZA, 2011; PEREIRA, 2012; ROLNIK, 2015, p. 354). Desse modo, o PDE de 2002 é ele também marcado por contradições, que só comprovam as grandes disputas que percorrem a posse e o uso do solo urbano: ao mesmo tempo que o PDE incorporou instrumentos para a regularização fundiária, ele também demarcou grandes áreas do território municipal como sujeito a operações consorciadas nas quais parcerias

maior importância nele, como pode ser visto pelo estabelecimento, a partir de 2004, das Zonas Especiais de Interesse Social, as ZEIS⁵⁶. O objetivo das ZEIS é delimitar áreas que devam ter tratamento diferenciado de outras da cidade, priorizando nelas a construção de habitação de interesse social (HIS) para a população de baixa renda. Três tipos diferentes de zonas foram estabelecidos: áreas ocupadas, como favelas e loteamentos irregulares, compuseram as ZEIS-1, facilitando com esse instrumento sua regularização; áreas vazias e subutilizadas formaram as ZEIS-2, podendo assim receber incentivos para que passem a ter utilização, sobretudo, para HIS; e imóveis ociosos, galpões abandonados, cortiços em áreas já urbanizadas e com infraestrutura representaram as ZEIS 3⁵⁷, recebendo assim tratamento diferenciado (MARQUES; SARAIVA, 2004).

Implementou-se também uma série de políticas para a área central da cidade, inicialmente promovidas pelo Programa Operacional da Região do Centro (ProCentro)⁵⁸, criado e presente durante as gestões Maluf e Pitta, quando praticamente nada foi feito, sobretudo na área de habitação, durante esse período. Posteriormente, o

---

público-privadas podem “promover projetos não submetidos às regras gerais de regulação da cidade, desenhados para atrair capitais e investimentos privados e, assim, ampliar as fronteiras do complexo imobiliário-financeiro” (ROLNIK, 2015, p. 326). Sobre o processo de revisão do Plano Diretor Estratégico, em 2013, ver Gatti (2015).

⁵⁶ Em 2004, dois anos após a aprovação do Plano Diretor Estratégico, o Executivo da gestão Marta Suplicy apresentou o projeto que institua os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras com um detalhamento do Plano Diretor com as normas sobre o uso e a ocupação do solo, estabelecendo a “lei de zoneamento” (SOUZA, 2011, p. 34). O que diferiria as ZEIS das outras zonas seria o fato de que, ao ser decretada, estabelece-se um padrão para os imóveis, de interesse social, e com isso retira-se essa área determinada de uma competição por outros usos, tornando mais barato o preço da terra. Áreas que poderiam ser utilizadas para outros usos, como habitação, escritórios e comércios de alta renda, mercado altamente valorizado, ficam restritas para o mercado de baixa renda (RELATÓRIO, 2001, p. 39). “As ZEIS foram identificadas como estratégia de melhor aproveitamento das áreas que já tinham infraestrutura, a fim tanto de garantir as necessidades habitacionais quanto de combater a especulação imobiliária” (ROLNIK, 2015, p. 321).

⁵⁷ “A ZEIS 3 destaca-se em relação às demais ZEIS demarcadas no município pela localização geográfica, ocupando áreas centrais, dotadas de redes de transporte público e serviços urbanos, onde os processos de valorização e interesse imobiliário atuam de forma mais incisiva. São ainda áreas próximas a bolsões de grande atratividade de emprego, que atraem um percentual alto de trabalhadores e consumidores de outras regiões da cidade, mas que na sua maioria são subutilizadas no potencial construtivo ou ocupadas por habitações precárias, como os cortiços” (GATTI, 2015, p. 38). Gatti observa que apesar de ser um instrumento importante para a democratização do acesso à terra urbana em áreas centrais, os mais de dez anos desde a sua implementação das ZEIS 3 não produziram alterações expressivas na dinâmica da produção imobiliária nem, mais relevante ainda, garantiram o atendimento habitacional das famílias de menor renda (2015, p. 28). Ao longo do trabalho, a autora desenvolve e aprofunda o debate e análise sobre os processos, experiências, demarcações, possibilidades e limitações das ZEIS 3.

⁵⁸ O ProCentro foi criado na gestão Paulo Maluf, as ações realizadas foram poucas, lentas e pontuais, e não contaram em sua parceria com nenhuma participação de organizações populares. O programa foi criado em 1993, um ano após o início da gestão Maluf demonstrando que o centro não era mesmo prioritário para essa gestão, que dedicou grande parte do orçamento no vetor sudoeste (FRÚGOLI JR, 2000, p. 80,82-83).

programa passou a se chamar Morar no Centro, por ter sua atuação restrita ao centro histórico da cidade.

O programa Morar no Centro envolvia uma série variada de intervenções e iniciativas, como a Locação Social (no final da gestão apenas dois empreendimentos haviam sido concluídos, Olarias e novas unidades para remoção de moradores da Favela do Gato); a Intervenção em Cortiços; os Perímetros de Recuperação Integrada de Hábitat, PRIHs (cujo objetivo é a intervenção em cortiços, reabilitação do patrimônio, criação de equipamentos, de áreas verdes e de espaços para atividade); e o Programa de Arrendamento Residencial, PAR (programa nacional da Caixa Econômica Federal, criado no governo Fernando Henrique Cardoso, que envolveu iniciativas de negociação de movimentos de moradia com a CEF. Na área central, por exemplo, ocorreu a negociação de reforma do edifício São Vito, que foi abandonada pela gestão seguinte) (MARQUES; SARAIVA, 2004; FCV, 2006; NEUHOLD, 2009; MIAGUSKO, 2012; PEREIRA, 2012; KOHARA, 2013; GATTI, 2015).

A partir da gestão Marta Suplicy, portanto, existiu uma maior interlocução com os movimentos de moradia e suas demandas, mesmo que essa relação não tenha sido isenta de problemas e contradições, e a questão da moradia popular tenha enfrentado limitações – reconhecidas e criticadas pelos movimentos, como, por exemplo, o fato de que os imóveis decretados, durante o período, como de interesse social não foram efetivados, entre outras (CAVALCANTI, 2006; AQUINO, 2008). De todo modo, as ações do Morar no Centro tiveram impacto na região central da cidade, e, em especial, dentre suas iniciativas, o programa Bolsa Aluguel. Ele atendeu muitas famílias no centro de São Paulo com o pagamento de 300 reais de aluguel por unidade habitacional para famílias de baixa renda por um prazo de trinta meses (AQUINO, 2008, p. 133).

O fim da administração Marta e a vitória nas eleições de José Serra (PSDB, 2005-2006), seguido da administração de seu vice e depois eleito prefeito, Gilberto Kassab (DEM, PSD, 2006-2008/2009-2012), marcaram novamente um ponto de virada político e institucional em relação aos movimentos de moradia e ao atendimento de suas reivindicações. Mesmo que se efetuassem críticas e cobranças durante as administrações municipais do Partido dos Trabalhadores (PT), havia uma aproximação e esforços para cumprir as demandas de habitação de interesse social na área central da cidade em diálogo com os movimentos. Assim como ocorreu durante as gestões Maluf e Pitta, nos

anos 1990, período de oposição e de irrupção das ocupações pelo centro, o período Serra/Kassab também foi marcado pela tensão e pelo aumento dos conflitos. O corte e interrupção de programas e de projetos acordados, o aumento da repressão e das reintegrações de posse são elementos que comprovam essa mudança e de que estava sendo travada uma forte disputa na região central da cidade. Para dar a tônica do que seria esse período, seis horas depois do final das eleições do segundo turno em que José Serra venceu Marta Suplicy, seis imóveis foram ocupados pelo MSTC com apoio de outros movimentos durante uma “megaocupação” (NEUHOLD, 2009, p. 60; PEREIRA, 2012, p. 144).

Esses episódios de tensões e aproximações que viemos narrando, ao longo da alternância das gestões municipais, revelam a importância da dinâmica político-institucional na relação movimentos de moradia e partidos. Parece oportuno e importante nos determos um pouco mais nesse ponto, antes de continuarmos a reconstituição das políticas habitacionais do período, e aprofundar a discussão sobre essa relação e interação dos movimentos de moradia com partidos políticos, sobretudo, com o Partido dos Trabalhadores⁵⁹. Muitos dos militantes e lideranças dos movimentos de moradia não são apenas próximos a esse partido, apoiando seus candidatos nas eleições (vereadores, prefeito, deputados, presidente), como são filiados a ele. Muitas vezes, coordenadores e integrantes dos movimentos são chamados para trabalhar no governo municipal ou como assessores de vereadores na Câmara (CAVALCANTI, 2006; NEUHOLD, 2009; PEREIRA, 2012).

Paterniani (2016) ressalva, no entanto, que a filiação a um partido, a participação em conselhos ou a participação em políticas públicas do Estado é muito diferente de cooptação. Existem várias nuances, oposições, composições, e meios de pressão mesmo

---

⁵⁹ A problematização da relação (e suas implicações) entre movimentos sociais, partidos políticos e governo é o objetivo do trabalho de Cavalcanti (2006) que toma, especificamente, para essa análise a relação entre a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM) e o Partido dos Trabalhadores (PT), sobretudo durante a gestão Marta Suplicy (PT) na prefeitura de São Paulo, entre os anos 2001 e 2004, cujo balanço do autor é bastante crítico. O autor discute, entre outros elementos, a institucionalização dos movimentos e busca demonstrar que o problema não está quando os papéis entre esses diferentes atores se misturam, mas quando não é possível mais distinguir nem estabelecer diferenças entre eles; especialmente, quando a relação se dá de forma desigual entre eles, sobretudo a partir da subordinação dos movimentos à máquina de governo e à política institucional com vias de concentrar e se manter no poder, buscando criar as melhores condições políticas para a administração pública em questão. “Com isso, nem os rotineiros confrontos entre movimento e governo que marcaram a gestão Erundina ocorreram: não houve ocupações do gabinete do Secretário, nem as frequentes manifestações na porta da Sehab, e muito menos as ocupações de prédios públicos municipais. Nada disso ocorreu. Todos os possíveis momentos de tensionamento com o movimento de moradia foram anulados por uma política de governo eficiente. Muito eficiente mesmo” (CAVALCANTI, 2006, p. 94).

estando dentro do partido que está na administração municipal; existem muitos “partidos” dentro de um mesmo partido, segundo ela. Ações diretas, como ocupar um imóvel, e participação (sobretudo, de lideranças) em conselhos com o poder público se parecem formas antagônicas, são na realidade complementares⁶⁰ na obtenção daquilo que se reivindica; são estratégias diferentes que compõem aquilo que ela nomeia de “lógica da luta” (PATERNIANI, 2016, p. 144).

Já Tatagiba (2010), discutindo a adequação de termos como autonomia e independência, ou cooptação e instrumentalizações para compreender as interações entre movimentos e governos, sobretudo os de esquerda, discorre sobre as “consequências ambivalentes do envolvimento com o meio ambiente político sobre os movimentos e suas escolhas estratégicas” (2010, p. 69). Para ela, a disputa pelo acesso ao Estado e aos recursos públicos, muitas vezes, acaba ganhando uma importância maior nas estratégias e ações dos movimentos, que colocam em um segundo plano a comunicação das lideranças com suas bases, fazendo, desse modo, com que a identidade do movimento passe a se definir mais pela “relação com o Estado ou com partidos, do que a partir da sua localização societária”, colocando em xeque o potencial dos movimentos para acionar os conflitos (2010, p. 69).

Para aprofundar seu ponto, ela toma, justamente, os movimentos de moradia como referência e analisa precisamente a relação desses movimentos ao longo dessas gestões que viemos apresentando. Ela reconhece os movimentos de moradia como atores com forte poder de convocação e vasto repertório de ação, com atuação multiescalar e com grande visibilidade na agenda pública, ao mesmo tempo que são heterogêneos e muito fragmentados internamente, com bastante competição entre as diferentes organizações similares que os compõem. E para além das diferentes estratégias de ação que cada uma propõe, o que explicaria melhor as diferentes

---

⁶⁰ Em outro registro, Kohara (2013, p. 199) formula que a participação nos espaços institucionais não substitui as mobilizações e ações diretas; segundo ele, as lideranças reconhecem que as decisões conquistadas nos conselhos só são efetivadas quando ocorre pressão social. Segundo dados apresentados pelo autor, a “pressão social feita por meio de manifestações públicas, proposições, participação em Conselhos e ocupações de edifícios abandonados, conquistou programas habitacionais específicos para o centro do município de São Paulo, desenvolvidos pela prefeitura, governo do Estado de São Paulo e governo federal. Nos últimos 20 anos, somadas as produções habitacionais dessas instâncias governamentais, houve cerca de 3.000 novas unidades habitacionais de interesse social construídas no Centro. Produção pequena frente à demanda e o potencial para assentamento residencial existente no Centro” (KOHARA, 2013, p. 81). Em seu relatório, o autor apresenta dados e tabelas com os empreendimentos de interesse social no centro desenvolvidos e entregues pela prefeitura, governo do Estado e governo federal (KOHARA, 2013).

clivagens internas seria antes a disputa pelo acesso aos programas e recursos governamentais. A tensão decorre dos diferentes papéis que os movimentos desempenham ou buscam desempenhar na operacionalização das políticas habitacionais (TATAGIBA, 2010, p. 70), o que reconfigura não só a relação entre movimentos e instituições políticas, mas também a relação entre lideranças e suas bases (2010, p. 72).

Como em governos mais de esquerda, e isso viemos demonstrando, há ampliação dos canais de participação com o governo, a atuação dos movimentos e sua interação com o Estado se dão de uma forma mais próxima (o que não significa, de modo nenhum, isenta de tensão e atritos), em que desempenham (ou se planejam para desempenhar) um papel de operador político. Diferentemente do que ocorre em gestões que impõem maiores dificuldades institucionais, em que os canais de diálogo e negociações são fechados, fazendo com que os movimentos partam para outras estratégias e atuações, com maior ocorrência de ações diretas, como, por exemplo, de ocupações. As estratégias de ação, portanto, vão se construindo e modificando de forma relacional, a partir de avaliações objetivas, em cada conjuntura específica (2010, p. 75). Sugerindo assim que a presença de governos de esquerda, ao mesmo tempo que amplia as possibilidades de sucesso dos movimentos, gera também uma maior gravitação deles “em torno das arenas e estruturas estatais, tendo como dinâmica propulsora as energias advindas das disputas eleitorais” (TATAGIBA, 2010, p. 80).

De toda maneira, a passagem da gestão Suplicy para Serra/Kassab representou não só um fechamento nos canais de comunicação e negociação, como efetivou um endurecimento da repressão e aumento da violência concreta no cotidiano das populações e ocupações do centro. Para citarmos exemplos dessas mudanças e conflitos do período: praticamente, todos os programas e projetos criados e que estavam em andamento/negociação da gestão anterior para a habitação social no centro foram paralisados (FCV, 2006; PEREIRA, 2012). Extinção do Fórum dos Movimentos do Centro, criado pela Secretaria de Habitação da administração anterior do PT, como canal de participação e comunicação do poder público com os movimentos. Aumento na repressão e no número de despejos de ocupações da região central, para citar um que se tornou emblemático pela violência: a reintegração de posse da ocupação Plínio Ramos, com vinte pessoas detidas e vinte e cinco feridas (FCV, 2006).

O prédio da rua Plínio Ramos estava vazio desde 1991 quando, em 2003, foi ocupado e passou abrigar 79 famílias organizadas pelo MMRC (RAMOS, 2009)⁶¹. Os moradores da ocupação organizaram atividades como de alfabetização de jovens e adultos, oficina de costura, educação infantil, grupos de mulheres e jovens, cursos de formação e até uma horta vertical foi criada. Em agosto de 2005, ocorreu a violenta reintegração de posse, que atingiu cerca de trezentas pessoas, das quais um pouco mais de um terço eram crianças, e muitas pessoas saíram feridas e detidas. “O problema habitacional virou caso de polícia” foi um dos muitos registros de reportagens da imprensa feito na época (FCV, 2006, p. 33). Como nenhuma solução ou alternativa habitacional foi dada naquele momento aos ocupantes, 65 barracos foram por eles erguidos nas ruas Plínio Ramos e Mauá. O acampamento formado pelos barracos foi chamado de “Favela Comunitária José Serra” (FCV, 2006; RAMOS, 2009). Em outubro, outras famílias se juntaram ao acampamento de barracos vindas do despejo de uma ocupação vizinha, na rua Paula Souza. Um mês depois foi a vez da reintegração de posse de uma das ocupações mais antigas e simbólicas existentes até então: a da rua do Ouvidor, Sé, ocupada desde 1997. O prédio já tinha um projeto de reforma elaborado por estudantes e professores, brasileiros e internacionais, formulado durante o Laboratório Integrado e Participativo de Requalificação de Cortiços, que foi apresentado na 4ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo e depois se tornou um livro publicado, em português e inglês (FCV, 2006; NEUHOLD, 2009; PEREIRA, 2012). Depois da reintegração de posse, como de costume, todas as entradas do imóvel foram cimentadas, garantindo assim que aquele prédio que até há pouco era cheio de vida permanecesse vazio.

Em 2006, foi publicado o Dossiê de Denúncia do Fórum Centro Vivo, que foi uma das formas encontradas para materializar a rede que se articulou ao redor do Fórum Centro Vivo⁶² (AQUINO, 2008). Entre outros aspectos, o Dossiê denunciava o processo

---

⁶¹ Para descrições mais detalhadas sobre a organização da ocupação e a sua violenta reintegração de posse, inclusive com algumas fotos, ver Ramos (2009).

⁶² O FCV é uma articulação de movimentos fundada no final de 2000. Surgiu como um espaço de debate, reflexão e articulação de diferentes atores e organizações (movimentos sociais, pastorais, organizações de base, estudantes e pesquisadores, entidades de defesa dos direitos humanos, de educação e cultura, coletivos de arte, de mídia independente, organizações não-governamentais) na perspectiva de democratização e defesa dos direitos no centro da cidade, em contraposição a ações, público e privadas, que afetam negativamente as populações mais vulneráveis ou apenas voltadas para atender os interesses privados econômicos e imobiliários na região (FCV, 2006). Pereira (2012) acompanhou também em sua pesquisa um pouco as reuniões do FCV e as dificuldades de mobilização enfrentadas a partir de 2008/9 (2012, p. 105).

de gentrificação⁶³ promovido pelas gestões municipais Serra/Kassab, vistas como responsáveis por cortar os canais de comunicação e participação dos segmentos populares e organizados, distinguindo-se da gestão anterior (Marta Suplicy, PT), promovendo ações de remoção e expulsão das populações mais vulneráveis, além da intensificação da violência institucional, como visto nas ações da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e nas ações de despejo de ocupações no centro da cidade (FCV, 2006). A interrupção e corte de programas que vigoravam até então e de recursos previstos para habitação, e o oferecimento de verba⁶⁴ para que a população mais pobre abandonasse os lugares que ocupavam para retornar para as cidades de origem (ao invés de investir em políticas habitacionais de interesse social) foram exemplos enquadrados dentro dessas ações que pretendiam denunciar. O objetivo do Dossiê era publicizar as violações – cometidas não só pela esfera municipal, mas pelo Estado brasileiro – dos direitos humanos das classes populares do centro de São Paulo, focando em cinco segmentos que comporiam a população atingida: os sem-teto, os catadores, a população em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de risco e os trabalhadores informais e ambulantes; além de também abordar a criminalização dos movimentos sociais e dos defensores dos direitos humanos (FCV, 2006).

Em 2003, a prefeita Marta Suplicy determinou a reforma do prédio São Vito e que ele fosse transformado em habitação de interesse social. Com o fim dessa administração, não só as reformas foram interrompidas como esse edifício e seu vizinho, o Mercúrio, dois prédios importantes da história arquitetônica e urbana de São Paulo, que serviam de moradia para centenas de famílias, foram demolidos (RAMOS, 2009; PEREIRA, 2012; KOHARA, 2013; PATERNIANI, 2016). A ocupação Prestes Maia, na rua de mesmo nome, havia sido ocupada pela primeira vez em 2002, tornando-se a maior ocupação vertical do Brasil, contava em seu subsolo, inclusive, com uma biblioteca com mais de 3.000 livros, tendo bastante destaque na mídia e entre coletivos diversos (AQUINO, 2008). Na gestão Marta, o município fez o pedido de desapropriação do imóvel, porém, com a mudança de gestão as negociações não foram adiante, momento em que a ocupação ganhou grande visibilidade e articulou forte mobilização social, e as mais de 460 famílias que ali habitavam foram despejadas, em

---

⁶³ Processo que se refere à substituição da população mais pobre por uma de mais alta renda, com o intuito de provocar mudanças na composição social de um determinado lugar, gerando segregação socioespacial e diminuição da diversidade dessa região (Frúgoli Jr. e Sklair; 2009).

⁶⁴ Em torno de R\$ 1.000 a R\$ 5.000 pagos em dinheiro, naquilo que os movimentos denominaram de “kit despejo” ou “kit volta pra casa” (FCV, 2006, p. 13).

2007 (AQUINO, 2008). O programa Bolsa Aluguel, que atendia muitas famílias, não foi renovado ao final do tempo de contrato estipulado.

O prazo do contrato do programa se encerrou em 2007, já na gestão Gilberto Kassab (2006-2008), que não o renovou (AQUINO, 2008, p. 109). Essa atitude desencadeou indignação e protestos dos movimentos de moradia, exigindo a renovação do atendimento. Mesmo assim, não foram renovados os atendimentos e muitas famílias atendidas pelo programa foram afetadas e, sem ele, não tinham condições de continuar pagando aluguel (AQUINO, 2008, p. 110). O imóvel onde moravam muitas dessas famílias atendidas ficava na rua Barão de Piracicaba, perto da Estação Júlio Prestes, mas também havia moradores de imóveis da rua Santa Rosa e Nove de Julho que teriam cortados também os auxílios, sem atendimento para as famílias. Com o corte do programa, tendo que arcar sozinhas com o aluguel e como único recurso legal a possibilidade de entrar na Justiça contra a prefeitura que era responsável pelo pagamento de seus alugueis, essas famílias, sob a organização do MSTC, junto de outras (vindas também da Prestes Maia, de um despejo, em 2007, do São Vito, da reintegração da Plínio Ramos), decidiram fazer uma ocupação (AQUINO, 2008, p. 110). O prédio escolhido estava abandonado há muitos anos e se localizava na rua Mauá. Foi nesse momento e dentro dessa conjuntura que o antigo hotel abandonado, no número 340, foi ocupado, dando início à ocupação Mauá⁶⁵. E, evidentemente, os episódios de conflito na região não pararam aqui.

Um novo capítulo da “batalha pelo centro”: o projeto Nova Luz

No dia 5 de setembro de 2005, durante a gestão José Serra (2005-2006), teve início a estratégia de transformação da região da Santa Ifigênia⁶⁶, batizada de “projeto Nova Luz”. O projeto pretendia o estabelecimento de incentivos fiscais para atrair empresas e a execução de um grande plano de urbanização – que pela sua magnitude dependia de desapropriações e demolições de imóveis da região – para transformar a Santa Ifigênia em um novo e moderno polo tecnológico e urbanístico da cidade. José

---

⁶⁵ O imóvel já havia sido ocupado, em 2003, pelo mesmo MSTC, mas a ocupação durou quatro meses.

⁶⁶ O perímetro do projeto Nova Luz, inicialmente, era formado pelas ruas Mauá e avenidas Duque de Caxias, Cásper Líbero, Ipiranga e Rio Branco – posteriormente, essa delimitação foi ampliada –, que fazem parte do bairro Santa Ifigênia, pertencente ao distrito da República, contíguo ao distrito do Bom Retiro (SOUZA, 2011, p. 145).

Serra abandonou o posto de prefeito para concorrer às eleições presidenciais e quem assumiu o cargo foi seu vice-prefeito, Gilberto Kassab, que dois meses depois de tomar posse declarou que o projeto Nova Luz continuaria e que, para isso, seria necessário a “demolição de 270 mil metros quadrados de área formada pelas ruas Mauá, General Couto de Magalhães e dos Protestantes” para avançar com o plano de “revitalização” da região (SOUZA, 2011)⁶⁷.

Imagem elaborada pelo LabCidade. Em destaque, o perímetro de intervenção do projeto Nova Luz.

Os interesses imobiliários e privados⁶⁸, de construtoras, políticos e de parte da grande mídia ficaram animados com as possibilidades de transformação de uma região vista como degradada e com uma eventual valorização e abertura de novas frentes de

⁶⁷ “Em setembro de 2005, o Decreto 46.291 declarou de utilidade pública para fins de desapropriação imóveis particulares em um perímetro de 105 mil m² no distrito de Santa Ifigênia. O decreto apontava como finalidade um plano de urbanização a ser desenvolvido com parte dos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e parte de recursos dos cofres municipais, cujo conteúdo era desconhecido pela sociedade” (GATTI, 2015, p. 103). Em setembro de 2007, a primeira demolição do projeto foi feita, com outras sendo realizadas em seguida. Elas se iniciaram no quadrilátero das ruas Mauá, General Couto de Magalhães, Gusmões e Protestantes. Em menos de um mês, 55 imóveis foram demolidos (GATTI, 2015, p. 104). Sem alardes, iniciou-se a remoção de dezenas de famílias que “estavam sendo expulsas de suas casas, sem nenhum atendimento habitacional, para dar lugar às obras (ou terrenos vazios) do projeto Nova Luz” (GATTI, 2015, p. 27).

⁶⁸ Vale lembrar que, paralelamente ao desenvolvimento desse projeto, havia outro em planejamento e andamento, que também afetaria diretamente essa mesma região: a construção da linha 4-Amarela do metrô, a primeira linha operada e administrada pela iniciativa privada (ViaQuatro, pertencente ao grupo CCR). A chegada dessa linha conectaria essa região central, diretamente, ao vetor sudoeste da cidade: Paulista-Consolação, Jardins, Pinheiros, Morumbi (futuramente). Essa ligação passou a ter grande expectativa de valorização (SOUZA, 2011, p. 147).

empreendimentos e lucros. Segundo transmissão da rádio Bandeirantes de maio de 2010: “uma boa notícia para o centro de São Paulo, pois a ‘revitalização’ da Nova Luz, ideia da gestão José Serra, desenvolvida pelo ex-secretário Andrea Matarazzo, e mantida na gestão Kassab, pode não só recuperar uma das áreas mais degradadas da cidade, como sinalizar ao mercado e aos paulistanos que não há área irrecuperável” (SOUZA, 2011, p. 99).

Porém, o caminho para sua realização não seria fácil: logo que foi anunciado, as dificuldades para a desapropriação e a falta de recursos do poder público para efetivar o projeto surgiram como problemas que precisavam ser contornados. A solução encontrada foi o instrumento da Concessão Urbanística⁶⁹, previsto no Plano Diretor de 2002, no qual o poder público transferia ao setor privado o direito de desapropriação e de exploração dos imóveis (SOUZA, 2011; GATTI, 2015). Em dezembro de 2009, foi aberto um processo de licitação para a contratação de empresa (ou consórcio de empresas) responsável para desenvolver o projeto urbanístico para a área, que se encerrou em maio de 2010, com a escolha do Consórcio Nova Luz⁷⁰ (SOUZA, 2011; GATTI, 2015).

Conforme a especulação e os interesses imobiliários ao redor da “revitalização” da região avançavam junto do projeto, crescia também a movimentação dos moradores e comerciantes da região que, sem ser consultados e informados, foram se organizando em frentes difusas e pontuais para resistir e protestar contra um plano que atingiria a todos, feito sem nenhuma transparência ou diálogo. Os moradores do bairro se organizaram em associações, os comerciantes por meio de seus sindicatos, os moradores

---

⁶⁹ “As notícias sobre as dificuldades com os processos de desapropriações começaram a aparecer na imprensa em meados de 2007. A Odebrecht apontou dificuldades com as aquisições de áreas da Santa Ifigênia devido à estrutura fragmentada do território e a necessidade de negociações com múltiplos proprietários. [...] A EMURB [Empresa Municipal de Urbanização] também indicou incertezas sobre as desapropriações devido ao grande número de imóveis irregulares, abandonados e tombados, o que tornava o processo de desapropriações demorado e complexo, introduzindo a possibilidade de inserir o empreendedor privado nas negociações. [...] Dada às dificuldades apresentadas, tanto para a aquisição de imóveis via desapropriação, como a falta de recursos do poder público municipal para a transformação da área nos moldes dos projetos existentes, o prefeito Gilberto Kassab anunciou a Concessão Urbanística como instrumento viabilizador do projeto. Com a Concessão Urbanística, instrumento previsto pelo PD de 2002 no Artigo 239, o poder executivo concederia ao empreendedor privado o direito de desapropriar e explorar os imóveis localizados na área de transformação do projeto, dando como contrapartida investimentos em transporte, sistema viário, criação de áreas verdes e novos espaços públicos, infraestrutura e HIS, previstos em projeto urbanístico específico” (GATTI, 2015, p. 105-106).

⁷⁰ Composto pelas empresas brasileiras Cia City, Fundação Getúlio Vargas e Concremat e pela AECOM, escritório norte-americano, responsável pelo plano dos Jogos Olímpicos de Londres (2012). Para uma análise mais detalhada sobre o consórcio vencedor e o projeto urbanístico elaborado, ver Gatti (2015).

de ocupações ao redor dos movimentos de moradia, reuniram-se para enfrentar esse projeto que os excluía, assim como seus interesses e demandas, com ameaças pouco claras de desapropriações e demolições (SOUZA, 2011; PEREIRA, 2012; GATTI, 2015; PATERNIANI, 2016). O prédio da ocupação Mauá, que não estava na área demarcada como ZEIS 3⁷¹, mas previsto para ser demolido pelo projeto, serviu, como vimos no trecho da entrevista de Dito que abre este trabalho e como discutiremos ainda no final da Parte II, de espaço importante de reunião e articulações desses diversos atores e coletivos que começaram a se organizar na mobilização para barrar o projeto⁷². Foram dessas reuniões ali que nasceu a articulação que mais tarde resultaria na composição do Conselho Gestor da ZEIS 3, de acordo com o que rege o Plano Diretor Estratégico para as áreas de ZEIS 3 (PEREIRA, 2012; GATTI, 2015; PATERNIANI, 2016).

O Conselho Gestor da ZEIS 3⁷³ foi criado como espaço para gestão participativa entre poder público e sociedade civil para discussão e tomada de decisões (mesmo que com muitas falhas, criticadas pelos participantes) por representantes envolvidos tanto na execução quanto nos impactos sofridos pela implementação do projeto Nova Luz. O Conselho foi composto por oito representantes do poder público e oito da sociedade civil (com suplentes para todas as cadeiras), ocupadas por lideranças de movimentos de moradia, junto de representantes do Movimento Nacional de Luta da População em Situação de Rua (MNLP), ainda por membros da associação de moradores da região, por comerciantes, principalmente da Santa Ifigênia, e membros da sociedade civil (SOUZA, 2011; PEREIRA, 2012; GATTI, 2015; PATERNIANI, 2016).

---

⁷¹ A ocupação Mauá estava fora do perímetro demarcado como ZEIS 3, só depois o imóvel seria demarcado dessa forma. Sobre a demarcação de edifícios vazios e/ou tornados ocupações no centro como ZEIS 3, Gatti formula da seguinte maneira seu significado e possibilidades: “Os edifícios vazios localizados na área central apresentam grande potencialidade na viabilização de moradia para a população de menor renda. São estruturas prontas, consolidadas no tecido urbano, passíveis de desapropriação por não cumprirem sua função social, alguns deles acumulando consideráveis dívidas de IPTU. A demarcação destes edifícios como ZEIS representa a possibilidade não só de garantir o cumprimento da função social desses imóveis, mas de garantir a permanência da população residente, no caso dos edifícios ocupados. São ainda uma importante arma a favor da moradia de interesse social contra os processos tardios de reintegração de posse, correntes após anos de descaso e abandono” (GATTI, 2015, p. 53).

⁷² Em suas descrições do processo de mobilização e organização frente ao projeto Nova Luz, Gatti (2015) também menciona a realização de reuniões periódicas na ocupação “visando à formação do Conselho Gestor da ZEIS. A escolha da Mauá como sede das reuniões se deu devido à emblemática posição que a ocupação ocupava no contexto do projeto, que previa sua demolição” (GATTI, 2015, p. 143).

⁷³ O Conselho Gestor da ZEIS 3 C 016 (Sé), referente ao perímetro do projeto Nova Luz, foi detalhadamente analisado por Gatti (2015), que acompanhou em sua pesquisa todo o processo de sua constituição, assim como as reuniões, negociações e discussões, além dos desafios e limitações enfrentados, e dos desdobramentos posteriores. Em seu trabalho, a autora acompanhou e descreveu esse conselho específico, mas fez análises da atuação e limitações dos conselhos de forma mais geral também.

O Conselho teve de ser implantado não porque o “poder público é bonzinho” ou “porque somos bonitinhos”, como as lideranças gostam de ironizar em suas falas ao se referir a algumas iniciativas do poder público, mas porque havia uma sobreposição de estatutos e interesses na região: desde a demarcação de ZEIS pelo Plano Diretor Estratégico de São Paulo, a região da Luz estava demarcada como ZEIS 3 [mais especificamente como: a ZEIS 3 C 016 (Sé)], por ser em área urbanizada da cidade, destinada à construção de Habitação de Interesse Social. Portanto, de um lado, havia a demarcação da Luz como ZEIS 3 e, de outro, o projeto Nova Luz destinando à gestão (que incluiria demolições) da iniciativa privada (PEREIRA, 2012; PATERNIANI, 2016).

Por essa razão, foi então preciso constituir um espaço de mediação, negociação e gestão participativa que foi o Conselho Gestor do projeto Nova Luz, que, aliás, foi a primeira experiência desse tipo criado no Brasil para debater moradia em regiões já urbanizadas (GATTI, 2015; PATERNIANI, 2016). Paterniani (2016), assim como muitos dos envolvidos, Dito inclusive, afirmam que foi por conta da atuação no Conselho que o movimento, junto do apoio de outros membros, conseguiu barrar a demolição da Mauá prevista pelo projeto⁷⁴. Conseguir evitar a demolição da ocupação foi celebrado na época como uma importante conquista de sua organização, e assim o é lembrado até hoje.

Em 2012, com a eleição de Fernando Haddad (PT) e a mudança da gestão municipal, mais a ação civil pública movida pela Defensoria do Estado, o projeto Nova Luz foi engavetado (GATTI, 2015). A ocupação Mauá nem bem se recuperava dessa batalha, uma outra, nova e maior, tinha início: ainda em 2012, às vésperas da Mauá completar cinco anos, a liminar de reintegração de posse pela Justiça foi concedida⁷⁵. A

---

⁷⁴ O projeto Nova Luz apresentou a Mauá como área a ser demolida, desrespeitando assim os critérios definidos pelo próprio projeto que afirmava que as edificações com mais de 20 unidades residenciais, caso da Mauá, seriam mantidas. Mesmo que a ocupação não estivesse, na época, no perímetro de ZEIS 3, “a ocupação Mauá entrou no debate do Plano de Urbanização de ZEIS por pressão dos movimentos sociais e dos ocupantes do edifício presentes no Conselho Gestor” (GATTI, 2015, p. 177-178). Para maiores descrições do debate (muitas das vezes, acalorados) em relação à Mauá, das discussões técnicas travadas no âmbito do Conselho Gestor, dos questionamentos em relação à demolição do imóvel da ocupação e da forte pressão para impedi-la, que foi vitoriosa, ver Gatti (2015).

⁷⁵ 5 dias antes da ocupação completar 5 anos e, portanto, de dar o prazo (que é de 5 anos) de comprovação da usucapião a reintegração de posse da Mauá foi dada. Mesmo com todo o debate nas reuniões do Conselho Gestor e com o comprometimento da Sehab em garantir a permanência do imóvel e de sua destinação para habitação de interesse social, a prefeitura municipal se manteve omissa alegando falta de recursos para a reforma do prédio fazendo com que a Mauá convivesse com a ameaça de reintegração de posse até o final da gestão Kassab (GATTI, 2015, p. 200).

iminência de reintegração e a possibilidade de despejo representavam uma ameaça real e concreta do fim da ocupação. Por acompanhar de perto esse período vivido como dramático na trajetória da Mauá, o trabalho de Paterniani (2016) se torna um registro fundamental dos processos de mobilização e resistência que se desenvolveram, da rede de atores e aliados que se acionou e das estratégias postas em prática no momento de acirramento de uma disputa que atingia seu ponto de maior tensão. Apenas para citar alguns desses eventos descritos pela autora: atos de rua, elaboração de vídeo para divulgação nas redes sociais, gravação de um clipe na Mauá do grupo Racionais MC's, intervenções artísticas e culturais, reunião no batalhão da Polícia Militar para mediação, e recursos no âmbito jurídico.

As ações jurídicas tomadas foram muitas e são confusas, havendo, inclusive, troca de advogados durante o processo devido a divergências na forma como o primeiro advogado entendia a defesa da ocupação. Quem assumiu o processo de defesa foi a advogada Rosângela Maria Rivelli Cardoso. A advogada contou-me, em entrevista realizada em 2017, como se deu o contato com a ocupação: há mais de 25 anos ela advoga em processos relativos à moradia, na defesa da população em processos de despejo, reintegrações de posse, remoções e outras violações ligadas ao direito à moradia. Em uma das estratégias realizadas, nesse momento em 2012, a Mauá convocou o Centro de Defesa dos Direitos Humanos em uma reunião que contou com a presença da Defensoria Pública, do Centro Gaspar Garcia, a UMM, e, entre outros grupos e entidades de defesa da moradia, a Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), com seu escritório-escola, que à época a advogada Rosângela exercia o cargo de coordenadora de projetos sociais. A partir dessa reunião, passado dois meses, eles da ocupação a convidaram para assumir o processo, nomeando-a como advogada titular de sua defesa, tarefa árdua que vem desempenhando a partir desse contato.

Os trâmites que tratam do ocorrido em relação à reintegração de posse da Mauá, em 2012, que descrevo, de forma resumida, a seguir me foram contados pela advogada em entrevista, mas estão relatados também, em detalhes, por Paterniani (2016, p. 100-103): a advogada apelou da decisão do juiz exigindo que se reconhecesse que a posse do imóvel pelos ocupantes era antiga e a liminar ilegal, pois uma liminar de reintegração de posse só pode ser concedida quando a ocupação é recente, o que não era o caso da Mauá. O juiz se recusou a receber essa apelação, pois para ele não cumpria os requisitos necessários. Rosângela recorreu com um Agravo da decisão do juiz para o Tribunal de

Justiça, que recebeu e acatou a Apelação, suspendendo a decisão do juiz. Foi ainda preciso entrar com um novo Mandado de Segurança, pois não bastava suspender a decisão do juiz, era preciso suspender também a liminar de reintegração. O Tribunal acatou o Mandado de Segurança e suspendeu também a liminar de reintegração.

A mobilização nessas várias frentes e, sobretudo, a atuação jurídica firme obtiveram resultado e a ação foi suspensa. Mais uma vitória para Mauá. O processo não foi suspenso, contudo. Trataremos mais adiante ainda sobre a situação atual em que ele se encontra. Em 2013, o prefeito Fernando Haddad, no seu primeiro ano de gestão, publicou um decreto declarando o imóvel da Mauá como de interesse social – além desse, mais oitos imóveis estavam também incluídos.

O decreto foi recebido com alívio e como um passo importante, mas não ainda definitivo. As negociações com os proprietários não se finalizaram, pois não foi possível chegar a um valor final de compra, mesmo com a prefeitura depositando mais de R\$ 11 milhões pelo imóvel. Os proprietários pediram R\$ 18 milhões e um perito designado pela Justiça avaliou o valor do imóvel, sem sequer entrar nele e utilizando uma planta desatualizada para realizar o cálculo, em R\$ 25 milhões. O valor absurdo fez com que a prefeitura desistisse da compra, travando todas as negociações em andamento.

De todo modo, a suspensão do projeto Nova Luz, a suspensão da reintegração de posse e esse depósito por parte da prefeitura pareciam constituir uma espécie de garantia para que a ocupação pudesse permanecer. Os acontecimentos de 2017, mostram que essa percepção não só não era definitiva, como foi enganada – ainda mais em um território em constante disputa como o da região da Luz. Para entendermos melhor esse ponto, devemos nos deter mais atentamente na história urbana e política recente da Luz, uma das regiões mais antigas da cidade. Retomemos a partir do projeto Nova Luz.

O fato do projeto ter sido suspenso em 2012 não significou que nada ocorreu ou que não houve impactos. Ao longo dos anos em que o Nova Luz foi sendo desenvolvido, propagandeado e negociado, muitas remoções e demolições foram feitas, dentro daquele perímetro, afetando diretamente muitas pessoas, transformando bairros e destruindo vários cortiços antigos e outros imóveis da região. Mesmo que o projeto, como formulado, tenha sido interrompido, não é certo afirmar que não

ocorreram mudanças. Muitas vezes, a elaboração de um grande projeto serve de pretexto e suporte para transformações pontuais e localizadas, para que políticas sejam implementadas pelas bordas, aos poucos, sem alardes. Essas movimentações silenciosas e a persistência dos interesses ligados ao projeto são elementos que ainda se fazem presentes, de diferentes formas, como por exemplo no processo jurídico de reintegração de posse no qual a ocupação Mauá está envolvida e se desenrola até os dias de hoje. Esses episódios demonstram como uma região, nesse caso a Luz, torna-se “ponto de encontro – e de conflito – entre o avanço do complexo imobiliário-financeiro e os territórios populares” (ROLNIK, 2015, p. 262).

Historicamente, a região da Luz constituiu-se como uma área de grandes intervenções e, ao mesmo tempo, como uma dessas fronteiras de encontro e conflito de um território ainda marcadamente popular⁷⁶ na região central de São Paulo. O LabCidade e ObservaSP, ligados à FAU-USP, elaboraram um Dossiê intitulado “Região da Luz em Disputa” (2017) – todas as imagens aéreas e com dados da região da Luz presentes neste trabalho foram extraídas desse Dossiê. Nele, afirma-se que não é de hoje que a região da Luz sofre pressões para se tornar mais um polo de expansão do capital imobiliário (ROLNIK et al., 2017). Contudo, essas tentativas por parte do Estado encontram dificuldades em avançar pela combinação, principalmente, de quatro fatores ali presentes: a existência de dezenas de imóveis e construções tombadas que impedem transformações muito drásticas; a existência de uma propriedade fundiária da região muito fragmentada e complexa, devido a diversos processos de heranças e divisões em um território muito antigo da cidade; forte presença de população de baixa renda vivendo em cortiços, hotéis, pensões e ocupações; e a presença e concentração de usuários de crack, em diferentes áreas, ao longo dos anos desde a década de 1990 nessa região da cidade (ROLNIK et al., 2017).

Mesmo com essas “limitações”, o poder público permaneceu desenvolvendo projetos de intervenções. Em paralelo com ações de “combate às drogas”, com uso da força policial e fechamento e demolições de hotéis e outros imóveis, o poder público, sobretudo o governo estadual, empreendeu, de forma mais sistemática, pelo menos

---

⁷⁶ Segundo Kohara (2013, p. 84) o zoneamento da Luz foi, ao longo do tempo, bastante restritivo em relação à produção de novas construções, poupando-a em grande medida de processos de especulação imobiliária, o que, junto de sua localização privilegiada, propiciou também a instalação de cortiços. Esse processo histórico, contudo, conviveu com projetos e interesses que buscaram justamente transformar esses elementos.

desde os anos 1990, projetos que tomavam a Luz como um “ponto indutor” para a “revitalização” urbana do centro gerando valorização imobiliária e aumento do fluxo do capital privado, em uma visão influenciada por um modelo de gestão da cidade global (NASSER, 2016, p. 24).

Dentro dessa lógica é que pode ser vista a política de impulsão de “âncoras culturais” (ROLNIK et al., 2017) incorporada, por exemplo, nos projetos como Projeto Polo de Luz, parceria entre governo federal e estadual, e o Monumenta, financiado pelo BID, a partir dos anos 2000 (NASSER, 2016, p. 24), cujas ações podemos citar: a reforma da Estação Pinacoteca, entre 1993 e 1998; a inauguração, em 1999, da Sala São Paulo, que integra o Centro Cultural Júlio Prestes, da reformada Estação Júlio Prestes; a construção do Museu da Língua Portuguesa, em parceria com a Fundação Roberto Marinho, entre 2000 e 2006; e inauguração do complexo do Centro Paula Souza, em 2013. “O discurso naquele momento era que esses equipamentos iriam ‘revitalizar a região’ e, conseqüentemente, atrair moradores e atividades de maior renda, o que não ocorreu” (ROLNIK et al., 2017).

Alguns dos equipamentos reformados e criados na região da Luz. Imagem elaborada pelo LabCidade.

A concomitância de distintos projetos e interesses e a intensificação das intervenções que enfrentam barreiras, como as já mencionadas anteriormente, fizeram com que a tensão e disputa na região da Luz se acirrassem. Algumas das consequências mais imediatas foram o fortalecimento do discurso de uma área degradada que precisava

ser “revitalizada” e da criminalização dos usuários de crack, a partir de política de “guerra às drogas”. O discurso da “revitalização” soa estranho para uma região que “possui taxa de densidade demográfica entre as mais altas do centro expandido”, sendo que *vida* é o que não falta ali (MAPA INTERATIVO, 2017). Os discursos hegemônicos que buscam representar a região como degradada buscam legitimar as intervenções urbanas elaboradas, em sua grande maioria até o momento, ignorando os interesses e desejos da população que vive ali. Desse modo, esses discursos recusam-se a reconhecer a alta densidade populacional, os diferentes usos do solo urbano e dos imóveis, da intensa atividade econômica que existe na região e que, na prática, se contrapõem e desmentem a ideia propagada de que precisa ser “revitalizada”. Já a “guerra às drogas” se transformou em justificativa para também demolir e remover sujeitos “considerados indesejados” e para o Estado abrir “espaço para uma política de reestruturação urbana excludente e violenta” (MAPA INTERATIVO, 2017).

Densidade demográfica da região. Imagem elaborada por LabCidade (ROLNIK et al., 2017).

Uso predominante do solo. Imagem elaborada por LabCidade (ROLNIK et al., 2017).

A partir de 2005, foram demolições ligadas ao projeto Nova Luz. Em 2010, foi a vez da antiga (e primeira) rodoviária da cidade, desativada em 1982, que deu lugar a um grande shopping popular até o imóvel ser desapropriado em 2007, e ser demolido pelo governo do Estado para dar lugar a um projeto de dança e música de grande envergadura, o Complexo Cultural da Luz, que nunca, até o momento, saiu do papel. Há ainda outros grandes projetos urbanísticos em planejamento e implementação, como, por exemplo, a Parceria Público-Privada (PPP) do Hospital Pérola Byington e a PPP⁷⁷ Habitacional da Região Central, “uma ação contratada pelo Governo do Estado de São

⁷⁷ “As PPPs abrangem um vasto campo de associações entre instituições governamentais e empresas para a construção de objetivos comuns específicos [...]. Trata-se de uma relação de natureza distinta entre as partes, estabelecido por meio de um contrato. [...] Apesar do discurso da crise fiscal e da capacidade do setor privado empreender – atraindo capitais, assumindo riscos, introduzindo competitividade e eficiência –, as PPPs urbanas são, em geral, voltadas a megaprojetos de desenvolvimento urbano e, quase sem exceção, conduzidas e financiadas pelo Estado. Os riscos são assumidos pelo Estado, que geralmente também é o responsável por cobrir os déficits, quando ocorrem” (ROLNIK, 2015, p. 226-227). Um dos efeitos das PPPs seria eliminar “usos e formas de ocupação [da terra urbana] menos lucrativas ou em poder de setores sociais incapazes de utilizá-las como ativos financeiros”. É “na diferença entre o que é pago para seus ocupantes para ‘liberar’ a terra e a expectativa de seu rendimento futuro que reside a base do sucesso dessa forma de urbanismo especulativo. A maior desvalorização possível na aquisição de terras é, portanto, um elemento central de seu ‘sucesso’” (ROLNIK, 2015, p. 228). Lógica similar que já estava presente na época do Nova Luz encarnada na expressão recorrente naquele momento: comprar terreno “a preço de cracolândia” para vender “a preço de Itaim” (SOUZA, 2010, p. 110).

Paulo para produção de 3.863 unidades habitacionais a famílias com renda de 1 a 10 salários mínimos” (ROLNIK et al., 2017), a ser erguida também no terreno em frente a Estação Júlio Prestes, e que conta com a parceria da prefeitura⁷⁸. Fora o ainda pouco explicado e divulgado Projeto de Intervenção Urbana (PIU) Terminal Princesa Isabel, que tem um raio de intervenção que atinge toda essa mesma região.

Todos esses projetos provocam desconfiança e apreensão nos moradores, pois sempre são acompanhados de intervenções e violações que afetam diretamente a vida de quem mora, trabalha e circula ali. Alguns movimentos de moradia organizados na região, por exemplo, enfatizam problemas no modelo a ser implementado por essa PPP Habitacional e a quem, de fato, ela atenderá; os termos estão bem formulados a seguir:

o modelo da PPP não visa atender as famílias das pensões e cortiços afetados pelas intervenções. As unidades produzidas para a parceria serão destinadas a pessoas que comprovem trabalho formal no centro expandido – o que exclui as famílias mais vulneráveis, sem emprego estável – e serão distribuídas por sorteio, sendo transferidas aos sorteados via financiamento, de acordo com o contrato já assinado entre a PPP e a empresa vencedora da licitação, a Canopus Holding (ROLNIK et al., 2017).

Portanto, foi nesse território atravessado de projetos e interesses políticos e urbanísticos que se deu, recentemente, a megaoperação na chamada “cracolândia”, no bairro dos Campos Elíseos, em maio de 2017, intervindo nas quadras onde o “fluxo” de usuários de crack se localizava, justamente nas ruas e imediações de todos esses grandes

---

⁷⁸ As moradias, previstas pela PPP de Habitação do Programa Casa Paulista do governo do Estado de São Paulo, seriam construídas no centro, prioritariamente, em perímetros de ZEIS 3 com recursos privados, subsídios federais do PMCMV e recursos dos governos estaduais e municipais (GATTI, 2015). “No lançamento do programa, o prefeito Haddad afirmou que a PPP de Habitação do centro que viria substituir o projeto Nova Luz seria muito mais eficaz e sairia do papel com mais velocidade” (GATTI, 2015, p. 207). Segundo Gatti (2015), nos moldes em que a PPP de Habitação do Centro foi projetada pelo governo do Estado, com aval da prefeitura, grande percentual do perímetro demarcado como ZEIS 3 foi comprometido ao destinar áreas públicas para a produção habitacional com transferência de propriedade destinada, sobretudo, à classe média. No médio prazo, portanto, existem grandes possibilidades de que essas unidades passem então para o controle do mercado imobiliário e dos processos de valorização, provocando assim uma situação em que a população de baixa renda, que deveria ser atendida prioritariamente pelos projetos desenvolvidos em ZEIS 3, fique sem garantias de permanência nas áreas centrais, “correndo o risco de serem deslocadas para longe ou para novas formas precárias de morar” (GATTI, 2015, p. 265). Reportagem de setembro de 2017 anuncia a construção dos edifícios da PPP e declara que “o bairro dos Campos Elíseos deve ser o eixo principal da transformação de uma das regiões mais degradadas do centro de São Paulo”, em <http://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2017/09/1920660-regiao-central-deve-ganhar-5-mil-moradores-com-novos-edificios.shtml>, acessado em 18 de outubro de 2017.

empreendimentos. Trataremos disso mais adiante, mas vale ressaltar que como em 2012 quando nem bem se refizeram da batalha contra o projeto Nova Luz, que em sua intervenção urbanística previa a demolição do prédio da Mauá, a ocupação recebeu a notificação de reintegração de posse; agora, em 2017, também alguns dias após a intervenção na “cracolândia”, a ordem de reintegração de posse da ocupação Mauá foi expedida novamente.

Não pretendo afirmar que os dois momentos são iguais, que as situações são idênticas; é evidente que os contextos e acontecimentos – políticos e sociais, na escala local e nacional – são muito diferentes em 2012 e 2017; mas, ao mesmo tempo, é difícil não reconhecer um padrão de ação que nos impediria de constatar que o que acontece é mero acaso ou coincidência: parece haver uma relação entre projetos de intervenção urbanísticos na região da Luz e o interesse/tentativas de reintegrar a ocupação Mauá, como se fossem dinâmicas complementares, paralelas e concomitantes de um processo mais amplo, que escancara a “guerra dos lugares” e “pelos lugares” (ROLNIK, 2015) travadas naquele território [abordaremos ainda esses acontecimentos mais recentes no final da Parte II deste trabalho].

Imagem elaborada pelo LabCidade mostrando o perímetro envolvendo os projetos das PPPs (Habitacional e Pérola Byington), as intervenções nas quadras 37 e 38 pós-operação, e o PIU Princesa Isabel.

Essa percepção, inclusive, pode ser reforçada por um levantamento, realizado pelo Observatório de Remoções e lançado em agosto de 2017, no qual podemos acompanhar de forma gráfica e dinâmica em uma cartografia digital os dados referentes a demolições, lacramentos, remoções, incêndios, violência policial e internações forçadas ocorridas na região da Luz. O trabalho demonstra, a partir de uma linha do tempo interativa, que todas essas violações são recorrentes na região desde 2005, data que marcou o lançamento do projeto Nova Luz; contudo, elas nunca foram tão frequentes como as registradas desde maio de 2017. E ainda: os picos de violações aos direitos de quem mora, trabalha e circula na região sempre coincidem com grandes projetos de renovação urbana (MAPA INTERATIVO, 2017⁷⁹), justamente na linha do que vinha argumentando.

Se junto das recentes intervenções na “cracolândia” e suas violações consequentes, e da decisão de reintegração de posse da Mauá considerarmos também o plano anunciado para remoção da Favela do Moinho⁸⁰, declarado como (a mais nova) prioridade pela gestão Doria (com a justificativa “oficial” de “combate ao tráfico”), podemos certamente afirmar que está em curso atualmente uma grande e intensa ofensiva aos territórios e espaços populares da região da Luz, na cidade de São Paulo. A descrição das ações em curso e dos projetos arquitetados para serem implementados nesse território ressoam com algumas das dinâmicas observadas e analisadas nas *Cidades sitiadas* de Stephen Graham (2016):

É bastante fácil para as elites políticas, corporativas ou militares retratarem os residentes de assentamentos informais como ameaças existenciais, até sub-humanas, à economia liberal ‘formal’ e seu arquipélago de enclaves urbanos privilegiados de residência, produção, especulação, transporte e turismo. [...] Favelas com frequência são demolidas por urbanistas estatais, forças policiais ou militares, seja para liberar a área para a modernização da infraestrutura ou para a especulação imobiliária, seja para lidar com supostas ameaças de crime ou doença, seja simplesmente para afastar as populações marginalizadas da vista dos enclaves (2016, p. 58).

---

⁷⁹ <https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/mapa-interativo-mostra-que-2017-e-o-pior-ano-em-uma-decada-para-viver-na-luz/>. Acessado em 27 de agosto de 2017.

⁸⁰ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-diz-que-ira-eliminar-favela-do-moinho-para-combater-o-trafico.ghtml>. Acessado em 20 de julho de 2017.

Uma nota importante: O Programa Minha Casa Minha Vida

O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado pelo governo federal, em 2009, durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em um contexto de combate a crise econômica por meio de políticas anticíclicas para impulsionar a economia, gerando emprego e mantendo os níveis de renda e consumo (AMORE, 2015, p. 15; CARDOSO, 2015, p. 73. ROLNIK, 2015, p. 301). Portanto, é importante reter a dimensão econômica que marca a elaboração e lançamento do programa para poder entender seu significado e extensão.

Ao mesmo tempo, o programa tinha a tarefa de fortalecer as bases de sustentação do governo Lula, dissipando as instabilidades políticas (CARDOSO, 2015, p. 73). Acolhendo proposta do setor da construção civil no potencial econômico da produção habitacional em massa, o governo esperava gerar empregos e ativar diferentes setores da atividade industrial, da construção civil a moveleira e de eletrodomésticos (AMORE, 2015, p. 15). Por mais que os interesses dos setores imobiliário e da construção civil fossem privilegiados no processo de formulação do programa (AMORE, 2015, p. 17), a sua implementação se deu como um grande arranjo político-institucional de grande impacto e transformações, pois fora a repercussão e aprovação positivas de grandes parcelas da população, pouco contempladas historicamente pelas políticas habitacionais em grande escala (CARDOSO, 2015, p. 73), contou também com o envolvimento de prefeitos e governadores, e articulou, a partir de pressões e negociações, os movimentos de moradia (RIZEK et al., 2014; ROLNIK, 2015, p. 302). “De pacote de salvamento de incorporadoras financeirizadas”, em um cenário econômico internacional desfavorável, “o PMCMV transformou-se na política habitacional do país, baseada no modelo único de promoção da casa própria, acessada via mercado e crédito hipotecário” (ROLNIK, 2015, p. 309).

A estratégia previa a criação de mecanismos e programas, em diferentes faixas de atendimento, de subsídios para facilitar a construção e venda de imóveis para famílias de baixa e média renda (CARDOSO, 2015, p. 73). Para isso, o programa utilizou e reestruturou fundos que já existiam, como, por exemplo, o FGTS, colocando a Caixa Econômica Federal (CEF) como principal gestora e operadora, que passou a se relacionar mais diretamente com os agentes imobiliários (CARDOSO, 2015, p. 73; RUFINO, 2015, p. 55). Diferentemente do que ocorria na estrutura do BNH, há aqui a

ausência de um agente promotor público responsável pela incorporação imobiliária e gestão dos empreendimentos (RUFINO, 2015, p. 55). Assim, a CEF e as empresas privadas passaram a ter centralidade e responsabilidade pelas políticas habitacionais adotadas (RUFINO, 2015, p. 55).

São os agentes privados, empresas construtoras e incorporadoras que decidem a localização e o terreno, o tipo e desenho dos empreendimentos, número de unidades, tecnologias e materiais, e qual faixa de renda o empreendimento vai atender (CARDOSO, 2015, p. 73). A partir da disponibilidade de recursos e mecanismos jurídicos e institucionais, ocorreu a ampliação e consolidação da produção privada de moradias, atendendo uma demanda de menor renda que anteriormente não tinha ofertas mais acessíveis disponíveis, fazendo com que o mercado imobiliário financeirizado, ao longo das últimas décadas, se firmasse como ator central na política habitacional brasileira (SHIMBO, 2010).

Na Faixa 1 (para famílias com renda até 1.600 reais), o subsídio é quase integral para essas famílias de baixa renda e no qual não é exigido retorno nem há aplicação de juros. Cabe ao município, que ganha protagonismo nesta etapa, aprovar os projetos dos empreendimentos, alterar quando necessário as legislações e zoneamentos urbanísticos para atender às demandas, e selecionar os beneficiários que serão atendidos, a partir de seus cadastros. Para as Faixa 2 (de 1.600,01 a 3.100 reais) e 3 (de 3.100,01 a 5.000 reais), é oferecido crédito imobiliário a partir de financiamento com recursos do FGTS (AMORE, 2015, p. 20-21).

Da pressão e negociação com os movimentos de moradia, desenhou-se uma modalidade do programa para que entidades, associações e cooperativas populares, com experiência e condições técnicas, habilitadas no Ministério das Cidades, pudessem também produzir habitação, fazendo a gestão (direta ou indireta) dos empreendimentos, em uma ação que remonta à tradição das experiências de construção autogestionárias dos anos 1980 e 1990 (AMORE, 2015, p. 18, 21; RUFINO, 2015, p. 58; RIZEK et al., 2015, p. 294). Com o MCMV-Entidades – voltado exclusivamente ao público da Faixa 1 (com renda familiar de até 1.600 reais), atendido pelo Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) –, os movimentos e organizações populares passaram a ser agentes e operadores do programa, assinando os contratos com a CEF, indicando a demanda em empreendimentos produzidos pelas construtoras em parcerias com as prefeituras, e

escolhendo e organizando os beneficiários (RIZEK et al., 2014; RUFINO, 2015, p. 58).

Apesar de importantes para garantir o apoio político de movimentos de moradia ao programa, o MCMV-Entidades, junto das modalidades rural (PNH-Rural) e de atendimento aos pequenos municípios (MCMV-Sub 50), representavam menos de 10% do total de unidades e de recursos previstos no lançamento do programa, fazendo com que o principal fosse mesmo o MCMV-Empresas (ROLNIK, 2015, p. 303).

Contudo, seria enganoso afirmar que devido à pequena escala⁸¹ essa modalidade é irrelevante no contexto dos movimentos, afinal ela vem provocando grandes mudanças em sua lógica, ações e estratégias (RODRIGUES, 2013). Em muitos municípios, a destinação de parte da produção dos empreendimentos para indicações dos movimentos populares organizados, ao redor do MCMV-Entidades, serviu como importante garantia de apoio político local ao programa e a diferentes gestões de governos (RUFINO, 2015, p. 58). Ao se tornarem operadores e passarem a integrar a participação na distribuição dos empreendimentos, mesmo que fora dos processos decisórios, os movimentos de moradia ampliaram seu poder de atuação e ainda conseguiram atender às demandas que estruturam suas bases: a busca por uma moradia – não que essa mudança de escala não produza novas dificuldades, tensões e contradições (TATAGIBA, 2010; RODRIGUES, 2013; ROLNIK, 2015, p. 308).

A adesão e inserção dos movimentos de moradia ao programa produzem novas formas de relação entre esses diversos atores (movimentos de moradia, Estado, associações, assessorias técnicas, lideranças, sem-tetos, políticos, funcionários públicos e técnicos), na forma de um “vínculo complexo”, que vem provocando “um rearranjo do campo de forças nas relações e tensões entre essas partes, para a operação de um novo diagrama de relações entre produção de moradia e luta pela apropriação do espaço” (RIZEK et al., 2014, p. 533), e que é preciso ser acompanhado seus desdobramentos e rearranjos.

III) Apresentação do percurso e trajetória em campo do pesquisador

---

⁸¹ Até o final de 2013, o PMCMV-Entidades tinha contratado menos de 1% de todas as unidades habitacionais do programa (RIZEK et al., 2014, p. 533).

Meus primeiros contatos para tentar viabilizar a pesquisa na Mauá iniciaram-se em outubro de 2015 e para isso acontecer era preciso contatar a coordenadora-geral da ocupação, Ivaneti de Araújo. Tudo o que acontece lá dentro passa por ela, chega até essa mulher, alta e forte, com uma cabeleira preta cacheada; de fato, é uma figura imponente. Marquei uma primeira conversa, na própria ocupação, na qual apresentei em linhas gerais a pesquisa e pedia autorização para realizá-la ali. A resposta de Neti foi simples e direta (características dela): “o que a gente ganha com isso?”. Desde então, essa pergunta me acompanha. Dei uma resposta vaga e genérica, afinal naquele momento era o que tinha condições de fazer, mas trago esse episódio porque acredito que todo o percurso que desenvolvi ali dentro foi marcado por essa questão, fosse naquilo que eu projetava no olhar da coordenação e moradores sobre meu trabalho, fosse naquilo que projetava no meu olhar sobre a pesquisa também. Descrever meu percurso em campo é pensar nas muitas respostas que fui dando a essa pergunta.

A entrada e início de campo se deram efetivamente em 2016. Desde que iniciei o campo, fiz visitas semanais à ocupação, no mínimo de uma vez por semana, que se mantiveram em 2017, inclusive. A frequência, ao longo desse período, foi regular, porém em alguns momentos ela foi maior e mais intensa. Todas as minhas idas ao campo foram (e são) registradas em caderno de campo. Foi a partir desse material bruto (com mais de cem páginas) que trabalhei na redação dos eventos etnográficos elaborados nesta dissertação.

Logo no começo, percebi que a portaria era um lugar privilegiado, não só de passagem, mas de acontecimentos e da vida da ocupação. Pedi permissão para Neti para acompanhar o trabalho da porteira, Elizete, e a movimentação da e na portaria. O fato de ter que, constantemente, pedir autorização revela que não só a entrada na ocupação passa, necessariamente, pela coordenação, como também os movimentos e ações que lá ocorrem. Existe, portanto, uma “dimensão institucionalizada” e um “direcionamento institucional” no cotidiano das ocupações e que marcaram minhas movimentações e acredito que muito do meu trabalho também. Vale registrar ainda que minha presença também foi codificada e “institucionalizada”, por muito tempo, na figura do pesquisador. Foi desse modo que, no início, pude entrar e circular, através desse “personagem”, também já habitual e corriqueiro nesse espaço: mais de uma vez, nos primeiros meses, fui abordado por algum morador perguntando sobre a entrevista ou filmagem que havia feito com ele, que eu havia desaparecido, quando eu iria na casa dele

novamente... em todas essas vezes, eu estava sendo confundido com algum outro pesquisador. Sinal que também estava bem encaixado no estereótipo do personagem.

De todo modo, ao longo de todo o primeiro semestre de 2016, a portaria foi meu posto de observação etnográfico, lugar de passagem, de fluxo, de encontros, de fronteira entre o fora e o dentro da ocupação, espaço de convívio, de trocas e de acontecimentos. Evidentemente, como creio que sempre acontece, o começo foi mais difícil por não conhecer ainda a ocupação, seus moradores e suas dinâmicas; ia passar algumas horas lá interagindo com os passantes sem grandes planos e expectativas do que poderia acontecer, configurando uma ida a campo bem aberta, sem saber ao certo o que faria. Essa situação gerava certa apreensão e não só em mim: depois de alguns meses desse modo, Elizete me cobrava se eu só ia ficar “parado sem fazer nada” e me pressionava a ir “entrevistar as pessoas!”.

De fato, depois de um semestre, ter produzido o texto e realizado o Exame de Qualificação, sentia certo desgaste e saturação para a pesquisa a permanência apenas ali. Para poder desenvolver melhor minhas questões e avançar mais sabia que precisava mudar minha posição no campo, apenas não sabia como. A resposta veio logo: em agosto, começariam a ser dadas aulas de alfabetização para jovens e adultos por um grupo que se organizava a partir da Escola Margarida Maria Alves. A ligação da maioria das pessoas que compunham esse grupo com o projeto era Nelson, e comigo não foi diferente.

Nelson, como já afirmado, é outra figura muito importante e carismática da Mauá, e outro grande interlocutor que tive ao longo desse processo todo. Um dia em julho, em uma das muitas conversas que costumava ter sentado perto da portaria com esse homem negro e alto, frequentemente vestindo uma camiseta vermelha do Che – daí o apelido “Nelson Che” pelo qual muitos se referiam a ele –, sabendo que eu já tinha dado aulas na EJA e em uma outra ocupação de São Paulo, ele me convidou a participar do projeto da escola. Peguei o contato do grupo e combinei de ir na próxima reunião deles. Foi assim que acabei entrando nesse projeto que, a partir de então, tornou-se a nova posição pela qual passei a acompanhar os principais acontecimentos etnográficos do segundo semestre de 2016 e o primeiro de 2017. Participar da Escola Margarida Maria Alves me permitiu, antes mesmo das aulas começarem, desenvolver um outro contato com os moradores, com a coordenação e com o entorno ali da região.

No final do primeiro semestre de 2017 comecei a me envolver de uma terceira forma com os acontecimentos na Mauá, algo que ainda precisa ser melhor elaborado por ser muito recente. Minha intenção era finalizar o campo para me dedicar à redação final desta dissertação, porém grandes e graves acontecimentos começaram a ocorrer na região, primeiro, na Luz, na megaoperação da prefeitura e do governo do Estado na “cracolândia” e, depois, na própria Mauá, com a decisão da reintegração de posse. Ao mesmo tempo que queria encerrar o campo de pesquisa, por um ponto final no material a ser explorado e trabalhado na dissertação, sentia-me impelido a participar dos eventos, reuniões e discussões que começaram a ocorrer em grande intensidade. Não ia por me sentir obrigado ou por uma espécie de “dívida moral a ser paga”, mas por estar genuinamente preocupado com o que poderia acontecer com aquelas pessoas e com aquele local que, ao longo desse processo, efetiva e afetivamente me vinculei.

Minha participação e envolvimento nessas ações mais recentes não se deram mais enquanto educador da Escola Margarida Maria Alves, mas também não se deu plenamente como pesquisador interessado em realizar sua pesquisa de mestrado. Qual era o estatuto de minha presença ali? Sem saber ainda ao certo, creio que foi como uma espécie híbrida de pesquisador e apoiador. Foi dessa forma que interagi com as pessoas fosse nas reuniões na Mauá para discutir as próximas ações de resistência à reintegração de posse, nas conversas com outros pesquisadores que estavam ali também para dar apoio (técnico ou não) para a ocupação nesse momento, fosse nas reuniões na Secretaria Municipal de Habitação para tratar do projeto de intervenção da prefeitura na “cracolândia”, nas quadras do bairro dos Campos Elíseos. Acredito que durante os tensos acontecimentos que atingiam a Mauá, a região da Luz, o centro, na reta final do meu trabalho já fui construindo, de forma até bastante inconsciente, o encerramento de um ciclo e transição para uma outra posição que, se ainda está indefinida, permanece ligada com aquele lugar.

Dessa forma, é possível afirmar que meu percurso em campo foi fruto de decisões, opções, encontros, acasos que, a partir da minha entrada e imersão naquele território, foram pouco a pouco se abrindo e acontecendo, constituindo e compondo-o, fomentando novas observações e questões para esta pesquisa, na forma de um processo. Essas escolhas, portanto, determinaram minha inserção e posterior desenvolvimento da minha trajetória. Elas possibilitaram muitos acontecimentos, abriram portas, propiciaram minha participação, vivência e envolvimento em muitas atividades,

situações e eventos, mas também, como não poderia deixar de ser, bloquearam e me afastaram de muitas outras. Desde que entrei na Mauá, busquei o tempo todo manter um certo equilíbrio e [equi]distância dos três movimentos que a compõem, sendo isso tarefa mais fácil em alguns momentos do que em outros, gerando, inclusive, situações de tensão e desconfiança sobre essa postura, no começo.

O que se buscou foi tomar a ocupação como “posto de observação” a partir do qual tentou-se seguir e traçar circuitos, práticas e dinâmicas que se conectam e se intersectam, se ancoram localmente, ao mesmo tempo que transbordam esse local, “justamente porque fazem o traçado de redes superpostas, de escalas variadas, que atravessam e definem (ou redefinem) cada situação, colocando-as ao mesmo tempo em ressonância com outras situações de tempo e espaço” (TELLES, 2010, p. 18). Essas diferentes trajetórias, experiências e vivências – e as reflexões sobre elas – reforçaram a compreensão da ocupação como um imenso espaço de acontecimentos, de trajetórias, de situações, de encontros e interlocutores possíveis. A Mauá que é descrita por este trabalho é uma das Mauás possíveis que convivem, nem sempre em harmonia, dentro daquele prédio. Não existe uma totalidade a ser apreendida e descrita; quando busco descrever uma cartografia da ocupação é tendo em mente que não faço “A” cartografia da Mauá, mas uma “experimentação cartográfica” de pessoas, espaços, eventos, percursos dentro de muitos outros possíveis.

Portanto, foi a partir dessas perspectivas e da construção desses percursos e trajetórias que o material, trabalhado e elaborado apresentado a seguir, foi produzido. Passemos para o interior do número 340 da rua Mauá e vejamos os mundos e circuitos que se abrem e se constroem lá dentro compondo a vida da ocupação e estabelecendo relações e redes ampliadas com a cidade em que ela está inserida.

PARTE II

Cartografias urbanas e políticas que se armam a partir de uma ocupação no centro de São Paulo

Fotos tiradas da cobertura da Mauá. A primeira voltada para a estação Júlio Prestes, a segunda para a própria ocupação no meio de outros prédios.

Nesta segunda parte, o material produzido com base no trabalho de campo foi elaborado a partir das questões de pesquisa apresentadas anteriormente. Essas reflexões que se referem a diferentes aspectos e elementos no cotidiano de uma ocupação foram organizadas em diferentes tópicos que abarcam, tendo as questões de pesquisa como referência, dimensões e eventos importantes na constituição de uma ocupação. São eles:

- As dimensões cotidianas em uma ocupação: cotidiano, rotina e eventos presentes no dia-a-dia;
- Um campo de gravitação que se arma: diferentes atores (moradores, coordenadores, atores e coletivos externos) gravitam ao redor desse espaço produzindo novas relações e acontecimentos;
- Circuitos e entornos da ocupação: a partir de diferentes episódios, em diferentes momentos, acompanhando linhas que partiam da ocupação, é possível vislumbrar o atravessamento de diferentes espaços e dinâmicas com a Mauá compondo uma cartografia urbana e política de uma ocupação;
- As diferentes dimensões conflitivas que marcam a existência de uma ocupação são apresentadas e discutidas, a partir de alguns eventos acompanhados em campo.

A seguir, essas partes se sucedem no desenvolvimento do texto descrevendo e analisando, mais detalhadamente, esses diferentes elementos e dinâmicas que compõem parte da constituição da ocupação e do território a que ela está integrada.

• No cotidiano da ocupação, novos arranjos e relações são produzidos

Dos espaços comuns da ocupação, o mais movimentado é o térreo. Vindos da rua⁸², ao passar pelo grande portão vermelho da entrada, adentramos na penumbra de

---

⁸² Nesta segunda parte do trabalho, alguns registros etnográficos de campo foram incluídos como notas de rodapé. Como primeira nota etnográfica, trago a descrição do entorno imediato em que a Mauá se insere. Esta nota intitulei (é a única que possui um título) de *Feira da carne a céu aberto*: A rua Mauá se situa exatamente em frente à Estação da Luz. A avenida Cásper Líbero, que se liga à avenida Ipiranga, se encerra ali, diante da estação. Portanto, para chegarmos à ocupação, precisamos virar à esquerda dessa avenida na rua Mauá. Fiz centenas de vezes esse percurso dobrando nessa esquina, da Cásper com a Mauá. Primeiro de forma inconsciente e não objetiva, sentia sempre certo desconforto nesse ponto sem

um comprido saguão. Logo, à esquerda, separada por um muro de concreto de mais de um metro e uma tela de grade, está a portaria. Mesmo depois do grande portão vermelho da entrada, há ainda um outro portão, que só abre quando acionado pela porteira, Elizete. Como a entrada e saída de moradores é constante, ela passa o dia acionando o botão de abertura do segundo portão. Se a pessoa é visitante ou desconhecida, obrigatoriamente, ela deverá se dirigir à porteira para se identificar com o RG ou para perguntar pelo o que procura. Só assim, com a autorização de Elizete, o portão de entrada para Mauá pode (ou não) se abrir.

Elizete exerce essa função desde o início da ocupação, portanto há dez anos. No começo, essa atividade era organizada na forma de rodízio entre os ocupantes, mas logo eles perceberam a necessidade de ter alguém mais fixo cumprindo esse papel de grande responsabilidade. Assim, com dois meses de ocupação, os moradores em assembleia votaram e decidiram que Elizete passaria a ser a porteira fixa da Mauá. Ela trabalha de segunda a sábado e recebe um valor que vem das contribuições mensais dadas pelos moradores. No período da noite, outra pessoa fica em seu lugar. Atualmente, e isso é recente, há um terceiro turno na portaria, a pedido de Elizete: “tinha dia que era tanto stress que eu nem conseguia conversar!”. Realmente, é muita responsabilidade e o trabalho e fluxo de pessoas são intensos. Atualmente, ela trabalha no período das 14 horas às 22 horas, tendo a manhã livre para “resolver minhas coisas, participar de atos e coisas do movimento ou dormir até um pouco mais tarde”, conta com um sorriso. Para ela, “a portaria é o coração da ocupação”. E é, de fato, espaço de circulação, mas onde as coisas acontecem também. É um *check point*, que conecta o mundo interno do prédio com o resto da cidade.

---

saber ao certo o que era. Mas pela insistência e repetição no trajeto, emergiu de forma clara por sua presença constante e intensidade uma imagem que explicava esse estado: a carne. É a profusão de imagens de carnes, dos mais diferentes tipos, expostas das mais diferentes maneiras, que me criava essa atmosfera. Carnes a mostra, nas vitrines dos açougues, no “churrasquinho de gato” armado improvisadamente, no espeto na brasa do churrasco grego a girar, nos corpos das pessoas: os decotes, os dorsos, os braços, as barrigas, as coxas, os pés. Fortes, carnudas, roliças, esqueléticas, despidas, cicatrizes. Carnes que se veem nos corpos das garotas de programa nas esquinas, nos jovens descamisados descarregando caixas e produtos, nas partes nuas expostas nos cantos de usuários de crack, descobertas nos moradores de rua dormindo no chão, aparecendo discretas na camisa aberta dos ambulantes das calçadas e nas minissaias curtas das mulheres sentadas nas calçadas dos bares. Cigarros de Eight sendo vendidos, trocados, fumados. Pelas ruas, alguns restos de comida e excrementos intensificam a paisagem orgânica desse pedaço da cidade. E atravessando indiferente tudo isso, cortando essa mistura de cheiros, no calor do final de expediente, a marcha rápida da multidão de trabalhadores que correm para as filas se espremer no tumulto dos trens da CPTM e do metrô a fervilhar.

Elizete tem 50 anos (em 2017) e é cearense, da cidade de Itapipoca, e trabalha desde menina: aos 9 anos trabalhava na feira para ajudar a complementar a renda da mãe. Vive há bastante tempo em São Paulo, quando o irmão a trouxe com 20 anos em busca de emprego. Uma mulher baixa, de cabelo curtinho e voz rouca, bem humorada, mas invocada também, tem um temperamento forte e firme para o cargo que exerce com muita habilidade e ciente da sua responsabilidade para com a ocupação. Ela é a primeira pessoa que vemos quando entramos na penumbra do saguão, sem janelas, que é o da portaria. Ela já morou em uma casa em Pirituba, zona oeste de São Paulo, já morou também em um prédio na região da Luz e quando a situação ficou mais difícil passou a viver em um pequeno hotel, próximo da Mauá, com diária de 20 reais. Um dia sua sobrinha veio lhe contar da ocupação e decidiu participar. Trabalhou muito tempo como camelô perto da entrada da Estação da Luz, vendia tíquetes e bilhetes, mas também já vendeu “coisas paraguaias”. Ela tem muitas histórias para contar, como, por exemplo, quando se mudou para Manaus para tentar começar a vida seguindo a sugestão de uma amiga. Gastou seu dinheiro comprando a mercadoria, mas foi assaltada logo que chegou lá e perdeu tudo; ela acredita que foi a própria amiga quem lhe armou o golpe. Não seria a última vez que teria de recomeçar do zero.

Já em São Paulo, morando em Pirituba, sua casa foi assaltada e levaram todo o dinheiro que vinha guardando. Entrou em depressão e desenvolveu síndrome do pânico. A sobrinha, hoje coordenadora de um dos movimentos que compõem a Mauá, ajudou-a a sair dessa e a entrar na ocupação. Desde então, moram as duas lá mais a família que foi crescendo. Elizete tem uma companheira, que mora na Mauá também com seus filhos. Estão juntas desde o começo da ocupação. Uma moradora da região deu sua filha para ser adotada e criada pela sobrinha de Elizete. A menina já tem 6 anos e a chama de “avó” – foi assim que Elizete ganhou mais uma neta.

Um dia, na portaria, duas mulheres passaram procurando uma colega e comentaram com Elizete que “uma vez” tinham “alugado um quarto aqui”. Na hora, Elizete as cortou: “Alugou não, porque alugar é pagar 600, 800 reais. Vocês entraram junto na luta, não é?!”. As duas ficaram um pouco constrangidas e foram embora ao que Elizete, se virando para mim, logo completou: “Eu gosto de falar logo na cara, direto, já pra não ter confusão! Paga contribuição de 100 reais, que vai pra portaria, pra manter o prédio, e chama de aluguel?!”. Ali na ocupação não existe aluguel, existe luta, concluiu. A marcação de que não existe aluguel na ocupação é importante para não dar a

impressão de que alguém se beneficia das contribuições que são dadas por todos os moradores para custear o prédio; é uma distinção que se faz necessária para não reproduzir a dinâmica existente fora da ocupação: inquilinos que pagam alugueis para o administrador ou proprietário do imóvel. Pagar aluguel não combina com a ideia e objetivos construídos pelas ocupações mantidas por movimentos organizados.

Sobre estar no centro, Elizete um dia resumiu: “É bom, é fácil, tem muita coisa perto, escola, transporte, para trabalhar... veja só: se a pessoa precisa, ela dá um pulo aqui na José Paulino, vai no Brás, compra umas roupas e vende ali, lá, nas ruas... compra umas águas, suco, refrigerante, nesse calorzão, consegue vender tudo e consegue no fim do dia estar com 70, 80 reais na mão. O problema disso, o que ferra tudo, é o rapa”. Desse modo, não surpreende, ao observar o dia a dia, ver que moram ali muitos ambulantes chegando da rua com suas bicicletas, isopores e carrinhos. Moradores que se viram e saem para vender produtos dentro e fora da ocupação é algo constante. E, de fato, reparando o principal meio de locomoção das pessoas é a pé, por estarem em um local bem servido de transporte e bem localizado, mas há muitas pessoas também com bicicletas e algumas de moto. Conheci poucas que tinham carro.

Em relação aos circuitos econômicos desenvolvidos pelos moradores, é importante destacar a própria ocupação como parte integrante dessa malha. Como veremos com mais detalhes a partir das trajetórias e percursos urbanos dos ocupantes, existe um evidente dinamismo econômico que se cria e se estabelece a partir da ocupação, que se constitui ela mesma como suporte e fonte de renda e trabalho para muitas pessoas que aproveitam dos seus espaços e estruturas; da grande quantidade de tarefas e atividades que seu cuidado e manutenção exigem; no elevado número de pessoas (e, portanto, de possível demanda de clientes e consumidores) que vivem lá; e de uma enorme e variada série de oportunidades de improvisos e empreendimentos que se abrem a partir dessas realidades. Exemplos disso podemos ver nos serviços de portaria, manutenção e reformas que existem, nas pessoas que trabalham nos comércios localizados no próprio espaço físico do imóvel, nos serviços prestados por indivíduos em suas próprias casas, como de assistência técnica de equipamentos eletrônicos, de manicure, depilação e cabelereiro, venda de alimentos e de produtos de limpeza, ou mesmo na realização de trabalhos para terceiros dali, como de faxina, lavagem de roupa, cuidado de crianças ou parentes que necessitam, entre outros.

Ao passar por esse segundo portão de entrada, estamos em um saguão com pé-direito alto e comprido que segue como um longo corredor até o grande salão onde acontecem as reuniões, assembleias e outros eventos. Nesse saguão-corredor de entrada, adjacente à portaria, junto da parede direita que percorre todo o espaço, há uma baixa mureta de concreto onde passei muitas tardes sentado observando e conversando com os moradores. É nesse saguão também, bem perto da porta de entrada, que fica uma espécie de prateleira com seis divisórias onde as cartas dos moradores são separadas por andar. Existe um ritual cotidiano frequente, que acompanhei diversas vezes e com diferentes pessoas, que é o de pegar todo o maço de cartas da divisória do seu andar, sentar em uma cadeira próxima ou na mureta baixa de concreto, e ir passando carta por carta, conta por conta, intimação por intimação, para ver se encontra alguma que lhe foi destinada. Nesse mexer constante, as cartas ficam desorganizadas e, muitas vezes, a divisão por andar fica misturada.

Esse corredor-saguão de entrada, todo pintado de branco com faixas vermelhas, e sem nenhuma janela, deixa essa parte sempre na penumbra, o que faz com que nos dias de calor ali fique abafado, já que a única saída de circulação é a porta para a rua, e nos dias frios, gelado. Ao longo da parede que forma esse longo corredor avisos e cartazes de campanhas de saúde, de informes da coordenação do movimento, de realização de eventos (bazares, excursões, festas, viagens, etc.) e de serviços sendo oferecidos se revezam colados. Esse grande corredor termina, como já descrito, no grande salão térreo onde acontecem diversas atividades da ocupação. Esse salão térreo tem pé-direito alto, é espaçoso e comprido, longo, e , assim como o saguão de entrada, também é pintado de branco e vermelho sem janelas. Esse espaço físico aparece de forma recorrente ao longo deste texto em situações e eventos variados, o que permite que afirme que, de certa maneira, ele espacializa parte das articulações que se constroem a partir de e atravessam a ocupação.

No corredor-saguão de entrada, antes de chegarmos ao salão térreo, temos, à direita, a escada que leva para os seis andares da ocupação – sendo que no primeiro andar funciona uma vendinha, um pequeno mercado com produtos básicos cotidianos, comidas, bebidas, doces, materiais para casa, etc. que pertence a uma coordenadora da ocupação. Ainda no térreo, se passarmos reto pelas escadas, à direita, teremos uma porta que leva para o pátio e um outro corredor comprido que culmina em um segundo salão térreo, menor que o primeiro, que serve sobretudo como espaço de reuniões dos

movimentos e coordenadores. Ao longo desse corredor que leva ao segundo salão, temos pequenas salas que funcionam como escritórios administrativos da ocupação e dos movimentos (institucionalizados em pessoa jurídica como entidades e associações de moradia).

Estar no pátio é uma experiência forte: as janelas dos quartos, com seus varais e roupas penduradas, se voltam para lá. Muitos dos canos que descem ladeando os andares terminam ali, então, às vezes, há poças e água escorrendo. O todo cimentado e cinza é quebrado por grafites nas paredes e pelo colorido das roupas a secar. O pátio é onde as crianças gostam de brincar e jogar bola ao voltar da escola, local sempre vivo com vozes e risadas. Quando não das crianças, dos moradores que ao gritar dos seus quartos ou para algum vizinho ecoa ali, para onde convergem as janelas dos apartamentos. A maioria dos apartamentos dos andares tem a vista para ali, o que acaba compondo a imagem de uma espécie de grande colmeia. À noite, é possível ouvir as televisões ligadas e o cheiro da janta sendo feita e em cada uma daquelas janelas iluminadas um mundo próprio; por maior que seja a circulação dentro da ocupação, aqueles apartamentos demonstram ser um limite a ser resguardado, como se a reserva da intimidade pudesse, de alguma forma, aumentar a dimensão de sua casa. Durante o dia, ao olhar para o pátio, e do pátio para o prédio, é continuar seguindo a linha vertical e temos o céu sob nossas cabeças. É como dar um respiro em um ambiente saturado de cimento, história e vida.

Para concluir essa primeira descrição mais panorâmica da ocupação, chama a atenção também, o que é frequentemente apontado na bibliografia sobre o tema, mas já com um pouco de convivência logo se nota, a forte participação de mulheres, seja no movimento, como lideranças, coordenadoras, seja como moradoras, envolvidas, interessadas em participar. Existe uma presença feminina marcante – e acredito que ficará evidente ao longo destas páginas também – ao redor das ocupações.

Lambe artístico colado na portaria.

Palco que existe no pátio.

Vistas do pátio.

Vista do céu a partir do pátio.

Na primeira foto, o corredor-saguão de entrada: à direita, temos, embaixo, a mureta de concreto e, em cima, as prateleiras das cartas. Atrás, fora da imagem, está a portaria; ao fim, temos a entrada para o salão térreo. Na segunda foto, cartazes colados no terceiro andar, em um deles: “Cuida-se de crianças a partir dos cinco anos de idade”.

Eventos “extraordinários” e “ordinários” na rotina de uma ocupação

A partir da portaria, pude observar um pouco das dinâmicas cotidianas daquele lugar. Como os prédios residenciais, esse também tem um cotidiano e rotina comuns: chegada e saída dos moradores para o trabalho, das crianças da escola (desacompanhadas quando grandes, acompanhadas de pais, irmãos, avós, vizinhos quando menores), saídas e passeios pelo entorno, chegada de compras de supermercados, visitas de pessoas de fora, gente procurando lugar para morar, entrega de contas, vinda de técnicos de internet e de celular, de assistentes sociais e de saúde,

saídas com o lixo para fora perto do horário que passa o caminhão, brincadeiras e futebol das crianças no pátio, entrada e saída de bicicletas, de cachorros. É toda uma rotina muito bem assentada, viva e dinâmica que anima seus espaços, corredores e andares.

Porém, há outras práticas rotineiras que se desenvolvem ali que já não são digamos as “tradicionais” atividades de um prédio residencial: reuniões de coordenação e dos movimentos que compõem a ocupação, assembleias gerais, reuniões de base, reuniões de formação política, reuniões com grupos vindos de fora, concentrações para atos, visita de diversos grupos e atores externos. Muitas vezes, encostado ali na mureta da portaria, vendo esse entrar e sair dos moradores, na circulação e passagem de outras pessoas, buscava entender como se integram, no cotidiano, essas dimensões tão distintas da vida que compõem uma ocupação, e que faz com que o cotidiano daquele prédio fosse diferente dos demais. Afinal, ao mesmo tempo que os moradores têm suas vidas para levar, seu trabalho, suas atividades e lazeres, como todo mundo, isso deve se dar simultaneamente com muitas outras situações distintas de suas necessidades diárias, que não só afetam e interferem nelas, como também acabam se tornando, elas também, parte do seu dia a dia naquele prédio.

Existe, portanto, a partir da sua vivência em uma ocupação, um ajustamento das condutas dos moradores para conciliar os episódios, eventos e personagens os mais diversos com que se deparam como a “parte ‘extraordinária’ das rotinas ‘ordinárias’” (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, p. 47). É a partir de ajustes e cálculos que os moradores conciliam suas necessidades “comuns” em meio a um espaço onde costuma acontecer e que lhes exige, muitas vezes, atitudes “excepcionais”, que destoam daquilo que se organizaram, pretendiam, planejaram ou do mais imediato. E ter uma rotina “comum” é importante para permitir que, nas situações extraordinárias, consigam “prosseguir”, para que esses momentos não sirvam de bloqueio para “continuar” (MACHADO DA SILVA; LEITE, 2008, p. 75).

É importante ressaltar, contudo, que o que chamamos de “rotina comum” dos moradores pouco têm de comum e ordinário quando comparado com o cotidiano de muitos outros trabalhadores e moradores do resto da cidade. A maioria dos ocupantes vive de trabalhos não formais, muitos sendo provisórios, precários e/ou improvisados. Realidade distante de uma rotina estabelecida e regular, portanto. Mesmo assim,

optamos por utilizar “rotina ordinária” dos ocupantes para contrapor suas obrigações, atividades e necessidades pessoais e cotidianas aos eventos e acontecimentos que se dão (com frequência) a partir da ocupação em que vivem e que pouco dependem de suas vontades e escolhas; elas acontecem segundo o ritmo dos tempos da coordenação e das exigências dos movimentos de moradia, da presença de atores externos, do tempo político da cidade, que, no seu conjunto, comporiam isso que se designou como o “extraordinário” que emerge e atravessa seus cotidianos.

Distinguir dessa forma os eventos cotidianos que acontecem lá dentro possibilita organizar e compreender melhor a dinâmica de uma ocupação onde “ordinário” e “extraordinário” acontecem no mesmo espaço, envolvendo as mesmas pessoas. Separar o que é episódico do que é evento na vida dos moradores permite entender melhor os engajamentos e ajustes que um morador de ocupação deve estar disposto a fazer para se integrar e viver em um espaço como aquele.

Uma moradora da ocupação Prestes Maia que conheci trabalhava como cozinheira em um *delivery* de pratos executivos na avenida Prestes Maia. Ela gostava muito de trabalhar lá (mesmo que estivesse “completamente sem dinheiro”, trabalhando 12 horas por dia durante a semana e buscando complementar a renda vendendo bebidas durante a madrugada na frente de baladas na rua Augusta, nos finais de semana). Uma vez, por ter que participar de uma ocupação de um prédio, como atividade do movimento, perdeu um dia de trabalho e foi demitida. Insistiu e conversando com o chefe foi readmitida. Em novembro de 2016, no entanto, teve que participar de outra. Durante a noite que estava “segurando” a ocupação junto dos companheiros, estava muito aflita e preocupada temendo “ficar presa” sem poder sair e perder o horário do trabalho, correndo o risco de ser demitida novamente. Quando amanheceu, explicou sua situação para uma coordenadora que liberou sua saída de manhã, fazendo com que conseguisse chegar a tempo para o trabalho “sem perder o dia”.

Um dia, na Mauá, estava sentado conversando com uma colega no saguão da portaria e uma moça, que chegava da rua, nos cumprimentou e conversou conosco rapidamente. Fiquei intrigado porque não recordava quem era ela nem quando nos conhecemos. Logo, lembrei que a vi em uma ocupação de um prédio que acompanhei em setembro de 2016. Lembrava de vê-la na sacada do prédio ocupado, junto de outros companheiros, que por quase três dias permaneceram no imóvel sem poder sair. Ela se

manteve bem humorada, fazia brincadeiras e piadas com as pessoas na rua, estava bastante motivada e engajada em segurar aquela ocupação, mesmo com o cansaço e a tensão, sem tomar banho, e praticamente com a mesma roupa todo o tempo. Acompanhando de fora tudo isso, eu a via, como aos demais, como uma espécie de guerreira naquela situação extrema. Quando ela passou por nós, chegando do trabalho, arrumada, em um dia “normal”, tive muita dificuldade de reconhecê-la; pareciam duas pessoas diferentes, em dois momentos completamente contrastantes. Mas, ao mesmo tempo, essas “duas pessoas” e essas duas situações tão distintas, ordinária e extraordinária, convivem e se sobrepõem do mesmo modo na vida daquela mulher, que as ajusta no seu viver cotidiano. E me parece que ainda ela o faz bem, com certa tranquilidade: a mesma energia e alegria demonstradas na sacada do prédio ocupado estavam estampadas no seu sorriso simpático no momento em que nos viu, em um dia “ordinário” dentro da Mauá.

Essas situações demonstram que mais do que um ajuste que é preciso existir em suas vidas cotidianas, existe também uma habilidade que é desenvolvida para lidar e enfrentar acontecimentos que não só “extraordinários”, podem ser arriscados, como, por exemplo, ocupar um prédio abandonado ou bloquear uma via para um protesto – casos em que as chances de confronto com as forças policiais são grandes. Transitar entre esses diferentes terrenos, situações, eventos, códigos não é algo trivial ou mesmo um “dom natural”: é necessário habilidades, astúcias, artifícios, algo como “‘ardis de uma inteligência prática’ inventados, maquinados, para lidar com as circunstâncias mutantes e incertas” (TELLES, 2010, p. 31). Os agenciamentos práticos ancorados nas circunstâncias da vida cotidiana permitem que os indivíduos transitem por essas diferentes situações ao mesmo tempo que operam “como conectores dessas linhas cruzadas que tecem o mundo urbano” (TELLES, 2010, p. 36). Trata-se, também ideia trabalhada por Telles (2009; 2010; TELLES; HIRATA, 2007), de uma “arte do contornamento”⁸³, que faz com que indivíduos e suas famílias consigam tão bem contornar riscos, transitar entre essas diferentes fronteiras, saibam lidar com diferentes códigos e jogar com variadas identidades e mediações sociais, que se superpõem na vida social (TELLES, 2010, p. 25).

---

⁸³ Fernandes (2013) também vai tomar como referência essa análise em sua pesquisa sobre ocupações autogestionárias no Rio de Janeiro, assim como Birman também explora essa ideia (2015).

Retomando: esses ajustes na rotina da vida dos moradores são, portanto, habilidades, formas de adaptação para viver em um espaço onde acontecem muitas situações e eventos. E é preciso de fato saber se ajustar a todos esses acontecimentos, pois eles estão frequentemente ocorrendo. Em julho de 2016, aconteceu uma reintegração de posse de um prédio em uma rua próxima, ocupação que era ligada a um dos movimentos que compõem a Mauá. Com o despejo, todos os ocupantes foram morar no grande salão térreo da ocupação enquanto alguma solução mais definitiva era encontrada. Ficaram lá por muitos dias vivendo em uma “ocupação dentro da ocupação”, em condições mais precárias do que o resto, mas ao menos com um teto sobre suas cabeças.

No grande salão “ocupado”, ao invés de paredes, lençóis pendurados em varais, que atravessavam todo o espaço, criavam várias pequenas divisões onde uma cama, alguns móveis e eletrodomésticos, caixas e roupas se amontoavam formando pequenos “quartos”. Em meio à escuridão (a luz estava sempre apagada), apenas as diferentes TVs ligadas davam alguma luminosidade ao lugar, produzindo também um volume baixo de diferentes sons que se somavam ao sussurrar de vozes, como se o silêncio possibilitasse aumentar a sensação de privacidade daquele ambiente comum compartilhado por crianças, jovens, casais e idosos.

Conheci algumas ocupações nesse tempo da pesquisa, ocupações de prédios e de terrenos, e acredito que de todas as ocupações verticais que acompanhei, aquela situação era a que mais se aproximava a de um acampamento aos quais se refere Agier (2013). Um refúgio, precário e transitório, em uma lógica processual do lugar “em vias de se fazer”, que coloca em evidência esse “acampamento urbano” com seu entorno (2013, p. 33). Foram expulsos arbitrariamente de onde viviam por uma reintegração de posse, mas foram acolhidos e passaram a morar amotinados um do lado do outro naquela espécie de acampamento de “refugiados urbanos” (CATSO, 2016⁸⁴). Não eram os primeiros a serem recebidos ali vivendo naquelas condições e, provavelmente, não serão os últimos.

---

⁸⁴ Evento: 1º Seminário POVO de RUA, os Refugiados Urbanos (<https://www.facebook.com/events/1811001992465574/>), organizado pelo Coletivo Autônomo dos Trabalhadores Sociais (CATSO). Acessado em: 01 de julho de 2017.

Enquanto viviam nessa ocupação provisória, começou a se construir uma série de pequenas casas num terreno ao fundo da ocupação. Uma espécie de vila era construída com auxílio de um pedreiro contratado por quinze dias e trabalho voluntário dos próprios moradores, mas, sobretudo, com o trabalho duro dos que chegavam agora e a quem as casas se destinavam, os “refugiados”. Durante essa reforma, aconteceu uma visita de alunos de engenharia da Universidade Federal do ABC, assim como, algum tempo depois, estudantes da Escola da Cidade vieram fazer um trabalho lá na ocupação e, a partir desse contato, convidaram Nelson para, posteriormente, fazer uma palestra em sua faculdade, demonstrando a riqueza e potencialidade dos circuitos e trocas que se estabelecem a partir do cotidiano de uma ocupação.

A vila, depois de pronta, funciona como parte integrante da ocupação (mesmo que seja composta por casas e não apartamentos) nesse espaço externo, o que em algum momento chegou a gerar chiados por parte de alguns moradores mais antigos da Mauá. Mas as regras de convívio se observam por lá também: tabela de revezamento da limpeza da área dividida por dias entre os moradores dali separado em pátio, banheiro, lixo. As pias dispostas na entrada desse espaço acabam se tornando também um espaço de reunião e encontro, principalmente das moradoras que colocam em dia o papo enquanto lavam suas louças e roupas, dinâmica que ressoa com uma cena pertencente já ao imaginário coletivo dos momentos de interação das lavadeiras de cortiços.

Fora a construção das “casinhas” nessa área aberta dos fundos, os andares estão em constante reforma, reparos e melhorias, e há também a construção de dois novos espaços internos: uma biblioteca e uma brinquedoteca, que contam para sua realização com o apoio de uma ONG e do rapper Emicida. Todas essas reformas e obras revelam uma ocupação que, longe de ser um lugar isolado, estático, fechado e abandonado, está em constante construção e mudanças. A transformação dos espaços, a construção material e a criação de novos arranjos comprovam que há, de fato, um dinamismo urbano que está incessantemente sendo produzido. Para além do dinamismo urbano, essas ações e intervenções testemunham que os ocupantes são, para utilizar termos usados pelos movimentos de moradia, “fator de valorização” dos imóveis ocupados; após a ocupação, os moradores com seu trabalho transformam esses espaços agregando não só valor, mas fazendo-os cumprir a função social da propriedade – o que não estava acontecendo antes de sua ação.

As casas que compõem a “vila”, em área externa, um pouco antes de estarem completamente finalizadas. Moradores as construíram praticamente do zero em menos de dois meses.

Quando a construção da vila terminou e o salão foi liberado, outras atividades voltaram a se realizar nele: assembleias gerais, concentração para realização de outras ocupações, aulas, reuniões de grupos de fora, reuniões de base. Houve um período em 2016 que, de modo provisório, aconteceram cultos evangélicos ali também. Os dias de culto aconteciam às terças-feiras, e não foi apenas um, mas dois cultos de igrejas distintas que ocorriam simultaneamente na ocupação: um acontecia no grande salão, ao mesmo tempo que um de outra igreja transcorria no pátio, mas com grupos de pessoas, pastores e dinâmicas diferentes (postura e movimentação dos pastores e dos fiéis pela sala, volume das falas e orações, ocorrência de gritos e exclamações ou não, entre outros).

Já as mencionadas reuniões de base são a tradicional porta de entrada para o movimento de moradia e para conseguir uma vaga em uma ocupação. As pessoas devem frequentar as reuniões quinzenalmente, cumprindo com uma série de atividades que equivalem a uma pontuação registrada em uma cartela, que funciona como “uma carteira de identificação”. Cada atividade vale uma pontuação que varia dependendo de sua natureza: participar das reuniões vale um ponto (ficar sem aparecer por três seguidas, por outro lado, zera a cartela), participar de atos, de ocupações, cada atividade tem uma pontuação determinada que se acumula. Quando a cartela é completada e uma vaga aparece, respeitando requisitos de prioridade (como certa vez em uma reunião que

estava uma moça com bebê de colo foi apontada como exemplo, de que caso aparecesse uma vaga e houvesse mais de um candidato, ela teria preferência), teoricamente, conquista-se o direito de receber uma vaga na ocupação. Mas o objetivo do movimento, e isso também é ressaltado, é a conquista de uma moradia própria e definitiva. Por essa razão, é importante afirmar que mesmo quando já se é morador de uma ocupação continua existindo o compromisso para com o movimento de participar dos atos, participar de assembleias e reuniões, prestar apoio a outras ocupações, etc. Para os grupos de base há também uma contribuição mensal (por volta de 15 reais). Cada movimento tem suas próprias reuniões de base.

Enquanto estive na portaria ouvi algumas vezes uma mesma pergunta se repetir. De um jovem casal com uma criança de colo dizendo que seriam despejados no final da semana seguinte, de uma senhora com uniforme de empresa terceirizada que estava com ameaça de despejo, de um imigrante carregando algumas malas... todos eles, ao entrar na ocupação e se dirigir à portaria, perguntavam: “Tem vaga?”. A resposta também era sempre a mesma: “Venha na sexta-feira, às 19h30, participar da reunião de base”. Desse modo, religiosamente, no grande salão térreo da ocupação, todas as sextas-feiras, às 19h30, acontecem as reuniões de base do MMLJ, um dos movimentos que compõem a Mauá. Cheguei a acompanhar algumas. Nas reuniões, participam pessoas que estão para ser despejadas; que moram em ocupações de outros movimentos; que já moram nas ocupações do movimento, mas dividem um apartamento com um parente ou amigo e desejam adquirir o seu próprio; vi jovens participando, assim como idosos, famílias e pessoas solteiras; um dia alguns funcionários da linha 4-Amarela do metrô estavam presentes, saíram do trabalho, na estação ali do lado da Mauá e vieram, entre muitas outras situações vivenciadas.

Em uma das reuniões foi perguntado, por exemplo, se os presentes haviam “votado nas eleições de domingo” – estavam se referindo à eleição para o Conselho Municipal de Habitação que havia ocorrido no final de semana anterior. Em outra reunião, fui apresentado para os presentes como pesquisador, ao que um homem reagiu dizendo que eu havia escolhido bem o movimento, que esse era um dos mais honestos. Ele contou, em seguida, os problemas e complicações que enfrentou no movimento e ocupação que estava anteriormente: desorganização, falta de informação e comunicação, condições físicas precárias do imóvel, aviso repentino de que seriam despejados pelo coordenador e pedido, mais repentino ainda, de ajuda de custo com

advogados de 300 reais para cada morador, “assim, na lata!”. Ele me disse que ficou indignado e foi procurar outro movimento para participar, e que nesse agora as coisas seriam melhores. Nesse mesmo dia, acompanhei uma senhora que conseguiu um lugar para morar na Prestes Maia e que, ao final daquela reunião, seria recebida por uma coordenadora de lá que lhe mostraria seu apartamento. Saímos juntos e ela foi o caminho todo agradecendo aos céus por ter conseguido, não se contendo de felicidade com a conquista.

Em setembro de 2016, ocorreu a gravação de um curta-metragem nos espaços internos da ocupação: *Vaca Profana*, com direção de René Guerra. Era o terceiro filme que a produtora, Preta Portê, realizava na ocupação. O primeiro⁸⁵ foi um documentário chamado *Leva*, dirigido por Juliana Vicente e Luiza Marques, de 2011, filme que deu grande visibilidade à Mauá, na época de seu lançamento. A estreia do documentário aconteceu com uma exibição na própria ocupação seguida por um debate com a professora Raquel Rolnik (FAU-USP)⁸⁶. O filme entrevista e acompanha o cotidiano de alguns moradores, coordenadores e suas histórias. Elizete, que é uma das personagens do filme, costuma se referir a ele, com um grande sorriso, como “o filme da Mauá, que foi feito aqui. O filme que eu apareço!”. Existe um certo encanto partilhado por aqueles que participaram e apareceram nele, assim como um reconhecimento de moradores, sobretudo da coordenação, pela visibilidade que ele deu à ocupação.

Acompanhei o primeiro dia de gravação do curta metragem na Mauá. Antes de dar início às gravações, o diretor fez uma fala agradecendo à ocupação pela oportunidade e dedicava o filme – dali de onde estávamos [no pátio interno], o “útero da ocupação”, segundo ele – à história de luta, sobretudo das mulheres “que deram à luz aquele lugar”. Estavam presentes atores, produção técnica, Neti e outras coordenadoras, e, inclusive, uma das diretoras do *Leva*, que veio prestigiar esse início e foi muito bem acolhida pelos moradores. A cena que foi gravada aconteceu no pátio, a produção

---

⁸⁵ O segundo filme produzido na Mauá, e segundo dirigido por Juliana Vicente, foi o curta-metragem *Mauá – Luz ao redor* (2013). Foi gravado também nos espaços da Mauá o filme *Estamos juntos* (2011), de Toni Venturi, no qual a atriz Dira Paes faz o papel de uma líder de movimento sem-teto e que contou ainda com o ator Cauã Reymond e a atriz Leandra Leal no elenco. *Dia de festa* (2006), documentário de Toni Venturi, não foi gravado na Mauá, mas algumas das personagens registradas são coordenadoras e moradoras de lá, nesse filme que acompanhou, junto do arquiteto franco-argentino Pablo Georgieff, o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), ocupações de sete imóveis na região central e confrontos com a Polícia Militar.

⁸⁶ <http://pretaportefilmes.com.br/leva/>. Acessado em: 1 de julho de 2017.

preparou o local para se tornar cenário: estendeu varais por todo espaço e pendurou muitas roupas e lençóis brancos ao longo deles, molhando-os para dar a impressão que tinham acabado de serem lavados, talvez em uma releitura contemporânea das lavadeiras de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo. A cena que seria feita envolvia dois atores, um casal, na qual o homem agrediria a mulher até ser interrompido por moradoras da ocupação, que brigariam com ele. O detalhe era que essas mulheres não seriam atrizes profissionais, mas as próprias moradoras e coordenadoras da ocupação.

O silêncio e a excitação eram grandes enquanto finalizavam os preparos. Os moradores olhavam por suas janelas em direção ao pátio, as crianças excitadas assistiam cheias de perguntas, moradores se detinham para acompanhar. Esse era um evento “extraordinário”, mas era mais especial porque mexia com o imaginário das pessoas. Não é todo evento que acontece lá dentro que os moradores têm vontade de acompanhar, muitas vezes, passam indiferentes; mas ali havia certo fascínio. A cena começou e era forte, a mulher enquanto era agredida gritava alto. Quem não sabia o que se passava, ficava intrigado, assustado até. As crianças ficaram mudas, as pessoas tensas, sobretudo as mulheres, algumas partilhando, em comentários sussurrados, uma cumplicidade, outras agoniadas querendo que aquela cena violenta acabasse logo.

Na participação das “atrizes da Mauá”, queria o diretor que fosse espontânea e sem ensaio, elas deveriam utilizar sua “força” para intervir a favor da menina e dar um “esporro” no homem “machista” atirando nele, ao final, um balde de água suja. Quando o diretor falou “ação”, a força e espontaneísmo das mulheres, que o diretor pedira, vieram como uma avalanche: Neti, naturalmente, tomou à frente, tirou a menina agredida dos braços do homem, fez uma fala forte contra o agressor e terminou pedindo para as “companheiras” “darem uma surra” nele. O ator teve que sair correndo das agressões do grupo de mulheres, quando o diretor gritou “corta”. A ocupação veio abaixo em aplausos e comemorações, se sentiram “vingados” e contemplados pela ação delas. O diretor, eufórico, aos risos, declarou que o improviso se tornara oficial e a cena agora seria assim. Lá de cima, um morador que acompanhava de sua janela gritou: “Ivaneti Araújo, o Oscar já é seu!”. Isso ainda me fez pensar que, de fato, existe uma

dimensão artística, dramática, nas performances dessas grandes lideranças⁸⁷, essas linhas se cruzam em diversos momentos.

As “atrizes da Mauá” em foto fazendo “pose”.

Bastidores da gravação da cena.

Ações coletivas do movimento

Há também um elemento para ser tratado neste item sobre cotidianos e eventos da ocupação por sua recorrência em sua rotina. Ações coletivas, algumas maiores que as

---

⁸⁷ Outro exemplo que reforça essa impressão pode ser visto no filme *Era o Hotel Cambridge* (2017), no qual a coordenadora da ocupação, Carmen Silva, interpreta ela mesma. Impressiona a naturalidade e desenvoltura com que realiza essa tarefa.

outras, fazem parte da dinâmica e vivência dos ocupantes. Segundo Cefaï (2009), a ação coletiva se desdobra no tempo e por essa razão enxergá-la apenas em termos estruturais e conjunturais pode não ser suficiente. Algumas vezes é vivida como rotina, outras como evento que irrompe sendo necessário confrontar (2009, p. 35). As “ações organizadas” são resultantes instáveis de interações tomadas localmente, a partir de finalidades a serem alcançadas, nas quais os membros estão em situação de tensão entre diferentes objetivos, escalas e segmentos. Há uma articulação, durante essas ações, de processos de coordenação e confronto em que se “compõem regimes de engajamento, racionalidades e legitimidades múltiplas” (CEFAÏ, 2009, p. 20).

A ação coletiva se efetua organizando seus ambientes, produzindo, simultaneamente, critérios de experiência que possibilitam aos atores envolvidos se orientar e compreender o que estão fazendo e o que aquelas circunstâncias fazem deles (CEFAÏ, 2009, p. 28). Desse modo, não existe um controle absoluto do que ocorre e é desencadeado, é preciso lidar com as circunstâncias e informações conforme elas vão ocorrendo, coordenando ações com seus parceiros e seus adversários, no desenrolar dos acontecimentos. Segundo ele, uma ação coletiva é uma “arquitetura móvel de contextos de sentido” e que articulam diferentes grandezas espaciais, temporais e de sentido – assim como de percepções a elas (CEFAÏ, 2009, p. 28).

Contudo, antes da ação coletiva, há organizações e redes que preexistem a ela propriamente e formam componentes dos agenciamentos que as caracteriza, afinal, os agenciamentos organizam a ação coletiva por meio de pessoas, objetos, práticas, discursos, rotinas, hábitos, divisões de poder e de trabalho (2009, p. 22). E as organizações de movimentos sociais ao fazerem as escolhas de como arranjar as formas desses agenciamentos “determinam imediatamente os tipos de experiências e reivindicações, de alianças e conflitos, de tipo de ações e margens de manobra que terão” (2009, p. 19).

Para o autor, as organizações de movimentos sociais são meios de sociabilidade que moldam formas de coexistência, criam hábitos de cooperação e conflito, estabelecem parâmetros cognitivos, normativos, conjunturas prático-sensíveis. “Elas são indissociavelmente vetores de concentração de capitais materiais e humanos, incubadoras de redes de ativistas, chocadeira de empreendimentos de militância,

geradores de energia simbólica, instâncias de representação coletiva” (CEFAÏ, 2009, p. 19).

Essas organizações devem ser vistas em ambientes feitos de encadeamentos de interações entre diferentes contextos de experiência, e por isso mesmo não fixos (CEFAÏ, 2009, p. 20). Por essa razão, Cefai defende que o trabalho descritivo e analítico deve se dar em “modalidades de engajamento em situações”, ou seja, uma análise situacional das diferentes formas e lógicas envolvidas na ação e experiência dos atores, e os modos com que organizam e elaboram tudo isso (CEFAÏ, 2009, p. 23).

Partindo dessa concepção e por essa razão, esta pesquisa partilha de Aquino (2008) sua proposição de compreender os movimentos de moradia do centro como coletividades não homogêneas, formadas por segmentações e articulações situacionais. Uma coletividade de fronteiras múltiplas e fluídas, que se compõe a cada momento, que se rearticula de modos diferentes dependendo da situação. Um movimento diferente que surge em cada ato, em cada interação entre base e lideranças, com outros movimentos, com partidos, com advogados, com o Estado. É também em relação ao Estado que essa coletividade se (re)constrói e (res)significa continuamente, ora se opondo, ora compondo (AQUINO, 2008).

Desse modo, para se pensar o movimento enquanto sujeito coletivo, é preciso levar em conta os processos situacionais e relacionais que fazem convergir a heterogeneidade dessa coletividade; não existe unidade *a priori*, são a partir das articulações e composições feitas a cada momento na rede de relações e conexões que o movimento estabelece e em cada situação (entre base e lideranças, entre os vários movimentos, em relação ao poder público) que os múltiplos sentidos desse sujeito coletivo vão sendo construídos e estabelecidos. Esse processo ele chama de coletivização e o modo de apreendê-lo é, segundo o autor, por meio da etnografia que acompanha as conformações processuais que se vão dando nas distintas situações que se acompanham (AQUINO, 2008). Por todas essas razões, ele faz uma constatação importante: “o movimento, portanto, [...] não pode ser pensado como isolado. Há uma extensa rede de relações que atribui significado a essa coletividade” (AQUINO, 2008, p. 83). Nessa leitura e apreensão do movimento, a existência de redes as quais ele se associa podem ser também entendidas – assim como a sua importância.

Para ilustrar melhor o que se quer dizer com isso, trago um episódio que acompanhei de participação da ocupação Mauá em um ato, na avenida Paulista. No dia 18 de março de 2016, estava já há algum tempo marcado, como resposta às manifestações a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, um ato “em defesa da democracia” na avenida Paulista. Porém, na semana anterior com a condução coercitiva do ex-presidente Lula para depor, o pedido de prisão pelo Ministério Público de São Paulo e o vazamento dos áudios envolvendo Lula, Dilma e outras figuras políticas no dia em que ele fora nomeado ministro, a temperatura e tensão da crise tinham subido muito, criando certa expectativa ao redor desse ato, com a notícia de que o próprio Lula iria à avenida participar. Muitos movimentos populares, historicamente mais próximos ao PT, mas não só, vinham se organizando em frentes maiores de defesa do governo e dos programas petistas. Para os movimentos de moradia, em particular, a deposição do governo Dilma, com todas suas falhas e limitações, poderia significar o fim da política habitacional a qual muitos estavam ligados, o Minha Casa Minha Vida. Portanto, nesse dia, a convocação de participação no ato invocava uma unidade entre os diferentes movimentos de moradia, apesar de suas divergências internas, que junto de outros movimentos, organizações, sindicatos e simpatizantes foram à Paulista protestar contra os acontecimentos políticos recentes.

Quando cheguei na Mauá, a movimentação era grande. Os moradores iriam participar do ato. “Hoje, nós vamos pra rua!”, exclamou Elizete quando me viu, bem empolgada. Havia já uma pequena aglomeração no saguão da entrada, especialmente de mulheres, crianças e algumas senhoras. Em seguida, entrou uma mulher, que era coordenadora do MMLJ e da Prestes Maia, e perguntou para esse grupo sentado no saguão: “Cadê a camiseta [do movimento] de vocês?”. As reações variaram: “Não tenho dinheiro pra comprar”, algumas pessoas começaram a colocar, uma senhora tirou a sua da bolsa e vestiu. A coordenadora continuou: “Na Prestes Maia, todo mundo tá de camiseta, só os novos que chegaram agora é que não!” Elizete, animada, emendou: “Bora botar uma camiseta vermelha, minha gente! Vermelho é que importa!”. Em seguida, foi até seu local na portaria e pôs uma camiseta vermelha do PT: “Vitória na guerra!”.

Entre aqueles que esperavam sentados, as expressões eram distintas. Alguns mais animados discutiam a situação política do país, muitos defendendo Lula, com discursos a favor dos pobres e contra a “elite”. A possibilidade de ouvi-lo na Paulista

era motivo de animação para alguns. Havia também aqueles visivelmente entediados, cansados. Nesse momento, entrou uma mulher com sua filha pequena (eram da Prestes Maia) carregando faixas coloridas escritas com glitter frases como “Fica Dilma”, “Viva Lula”, “Não ao golpe”. Quando elas passaram por mim, a menina cheia de purpurina no rosto e nas mãos, elogiei as faixas e perguntei se elas que as tinham feito ao que a menina respondeu: “Sim! É 2 reais, vai querer uma?”.

Enquanto esperávamos a saída do ônibus, comecei a conversar com a mulher que estava ao meu lado, Sulânia, que também era da Prestes Maia. Comentei com ela se ali era para estar o pessoal da Mauá e da Prestes Maia, pois tinha pouca gente. Perguntei se era por causa do trabalho. Ela me disse que não, pois quando tem ato ou alguma coisa do movimento no horário comercial, as pessoas ganham um atestado para apresentar que estavam em atividade da comunidade. “As pessoas não vêm porque não querem mesmo, elas fogem”. “As pessoas só querem o benefício, ganhar coisa, mas na hora que tem que lutar, fazer coisa, dão um jeito pra não aparecer, assim que as coisas são”.

Como a espera continuava, fomos conversando de outras coisas. Sulânia me contou que tinha perdido tudo, simplesmente tudo o que tinha, ficou sem nada, sem nem ter onde morar. Mandou o marido com os filhos para a casa do sogro, para não ficarem todos na rua, e foi procurar um lugar. Na época que era sócia de um restaurante, tinha conhecido Silmara, uma das coordenadoras do MMLJ, e foi procurá-la, conversaram, e Silmara “foi muito atenciosa e boa” e a convidou para morar na Prestes Maia, o que ela aceitou. Depois, trouxe o marido e os filhos e lá estavam até hoje. Tinham perdido tudo, mas agora aos poucos estavam refazendo a vida. Ela estava desempregada no momento, mas fazendo um curso de teologia, no Bom Retiro, que, segundo ela, junto com a ocupação foram as coisas que mudaram sua vida. Disse que antes tinha muitos preconceitos, inclusive, contra sem-tetos e ocupações, mas que depois da sua vinda, mudou muito sua forma de ver e pensar o mundo. Hoje, ela era completamente agradecida ao movimento, e que “eles” – como ela se referia às lideranças do movimento – “eram as melhores pessoas” que ela conheceu na vida, que pedia “a deus para ser como eles e o que eles fazem pelas pessoas não dá nem para contar”.

Chamaram-nos para a saída dos ônibus. Levantamos todos e fomos para fora. Uma mulher que levava um carrinho de isopor para vender bebidas pelo ato ia na frente – alguns dos moradores das ocupações que trabalham como ambulantes costumam levar

suas mercadorias para serem vendidas quando participam, pelo movimento, em atos e ações que ocorrem na rua, em espaços abertos e com público. Caminhamos até a Estação da Luz, onde três ônibus estavam estacionados. Ia com Sulânia conversando quando se juntou a nós Nalva, também moradora da Prestes Maia, do mesmo andar, inclusive. Nalva me contou que morava lá desde o início da ocupação “graças a deus”, que estava junto no dia que ocuparam e que ela até chegou a “perder um dos sapatos” na hora de entrar no prédio. As duas se chamavam uma a outra de “vizinha”. Elas passaram o ato todo juntas, uma acompanhando a outra. Nalva era já uma senhora de certa idade, e Sulânia ao acompanhá-la parecia estar cuidando dela por todo o trajeto, dando-lhe o braço, chamando quando a marcha começava, apontando coisas para comentar, acompanhando para não se perderem.

Chegando na Paulista, descemos dos ônibus na Consolação e nos encaminhamos para a praça do Ciclista. Lá, nós da Mauá e da Prestes nos reunimos e Neti fez uma fala rápida explicando a importância de se estar ali, para defender a democracia, e que se quisessem tirar o governo que ganhassem nas urnas. Alguns gritos então foram puxados. Continuamos ali, pois era preciso esperar ainda a chegada de mais pessoas de outras ocupações ligadas à FLM para irmos para a rua. Algumas bandeiras e camisetas da CMP⁸⁸ (Central de Movimentos Populares) foram distribuídas. Mais pessoas e mais coordenadores da FLM chegavam. Sulânia uma hora me apontou um senhor de cabelos brancos e disse que era Manoel Del Rio, “um senhor que está há muito tempo e é muito importante na luta”.

Depois de um tempo dessa concentração, foi pedido para todos se encaminharem para a rua na Paulista formando cinco filas indianas, que as pessoas logo fizeram, sendo colocadas algumas bandeiras dos movimentos na frente para abrir esse bloco que formávamos. Ficamos esperando bastante tempo ainda até começarmos a andar em direção ao MASP. Os coordenadores estavam presentes, organizando e conversando o tempo todo entre si, e às vezes puxavam palavras de ordem e gritos. Alguns cartazes pró-PT, governo e Lula chegaram e foram distribuídos entre os manifestantes.

---

⁸⁸ Tanto a UMM quanto a FLM são filiadas à CMP, o que segundo Kohara (2013, p. 181) favorece que ambas as instituições desenvolvam agendas comuns. A CMP tem atuação nacional e um de seus principais eixos é a moradia; muitos dos seus coordenadores são ou vieram dos movimentos de moradia, Nelson, por exemplo. Mas ela tem outros eixos de atuação, fora esse: saúde, educação, criança e adolescente, mulheres, questão negra, LGBT, são alguns dos outros temas que ela articula (AQUINO, 2015, p. 22).

Assistir à formação e organização desse bloco foi como assistir à materialização da própria articulação entre as diferentes ocupações e movimentos. Primeiro, a Mauá e Prestes Maia, as menores frações. Em seguida, chegaram outras ocupações que se agruparam todas como FLM, conjunto maior do que os agrupamentos representando ocupações isoladas. Depois, chegaram bandeiras e camisetas da CMP, que aglutinou os vários grupos reordenando-os e conciliando-os sob uma coletividade maior; as partes que vão se juntando, ali na rua, as frações (diferentes ocupações e movimentos) foram se compondo e articulando em grupos maiores (FLM), até forjarem um grande conjunto, a unidade, sob o manto da CMP.

Nesse dia não só foi possível ver a relação dos moradores de diferentes ocupações entre si como também entre os diferentes movimentos e com as “entidades federalizantes” (AQUINO, 2008) que aglutinam um número maior de grupos, como é o caso da FLM e, ainda maior, da CMP. Também foi um momento de composição e articulação relacional dos diferentes grupos, nesse caso, em uma situação de interação com outros movimentos, quando as divergências e divisões que existem entre as diferentes organizações são deixadas de lado, naquela situação, para formar um momento de coesão e unidade internas para assim se articular e compor com outros para agir (AQUINO, 2008). É revelador ainda notar a importância que ganham nessas ações os símbolos, objetos, cartazes, bandeiras, discursos, que vão sendo trazidos e produzidos no decorrer da ação, como forma de organização e construção de seus sentidos para aqueles que estão engajados nela (CEFAI, 2009).

Outro caso de composição que acompanhei foi, em julho de 2016, durante a VII Conferência Municipal de Habitação, organizada pela prefeitura municipal de São Paulo, ainda na gestão Haddad, em que gestores e servidores públicos, técnicos, movimentos de moradia, sem-tetos e lideranças, pesquisadores e acadêmicos, ONGs e assistentes sociais, se reuniram por um final de semana inteiro, após reuniões anteriores preparatórias, para discutir as políticas habitacionais do município. Houve diferentes debates, palestras e bate-papos, além de discussões e deliberações que serviriam para organizar as Conferências Estaduais.

Esse evento foi, posteriormente, em novembro de 2016, durante uma reunião de balanço de gestão (pós-eleições e, portanto, de derrota da gestão) dos movimentos de moradia com o secretário municipal de Habitação, João Whitaker, avaliado como

positivo pelo espaço institucional de comunicação criado, demonstrando mais uma vez os arranjos de composição que vão sendo feitos entre as diferentes organizações dos movimentos entre si, mas também com outros atores, nesse caso, sobretudo com o governo municipal. Veremos ainda, no item final da segunda parte, de forma mais detida, os processos de composição, articulação e oposição que marcam a dinâmica entre os movimentos e entre estes e o poder público.

Frente do bloco formado durante o ato, antes de começar a andar.

Uma das muitas faixas presente nesse grande bloco formado pelos movimentos populares.

Ao longo do tempo que passei ao redor da portaria, vi e conversei com muitas pessoas. Não necessariamente cheguei a conhecê-las, propriamente, ou mesmo travar longas conversas, afinal, muitas vezes, elas estavam ali de passagem, chegando ou saindo, com pressa para trabalhar ou com outras tarefas a fazer. Até mesmo minha presença não era sempre constante no sentido que variavam os horários e dias em que permanecia ali (de todo modo, costumava ficar, principalmente, no período da tarde até o anoitecer). Contudo, mesmo nessa intermitência, alguns moradores consegui conhecer melhor pela recorrência com que nos encontrávamos e por uma disposição maior em querer conversar.

Foi desse modo que conheci dona Natália: por volta das 17 horas é quando ela chega na Mauá voltando do trabalho. Muitas vezes, traz uma sacola de pães, deixando alguns para Elizete na portaria. É uma senhora de 76 anos (em 2017), pequena, baixa e muito magra, que se autodeclara como parda, com o cabelo também negro, mas já esbranquiçado pela vida, sempre preso em um coque. Habitualmente muito simpática e atenciosa, mostrava ter a saúde do corpo um pouco debilitada. Sempre em nossas conversas reclamava de alguma dor⁸⁹ forte que lhe atingia nos joelhos, nos pés, juntas... Depois ficaria claro para mim que essa recorrência e a intensidade eram frutos de muitos anos de esforço pesado e de muitos abusos físicos na exploração de seu trabalho.

Foi com essa convivência pontual, mas quase semanal, que ela foi se sentindo mais à vontade para me contar sua história. Ela é alguém “sozinha na vida”, sem filhos e viúva de um marido que, alguns meses depois do casamento, falecera há muitas décadas atrás. Decidiu não se casar novamente, pois “homem dá muito trabalho e se encosta na gente”. Estava morando na Mauá fazia oito anos. Na época antes de se mudar para a

---

⁸⁹ Um dos problemas que enfrentou, durante nossa convivência, que mais durou e reclamava com frequência era em uma unha da mão: parecia uma espécie de infecção que acreditávamos, em nossas conversas, ser por conta dos produtos químicos que utilizava em seu trabalho de limpeza em uma empresa terceirizada que realizava no prédio do Corpo dos Bombeiros, na praça da Sé. Nenhum médico acertava o diagnóstico ou o remédio do tratamento e assim ela permaneceu muito tempo sem resolver esse problema. De forma inesperada, um dia ela veio me contar que havia sarado. Surpreso, perguntei como ela havia conseguido, ao que ela me respondeu que uma usuária de crack na praça da Sé a havia curado: um dia essa usuária lhe pediu dinheiro e Natália lhe deu 2 reais. No dia seguinte, a mesma pessoa foi lhe pedir novamente ao que Natália respondeu que lhe havia ajudado no dia anterior. A conversa foi avançando até que Natália se queixou de sua unha. A menina pediu que ela esperasse ali, saiu e retornou com umas folhas de uma árvore de Aroeira, que havia na própria praça. Instruiu-a sobre o que deveria ser feito e como ela deveria passar as folhas no dedo, e assim Natália, no mesmo dia, seguiu as orientações. “E sarou! Você acredita?! Curada por uma nóia?!”, me contou rindo de alegria.

ocupação, trabalhava, sem registro, com reciclagem de papelão em um galpão em que a água ficava até a canela e ratos passavam entre os trabalhadores. Todo dia, “os meninos do galpão” tentavam matá-los com um estilingue e os deixavam enfileirados, “quando a gente chegava de manhã estava um do lado do outro numa fila enorme. Assim, eram até bonitinhos”. Nos finais de semana e feriados, cobria o trabalho de uma conhecida olhando carros na rua e morava em uma pensão no Glicério: “O tamanho do quarto era daqui até aqui [abre os braços para me mostrar a extensão] e era cheio de cupim que comiam toda a minha roupa”. Foi por um convite dessa mesma colega que cobria o trabalho que começou a frequentar as reuniões de movimento de moradia. Algum tempo depois, em uma dessas reuniões, Neti apareceu avisando que havia três vagas disponíveis em uma ocupação que tinha dois anos de existência e perguntou se tinha alguém interessado em ir morar ali. Natália e duas amigas levantaram a mão. Essa ocupação era a Mauá. No mesmo dia, as três foram conhecer a ocupação, mas as duas amigas acabaram não ficando porque acharam a região “boca quente” com prostitutas, travestis, usuários de droga. Desde então, a Mauá se tornou a casa de dona Natália.

O fato de morar oito anos seguidos em uma mesma casa que seja sua destoa na trajetória de vida de Natália, marcada por uma ausência de uma residência própria: a maior parte dos seus mais de quarenta anos vivendo em São Paulo trabalhou em “casa de família”, assim costumava dormir no emprego, não tendo um lugar para ir após o dia de trabalho. A casa da família em que trabalhava era seu endereço fixo. É relembrando seus anos trabalhando em casa de família que Natália se emociona: “Comi o pão que o diabo amassou! É tanta história que você nem ia acreditar”. E ela quis me contar, fez questão de rememorar esses acontecimentos. E, de fato, são muitas histórias tristes, revoltantes, pesadas, de humilhações, abusos, violência, exploração, enganações que impressiona a firmeza e força com que esta mulher chegou até aqui. “Só nunca roubei, me prostitui ou dormi na rua... o resto fiz de tudo!”. A maioria são histórias de subemprego, precário e não registrado, de maus tratos, de violações de direito e, uma marca recorrente em muitas delas, é também sobre a fome: de não receber comida, de patrões que trancavam a dispensa com cadeado à noite ou quando saíam durante o dia. Para conseguir comer alguma coisa, Natália aproveitava suas idas às ruas para fazer compras para os patrões para pegar restos de alimentos das feiras e se levantava à noite para comer pão velho, que guardava, com óleo. Quando olha para o saco de pão cheio

em suas mãos que traz para casa no final do dia enquanto relembra essas histórias, se emociona e sorri por essa “fartura”.

Natália nasceu em Campos de São João, um distrito situado na Chapada Diamantina entre as cidades de Palmeiras e Lençóis, na Bahia. Desde menina trabalhava quebrando pedra e lavando roupas, veio nova para São Paulo com um parente fugindo de um casamento arranjado. Desde que chegou aqui trabalhou e morou nas casas das famílias em que trabalhava. Em uma delas, o patrão, que era “um médico da [hospital] Beneficência Portuguesa, sócio do Jóquei [Clube]”, mandou-a pegar “seus mijadinhos e ir embora”, pois a camisa que usara no dia anterior não estava em sua gaveta passada para usar. Em outra, a patroa “uma húngara muito rica”, depois de uma noite de jogatina, ao chegar em casa e achar que Natália não tinha cumprido uma ordem foi em seu quarto, de madrugada, para mandá-la para “o olho da rua!”. Como aquele era o lugar onde Natália morava, ao ser demitida naquela hora, não tinha para onde ir, pois ao perder o emprego perdia “sua casa” também. Teve que esperar na portaria até amanhecer e rapidamente buscar um novo emprego para assim poder ter também uma nova casa.

O fato de ter que dormir no emprego fazia quase que naturalmente com que a exploração de seu trabalho aumentasse, já que não tinha uma jornada que se encerrava: contratada um dia como zeladora de um imóvel, à noite tinha que limpar sozinha os 12 andares do prédio, recebendo uma quantia irrisória que mal remunerava uma dessas ocupações. Em uma escola de classe média alta da cidade, Carlitos, localizada no Pacaembu, trabalhava como faxineira, mas como, à noite, colocava um colchão no berçário da escola para dormir, acabava fazendo também a tarefa de entrega das crianças na hora da saída, no final da tarde, para os pais. Em uma casa muito luxuosa e “cheia de vidros que dava um trabalhão pra limpar”, era em cima de um pequeno colchonete que dormia ao lado do refrigerador que “fazia barulho a noite inteira e ficava trancado com cadeado para eu não pegar comida”.

As histórias que ela tem para contar são muitas, com essa mesma tendência de desrespeito de sua dignidade, uma precariedade habitacional e nas atividades que exercia, muitas vezes, sem carteira de trabalho que garantisse o cumprimento de direitos e de encargos trabalhistas, o que também fazia com que, com frequência, lhe enganassem, pagando menos do que deveriam ou, como aconteceu também,

simplesmente não lhe pagando nada por seu trabalho. Um dia se cansou da exploração e humilhação nas casas de família e decidiu com duas colegas fazer escondido um curso de costura. Com esse curso conseguiu trabalho na Vila Mariana e na Liberdade, em lojas coreanas de confecção, onde permaneceu trabalhando alguns anos. Procurando novas possibilidades com que pudesse ganhar mais, abandonou a costura e foi à procura de outros empregos: trabalhou em restaurantes e lanchonetes, vendeu salgados e lanches na rua, e trabalhou também como zeladora e com reciclagem, como já mencionado, entre outros. Não que as condições precárias, de baixa remuneração e exploração tenham mudado muito ao longo dessas outras experiências e trabalhos, é preciso registrar.

Já morando na Mauá e, portanto, tendo seu próprio espaço, começou a trabalhar em uma empresa terceirizada de limpeza, primeiro trabalhando na Pinacoteca do Estado e, portanto, só atravessando a rua “de casa”, e depois, quando a Pinacoteca rompeu o contrato com a empresa terceirizada, foi para o prédio dos Bombeiros, onde sozinha limpa um andar inteiro, “daqui até ali”, ela me mostra apontando longe, um espaço cheio de salas e escritórios. Mas pelo menos, ela me diz, eles pagam direito, no dia certo – mesmo que a sua encarregada superior tenha lhe dado um pequeno golpe e esteja lhe devendo dinheiro; atualmente é o que a segura no emprego: espera receber de volta seu dinheiro para, finalmente, se aposentar. Natália já conseguiu se aposentar por tempo de trabalho e juntou um pouco de dinheiro para quando se mudar de São Paulo para descansar, quer voltar para a Bahia. Mesmo com essa vida duríssima ela se mantém alegre e positiva, muito religiosa, pede que “deus não me leve agora”, quer “ficar mais um pouco” porque nunca teve “tanto na vida”.

Dona Natália nas escadarias da Mauá. Créditos da foto: #cinekordel

Outro personagem recorrente nas minhas tardes na Mauá foi Benjamin, que despertou a minha curiosidade por sua figura intrigante e seu costume de ficar encostado do lado da porta de entrada da ocupação na calçada pelas tardes: um senhor branco de cabelos brancos penteados para o lado e um tapa-olho de pirata no olho esquerdo. Um senhor judeu de 81 anos (em 2017), passávamos tempo discutindo as notícias e aspectos cotidianos e “questões filosóficas” da vida, sendo ele mais reservado em relação a sua vida pessoal, tendo demorado mais para falar sobre isso. Mesmo assim, no início, ele preferia contar fatos mais gerais e marcantes do passado, como, por exemplo, ter nascido no Marrocos e ter chegado no Brasil pela Amazônia; de que havia vivido um tempo em Israel e participado na guerra de 1967, quando levou dois tiros que deixaram marcas: uma próxima do olho – levanta o tapa-olho para me mostrar, e outra na cabeça, em cima da testa, uma pequena cavidade – pega meu dedo e coloca “para ver”.

Com o tempo, foi me contando mais detalhes: estudou engenharia mecânica no Rio de Janeiro, mas que “nunca teve que trabalhar com isso”. Ajudava o pai em seus negócios de câmbio, na fronteira do Brasil com Peru e Bolívia, revendia os dólares que o pai lhe mandava, chegando também a trabalhar com lavagem de dinheiro e como agiota um tempo. Casou, pela primeira vez, com uma mulher judia, que falecera pouco tempo depois fazendo dele viúvo. Casaria ainda mais duas vezes. Durante esses tempos vivia em um apartamento na rua Augusta e foi nessa época, nos anos 1950, que em uma sinagoga do Bom Retiro conheceu o proprietário da Mauá, judeu polonês, que ainda era

vivo. “Judeu ortodoxo, o pior tipo”. O proprietário faleceu e hoje são seus herdeiros que seguem na disputa pelo prédio. Contou que, muito tempo depois já vivendo em ocupação, conheceu também o proprietário da Prestes Maia, que negociou e vendeu o imóvel para a prefeitura de São Paulo, “mas esse era árabe”.

Contudo, ele conta, foi no terceiro casamento que “perdi muito dinheiro”. A mulher era de origem italiana, de uma família muito rica que tinha uma mansão no Ipiranga; o casamento, inclusive, foi na Sicília, Itália. Na volta, compraram uma grande área de terra, no interior de São Paulo, tratores e maquinário e iriam investir nessa propriedade, “que tinha muita água em seu subsolo, íamos fazer muito dinheiro”. Mas pouco tempo depois a mulher faleceu. Não teve ânimo para tocar em frente os projetos sem ela, a fazenda foi ocupada por sem-terras e ele desistiu de todos os planos, deixando as terras para trás. Saiu da mansão com a filha do primeiro casamento e foi morar em Vila Cachoeirinha, zona norte de São Paulo. Foi lá que conheceu uma mulher que lhe apresentou “o movimento”. “A mulher até desistiu, mas eu continuei e estou nessa até hoje! Depois que entrei, não quis saber de outra coisa! Não larguei mais!”.

A primeira ocupação que participou foi em 1999 no Hospital Matarazzo, depois foi para uma na Penha e, em seguida, participou da primeira ocupação da Prestes Maia. Mesmo morando na Prestes Maia, ele contou que conhecia um pouco o prédio da Mauá e ajudou na primeira ocupação que houve. Da segunda vez, já participou como morador e estava ali “firme e forte” até hoje.

Benjamin me contou que, atualmente, tem uma situação financeira boa e que guardou dinheiro: “É algo cultural. A gente economiza. Economiza dinheiro, se precisar fugir, para subornar os guardas... precisa de dinheiro... Eu falo para eles [moradores da Mauá] economizarem. Mas eles gostam de comprar, gastar... não guardam nada!” É então nessa chave “cultural” que ele lê algumas tensões que vivencia na ocupação. Cultural, mas também geracional, ele acha que “tem desrespeito aos mais velhos, às vezes, nem cumprimentam. No judaísmo, o velho é um sábio, um mestre ou professor”. Em algumas festas e eventos maiores em que estive na Mauá, notei ele no pátio da ocupação recolhendo latinhas e lixo do chão para jogar fora enquanto o evento ainda estava acontecendo. Ele me diz que só sai da Mauá com uma chave na mão para algum outro lugar, caso contrário, não. Em caso da polícia vir vai ser o último, “quando entro em uma coisa vou até o final”.

Por volta das 17h30, costuma chegar na Mauá um homem jovem, com seu boné colocado cobrindo seus cabelos e um uniforme de frentista. O trabalho no posto é o segundo emprego de Luciano. Nas noites de sexta-feira a domingo, com o cabelo rosa-avermelhado elétrico espetado para cima, Luciano é Pica Pau, cantor que faz diversos shows de forró pela cidade. Inclusive, foi ele quem animou a festa de dez anos da Mauá em cima de um palco cheio de luzes e com um equipamento eletrônico para som.

Ele mora há oito anos na ocupação, em um apartamento grande, dois cômodos, com sua esposa e seus filhos, alguns pássaros em gaiolas e me disse que até pouco tempo tinha ali um aquário grande também. Da janela de seu apartamento, avistamos próxima e bela a Estação da Luz, seu apartamento é voltado para a rua Mauá, “o que mais eu posso querer com uma vista dessa?!”, me pergunta rindo.

Pica Pau tem 28 anos (em 2017) e veio da Bahia (nascido na cidade de Irecê), onde já cantava e sustentava sua família. Com uma proposta de emprego em uma banda grande em São Paulo, veio com o tio para cá, mas chegando era mentira: não tinha banda, nem shows, nem emprego nenhum. Ficou morando com o tio próximo a praça Princesa Isabel, mas por pouco tempo até ser botado para fora. Um colega que ajudava com manutenções elétricas e reparos lhe ofereceu um lugar numa ocupação recente ali próximo; era a Mauá. Quando se instalou, chamou a mulher e os filhos para virem, mas ele conta que a Mauá naquele começo não era “nem sombra” do prédio que existe hoje. Dormia num puxadinho de madeira no primeiro andar e à noite os ratos pulavam sobre sua cama. Foi preciso muito trabalho e empenho coletivos para transformar aquele prédio. “Isso que você está vendo agora, você não imagina como era!”.

Morando na Mauá, aos poucos, Pica Pau foi começando a criar uma rotina de shows e apresentações. Tocou num bar na Luz que fez tanto sucesso que a dona do estabelecimento, talvez com inveja ou ciúmes, o proibiu de retornar. Ele mesmo foi fazendo e montando seu equipamento de shows; conta que no começo levava tudo em uma carriola, saía da Mauá com tudo dentro e ia empurrando até o local da apresentação. Depois, comprou uma bicicleta. Mais tarde tinha uma perua para levar e, atualmente, ele tem seu carro próprio. “Já toquei em tudo que é lugar da Luz aqui! Estamos com a agenda de shows até novembro cheia [estávamos em maio quando

tivemos essa conversa]. Tocando não só no centro, mas na zona sul, zona norte, leste... e até fora de São Paulo!”.

Pica Pau conta que ensinou e iniciou muita gente ali na Mauá a tocar e se apresentar. Alguns se tornaram famosos, inclusive. Nos seus shows, costumava levar algumas moradoras da Mauá como dançarinas. Mas, atualmente, só ele e seu irmão, também morador da Mauá, se apresentam juntos, decidiu que seriam apenas os dois para não ter briga e conseguir juntar um dinheiro maior. Foi com esse intuito que começou a trabalhar em um posto de gasolina na Armênia, “próximos uns 15 minutos de carro”. Trabalha todos os dias, entrando de manhã e saindo à tarde, o problema é quando chega o final de semana: sai do posto na sexta-feira à tarde e se arruma para se apresentar, vira o show da sexta e emenda no trabalho sábado; sai do trabalho no sábado direto para o show da noite, vira a madrugada e domingo cedo vai direto para o posto; sai no domingo para a última apresentação do final de semana, terminando já vai para o posto segunda de manhã. “Como você aguenta?”, perguntei espantado: “Às vezes, durmo abastecendo o carro, com a bomba na mão!”. Mas ele não reclama. Diz que sabe que é uma fase, que vai conseguir juntar dinheiro, lembra que hoje tem um equipamento eletrônico que ele mesmo conquistou que não dá nem para acreditar que teria quando começou. “A vida que tinha na Bahia quando criança era muito triste, muito dura. Desde pequeno sustentava minha família me apresentando. Hoje, eu estou bem. Faço show em São Paulo inteiro!”.

Pica Pau fez questão de me levar para conhecer e me apresentar seu irmão mais novo e companheiro de banda, Cristiano. Morando no mesmo andar, fomos bater em um apartamento que Pica Pau me disse que era o seu antigo, quando ele e a esposa mudaram para esse que eles vivem atualmente, seu irmão mudou para esse seu anterior. Cristiano veio para São Paulo depois de Pica Pau, só quando ele já estava bem estabelecido na Mauá, e logo se juntou ao irmão em suas apresentações e shows pela noite. Fora isso, o irmão desenvolve um pequeno e simples estúdio de gravação em seu apartamento: “Aquele menino que apareceu esses dias no SBT [me mostram uma foto dele], nós que produzimos o CD!”. Mas ele me conta que, atualmente, também faz manutenção e reparos em celular e aparelhos eletrônicos, ali mesmo também, e isso que tem tido maior procura, de moradores da Mauá, mas não só, de gente de fora também. Cristiano mora com sua esposa, que está grávida, esperando o atendimento definitivo para sua família. Um projeto que ele vem tentando desenvolver, não é a primeira

tentativa, é um site deles contando a história dos irmãos, contato para shows, fotos e vídeos com músicas. É um projeto para dar “maior visibilidade” e fazer com que o sucesso da dupla não pare de aumentar.

Os irmãos se apresentando na festa de dez anos da Mauá. Estão em cima do palco que tem no pátio. Os moradores adoraram o show, as crianças principalmente.

Vista do apartamento de Pica Pau: a Estação da Luz. Quando vi a bela Estação em frente a sua janela, uma especulação me ocorreu: quanto valeria, no mercado imobiliário, um apartamento com uma vista dessas?

Um dia, no ano passado, enquanto colava um cartaz de divulgação de início das aulas de alfabetização [adiante] no saguão da portaria da Mauá, uma mulher jovem, negra de cabelos trançados com uma mecha de tranças roxas passou e parou para conversar. Luana, Lua, moradora da Prestes Maia, contou que também tentava desenvolver atividades culturais naquela ocupação. Ela disse que estava há bastante tempo no movimento, tinha uma filha pequena com 2 anos quando vieram para o centro e hoje a menina está com 15 anos. Lua costuma falar para sua filha, Lauryn (“por causa da Lauryn Hill!”), que ela é “filha da resistência”.

Mantivemos contato desde então, um dia neste ano de 2017 marcamos uma entrevista para registrar um pouco de sua história e para eu ter melhores condições de transmitir seu jeito muito próprio de se expressar. Ela trabalha como arte-educadora da

Ação Educativa de 2ª e 5ª feira com jovens da Fundação Casa dando oficinas de rap e de literatura. Seu trabalho na Fundação Casa

é totalmente ligado a isso que é a minha vida, o meu rap e minha luta. [...] Empregar esse rap que absorvi [...] para potencializar e entender que ele é diálogo vivo lá dentro também. Faz sentido para mim no mundo, faz sentido lá dentro; como se fosse formador, formar pessoas, para entender quem elas são, para elas trazerem a história da quebrada delas, trazer a história delas. A gente é tão desqualificado de várias formas, e a gente não consegue enxergar que tudo isso aqui foi tudo constituído no nosso lombo, em cima do nosso lombo... e essa dor não é uma dor, na real, é uma luta que a gente precisa travar, mas para travar é preciso entendimento... Então, acho que esse é um pouco meu papel lá dentro, pensando no meu trabalho.

Lua trabalha há mais de dois anos e meio na Fundação Casa e atua com diferentes grupos lá: meninos primários, de segunda e terceira passagem, e múltiplas passagens; e meninas primárias, de segunda e terceira passagem, múltiplas passagens, e grávidas e que já tiveram filhos; então “são diversos contextos” que lhe colocam diversos “conflitos”, não só porque muitos dos meninos com quem trabalha têm idade da sua filha mais velha, portanto, “uma juventude próxima”, mas também porque ela é mãe e se coloca no lugar dessas mães internadas. Entre outras muitas reflexões, se coloca como é ser mulher e estar presa: “Como que é ser um corpo em movimento, que precisa ser luz e luta, dentro do cárcere, já passando pelo cárcere... entendendo o seu corpo lá dentro, encaminhando vida e mudança lá dentro...”. Ser uma mulher negra em um “ambiente de elite branca e supremacia masculina”, como o da Fundação, também coloca questões importantes com que ela lida por meio de seu trabalho.

Mas a história de Lua com a Fundação Casa, antiga Febem, não é de agora: seus pais trabalharam na Febem, sua mãe como arte-educadora, era “artista plástica, militante, lutadora”, como Lua, ela afirma sorrindo, e seu pai como segurança de pátio. Seu pai “é samba”, de Madureira, Rio de Janeiro, e ela sentia ele perdido na “selva de pedra”, não se adaptou, não era feliz e deixou a mulher e os filhos, fase dura para a família. Lua cresceu e se criou na Zona Sul. Com 15 anos teve a primeira filha, o pai de sua filha foi preso logo em seguida, passou 12 anos preso, foi visitá-lo algumas vezes antes de se separarem, mas sempre manteve o carinho. Ele foi morto por um tiro, sem

testemunha, dor que guarda até hoje, uma das “muitas coisas que me direcionam apontamentos no meu trabalho, na minha luta”.

Aos 19 anos e com uma filha pequena, seguindo os passos e conselhos da mãe, Vera Helena, que com 67 anos atualmente se formou como assistente social, “apoiadora das artes” e referência sempre de Lua, começou a participar do movimento de moradia no centro, na Santa Ifigênia. Mudou da zona sul para a Prestes Maia e ficou lá até a desocupação, saindo com uma carta de crédito⁹⁰. Voltou para a zona sul, mas foi difícil arranjar uma casa para comprar e conseguir se manter pagando aluguel, trabalhava como cabelereira, em salões e a domicílio, também nas galerias do centro. Percebe-se esse fato pelo cuidado e estilo com que mantém a sua própria cabeleira: um lado da cabeça raspado, com tranças no restante, algumas delas roxas. Foi nesse período que teve sua segunda filha. Quando a Prestes Maia foi reocupada, pela segunda vez, Lua voltou a morar ali e veio acompanhada da família (filhas, mãe e irmãos), onde moram todos atualmente em andares diferentes.

O rap entrou na sua vida com 13, 14 anos, seus pais tinham se separado, estava um pouco perdida, “frustrada”, já escutava Racionais, lá no Jardim Paris, zona sul, onde moravam na época. Foi quando com 15 anos conheceu o pai da sua primeira filha, que tinha “uma relação muito próxima com o rap”, dançava *break*, participava e levava ela para vários bailes, roda de rap, de rima. Foi nesse momento que ela entendeu que

aquilo me elevava, fazia sentido para mim, eu agarrei isso. [...] Mas quando eu me envolvi com o pai da minha filha eu senti um outro lado do rap que foi o que eu quis para mim... porque o pai da minha filha era muito envolvido com a criminalidade, então quando eu ouvia Dina Di, que aquela vida que ela descrevia nas músicas dela tinha a ver com o amor que eu sentia, mas não era o crime que eu gostava, mas uma pessoa ali que eu gostava... eu senti que aquela mulher falava a mesma língua que eu, a gente se entendeu assim, e eu falei assim: eu quero ser essa *fita*.

A partir dali, começou a participar de grupos e desenvolver uma série de projetos que a levaram até a Prestes Maia, até a Fundação Casa. Chegou, por exemplo, a fazer um CD de músicas gravadas com as meninas dali, tentando construir outras

---

⁹⁰ Para mais informações sobre o processo de desocupação da Prestes Maia, ver Aquino (2008).

formas de entendimento e de expressão dentro da fundação, por meio do rap. “A gente consegue, de alguma maneira, enxergar melhor o mundo e de acordo com esse diálogo, que é pontual, que é pensado através das suas vivências, dos seus valores, do seu sobrenome, da sua família, dessa carga que o mundo te oferece... que é distante de um mundo-sociedade, que te aponta, que te acusa, que diz que você tem que ter coisas... é diferente. Eu ali, na verdade, não tenho uma coisa assim: o menino está fazendo aula de rima, vai rimar; o menino está fazendo aula de literatura, tem que ser poesia... Não, ali serve principalmente para que ele tenha uma leitura de mundo. Principalmente”.

Mesmo que, ela reconhece, existam diferenças e desafios a depender do grupo com que se está lidando: com os primários, existe uma maior abertura e receptividade, “você pega o menino em que ele se olha, que ele se enxerga: pô, estou no lugar errado...”; para os reincidentes, principalmente, os de múltiplas passagens, e tanto meninos quanto meninas – “porque a menina não é diferenciada dos meninos; eu costumo falar muito isso para os meninos: sou mulher e tudo o que você faz, eu faço. [...] [como os meninos] as meninas também estão nesse apetite, porque o mundo também dialoga com elas... elas estão nessa busca, como os meninos... meio perdida porque é aquela negação constante” – já é mais difícil, existe certa interiorização de discursos e estereótipos e menos horizontes de possíveis, “a sociedade implantou nele que ele é um ladrão, que é um bandido”, fazendo com que seu trabalho com eles se dê de outra maneira, seja diferente. “Eu sempre gostei de trabalhar com o outro, com esse diálogo com o outro. Acho que faz sentido esse rap. Porque essa ideia no ouvido, essas histórias que ouço na fundação, são músicas, são letras, e essas letras contam coisas para outras pessoas também, então tem que ter esse diálogo mesmo”.

Quanto às ocupações, ela gosta de estar nesse movimento porque “não é só ocupar, é agir também... e para agir, ocupando algo, é preciso estar munido de bagagem também”.

Eu vejo a luta das ocupações como algo que precisa acontecer, precisa existir, mas dentro disso tudo precisa existir uma consciência maior. Porque eu também vejo hoje o movimento forte, grandioso, pensando em um movimento que começou ali finalzinho dos noventa... hoje, eu vejo ele grandioso, estamos em 2017, caminhou, mas ainda tem coisas que se a gente se enfraquece, é tomada de nós. Eu acho da hora a ideia da ocupação, as pessoas estarem em grupos, buscando seus direitos,

sabe... Parece até louco falar isso: como você cobra do Estado uma coisa que é nossa de direito? [...] Acho sim, a ocupação é algo que precisa, mas ela precisa de base, base, sempre, sempre... Vai ocupar? Base! Roda de diálogo com as mulheres? Sim! O que acontece aqui dentro, as pessoas começarem a se reunir em base faz com que tenha discernimento maior [...]. Porque ela tem uma opinião: isso aqui é diferente da minha, não precisamos brigar... ela luta da forma dela? Eu tenho minha visão de mundo através dessa luta, sou luta também... é a minha opinião, a minha forma de ver o mundo, o outro também... e quando a gente cria esses ambientes onde o outro fala e a gente escuta, é o respeito aquilo que ele trouxe, a vivência e a vida dele, é o mesmo para mim. Entendeu? Então, para mim, é necessário ocupações tanto de terras quanto de centros urbanos. [...] Para gente que tem uma vivência no centro, de trabalho, de corrida... por que a gente não consegue trazer nossa vivência, nossa vida para cá? A gente é sempre jogado para os dormitórios da cidade. É estranho, então, eu estou aqui a ferro e fogo. Acreditando nisso e que isso tem que existir, sim. É uma afronta, mas a gente precisa de afrontas para que a gente mude, de alguma maneira, algumas estruturas.

Ela enxerga também que, atualmente, existe um distanciamento, dentro das ocupações, do movimento em relação aos jovens. Para ela, são tantas coisas para tocar que o movimento não chega mais, da forma que chegava, nos jovens, que hoje também estão com outros interesses e perspectivas, que os fazem se distanciar do movimento, um desafio que está posto e que precisa ser encarado “com mais base, diálogo”. A maioria dos jovens ali já estão casados, já tem um teto, e “às vezes, para ele aquilo já é interessante... e por quê? Porque não teve base... às vezes, quem teve a base foi a mãe, foi o pai... Ele não entendeu. [...] E o jovem não consegue entender isso, não que tem que deixar de ser jovem, mas entender e ter uma leitura da onde mora, absorver coisas reais, para ir para o enfrentamento real... se não ele é mais um, é massa, querendo ou não”, é nesses termos que ela discorre sobre certo desinteresse dos jovens⁹¹ em relação ao movimento que ela nota vivendo nas ocupações.

---

⁹¹ Reproduzo a seguir uma passagem de Feltran (2005) que em termos muito próximos se refere também aos jovens que cresceram dentro de movimentos sociais, que acompanhou em sua pesquisa. Antes, nessa mesma passagem, ele se refere ao cansaço das lideranças de movimentos sociais – elemento também importante e presente:

Ao conversar com Lua fica evidente que o rap é a ferramenta pela qual ela enxerga, elabora e explica o mundo, é seu jeito de estar e se colocar nele, “de ser movimento”, segundo ela. O rap é sua filosofia e linguagem de vida. Quando pedi um trecho de algum rap que lhe era significativo, representativo para ela, Luana, Lua me perguntou: “Pode ser um trecho de uma música que eu fiz com uns colegas do trabalho [da Fundação Casa] que a gente começou a discutir a questão da redução e do olhar pro jovem?”, então ela começou a cantar:

*Reduzir às cinzas
Onde está nosso direito de existir?
Pra história ser sujeito,
Eles têm medo,
Querem reduzir
Reduzir às cinzas

Onde está nosso direito de existir?
Da história ser sujeito
Eles têm medo
Querem reduzir
A liberdade vai cantar
Pra nós, de dentro ou fora, das grades
Canta pra nós
Há de cantar pra nós
– Liberdade de corpo e mente*

“A fadiga das lideranças populares mais antigas é hoje fenômeno sistêmico, e não creio que seja pouco importante para as análises sobre o período mais recente da atuação dos movimentos sociais, especialmente os movimentos de base. Esse cansaço se alia, além do mais, à constatação de que os indivíduos jovens dos locais em que os movimentos atuam já cresceram sob o desânimo e a racionalidade instrumental típicas do período neoliberal, e não se envolvem tanto quanto antes” (FELTRAN, 2005, p. 264).

Foto de Lua em um sarau realizado em junho de 2017 em frente a Estação Júlio Prestes. Créditos da foto: Alice Vergueiro.

Um elemento marcante no cotidiano das ocupações: os conflitos internos

Existe uma questão envolvendo as dinâmicas internas de uma ocupação pouco explorada, de modo mais sistemático, a meu ver pela bibliografia do tema que, no entanto, está muito presente tanto nas falas de coordenadores, moradores e outros interlocutores quanto no próprio dia a dia das ocupações: as tensões, atritos e conflitos internos. Suspeito que a ausência dessa discussão na bibliografia parta de uma percepção de que tratar desse ponto possa, de alguma forma, depor contra a imagem e discursos construídos, sobretudo, ao redor da importância e ênfase dadas na construção de unidade e coesão internas, tanto retóricas quanto na prática.

Minha percepção, contudo, vai em outra direção: não só que é algo muito relevante que precisa ser levado em conta como também abordar esse assunto não enfraquece os empenhos, esforços e a imagem de união de uma ocupação – muito pelo contrário; surpreendente não é saber que existam conflitos internos em uma ocupação, surpreendente é que haja ocupação *apesar dos* conflitos. A existência e recorrência de atritos que precisam ser administrados, discutidos, negociados, trabalhados constantemente, não negativam a imagem que temos das ocupações, ao contrário, fortalecem ainda mais os esforços de consolidação e efetivação desse empreendimento

grandioso que é a construção de uma ocupação, que se faz também a partir do convívio de uma coletividade grande e heterogênea. E como em toda relação humana, nas ocupações não poderia ser diferente: existem conflitos e dissensos. Nesse caso, não custa frisar que, de modo algum, essa dinâmica é uma exclusividade da Mauá.

Para tratarmos dessa dimensão dos conflitos internos, pode nos auxiliar pensar nos termos que Aquino (2008) trabalha para elaborar essa coletividade: uma coletividade heterogênea, fragmentada e com variações internas, que desenvolve diferentes modulações de pertencimento, alternando-se momentos de centralização e segmentação, de oposição e composição, que variam situacionalmente. Dado isso, existe um esforço permanente que é desenvolvido por esse coletivo de construção de unidade nomeado pelo autor de “coletivização” a partir de “processos situacionais e relacionais de convergência da heterogeneidade dessa coletividade” (AQUINO, 2008, p. 175) por meio de discursos e práticas de “coletivização” que, situacionalmente, buscam produzir a convergência de múltiplas segmentações. O fato de existir esse esforço, que é permanente, não anula a ocorrência, simultaneamente, de conflitos internos que marcam o convívio cotidiano desse grupo de pessoas. É a isso que pretendo me deter e chamar a atenção.

Os conflitos convivem, evidentemente, com uma gama ampla e intensa de outros afetos como gratidão, reconhecimento, respeito, comprometimento... que constituem a tônica e a ênfase nos discursos, ações e práticas gerais e também nos momentos determinantes. Seja como for, no convívio cotidiano, de modo menos alardeado, mais lateral, a existência de tensões perpassa todas as relações e escalas da ocupação, não é exclusividade de apenas um grupo ou situação: está presente na relação dos moradores para com a coordenação, da coordenação para como os moradores, entre lideranças, entre diferentes movimentos, na relação entre vizinhos, entre andares, no uso dos espaços, nas dinâmicas e ações coletivas, etc.

Não creio que seja determinante para o argumento enumerar e descrever casos específicos, expondo pessoas e situações; creio que é importante apontar para a existência do fato em si, que existe e de forma recorrente. Mas, de todo modo, podemos falar em termos mais amplos e gerais: por exemplo, em relação às lideranças dos distintos movimentos, podemos mencionar o fato conhecido da existência de diversos movimentos que surgem a partir de rachas e dissidências. Mesmo que essas divisões

sejam “orgânicas”, como ressalva Manoel Del Rio, elas acontecem e são causadas por discordâncias políticas, e muitas das vezes, junto delas, por desacertos pessoais. O que não impede (como vimos e ainda veremos) que articulações, composições e ações conjuntas aconteçam.

O mesmo vale em relação ao ambiente interno de uma ocupação. Brigas entre moradores, vizinhos, famílias, entre as crianças – o que também não surpreende, afinal, são crianças [veremos com um pouco mais de atenção a relação entre as crianças adiante]. Inclusive, quando a coisa é mais grave, assembleias e reuniões extraordinárias são chamadas para tratar especificamente do problema em coletividade. Ouvi, muitas vezes, relatos de episódios envolvendo uma tensão geracional entre os moradores: pessoas mais velhas reclamando dos mais jovens, que não respeitam, que xingam, que passam correndo pelas escadas “quase atropelando”, e “fazem o que querem”. Essas afirmações se repetiram revelando, nem que de forma pontual e superficial, um dos muitos aspectos que compõem o convívio dentro da ocupação.

De alguma forma, a “tensão de temporalidades distintas”⁹² apareceu recolocada, em outros termos, em algumas conversas com um dos coordenadores de lá quando discutíamos o movimento. Ele disse que às vezes se sente desanimado para fazer novas ocupações, que hoje em dia as pessoas estão muito acomodadas. Comentou que “antigamente, você chamava para um ato e ia todo mundo, as pessoas participavam”. “Hoje, as pessoas se escondem, ninguém aparece, ninguém quer nada. Comodismo sempre teve, mas hoje está muito forte”. “Querem que você faça as coisas por elas, resolva as coisas por elas, eu, a não sei quem... mas eu não quero fazer as coisas *por* você, mas *com* você”. Independentemente, ele acredita ser fundamental fazer formação, que isso não devia ser abandonado; fazer formação das pessoas, formar os jovens, formação de lideranças. É preciso se organizar, mas as pessoas querem que as coisas venham prontas. “E se o trabalhador não se organiza, é pau”. As pessoas pensam: “organizar é bom, mas se já vier pronto, melhor”. Ele acha que formação é algo importante e que se faz pouco. “Hoje, muitas pessoas estão preocupadas em ganhar dinheiro, pensam em dinheiro, é diferente”.

---

⁹² “Cada geração carrega consigo novas formas de socialização, novas culturas urbanas e relações diferentes com a sociedade (TELLES, 2006, p. 25). [...] A diferença dos tempos e a ruptura das gerações é algo que precisa ser bem entendido, não para fazer a comparação ponto a ponto (era assim, não é mais), mas para situar os deslocamentos e bifurcações de uma experiência social que vai se fazendo em um outro diagrama de relações e referências que redefinem espaços e territórios” (2006, p. 91).

Essa foi uma das formas que me foram expressos um dos muitos impasses que se fazem presentes no cotidiano e manutenção da ocupação e movimento, mas não a única. Benjamin apontou também seu incômodo em relação ao tratamento que recebe dos mais jovens, algumas vezes. Lua relatou do desafio que está posto e precisa ser enfrentado de um certo “desinteresse” dos mais novos. Fora aspectos mais gerais dessa convivência coletiva, como relatado pela moradora da Prestes Maia, como vimos no episódio do dia do ato na Paulista, de que “ninguém quer nada”, que as pessoas tentam escapar das atividades do movimento. Tudo isso vai constituindo uma atmosfera e um ambiente que não podem ser ignorados, nem pelos ocupantes nem pelas lideranças. Assisti em momentos importantes, em seus discursos e assembleias, elas enfatizarem a importância de por de lado as desculpas, as recusas, para forjar uma unidade para “a luta”. Portanto, não é que não reconheçam nem se referiam à realidade a que estão sujeitos, mas o desafio é encontrar formas de contornar esses desgastes, negociar saídas e construir arranjos que lhes permitam superar esses componentes pequenos, pontuais, porém recorrentes.

Nesse sentido, a fala em uma entrevista dada a mim pelo coordenador do Centro Gaspar Garcia, Luiz Kohara, dentre muitas outras que ouvi de distintas pessoas, não só demonstra o trabalho e grandes desafios que esse fato coloca no dia a dia para esse grupo grande de sujeitos como também abre uma perspectiva para enxergarmos esse elemento não em uma chave negativa apenas, por nos permitir enxergar as possibilidades que abrem:

O trabalho dentro de uma ocupação é um trabalho muito intenso, que exige muito das lideranças, disponibilidade total... várias situações muito complexas... agora também constrói muitas coisas novas, toda uma experiência de gestão... [...]

Olha, o que eu vejo é assim: uma coisa é quando você mobiliza a população, isso em qualquer âmbito, mas **outra coisa é quando um grupo grande de população vai viver junto. Quando se coloca muita gente morando junto isso gera um monte de novos desafios.** Eu estou dizendo novos desafios porque você vai numa ocupação é uma família que mora aqui, outra que mora aqui do lado, tudo isso, que traz um monte de diferentes necessidades... então, primeiro, eu acho que construir toda uma forma de relacionar... essa **nova forma**

de relacionar dentro de uma organização com um objetivo de luta exige um pouco que cada um seja trabalhado a postura, é uma convivência dentro de um contexto que todos têm uma luta comum... agora lógico que cada um traz umas necessidades... e isso vai abrindo para outras discussões porque na medida que traz os problemas e você está tendo uma discussão que você quer construir uma sociedade mais justa, mais igualitária, onde os direitos realmente sejam conquistados... eu vejo que começa a aparecer, por exemplo, as relações de gênero mesmo... porque o machismo está muito presente nessas relações... [...] na hora que você está num contexto começa a se provocar a necessidade de discutir essas relações... isso é uma coisa boa para quem está lutando por direito. Então eu vejo que muitos movimentos que não eram à base de debates, por exemplo, essa questão de gênero, relação de homem e mulher... isso ganha uma força... que eles vão buscando e vão criando novos aprendizados nessa área.

Uma outra coisa que eu vi que o pessoal avançou bastante também a questão, por exemplo, com o cuidado com as crianças. Uma mãe tem um jeito de cuidar, outro tem de outro jeito... mas tem uma coisa comum, que vai criando. Se é direito e a gente está pensando, todas as crianças têm que estar na escola... Isso vai virando uma regra. Porque se você está lutando por direito não tem sentido que uma família lute por moradia e a criança não está na escola. Então, são coisas que vão desenvolvendo e vão buscando outras relações. Daí busca uma relação dentro do âmbito da educação, no âmbito da relação de gênero... outra questão que vai aparecer é a questão da saúde, a questão do alcoolismo... isso vai gerando outra discussão... [...]

A ocupação em si, dentro dessa relação que é tensa e conflituosa, também ela exige que você vá construindo novos aprendizados... você constrói novos aprendizados, para essa construção, exige que você crie novas relações. É relação com posto de saúde, é relação com lugar que atenda mulher, é relação onde atenda a questão da criança... a própria situação vai provocando abrir para novas relações... e é lógico na relação interna também... é um processo que... lógico que é um trabalho bem árduo! [grifos em negrito meus]

A partir dessa fala de Kohara⁹³, gostaria de reter e ressaltar dois aspectos. Um primeiro diz respeito à gigantesca tarefa que é cuidar, manter e organizar uma ocupação onde centenas de pessoas, muito diferentes entre si, moram e convivem; desafio esse que está posto a todos, mas é gerido cotidianamente de forma mais sistemática, como já pontuamos, principalmente, por coordenadores e lideranças.

Entre as muitas tarefas que essas figuras desempenham, existe uma dimensão mais geral de sua atuação que pode ser bem definida nos termos com que Telles e Alves (2006) se referiram a lideranças comunitárias de uma ocupação de terreno na zona leste, acompanhada em pesquisa realizada nos anos 2000. Elas se referem à “ação militante dos que transformam insegurança e a precariedade das condições de vida em matéria de intervenção política, que acionam as mediações políticas e colocam o local em ressonância com as miríades de ocupações que caracterizam esse espaço da cidade” (2006, p. 340). Esses termos servem também para tratarmos da atuação das lideranças⁹⁴ e coordenadores das ocupações do centro da cidade que transformam “insegurança e precariedade” da vida em “intervenção política”, acionando as mediações políticas, colocando as ocupações em ressonância não só com outras ocupações como com outros muitos espaços e atores da cidade.

Isso em uma atuação para fora, como uma espécie de “política externa” das ocupações. Porém, fora essas tarefas externas, atuam também muito fortemente na dimensão interna das ocupações operando como “agenciadores dos problemas cotidianos”, realizando a “gestão das relações cotidianas” (TELLES; HIRATA, 2007, p. 182-183) e promovendo as “microrregulações da vida cotidiana” (TELLES, 2010, p. 41)

---

⁹³ Em outro momento, Kohara formula de outra forma essa dimensão “trabalhosa” presente no ocupar e manter uma ocupação: “é muito trabalhoso para as lideranças, porque exige organização e controle internos de um local precário (sem água, sem iluminação e ambientes danificados, por exemplo) e transformá-lo em espaço funcional e de boa convivência entre as pessoas é muito difícil. Nesses locais, os trabalhos desenvolvidos visam, prioritariamente, construir o espírito coletivo entre pessoas de diferentes proveniências, impedir a entrada de grupos comprometidos com crimes, preparar a população para negociação no sentido de que não aceite acertos particulares com o poder público e dar conta das constantes ameaças de despejo” (KOHARA, 2013, p. 207).

⁹⁴ Em outra linha, Kohara (2013) também discorre sobre o papel exercido pelas lideranças dos movimentos de moradia: “As lideranças que hoje estão à frente das lutas, discutindo programas habitacionais, liderando processos de pressão social, enfrentando as polícias nas ocupações, apresentando propostas de plano diretor, debatendo as questões do desenvolvimento urbano e fazendo o enfrentamento contra a revitalização do Centro sem habitação popular, iniciaram a participação a partir da necessidade de moradia. [...] As experiências da vida em moradias precárias, os diferentes acúmulos trazidos pelas lideranças e os processos coletivos do cotidiano da luta pelo direito à cidade com inúmeras outras lideranças de cada um dos movimentos foram se constituindo em força orientadora da luta por moradia no Centro” (KOHARA, 2013, p. 166,168).

da ocupação também. Ao realizar e cumprir com essas funções, tornam-se as grandes referências, a voz de autoridade cuja experiência, sabedoria e astúcia para resolver impasses e tomar decisões são respeitadas – mesmo que nem sempre sejam unânime e positivamente recebidas. Para ilustrar apenas com um exemplo pouco comprometedor: um dia de chuva algumas crianças e jovens da Mauá se reuniram no pátio para brincar, aproveitaram a água abundante e colocaram uma tábua ligando o topo do palco ao chão do pátio como escorregador. Para melhorar a brincadeira pegaram sabão em pó e espalharam por todo o lugar que ficou tomado por uma grande e espessa espuma. Quando pegos pelos coordenadores no meio dessa bagunça, levaram uma bronca e ficaram proibidos todos de ficar no pátio até segunda ordem. Entenderam o recado e respeitaram a ordem, mas se gostaram da decisão já é outra história.

O segundo elemento a ser considerado a partir da fala de Kohara é que podemos afirmar que os desafios consequentes dessa convivência complexa em um mesmo espaço de uma coletividade grande de sujeitos existem, mas eles acabam possibilitando também mais uma dimensão produtiva relacionada à vida em ocupação: a existência de conflitos internos e a necessidade de enfrentar essa realidade que é “tensa e conflituosa” fazem com que novas relações, aprendizados e arranjos sejam criados, fazendo desse ambiente um espaço de criação e experimentação de *novas formas de relacionar*. É o contornamento de um dado que, se não é ideal nem corresponde a seus desejos e àquilo que almejam, pelo menos, com “jogo de cintura”, criatividade e paciência tenta ser encarado.

A meu ver, esse modo de enxergar e entender esse aspecto do cotidiano de uma ocupação se contrapõe a um outro registro, que já foi mencionado pela sua importância, do cotidiano da ocupação Mauá feito no livro de Stella Paterniani (2016) *Morar e viver na luta – movimentos de moradia, fabulação e política em São Paulo*. Para explicitar as diferenças de nossas formas de entendimento, é preciso descrever alguns dos argumentos desenvolvidos no livro.

Das reflexões e análises que a autora vai construindo em cima do rico material etnográfico que produziu podemos perceber duas linhas que ganham importância e ênfase na construção de seu argumento e que se constituem como eixos centrais do trabalho: 1) pensar a relação estabelecida, a partir da ocupação, entre *vida* e *luta*, categorias que, inclusive, nomeiam seu livro, *Morar e viver na luta* – nome, aliás,

preciso e valioso –, e que conformam o cotidiano da ocupação; e 2) as três dimensões que, para ela, constituem o aspecto político do *viver* em ocupação: a resistência, a reivindicação e a prefiguração. Esses dois pontos estão articulados e se atravessam, como ela busca demonstrar, no dia a dia na ocupação.

Paterniani nos mostra, e nesse ponto estamos de acordo, que a luta por moradia digna na ocupação é a luta pela vida. É a vida que está em jogo no cotidiano da ocupação: a luta não é só por um teto, mas por se viver dignamente, construir e conquistar isso. E, segue a argumentação da autora, a ameaça de reintegração de posse – a “canetada assassina” de um juiz, expressão de uma das lideranças do movimento que ela registrou em um dos atos contra a reintegração de posse da Mauá, em 2012 – é sinônimo de morte⁹⁵; que se evidencia também no grito reconhecido da FLM (PEREIRA, 2012, p. 123), mas famoso na forma arrebatadora que é entoado por Neti: “Quem não luta, tá morto!”, repetido três vezes. Desse modo, afirma a autora, os termos moradia-dignidade-vida tornam-se elementos equivalentes para as pessoas que estão “na luta”. “Assim, para as pessoas que moram na Mauá e se envolvem com ela, viver com dignidade, isto é, existir como cidadão que tem seu direito (à moradia) efetivado, é viver na luta. Morar na Mauá é viver na luta” (PATERNIANI, 2016, p. 137).

Nessa construção, elaborada pela autora, a política torna-se indissociável da vida para os moradores da Mauá. Para Paterniani (2016), tanto a política quanto a ação política, mais propriamente, são compostas por três dimensões que se superpõem e complementam na existência da ocupação em si: resistência, reivindicação e prefiguração. Ao longo do trabalho, a autora busca demonstrar como na vida dos moradores não só essas dimensões estão presentes, constituindo o aspecto político de suas vivências, mas como só com a realização plena das três os moradores conseguirão efetivar o viver em uma moradia digna.

A autora mostra que a dimensão da resistência se faz notar, por exemplo, na insistência dos moradores em permanecer naquele prédio, naquele exato local, contrariando as políticas de Estado para a região. A dimensão da reivindicação se faz presente na demanda por reforma, via políticas e verbas públicas de habitação, daquele

---

⁹⁵ É quase nesses mesmos termos que Neti se refere à decisão, agora em 2017, de reintegração de posse da Mauá, uma “sentença de morte”, como podemos ver por volta do segundo minuto e meio no seguinte vídeo:

https://www.facebook.com/okupamauaokupa/videos/729094517299162/?hc_ref=PAGES_TIMELINE. Acessado em 2 de julho de 2017.

prédio específico, onde já habitam, fazendo-o cumprir a função social da propriedade. E a prefiguração, segundo Paterniani, surge quando os moradores vivem do modo que almejam viver, isto é, no seu cotidiano, buscam construir na disputa do presente “a expressão da utopia do futuro daquele espaço” (2016, p. 55). Essa dimensão da política por ela formulada aproxima, em sua visão, as ocupações de prédios aos movimentos *Occupy*, que tiveram diferentes expressões e dinâmicas de atuação (e desdobramentos) em distintas cidades do mundo. Em outros termos, Rolnik (2015) também vê ressonâncias nas práticas e dinâmicas das ocupações de moradia e dos diferentes movimentos de ocupação de ruas e praças, como os *Occupy*, por exemplo, onde uma dimensão prefigurativa é experimentada “de instaurar alternativas no presente, ensaiando futuros possíveis” (2015, p. 377), tendo como plano de referência para enquadrar esses diferentes elementos a “guerra dos lugares” que analisa em seu livro.

Para retomar a linha de argumentação de Paterniani (2016), os laços que estabelecem, a limpeza, o cuidado com a manutenção, com as crianças, com a pintura, com a infraestrutura... as práticas e ações cotidianas com o prédio que desenvolvem buscando dignificá-lo, vivendo do modo que se deseja viver, seriam exemplos dessa dimensão prefigurativa. Cuidar da Mauá é viver como e onde desejam viver. Contudo, ela avisa, a efetivação plena da moradia digna, a realização daquilo por que lutam só será alcançado plenamente quando as três dimensões se fizerem cumprir efetivamente, complementando-se: viver naquele prédio e locais específicos (resistência) reformado via política pública para aqueles moradores (reivindicação) para que juntos possam cuidar e manter dignamente o prédio e suas vidas (prefigurativa). Assim apresentados, esses me parecem ser os dois eixos centrais que a autora elabora em relação a “morar e viver” na ocupação: viver na Mauá é viver na luta e que a política, formada por essas três dimensões, é indissociável dessa vida.

Posto isso, retomo meu ponto de desacordo em relação a leituras discordantes desse cotidiano e as ações empreendidas na ocupação. Afirmar que eles vivem da forma que eles almejam viver buscando construir as melhores condições daquelas que gostariam de ter em um futuro utópico me parece uma descrição de uma realidade um pouco idílica, chamando-me a atenção a harmonia do todo por ela descrito, não apenas na parte da descrição da dimensão prefigurativa. Não pretendo insinuar que o que existe ali é desunião e/ou “bagunça” – muito pelo contrário; mas nessa descrição de Parteniani faltam ruídos, atritos, dissensos. Os ruídos (os conflitos) revelam que não está tudo bem,

que há problemas e que as coisas não são necessariamente aquelas que sonham. O problema está não no elemento prefigurativo em si, mas em não atentar para esses ruídos, pois quando não os notamos ignoramos os problemas e dificuldades que conformam suas vidas, correndo o risco de idealizarmos sua realidade.

Nesse sentido, creio que eles não vivem do modo que querem, necessariamente, mas do jeito que *podem*; procurando sempre o melhor para os seus, para o prédio, para o coletivo, evidentemente; estrategizando ações, alianças e relações que lhes favoreçam, a si, aos seus parceiros, à comunidade. É claro que buscam o tempo todo dignificar e melhorar as condições de vida do lugar, mas creio que isso deva ser lido em outra chave: são “virações”, arranjos, articulações que vão, situacionalmente, construindo e produzindo novas relações, dinâmicas e fatos em uma realidade que não é nunca estabilizada nem harmônica, interna e externamente, em um contexto mais amplo de disputa política permanente em uma conjuntura urbana de conflito.

Desse modo, as experimentações e criações que vivem e constroem em seus cotidianos não me parecem se constituir e se explicar a partir de uma dimensão e projeções futuras, que estão prefigurando vivências, ações e práticas que querem e que almejam para seu futuro. A efervescência de arranjos, agenciamentos, relações que as ocupações produzem são fruto daquilo que está posto, das limitações, dificuldades e possibilidades que atravessam o dia a dia de uma ocupação. Os imperativos que me parecem marcar e reger esses artifícios são, ao contrário, o tempo *presente* (são mais práticas as apropriações e invenções, respondem mais a necessidades cotidianas e mais imediatas do que a expectativas – que existem, evidentemente – futuras) e uma sensibilidade não só prática, como *tática*: se arranjam, se viram, mobilizam esquemas, relações, dinâmicas que, no fundo, são estratégias para contornar desafios, bloqueios, tensões na realidade imposta, seja no nível dos indivíduos, dos moradores, seja no nível do movimento, das lideranças ou da ocupação como um todo – dimensões que são distintas, com diferentes dinâmicas, mas que coexistem e constituem todas a “ocupação Mauá”.

São, no fundo, estratégias e “expedientes de sobrevivência [...] para lidar com as urgências da vida” (TELLES, 2009, p. 105) constantemente mobilizados e inventados na forma de um “‘saber circulatório’ que se transforma em recurso para inventar possibilidades de vida e de formas de vida” (TELLES, 2010, p. 166). São vidas que são

tecidas “ao longo de percursos” marcados pela “‘viração’ dos que fazem (e sempre fizeram) seus percursos não só no mercado informal, mas nessa espécie de contínua e sempre relançada improvisação dos arranjos da vida nos espaços da cidade” (TELLES, 2006, p. 339). Pois, as histórias e percursos dos moradores “vão sendo tecidos numa permanente e sempre renovada e sempre improvisada trama de relações feitas de acertos (e desacertos) informais, sempre provisórios, entre uns e outros” (TELLES, 2006, p. 340). Esses expedientes de sobrevivência nos oferecem um posto de observação para apreender as linhas de força que se conjugam nas tramas da cidade e da vida social que marcam a pulsação do mundo urbano. E são nesses pontos que a vida e os sentidos da vida vão sendo construídos por esses sujeitos, no fio da navalha (TELLES, 2010, p. 166-167). Desse modo, enxergo o cotidiano da ocupação regido mais próximo dos agenciamentos e urgências práticos do “fio da navalha” do que da expressão da realização de um futuro que sonham para si.

Sobre esses arranjos, agenciamentos e estratégias mencionados aqui, analisaremos do que tratam com mais detalhes ainda nos próximos itens que se seguem. Veremos com mais atenção como essas práticas e relações se constituem e se efetivam no dia a dia de moradores, coordenadores e do prédio nas relações que estabelecem com outros atores e espaços, colocando todos esses diferentes elementos em um plano de referência mais amplo atravessado, ele também, por outras disputas e tensões.

• Um campo de gravitação que se arma a partir da ocupação

Neste tópico, descreveremos a movimentação de diversos atores e coletivos externos que atravessam o espaço interno da Mauá e se somam aos moradores e coordenadores na construção de uma rede ampliada que se produz também a partir de sua interação nos espaços da ocupação, entendida como um campo de gravitação. Contudo, é importante registrar que se, por um lado, essa diversidade está agrupada e apresentada junta neste mesmo item, é preciso reconhecer, por outro lado, que não por isso esses diferentes atores e dinâmicas descritos têm o mesmo estatuto nem que são idênticos na forma como impactam e incidem no cotidiano da ocupação e dos seus

moradores. Acredito que ao longo das próximas páginas esse ponto a que me refiro se torne mais evidente.

Durante meu campo, presenciei excursões escolares⁹⁶, visita de universitários e pesquisadores (a maioria atrás dos coordenadores para conversar), advogados e ativistas de outros movimentos e coletivos políticos e culturais passarem por aquela porta. Um dia veio visitar a ocupação uma alemã que, há oito anos, havia ganhado uma bolsa de pesquisa em jornalismo e veio para o Brasil pesquisar movimentos de moradia e a Mauá tinha feito parte de seu trabalho. Agora, estava de volta ao país e queria passar para ver como estavam as coisas por ali. Acompanhavam-na, duas meninas da revista feminista *Geni* que vieram conhecer Neti para propor uma entrevista com ela, por sua figura de “mulher forte”.

Em abril de 2016, foi organizada, no grande salão térreo da Mauá, uma reunião convidando para participar todos os moradores que trabalhavam como ambulantes da Mauá e da Prestes Maia. Renê, secretário executivo do Gaspar Garcia, e Patrícia, advogada que trabalha lá, vieram fazer uma conversa com eles. A reunião começou enfatizando que “não dá para fazer movimento isolado” e a ideia do encontro era justamente ajudá-los a se organizar melhor.

Renê começou avisando que haveria no final de maio daquele ano um grande encontro de ambulantes e que a reunião daquele dia era para começar a organizá-los para participar. Ele explicou que o Gaspar Garcia realiza há muitos anos um trabalho com os ambulantes do centro e que eles estavam ali também para ouvir os problemas e ideias que os ambulantes enfrentavam em seu dia a dia. Segundo ele, mais de 100.000 pessoas trabalham como ambulantes em São Paulo, mas apenas 3 a 5% têm o TPU [Termo de Permissão de Uso para Comércio Ambulante] e são regularizados. E mencionou que nas ocupações é sabido que a maioria dos trabalhadores é informal, sem carteira assinada. “Morar sem renda é complicado. Trabalho e moradia caminham juntos”.

Seguiu dizendo que, diante dessa realidade, o trabalho como ambulante é precarizado e que o “pessoal do corre” não aparece nunca, não está organizado nem tem

---

⁹⁶ Antes mesmo de ingressar no mestrado acompanhei uma dessas excursões. Trabalhava em uma escola particular de classe média alta de São Paulo que realizava o estudo do meio dos alunos do segundo ano do Ensino Médio com o tema de “conflitos urbanos” no centro de São Paulo e um dos locais de passagem e conversa do programa eram as ocupações do centro, a Mauá, entre elas.

sindicato. Assim, o objetivo do encontro era ouvir e ajudar a organizar o “pessoal do corre”. “Só quem é organizado é que consegue. A gente ajuda, mas quem luta é vocês”. Nesse momento, algumas pessoas começaram a falar. Uma mulher disse que, em São Paulo, tudo é muito complicado, tem muita burocracia, não se consegue informação. Ela comentou que vinha do Maranhão, que sua família trabalhava de ambulante lá, e que é muito mais fácil trabalhar com isso naquele lugar do que em São Paulo. “Aqui, você vai atrás e não consegue”. Outra reclamação muito generalizada foi contra o “rapa”, da violência que utilizam. E “se o rapa pega, não tem o que fazer, nem discutir”. “Eles chegam e agredem. Quebram, humilham, batem e tomam a mercadoria”.

A partir disso, Renê citou uma mulher, Valdina, moradora de uma outra ocupação e que fundou uma associação para os ambulantes. Associações seriam formas de organizar e conseguir trabalhar nos eventos, para falar com a prefeitura. “Por que não fazer, criar uma associação da Mauá? Quem sabe a gente não faz isso? A associação dos ambulantes do corre da Mauá?” Ao que as pessoas foram concordando e comentando que isso seria muito útil. Para terminar sua fala, Renê passou um questionário para os presentes preencherem com informações pessoais, para conhecer melhor sua realidade, ouvir suas dificuldades, um pouco de sua história, a situação familiar, sugestões e críticas também. Havia em torno de 20 pessoas na reunião, entre homens e mulheres, sendo algumas senhoras. A mãe e a menina que fizeram as faixas para vender no dia do ato da Paulista, por exemplo, estavam presentes.

Do meu lado, estava Vera Lúcia, uma pernambucana de 62 anos, viúva e que mora com o filho na Prestes Maia há seis anos. Ela trabalha desde os 12 anos de idade, começou vendendo coentro, cebolinha e tomate no Beco do Miúdo, na feira de Água Fria, em Recife, quando o pai morreu. Vera contou que, normalmente, trabalha na rua João Deodoro, na Luz, mas que estava há três dias sem trabalhar “porque o rapa levou todas as minhas coisas, até o isopor”. Comentou que conhecia todos os ambulantes presentes na reunião, que todos se conheciam e trabalhavam ali na região da Luz. Vera não tem aposentadoria, recebe bolsa família e duas cestas básicas semanais que ganha de duas igrejas, depois do culto. Vende, normalmente, água e outras bebidas, mas também bandeiras e camisetas em dias de jogos e shows. Me contou que estava vendendo camisetas no dia do show dos Rolling Stones quando a colocaram para dentro do estádio, disse que conseguiu ver “de pertinho” o show. Inclusive, quando a banda

estava saindo do palco eles passaram por ela que até conseguiu tocá-los, “mas eles são bem velhinhos, viu?”.

Ela havia pedido minha ajuda para preencher o formulário entregue pelo pessoal do Gaspar Garcia para terem mais dados e informações sobre aqueles trabalhadores dali, enquanto preenchia fomos conversando. Quando terminamos, entregamos para Renê, cercado por pessoas em sua volta com dúvidas. Um homem que trabalhava pela região da Paulista gostaria de participar da Virada Cultural e queria informações sobre o cadastramento. Renê respondeu que avisaria quando soubesse de algo enquanto preenchia o formulário de um menino de 18 anos que foi trazido pelos pais para participar dessa reunião. No final, foi pedido para que os presentes não esquecessem de assinar a lista de presença.

Um outro dia, no mesmo mês de abril, também em 2016, chegou um sul-africano, que fazia parte do movimento de moradia em seu país, para ter uma conversa com Dito, advogado que também trabalha no Gaspar Garcia, historicamente ligado aos movimentos sociais e que atua junto da Mauá e de outras ocupações da FLM há muito tempo, e, por tudo isso, tem grande respeito e reconhecimento dos moradores e das pessoas ligadas aos movimentos. O sul-africano⁹⁷ veio conhecer a ocupação, os movimentos de moradia e suas experiências, aproveitando para compartilhar um pouco da situação dos movimentos em seu país. Conversando depois com Nelson, ele comentou comigo que “não é que não existem movimentos lá, o ponto é que eles não conseguem se organizar e se articular tão bem”. Nelson achava que o problema devia ser parecido ao enfrentado pelos haitianos, que também já haviam visitado a Mauá para conhecê-la. Segundo ele, a repressão nesses países deveria ser maior, o que dificultava a organização dos movimentos. Não que no Brasil não houvesse repressão, emendou ele, mas nesses outros lugares os direitos humanos deviam ser menos respeitados. “No Brasil, não se respeita também, mas há espaço”. Muitos meses depois, na entrevista que

---

⁹⁷ Existe um circuito estabelecido entre as ocupações de moradia de São Paulo com algumas ocupações e pesquisadores sul-africanos. Esse contato é estabelecido por meio dos próprios pesquisadores e advogados, como é, por exemplo, o caso de Dito, que já foi para Johannesburgo conversar e conhecer a realidade lá, mas também os contatos se estabelecem por meio de ONGs, como veremos ainda adiante. De todo modo, é interessante notar um circuito transnacional de ativismo e pesquisa que coloca as ocupações do centro de São Paulo em contato, por exemplo, com as *bad buildings* do centro de Johannesburgo, e com outras formas de habitação popular que se constroem pelas grandes cidades globais.

realizei com Dito, ele confirmou a existência de grupos paramilitares sul-africanos que invadem ocupações para colocar um fim nelas na base da violência.

Em uma tarde, em 2016, um grupo de mulheres que trabalha com garotas de programa na região foi realizar uma de suas reuniões lá no salão da Mauá. Ao final, fui perguntar para elas como foram parar ali. A mais velha, uma senhora negra, me respondeu que conhecia o Nelson há muito tempo e que o grupo delas estava, temporariamente, sem lugar para se reunir, e o Nelson as convidou para usarem ali o espaço para sua reunião. Terminou me dizendo: “É uma população vulnerável ajudando outra população vulnerável”. Com esse episódio, ficou claro para mim que quando essas mulheres entram na Mauá para discutir a questão da prostituição, que é presente e fisicamente próxima, estão trazendo esse entorno lá para dentro. As garotas de programa, a rede que se desenvolve a partir delas, de alguma forma, entraram na ocupação em uma articulação de sua própria rede.

Assim, é possível afirmar que os entornos urbanos da ocupação reverberam lá dentro. Ao mesmo tempo que as questões urbanas e sociais ressoam lá dentro, como no caso das prostitutas, elas são ao mesmo tempo transformadas e rearticuladas também. Tomemos a reunião dos ambulantes, por exemplo. O trabalho ambulante é um elemento importante tanto na cidade e na região central quanto na realidade das ocupações do centro onde vivem muitas das pessoas que exercem essa atividade. Desse modo, não é de se estranhar acontecer uma reunião sobre esse tema dentro da Mauá. Contudo, não se trata apenas de um simples bate-papo: a partir desse encontro, uma nova articulação foi criada e um outro arranjo urbano foi produzido. Mesmo que a “associação dos ambulantes do corre da Mauá” não se efetive como foi planejada, a situação desses trabalhadores é outra a partir do estabelecimento de um novo canal de contato, interlocução e mediação.

É a partir desses elementos expostos que surge a ideia de compreender a ocupação como um campo de gravitação da experiência urbana e social da cidade, territorialmente ancorado (no caso, no prédio da ocupação) onde convergem sujeitos, histórias, práticas diversas, que também colocam em evidência “as forças e relações de forças operantes no mundo urbano e seus territórios” (TELLES, 2010, p. 94). Um campo de gravitação social ao redor do qual gravitam moradores, coordenadores, movimentos, atores e coletivos externos, operadores do direito e do Estado. E nessa

movimentação, encontros acontecem, surgem novas práticas, se formulam novos discursos, outros arranjos são formados, novas relações estabelecidas. Para compreender esse campo, tomamos a ocupação como centro, não porque seja centro de tudo, mas por ser o centro daquilo que estamos observando, centro dos acontecimentos que estamos acompanhando e descrevendo. E pensar como campo nos obriga também a considerar as diferentes movimentações dos corpos ao redor dele, assim como as diferentes forças que atuam, gerando movimento, atração, mas também atrito. Há diferentes vetores que incidem nesse campo, que vem de fora, mas que também saem de lá⁹⁸.

Essa perspectiva foi importante para compreender que moradores, coordenadores e atores externos estão implicados nas dinâmicas produzidas na ocupação, mas de formas e intensidades diferentes, agindo e articulando conexões de formas distintas. Ao redor e a partir de coordenadores e lideranças, como Nelson e Neti, muitas atividades acontecem, encontros e alianças são negociados em uma escala diferente, e nem por isso mais importante, do que os vínculos e relações que os próprios moradores estabelecem com a ocupação e com outros atores. Do mesmo modo, é possível dimensionar melhor a força de atração que move grupos externos, inclusive esta pesquisa, ao redor desse centro gravitacional, porém em uma escala distinta das outras componentes do campo.

Dessa forma, é preciso entender não só o porquê, mas de que forma as articulações e conexões são feitas, isto é, o que permite que elas aconteçam. É possível enxergar toda essa rede como uma estratégia de fortalecimento e consolidação da ocupação no dia a dia, mas que também se torna fundamental em casos extremos de ameaça concreta de, por exemplo, decisões proferidas pela Justiça de reintegração de posse. O estabelecimento de redes e produção de outras relações não devem ser vistos apenas em uma dimensão prefigurativa, eles são estratégicos nessa luta política por manutenção e sobrevivência.

Houve uma experiência que me auxiliou a perceber e elaborar melhor todas essas ideias relacionadas à rede produzida ao redor da ocupação, entendida como campo de gravitação, que me foi proporcionada pela participação na Escola Margarida Maria Alves, experiência que descrevo melhor a seguir.

---

⁹⁸ Sou grato à professora Bianca Freire-Medeiros que, durante o Exame de Qualificação, formulou dessa forma os termos em relação à constituição de um campo de gravitação, ajudando-me assim a enxergar e qualificar melhor as questões que buscava analisar.

A Escola Margarida Maria Alves: mais um ator externo gravitando ao redor da ocupação

Primeiro, de início, é importante destacar que a Escola Margarida Maria Alves não é uma escola. Ela, na realidade, é um grupo de pessoas que se organiza com esse nome ao redor de um projeto de alfabetização de jovens e adultos. Portanto, ela não tem um espaço próprio em que as aulas acontecem. É um coletivo de pessoas de diferentes idades, trajetórias e formações profissionais e políticas. Muitos partilham de visões libertárias e autonomistas⁹⁹. O número de pessoas ligadas ao grupo é grande, pois seu envolvimento se deu em momentos diferentes ao longo do tempo. No projeto que começou a se organizar formalmente para o ano de 2016 havia seis pessoas efetivamente envolvidas, comigo, sete. Atualmente, estamos em quatro.

O projeto surgiu, em 2013, vinculado ao Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC), ligado ao Nelson, na ocupação Margarida Maria Alves, na rua General Couto de Magalhães, na região da Luz, muito próxima à rua Mauá. Com a reintegração de posse do prédio, a escola foi desativada. Em 2015, o Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo (SASP), sediado na Vila dos Ingleses, também na região da Luz, próxima à avenida Prestes Maia, cedeu um de seus espaços para possibilitar a retomada da escola, que funcionou até o momento em que o sindicato deixou aquele espaço. No primeiro semestre de 2016, um grupo começou a se rearticular, ainda sem lugar definido¹⁰⁰, para retomar o projeto. Dos envolvidos, apenas um tinha participado anteriormente, na experiência de 2015. O único envolvido que acompanhou tudo desde o começo era o próprio Nelson. O nome tanto da escola quanto da ocupação é uma homenagem à paraibana Margarida Maria Alves, primeira mulher a

---

⁹⁹ Fernandes (2013) realizou um trabalho sobre as ocupações autogestionárias do centro do Rio de Janeiro, ao longo de sua pesquisa se envolveu fortemente com grupos, experiências e ocupações autogestionárias. É interessante notar as diferenças que existem em uma ocupação autogestionária, onde não há um movimento e coordenação centralizados e o engajamento principal não se dá especialmente como uma forma de “luta por moradia” (2013, p. 143, 279), de uma ocupação estruturada a partir de um movimento organizado. A partir da minha entrada na escola, me aproximei mais de grupos autogestionários e pude notar que mesmo com suas posições políticas autônomas e independentes, eles estabelecem laços e relações com os movimentos organizados de moradia, gravitando também (e não só) ao redor das ocupações mantidas por esses movimentos. Ou seja, existe contato e proximidade.

¹⁰⁰ Um mês depois do início das aulas e ainda enfrentando algumas dificuldades referentes a espaço, um coordenador de um dos movimentos que compõem a Mauá marcou uma reunião com os integrantes da escola. Nela, nos comunicou que seria realizada uma nova ocupação de imóvel e que, futuramente, teríamos ali um espaço definitivo para nossas aulas e reuniões. Assim, ele nos convocava a participar da ocupação que aconteceria em breve. Episódio descrito no último item da Parte II.

presidir um sindicato de trabalhadores rurais em seu estado. Ela foi assassinada, em 1983, na porta de sua casa.

Ao longo do processo de organização e de reuniões preparatórias para as aulas, alguns moradores da Mauá se aproximaram e vieram dar um apoio para a organização das aulas, de modo mais ou menos transitórios. Uma delas foi Beatriz, uma jovem valente de 17 anos (em 2016), que estava no terceiro colegial e morava na Mauá desde que tinha 1 ano de idade. Morava com seu pai, sua irmã mais nova e um gato em um quarto do segundo andar. No dia em que fui buscar um material que preparávamos para a escola em seu andar, pude perceber como a estrutura de hotel ainda se mantém na ocupação. Um corredor longo onde várias portas, todas recém pintadas de vermelho e envernizadas, ficam uma ao lado da outra. O andar estava muito limpo (os moradores de cada andar são responsáveis pela limpeza) e existem diferenças de um andar para outro, em relação a cores das tintas, conservação e limpeza, sem falar quando estão em trabalhos de reformas. Beatriz nos acompanhou na escola nos primeiros meses, mas depois teve que deixar o projeto, quando seu pai, mecânico, se machucou no serviço, e ela precisou arrumar um emprego, algo que procurava desde o começo do ano, mas estava tendo dificuldades de encontrar por já estar concluindo o Ensino Médio. Encontrou um como operadora de telemarketing em uma empresa no parque Dom Pedro, região central de São Paulo. Quando a vi pela última vez, estava trabalhando muitas horas por dia, estava muito cansada e não estava mais conseguindo estudar direito para o ENEM, que se aproximava.

Fizemos várias reuniões de discussão e planejamento antes de começarmos com as aulas efetivamente. Algumas dessas reuniões, por ainda não termos um espaço definido, foi em outra ocupação do centro da cidade: a ocupação da Ouvidor. A Ouvidor, 63, fica no mesmo prédio em que até 2005 existiu uma ocupação mantida pelos movimentos de moradia organizados [conforme p. 77]. Entre algumas tentativas de ocupação e desocupações, em 2014, foi ocupada novamente por um grupo de artistas que estabeleceram ali uma ocupação artística e autogestionária, mais próxima daquelas acompanhadas por Fernandes (2013), no centro do Rio de Janeiro. Não há nenhum movimento de moradia organizado por trás de sua organização e não há coordenadores nem lideranças gerindo o cotidiano e atividades gerais, que se decidem “de forma coletiva” e “horizontal”. Na fachada do prédio, de arquitetura com níveis dos andares diferentes formando uma espécie de escada, muitos grafites, cores, desenhos e frases

escritas. Em um lambe perto da porta de entrada era possível ler: “sem papeis, sem teto ou sem terra, todos somos migrantes na desordem global”. Ali, realizam-se diversos eventos artísticos e culturais, como, por exemplo, a Bienal da Ouvidor, a Feira Anarquista da Ouvidor, gravação de videocliques e programas, realização de pesquisas, entre muitos outros que vêm acontecendo incessantemente por ali.

“Sem papeis, sem teto ou sem terra, todos somos migrantes da desordem global”.

Foi por meio de Robson, um jovem rapaz negro, que realizamos nossas reuniões lá. Vindo de Santo André, estava há dois anos morando na “ocupação”. Quando nos conhecemos, ele estudava engenharia civil na FMU e estagiava no Sindicato dos Engenheiros desenvolvendo um projeto no Itaim Paulista, extremo leste de São Paulo, para lidar com os problemas de enchentes comuns nessa região da cidade. Para ele, era

esse o sentido de se tornar engenheiro: poder intervir nos problemas e melhorar as condições de vida das periferias brasileiras. Ele também integra um grupo de rap, Raio², criado a partir de articulação junto de dois outros moradores e artistas da Ouvidor. É ali também que realizam seus ensaios. Inteligente e articulado, de fala mansa e com seu boné preto, em suas letras, ele é Robn Rude.

Ele contou que fora os eventos e instalações artísticos e musicais, na Ouvidor acontecem também rodas de conversa e debates, aulas de capoeira e de produção musical, cultivam uma horta na cobertura do prédio com uma imensa vista para o largo do Anhangabaú e Bandeira, e estão se organizando para fazer uma creche. De um estudante de arquitetura que conhecia a ocupação e foi realizar um intercâmbio na Bélgica surgiu um “convênio internacional”: o professor belga que o recebeu já veio várias vezes para o Brasil desenvolver pesquisas sobre as ocupações no centro e participar de eventos e debates pelas ocupações. Da vinda de uma intercambista finlandesa para a ocupação, surgiu uma música, entre as muitas do grupo Raio² que tratam de violência policial e de outras formas de opressão, sobre a experiência de aborto ilegal que ela realizou no Brasil, chamada “Sofia”. Foi em uma iniciativa individual que Robson decidiu se aproximar mais dos movimentos de moradia organizados no centro e conheceu Nelson. E, dessa forma, nos conheceu.

Com as reuniões de planejamento feitas e com esse número de pessoas envolvidas, tínhamos, inicialmente, condições de ter aula quatro dias por semana, mas ainda precisávamos encontrar um espaço para que elas acontecessem. Em um dia, por acaso, em uma conversa com Neti sobre a escola ela ofereceu um salão da Mauá para que usássemos, “o espaço é nosso, pra gente usar”, porém não poderíamos realizar as aulas todos os dias que precisávamos, apenas dois, pois nos outros havia reuniões da coordenação e culto evangélico. A busca para viabilizar um espaço para uma das aulas na semana fez com que circulássemos e transitássemos por espaços diferentes da região e entrássemos em contato com outros atores e coletivos. Apenas para registro, o espaço encontrado foi no Teatro Faroeste¹⁰¹ (próximo à rua Mauá, no largo General Osório, em

---

¹⁰¹ No primeiro fanzine elaborado para comemorar os 18 anos da Companhia Pessoal do Faroeste, *Cartografia Afetiva do Quadrilátero do Pecado*, eles resgataram a história da “Boca do Lixo”, composta pelo “quadrilátero do pecado” formado pelas rua e avenidas Mauá, Ipiranga, São João e Duque de Caxias. Procuraram nesse projeto rememorar as histórias do bairro e das ruas adjacentes, além de interagir, conhecer e registrar também as histórias de seus moradores atuais. As referências históricas da prostituição, da pornochanchada, das produtoras nacionais e de figuras emblemáticas que constituíram parte da memória e vida desse território foram descritas. É interessante notar a longa história e presença

frente à Sala São Paulo e ao Museu da Resistência, na Estação Júlio Prestes), que além de ser uma companhia de teatro funciona também como ocupação e residência artísticas. Era a articulação de uma ocupação de moradia com uma ocupação artística, um novo arranjo produzido ali na Luz, a partir da Mauá.

Desse modo, iniciamos com as aulas duas vezes por semana na Mauá e uma no “Ateliê Amarelinho” (espaço da residência artística do Teatro Faroeste, local do antigo ateliê de Maria Bonomi). No primeiro dia de aula na Mauá, no entanto, faltava uma mesa grande para usarmos na atividade que tínhamos elaborado. Depois de procurarmos pelos bares e lanchonetes do entorno imediato, Beatriz sugeriu que fossemos até a Casa Amarela, igreja evangélica próxima à rua Mauá, na rua general Couto Magalhães onde ela costumava congregar, pois eles sempre tinham várias daquelas de plástico. Quando chegamos ao local, pedimos autorização para o pastor que liberou desde que trouxéssemos de volta naquele mesmo dia, pois durante o inverno, o espaço funcionava como albergue para moradores de rua, apenas homens. Naquela igreja, havia uma cozinha grande, um refeitório, um vestiário e uma quadra coberta onde durante os dias as crianças da região iam brincar, e à noite as pessoas estendiam colchonetes para poder dormir. Para aqueles que frequentavam o albergue e eram usuários de drogas era oferecida também a possibilidade de irem para uma chácara mantida pela igreja para reabilitação de dependentes químicos. O albergue ia durar até a próxima semana, pois já estávamos em agosto e as temperaturas mais altas. Muitos meses depois, um dia na Mauá conversando com duas moradoras da Prestes Maia elas me contaram que ali na igreja uma série de oficinas eram realizadas por assistentes sociais. Uma delas fazia a oficina de costura e artesanato e me mostrou algumas das bonitas bolsas que estava fazendo. Contou que as bolsas eram levadas para serem vendidas depois pelos pastores, inclusive uma das suas já havia sido vendida “até na Bélgica pelo pastor que levou um monte pra vender lá”.

As aulas começaram com certo entusiasmo geral, muitos dos educandos já tinham participado das experiências anteriores da escola. Muitos já eram alfabetizados, o que fez com que adaptássemos o projeto para atender também esse grupo. Logo,

---

negras e popular que marcaram essa região, e as muitas intervenções e conflitos urbanos e políticos que há muitas décadas atingem esse espaço, até os dias de hoje. Na segunda edição de junho de 2017, o fanzine apresentou as atividades desenvolvidas em 2017: a reforma, via parcerias e mediações com o poder público e vizinhos do entorno liderada pelo Pessoal do Faroeste, do largo General Osório em frente ao teatro onde passaram a organizar aulas públicas para discutir o território, realização de aulas de capoeira, e apresentação de seu novo espetáculo *Curare*.

percebemos que as aulas que aconteciam fora da ocupação, no espaço Amarelinho, do teatro, tinham baixo quórum. As pessoas diziam ter preguiça de andar até lá e algumas das participantes eram senhoras, o que dificultava as aulas em um espaço que não era de muito fácil acesso. Por conta do cansaço depois de um dia inteiro de trabalho puxado, e por outras razões, ao longo dos meses, o número de envolvidos foi diminuindo até ficarem apenas os educandos que não eram alfabetizados, de fato, e os com maiores dificuldades, mas também empenho.

No entanto, quem nunca desanimou com a realização das aulas e a presença da escola ali foram as crianças. Elas ficavam animadas com o acontecimento e tentavam participar de todo jeito. Quando tivemos uma reunião com a coordenação da Mauá para formalizarmos a escola como um projeto de toda Mauá e Prestes Maia, e não como um coletivo ligado apenas a um dos movimentos, nos foi dito que a ocupação tinha uma demanda grande de atividades para as crianças: reforço escolar, atividades, jogos, etc. Em breve, teriam os espaços da brinquedoteca e biblioteca que ajudariam nesse sentido. Respondemos que no momento não tínhamos gente nem preparo para trabalhar com as crianças, mas que nos organizaríamos para isso.

A coordenação ainda completou que, no geral, gastavam muito tempo nas atividades ligadas às questões de moradia, “da luta”, e não tinham, por isso, condições de realizar como gostariam mais atividades culturais, festivas, de lazer, e que seria ótimo se pudéssemos ajudá-los nesse ponto. Essa conversa acabou servindo, portanto, como uma forma de legitimação do nosso coletivo e também de institucionalização, no sentido de que passou a ser parte da ocupação. Em um dia de festa na Mauá, Neti nos apresentou para alguns visitantes como “outro braço da luta, tão importante quanto a parte da moradia: a educação e cultura”. A partir dessa conversa também surgiu a ideia da escola realizar, às segundas-feiras, exposições de filme no grande salão da ocupação. Era esperada a participação dos adultos, mas só as crianças apareceram e, nem é preciso dizer, adoraram o novo evento.

Inicialmente, durante as aulas, o combinado era ficar apenas com crianças dos pais que estivessem participando das aulas, para que assim eles pudessem estudar sem se preocupar com seus filhos. Mas com o tempo foi ficando difícil realizar esse controle devido à vontade das crianças em querer participar. A idade variava entre 6 e 14 anos. Eu nunca havia trabalhado com crianças, então foi uma surpresa conhecer a rivalidade,

a competição, as intrigas e brincadeiras que elas estabelecem entre si. Chamou a atenção também ver como que, desde muito jovens, elas se apropriam dos repertórios a que estão submetidas e reproduzem discursos e dinâmicas próprios dos adultos com quem convivem: mais de uma vez, uma criança quando contrariada ou querendo acessar ou fazer alguma coisa que não era permitido, utilizava conosco o argumento de que a mãe dela “era coordenadora” ou “a Neti deixou!” ou “mas eu falei com a coordenação”, demonstrando assim que compreendiam muito bem a dinâmica vigente do lugar. Um dia ouvi uma brincadeira em tom de disputa entre crianças da Mauá em relação à Prestes Maia, e vice-versa. “Eu sou Mauá!”, “Mauá, credo!”, “Prestes Maia, deus me livre!”. Os momentos de brigas eram frequentes e para valer: empurrões, tapas, chutes, puxões de cabelo... que antes de chegarem nesse ponto máximo de violência eram precedidos por xingamentos, também bem agressivos e que também pareciam ser repetidos de outro lugar: “tua mãe aquela filha da puta!”, “tua mãe aquela gorda!”, “tua mãe fuma maconha!”. Se os momentos de briga e discussão eram diversos, havia também sempre um, diferente de todos os demais, que os acalmava e animava, unindo-os todos: os momentos de dança. Eles adoravam e pediam sempre para fazer apresentações de dança em que todos, dos pequenos aos grandes, participavam. E eram eles que traziam a música e a coreografia prontas e ensaiadas para nos apresentar – normalmente, funk.

Ao longo do primeiro semestre de 2017, as aulas de alfabetização e atividades para as crianças continuaram, ocorrendo todas unicamente no grande salão térreo da Mauá, com algumas reformulações, enfrentando alguns problemas que foram sendo contornados e causados por uma série de fatores, não só pedagógicos. Pessoalmente, acredito que o baixo interesse pelas atividades por parte dos adultos, fora razões completamente compreensíveis como cansaço depois de um dia longo e pesado de trabalho, a necessidade de tarefas a serem ainda cumpridas, como cozinhar a janta, cuidar das crianças, arrumar a casa... e fora dificuldades pedagógicas também normais enfrentadas pelo grupo, penso que exista certo receio, por parte de alguns moradores, de se vincular a mais uma atividade, a mais uma responsabilidade ali dentro, por mais que as atividades não tenham nada que ver, em tese, com a coordenação e os movimentos. Participar pode parecer mais um compromisso, o que se pode querer evitar e que é compreensível também.

“Morar e viver na luta”, nos termos muito acertados de Paterniani (2016), significa também morar e viver “no movimento”. Todos sabem onde as pessoas moram, os horários de trabalho, quando precisam acionar alguém, sabem onde bater, onde procurar. Existe uma grande demanda – e certa saturação também – para os ocupantes e eles já têm o compromisso de atender uma série de atividades e tarefas, o que se torna compreensível que, ao final do dia, se puderem decidir, a melhor escolha seja se recolher e ficar na sua casa tranquilamente fazendo o que bem lhe convier, na intimidade de seu quarto.

Sobre esse ponto de falta de interesse, Feltran (2005) constrói uma interessante perspectiva analítica para compreendê-la a partir de sua pesquisa com movimentos sociais nas periferias de São Paulo que vai por outras direções dos que aqui esbocei para tentar descrever o pouco empenho demonstrado pelos moradores da ocupação em participar de atividades extras como as da escola. Feltran (2005) reconhece a existência de uma percepção partilhada por diferentes atores de um certo sentimento de “apatia” disseminada pelos moradores uma década após terem construído o lugar em que viviam a partir da experiência coletiva de mutirão. “Iniciativas religiosas, não-governamentais e acadêmicas das mais diversas, elaboradas para motivar os moradores do lugar, empreendidas pela organização comunitária de hoje, são em geral frustradas, duram pouco” (FELTRAN, 2005, p. 116). A situação parece próxima ao que vinha descrevendo em relação à escola, o que confirma sem surpresas que não estamos criando a roda e nem enfrentado “novos” desafios. “Falta de interesse”, “acomodação”, “individualismo” são algumas das impressões apresentadas por Feltran veiculadas nos discursos – inclusive, como já foi mencionado, esses mesmos termos foram utilizados em falas de coordenadores da Mauá também ao se referir aos moradores. Para o autor, a aparente falta de vontade e desconfiança demonstradas são reveladoras de experiências mais profundas que vão muito além da apatia, que quando vista e utilizada como única chave de explicação dos acontecimentos se constitui, inclusive, como um equívoco (FELTRAN, 2005, p. 116).

Para o autor, esse cansaço e desmotivação demonstrados por moradores, mas também por lideranças, seriam decorrentes de frustrações dos anos de luta, da redução dos espaços de debate e de construção coletivos, do encolhimento e anulação da política (FELTRAN, 2005, p. 206), assim como a desconfiança aprendida das experiências da vida (2005, p. 116), processos que fazem parte da história da comunidade que ele

descreveu e acompanhou em tempos de “expansão neoliberal” e obscurecimento da esfera pública (FELTRAN, 2005, p. 312). O modo como a comunidade vivencia e demonstra todos esses elementos é visto e lido como apático, mas essa apatia seria apenas um sintoma de causas e dinâmicas sociais e políticas mais profundas.

O contexto, os tempos, as situações, os atores e dinâmicas que Feltran observou são muito diferentes dos que aqui estão sendo descritos, mas creio que permanece a perspectiva adotada como um valioso alerta de que por trás do diagnóstico de apatia se escondem elementos e processos complexos e significativos que precisam ser melhor compreendidos. Não pretendo realizar exaustivamente essa elaboração, apenas indicá-la, até porque por esse projeto descrito ser coletivo a reflexão sobre ele também deve ser. De todo modo, o projeto da escola não pretende abandonar a Mauá nem desistir dos seus moradores: outras atividades e ações continuam sendo planejadas.

Creio também não ser o caso e espaço aqui relatar as aulas propriamente, mas descrevo brevemente alguns episódios que alegraram a todos os envolvidos no projeto. Uma educanda, muito séria e fechada, que já havia participado da escola em sua “versão 2015”, quando perguntada, no início da empreitada de 2016, o que queria e esperava com as atividades, de forma direta respondeu: “Quero aprender a escrever meu nome e poder ajudar minha filha na lição de casa quando ela pedir”. Dando continuidade aos estudos que havia começado anteriormente, depois de alguns meses (e de muito empenho) nos contaram que em uma assembleia interna do movimento que ela fazia parte ali na Mauá ela conseguiu, pela primeira vez, assinar seu nome na lista de presença. E contaram também que ela não escondeu de ninguém quão radiante ficou.

Um outro educando em uma conversa comentou feliz que estava conseguindo agora escrever o nome da sua cidade no interior da Bahia no Google de seu celular e, assim, acessando imagens, fotos, notícias do que se passava ali. E fez questão de compartilhar com a gente as descobertas que estava fazendo, mostrando-as no seu celular. Esse mesmo educando, já em 2017, contou-nos uma outra história que tinha lhe deixado orgulhoso: quis enviar um pacote de coisas para sua cidade natal, pediu para alguém escrever o endereço do destino e enviou. Contou que as coisas não chegaram, pois o endereço foi escrito errado. Não teve dúvidas: decidiu que ele mesmo escreveria o endereço. “Devagarinho, letra por letra” escreveu o endereço para onde as coisas

deveriam ir. Uma semana depois recebeu a notícia que o pacote havia chegado, concluiu o relato com um grande sorriso de satisfação.

Para além das questões pontuais envolvendo as aulas e dinâmicas da Escola, as questões e desafios pedagógicos, é importante retomar o ponto de discussão que nos trouxe até aqui: a Escola Margarida Maria Alves como um posto de observação analítico. Nesse sentido, a partir do que foi descrito, é possível afirmar que por meio da escola foram estabelecidas novas relações entre a ocupação e outros coletivos e espaços: desde que as aulas passaram a ser no Teatro Faroeste (em 2017, não foram mais), todo evento realizado pelo teatro passou a ser divulgado dentro da ocupação com a intenção de aproximar públicos que são praticamente vizinhos, mas não se conheciam. Uma doação de carteiras escolares chegou na ocupação por meio da escola que, logo, passaram a ser utilizadas para as aulas, mas também são aproveitadas em outros eventos e situações que ocorrem no salão, como reuniões e assembleias. Artistas, ativistas e coletivos também buscam desenvolver trabalhos na ocupação procurando a escola (obviamente que não apenas por meio da escola que isso acontece, porém é mais um canal), que também aproximou e colocou em contato outras ocupações.

A participação nesse projeto serviu como experiência, entre outras, analítica em que pude observar (de forma bem próxima e praticamente a partir do zero) como a rede que liga a ocupação com outros espaços e coletivos da cidade vai se armando e se desenvolvendo, como novas relações e articulações vão sendo construídas. Muitas vezes, essas “pontes” se criam de forma espontânea e quase pessoal, no sentido de se dar por meio de contatos e iniciativas individuais, a partir de outras redes já existentes, mas não raro pelo acaso também. E assim, aos poucos, de forma gradual, mais consistente em alguns casos, mais efêmera e passageira (quando não fracassada) em outros, essa trama vai se expandindo e produzindo novos arranjos. O envolvimento nesse processo serviu como exemplo de como um coletivo externo passa a gravitar ao redor da ocupação incidindo em seu cotidiano e sendo produzido por eles, estabelecendo novos canais e contatos com outros atores e espaços. Gravitando ao redor da ocupação, mas constituindo-se também como um polo articulador dentro dessa rede.

No grande salão térreo da ocupação, um dia de atividades com algumas crianças da Mauá.

Foto da esquerda: em um dia de visita de escola particular, conversa no pátio da ocupação. Na da direita: uma ONG que desenvolve atividades com as crianças no pátio, fim do ano de 2016.

• Os circuitos, percursos e entornos da ocupação: cartografias urbanas e políticas

Nesta parte, apresento alguns episódios um tanto dispersos temporal e espacialmente como exercício de recompor os entornos, outros espaços e outros circuitos que, de alguma forma, em algum momento, atravessaram com a ocupação e seus moradores, colocando-os em relação com outras territorialidades e eventos da cidade, constituindo uma cartografia urbana e política da ocupação. Cartografia porque a tentativa não é de apenas situar lugares espacialmente em um mapa nem se trata simplesmente de descrever deslocamentos espaciais, mas porque se buscou identificar e reconstituir uma rede de atores e espaços, assim como práticas, mobilidades urbanas e circuitos que definem e desdobram-se do cotidiano e das relações produzidas e que atravessam a Mauá.

Ao buscar seguir e descrever esses traçados é “a própria cidade que vai se perfilando. [...] São múltiplos os perfis da cidade que vão se delineando nos contextos variados nos quais se inscrevem os atores e o jogo tenso (e por vezes conflitivo) de suas relações” (TELLES, 2010, p. 13). O que se buscou com estas descrições não foi uma coletânea de casos interessantes e anedotas, mas o trabalho atento para como se estabelecem as conexões e relações que “não faziam parte da cartografia social” (TELLES, 2010, p. 25) e do senso comum estabelecido ao redor do que existe e se produz a partir de uma ocupação. O modo de descrição realizado e a maneira pela qual são apresentadas a seguir têm como referência “cenas descritivas” como forma de acompanhar e descrever esses percursos e circuitos, processos e práticas, mediações e conexões que se revelam nesses deslocamentos (TELLES; HIRATA, 2007, p. 177). As “cenas descritivas” apresentadas a seguir têm como fio que as une e conduz em meio a essa constelação de atores, espaços e circuitos que se abrem a ocupação Mauá.

Por mais que apresentadas em conjunto, é preciso apontar que as diferentes cenas descritas a seguir se referem a situações, circuitos, atores, repertórios distintos em suas escalas de espaço-tempo, de linhagens e historicidades, de estatuto político e urbano. Esses diferentes elementos constituem e representam percursos sociais e urbanos, assim como campos políticos, de intervenção e de conflito variados, mas estão

reunidos e apresentados em sequência neste item, pois integram, na sua diversidade de escala e estatutos, a cartografia produzida a partir de e em torno da ocupação.

- *Comércio vizinho: a “Comunidade Mauá” e o “Cantinho da Nice”*

Na mesma calçada da ocupação Mauá, há pequenos comércios, lanchonetes, bares, hotéis baratos. Pregada imediatamente à entrada da Mauá, funcionam algumas lojas de acessórios e roupas, um estabelecimento pequeno com boxes de venda e duas lanchonetes. Os espaços contíguos à ocupação fazem parte da planta do antigo hotel e são alugados para interessados. Um desses espaços é a “Comunidade Mauá”, nome que se lê na placa de entrada dos boxes comerciais onde principalmente roupas são vendidas, mas há também, por exemplo, revenda de produtos, como Jequití. Divina é uma das moradoras da Mauá que trabalha nos boxes, todos os dias. Ela – que está brilhante no clipe *Boa Esperança*, de Emicida, e participa também do clipe *Respeita*, de Ana Cañas – conta que o espaço foi criado há mais de dois anos. Ali há em torno de quinze estandes, mas nem todos têm condições de custear os gastos para manter um box. Em nossas conversas, ela sempre diz que com o movimento de pessoas “dá para se virar”, não que seja excepcional, mas sempre tem gente passando ali. Ultimamente, “a crise” vem afetando bastante os negócios, está “difícil de vender”, “as pessoas tão sem dinheiro para gastar como antes”, o que a faz ficar mais de doze horas por dia ali trabalhando em busca das vendas. Mas, segundo ela, a “crise tá pegando geral”, em todo o lugar as vendas caíram muito, mesmo no Bom Retiro ali adiante, ela me garante que está assim também, que costuma conversar com “as meninas que moram aqui [na Mauá] e trabalham lá [nas lojas de roupa no Bom Retiro]” que lhe contam que a situação anda fraca por “aqueles lados”, uma das regiões mais conhecidas de venda de roupas, com muitas confecções próprias, da cidade.

Muito próximo aos boxes da “Comunidade Mauá” fica o “Cantinho da Nice”, onde PFs, bebidas, cigarros, bolos são vendidos ao longo de todo o dia por Nice. O canto é movimentado: fora os clientes (muitos são moradores da Mauá, mas não só: moradores ou comerciantes vizinhos, pessoas que trabalham no entorno), muitas pessoas que estão apenas de passagem param para comprar um café, cachaça, cerveja, refrigerante, cigarro, marmita durante todo o dia (cardápio que varia diariamente – e que, de fato, é muito gostoso); passam ali também pessoas para conversar e contar

alguma história; ambulantes vendedores de produtos variados (botijão de gás, legumes, frutas, inseticidas, bijuteria...); senhoras que param para descansar e bater papo, assim como outros conhecidos; usuários de crack que já conhecem Nice e vêm tentar vender pequenos objetos, produtos, roupas; bêbados que param para cantar e dançar nos jukebox dos bares vizinhos e, às vezes, se sentam em uma das cadeiras de Nice... O “Cantinho” agrega, ao seu redor, a movimentada e agitada vida que anima os pequenos comércios populares da região da Luz.

Nice é uma senhora de 63 anos (em 2017), muito firme e ativa, quando está trabalhando sempre está com uma touca prendendo os cabelos e uma camiseta vermelha escrita atrás “Cantinho da Nice” e telefone de contato embaixo. Trabalha firmemente em um pequeno espaço contíguo à entrada da Mauá e que faz parte fisicamente do prédio. Ela chega antes das 6 horas da manhã para abrir e passa o dia todo de pé atendendo os clientes. É moradora da ocupação há oito anos.

Veio da Bahia para São Paulo há 18 anos, desde que chegou trabalhou como cuidadora de idosos, sempre pela região do Bom Retiro, tendo morado sempre por ali, nunca precisando “pegar condução pra ir trabalhar”. Se aposentou como ascensorista ainda na Bahia, onde tem um sobrado que vem reformando e ampliando, alimentando os planos de um dia voltar para lá ao sair de São Paulo e naquela casa ir morar. “São Paulo acabou. Não vira mais”, desabafa. Trabalhou por oito anos como cuidadora, em uma casa na rua Afonso Pena, no Bom Retiro, onde passava a semana dormindo no serviço e durante o final de semana ia para sua casa, próxima, em uma vila na rua da Graça. Foi o último serviço que teve antes de ir morar na ocupação. A sua casa, ela conta, era grande com vários cômodos, toda equipada, televisões, geladeira, telefone sem fio... Morava com Albano, seu marido, com quem está desde a Bahia, quando vieram juntos os dois para cá.

Estão juntos há 27 anos, não têm nenhum filho, mas ele a ajudou a criar todos os seus quatro. Na época da casa da rua da Graça, enfrentaram algumas situações difíceis até que a coisa se agravou chegando no limite, num ponto de não retorno em que Nice tomou a decisão de dar um basta, jogando tudo para o alto e deixando para trás: marido, casa, os equipamentos e utensílios que tinha comprado... e saiu de casa para não mais voltar. Participava já há algum tempo nas reuniões de um dos movimentos de moradia ali na Mauá e bem nesse fim de semana em que saíra de casa abandonando tudo haveria

uma “festa”, a ocupação de um prédio abandonado ali próximo da rua Mauá, na Luz. Vivendo a angústia daquele momento de ruptura, decidiu participar da ocupação, afinal sua única certeza era de que não voltaria mais para sua antiga casa. Ficou alguns dias na nova ocupação, mas as condições eram muito precárias: muita sujeira, dejetos, ratos, comida ruim, más condições de higiene... o que fazia com que Nice, muito angustiada, se questionasse sobre sua escolha, o caminho que optara seguir: “Era isso o que queria da minha vida?! Fiz tudo o que fiz para chegar aqui?!” As dúvidas eram muitas, mas a única certeza permanecia sendo que estava sem casa.

Alguns dias depois, Neti e Nelson foram na nova ocupação e conversaram com Nice, disseram que por questões de segurança era melhor ela sair dali e a convidaram para morar na Mauá, que naquele tempo contava com dois anos de existência. Nice aceitou a oferta. Dormiu a primeira noite no quarto recém-desocupado “sem nada, só com um sofá velho cheio de baratas”. No primeiro dia útil seguinte, acordou cedo e foi no banco sacar seu dinheiro, comprou tudo: móveis, eletrodomésticos, cama, geladeira, fogão, “e mandei o sofá velho embora de lá!” E assim aos poucos foi reconstruindo a vida na Mauá. Quase um ano depois, Albano foi pedir sua ajuda com algumas coisas. Dentre elas, não estava mais conseguindo arcar com o aluguel da casa na rua da Graça, disse que o valor tinha aumentado muito, tinha ficado muito caro e o jeito era sair de lá, pois não havia condições de pagá-la. Ele, que também frequentava as reuniões do movimento, começou então a participar de ocupações organizadas, mas todas duravam muito pouco tempo. A última em que ficou foi a ocupação do Espigão, situada na avenida São João, que durou seis meses, até que tiveram que sair em uma violenta reintegração de posse, em 2014. Nice então conseguiu um lugar para ele na Mauá. Ela ficou morando no terceiro andar e ele no quarto, e assim estão até hoje. Ela trabalhando no seu cantinho e ele trabalhando em feiras vendendo bijuterias, brinquedos e outros utensílios em feiras durante a semana, como a do Pari, Canindé e Bom Retiro. Nos dias de chuva, costuma também vender guarda-chuvas no metrô e, todo dia, ajuda Nice com as tarefas e necessidades do “Cantinho”. Foi ele, por exemplo, que reformou todo o espaço quando, há dois anos, Nice teve a ideia e pediu autorização para Neti para utilizar o espaço e montar seu negócio.

Dos quatro filhos, Nice deu à luz apenas a mais velha. Os outros três foram adotados desde muito pequenos e criados por ela. Dois desses filhos foram filhos de sua filha mais velha, que não teve condições de criá-los na época, assim Nice pegou os

netos para cuidar e assim se tornou mãe deles. A quarta filha ia ser abandonada muito pequena, o que Nice não permitiu, completando a família. Nenhum deles mora em São Paulo, mas se falam e se veem sempre, Nice ajuda todos financeiramente, “graças a deus”, e sabe que se precisasse eles a ajudariam, e assim seguem em frente, “todo mundo se ajudando”. A família vem crescendo e, orgulhosa, ela me mostra as fotos de seus netos, os filhos de seus filhos.

O movimento do “canto” é bom e permite que ela tire dali seu sustento. Não reclama, gosta de “trabalhar do lado de casa e sem patrão”. O sucesso do lugar mostra que, de fato, suas apostas deram certo, mesmo que a vida na ocupação, em São Paulo, com seus altos e baixos, seja dura. Quando decidir que a hora de descansar e ir embora chegou, voltará para a Bahia, junto de “Albano e Dona Natália... quer dizer, eu vou pelo menos, eles não sei!”, diz rindo. Seu projeto é se mudar para viver naquela casa que veio construindo aos poucos nesses longos anos de trabalho duro. “Sou sem-teto só aqui em São Paulo!”, comenta com um sorriso largo que lhe é característico.

- Em uma escola na “cracolândia”

Um dia estava eu e a advogada Rosângela conversando com uma das coordenadoras da Mauá, que costumava alugar uma lanchonete ali do entorno, que nos contou como Neti incentivava os moradores a ocupar o entorno também; que ele deveria ser deles, para poderem trabalhar, comprar suas coisas, circular e permanecer. E era isso que eles faziam, os moradores da ocupação com seu trabalho e ação incidiam no entorno de onde moravam, construindo-o também. Não era só ter a ocupação, mas ocupar e cultivar o entorno, expandindo mesmo a “comunidade Mauá”, não só fisicamente, mas nas relações e laços que estabelecem com as outras pessoas e espaços a sua volta. A coordenadora seguiu contando que pôs os espaços que cuidava para alugar para acompanhar “de perto” os filhos com receio das “más influências” e contatos que eles poderiam ter na rua, na escola, com as drogas. Disse que seu desejo era colocá-los em uma escola particular. Então, a advogada Rosângela comentou que ela, enquanto militante de um movimento social, não deveria querer trocar seus filhos de escola, mas lutar para que a escola onde eles estudavam fosse de qualidade. A mulher ficou pensativa e lembrou que, no começo do ano letivo de 2016, participou na escola de seus filhos, a E.E. João Kopke, de uma reunião de recepção da comunidade

escolar. Contou que ao final da fala da coordenação, secundaristas que haviam, no ano anterior, ocupado a escola tomaram a palavra para denunciar as represálias do governo nessa volta às aulas. Esse, segundo ela, era um bom exemplo de luta pela escola.

A Escola Estadual João Kopke fica na alameda Cleveland, 331, entre a rua Helvécia e a alameda Gleite, bem próximo à Estação Júlio Prestes. Segundo o diretor da escola, em 2016, 40% de seus alunos eram de origem imigrante e a grande maioria é pobre ou extremamente pobre. Muitos vivem ou já viveram em ocupações do entorno. À noite, funciona a EJA (Educação de Jovens e Adultos) da escola, frequentada por pessoas que não moram na região, mas trabalham pelo Bom Retiro durante o dia e na saída do trabalho frequentam as aulas.

Em 2015, essa escola foi uma das ocupadas pelo movimento dos secundaristas contra a proposta de reorganização escolar do governo do Estado. A João Kopke ficou ocupada por 47 dias, período no qual os alunos organizaram e cuidaram da própria escola. Uma das professoras que participou ativamente ao lado dos alunos durante aqueles dias me falou que a reorganização não previa o fechamento da João Kopke “de cara”, mas algumas de suas turmas seriam fechadas e alunos transferidos, sobretudo, do ensino médio. “Uma escola sem ensino médio não se segura, não se mantém, ainda mais no meio da ‘cracolândia’”. Para ela, o fechamento da escola ali seria atraente para vários interesses, em especial, privados ligados à especulação imobiliária da região. A escola está no meio dos terrenos que a Porto Seguro vem adquirindo e administrando.

Essa professora junto de outro professor, que também esteve muito presente e próximo dos alunos durante os dias de ocupação, organizaram um dia para eu e uma colega termos uma conversa, no Sesc Bom Retiro, com eles dois e mais alguns alunos e ex-alunos que ocuparam e se envolveram fortemente durante todo o período. Tivemos uma conversa longa, na qual pudemos ouvir muitas das histórias e relatos (e, de fato, são muitos!) desses dias intensos que viveram. Dois episódios breves valem a pena ser relatados.

Entre os alunos convidados pelos professores para compartilhar seus depoimentos, havia duas irmãs. A mais velha foi uma das alunas que mais teve atuação no movimento, algo que é reconhecido por seus colegas e pelos professores. Ela estava no terceiro ano do ensino médio quando tudo ocorreu. A sua irmã mais nova, que estava no primeiro ano, também participou. Nesse dia da conversa as duas estavam presentes,

acompanhadas de seus dois irmãos pequenos. Elas nos contaram, e os professores repetiram porque foi algo que impressionou a todos, que em vários dias ao longo da ocupação a mãe das duas saía do trabalho, pegava os dois filhos pequenos e ia para a escola ficar com os secundaristas; para ver se estava tudo bem, para cozinhar e, algumas vezes por semana, dormir lá dentro com eles. Foi algo significativo que aparecia nos relatos deles de modo admirado e na forma de reconhecimento. Já no final dessa nossa conversa, pedi licença para mudar de assunto um pouco e explicar sobre a pesquisa que desenvolvia ali na região sobre ocupações e perguntei se eles sabiam se tinha muitos alunos naquela escola que moravam nesse tipo de habitação e, além disso, se esses alunos participaram ou não do movimento. Não sem surpresa, ouvi que as duas irmãs, junto de sua mãe e de seus outros quatro filhos moravam na ocupação Prestes Maia. Esse fato me chamou a atenção: seria isso que explicaria por que a mãe pode transitar tão tranquilamente por aquele espaço dos alunos? Mesmo que muitos pais apoiassem, se preocupassem e defendessem o movimento de seus filhos, nenhum dormiu uma noite sequer lá dentro ou mesmo chegou a entrar na escola. O fato da mãe morar com suas filhas em uma ocupação explica por que ela pode trocar uma ocupação por outra?

Os professores e alunos nos contaram que a escola sofre certa discriminação e que, muitas vezes, é referida como a “escola da cracolândia” (um dia, inclusive, conversando com uma jovem moradora da Mauá, ela me disse que a João Kopke era uma escola ruim, onde tinha “muito drogado” e que ficava “lá na cracolândia”. Se lembrarmos também do receio da coordenadora da Mauá com seus filhos entrarem em contato com as drogas na escola, já são dois relatos negativos nesse microuniverso que temos). Por todos esses elementos, minha colega perguntou para os secundaristas como foi durante a ocupação estar ali “na cracolândia”, se eles não tiveram nenhum receio ou medo, à noite, durante o final de semana, etc. Eles nos responderam que não, que foi “normal” (tirando um episódio de maior tensão que passaram), que foi tranquilo e a relação foi boa. Os alunos nos contaram que quando ocuparam, alguns usuários passaram por ali para dizer que eles estavam do lado dos alunos apoiando o movimento e para não se preocuparem que eles iriam protegê-los da polícia.

Algum tempo depois dessa conversa, ainda em 2016, houve mais uma tentativa de ocupação da João Kopke em apoio à ocupação do Centro Paula Souza, ali perto, que estava ocupado pelos alunos. Nesse dia, por acaso, eu estava na Mauá e vimos quando apoiadores dos secundaristas vieram falar com os moradores e coordenadores da Mauá

para pedir apoio para a ocupação dos alunos, sobretudo, como forma de garantir a segurança deles e evitar uma entrada violenta da polícia. A ocupação da João Kopke, dessa vez, não se manteve, à noite eles decidiram sair. Nesse episódio, enquanto se discutia as formas de apoio à ocupação dos secundaristas, pude acompanhar alguns comentários de estranhamento em relação aos métodos de organização e de luta dos secundaristas, muitas vezes diferentes dos utilizados pelas ocupações de movimentos organizados e, por isso mesmo, não raro, não compreendidos por muitos que vem de uma outra tradição, nesse caso, dos movimentos de moradia do centro.

Foto do portão de entrada da E.E. João Kopke, entrada pela alameda Cleveland.

- Uma estudante de um cursinho popular na Pastoral do Povo de Rua

Um dia estava andando na rua general Couto Guimarães já quase na rua Mauá em direção à ocupação quando Samara me chamou. Surpreso, perguntei o que ela estava fazendo ali, ao que ela me respondeu que havia se mudado há pouco para a região da Luz, estava morando na ocupação Prestes Maia e, paralelamente, trabalhando no salão de cabelereiro de um amigo, diante do qual estávamos conversando.

Eu participava dando aulas e na organização de um cursinho popular pertencente à rede UNEafro, um projeto de educação popular, sobretudo nas periferias da cidade, voltado especialmente para a juventude e trabalhadores negros e pobres, ligada ao movimento negro. A unidade em que estava envolvido desde o início se situa dentro da ocupação Vila Nova Palestina, do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), localizada na estrada M'Boi Mirim, no Jardim Ângela, zona sul de São Paulo. Diferente

das ocupações do centro, essa era uma ocupação de terreno formada em sua maioria por barracas de madeirite, algumas ainda com lonas. Inclusive, as aulas aconteciam no grande barracão de madeira e chão de terra batida, principal espaço de eventos e atividades daquela ocupação. Era dali, portanto, que conhecia Samara. Ela me informou que com a mudança para a região central ela passaria a assistir às aulas em outro núcleo da UNEafro, localizado ali na Luz também, sediado na Pastoral do Povo de Rua, coordenada pelo padre Julio Lancelotti, muito próxima à Prestes Maia e à rua das Noivas.

Sabendo disso, pedi um dia para que marcássemos uma entrevista, não ela enquanto estudante de um cursinho popular, forma pela qual nos relacionávamos até então, mas como moradora da região da Luz e da ocupação Prestes Maia. Ela aceitou a proposta e a entrevista aconteceu em julho de 2017 em seu quarto na ocupação Prestes Maia. Transcrevo a seguir vários trechos da entrevista, pois fora a inteligência e clareza de Samara, por meio de sua narrativa podemos compreender melhor importantes aspectos do que significa morar no centro da cidade, diferenças entre viver em uma ocupação de terreno e em um prédio na área central, e também as condições e desafios de vida de uma mulher transexual na cidade de São Paulo.

Samara nasceu em Caldas Cipó, na Bahia, com 1 ano de idade veio trazida por sua mãe, que “não aceitou ser mais uma mulher que apanha do marido quando ele chega bêbado em casa. Então, um dia ela resolveu que não ia mais aceitar isso, simplesmente me pegou, fez os trapinhos, conseguiu uma passagem e veio para São Paulo com a cara e a coragem me trazendo a tiracolo. E eu amo muito minha mãe por ter tido essa força de vontade, por ela ter dito ‘não’”. Instalaram-se primeiro na Vila Mariana, sua mãe trabalhando como “doméstica em casa de família”, e moraram na região central até ela ter uns 10 anos. Porém, quando as coisas “começaram a ficar mais difíceis”, se mudaram para a zona sul, no Jardim Ângela, para um “barraquinho em uma favela”, em uma época em que o Jardim Ângela era considerado “um dos lugares mais perigosos para se viver”.

Ela morou até os 18 anos com a mãe na zona sul, até que decidiu se mudar e se virar pelo centro, pois era “mais fácil, era perto de tudo, de balada, de curtidão”. Naquela época ainda não “tinha me assumido como mulher trans, vivia como homossexual, afeminado, que gostava de roupa de mulher, mas não me referia como

mulher trans”. Sobre as diferenças no tratamento e nas suas experiências na periferia e no centro, Samara coloca nos seguintes termos:

Quanto mais eu crescia, eu via mais que o preconceito por eu ser, na época, ser um gay, gostar de usar roupas femininas ou, às vezes, me travestir como mulher e sair, eu sofria muito preconceito por isso. Então, quando fiz 18 anos eu decidi vir morar aqui no centro porque eu via que o centro não tinha esse problema... eu podia andar do jeito que eu queria e não tinha o mesmo olhar como era na periferia. Para mim, era muito difícil existir como mulher trans na periferia. Até porque não havia também esse termo... há 15 anos atrás, era “traveco” que era sinônimo de prostituição, de drogas, de marginalidade e portador de vírus HIV. Era isso que era “traveco” para as pessoas. Não existia mulher trans: você era um “traveco”, você era um “doente”... e era isso, pronto e acabou. Por isso que eu não me assumi tão cedo como mulher trans, porque eu não queria esse estereótipo para mim.

[...] Então, aqui no centro eu tinha essa liberdade... eu morava sozinha, tinha liberdade de ir para a balada, de me vestir como eu queria, eu tinha essa liberdade mais... [...] Existe preconceito em todo lugar, não só na periferia. O problema da periferia é que as pessoas na periferia não estão acostumadas a ver uma travesti andando durante o dia... estão acostumados a ver uma travesti andando na noite, arrumada, mas uma mulher trans entrar em um supermercado e fazer compra, para eles ainda é um pouco complicado, eles ainda não veem isso tão naturalmente como é aqui no centro. Aqui no centro pelo fato de você ver tanta coisa, ver pessoas de tribos diferentes, estilos diferentes... você se sente mais a vontade, um pouco mais livre de ser quem você é realmente.

Morou em alguns endereços pelo centro, no início, na região da Liberdade, em alguns cortiços, depois dividindo um apartamento com amigos na Aclimação, mas o alto valor do custo de vida, sobretudo das contas de aluguel, impossibilitou, por ora, seu desejo de viver no centro. Voltou para a periferia na zona sul. Foi nesse momento que, por meio de uma militante, conheceu (“nem sabia que existia grupos de moradia”) e foi morar na ocupação Maria Bonita, do MTST, vizinha à Vila Nova Palestina, atualmente.

Comecei a morar em um terreno e passei um ano e meio morando em uma ocupação, que era a Maria Bonita, em barraco de lona preta, fazendo comida em cozinha comunitária, participando de reuniões, tocando assembleias... E aí tendo cada vez mais um pensamento político. É muito difícil você morar em ocupação de terreno... é chuva, é barro, é frio, é o barraco que desmorona, são várias coisas... Mas, ao mesmo tempo, essa questão de estar em coletivo, de fazer uma comida, todo mundo se junta para fazer algo, é muito importante. Isso dá uma sensação de segurança e de família mesmo. Você vê que sozinho você consegue, mas quando você está com mais pessoas você consegue mais, bem mais.

O envolvimento e participação no movimento e na ocupação serviram para muitos aprendizados e para sua politização: passou a participar de atos, a se interessar por questões políticas, tornou-se coordenadora do movimento, voltou a estudar... processo que serviu também, paralelamente a sua atuação no movimento de moradia, de construção de sua identidade como mulher trans e negra:

Isso veio muito junto com o movimento negro, aí eu me aceitar como mulher negra. Durante toda minha vida, eu fui embranquecida pela sociedade; por não ter uma pele não tão retinta e o cabelo não tão crespo eu, às vezes, vivia como uma mulher branca. Mas meu pai é negro, minha família paterna toda é negra e essa questão dessa identidade estava muito forte em mim. Então, a partir do momento em que eu comecei a me intitular como mulher negra e como mulher trans, eu comecei a ter um pensamento político muito mais forte. E aí veio tudo junto...

Ao longo desse processo de descobertas, começou a participar das aulas do cursinho da UNEafro, que desenvolvíamos na Vila Nova Palestina, e fundou junto de companheiras e companheiros um coletivo chamado “Diversidade Ativa”. Sobre o coletivo, ela formula:

O coletivo surgiu mesmo na [Vila Nova] Palestina, quando eu fazia cursinho lá e eu morava na ocupação próxima lá, Maria Bonita. E aí eu vi a necessidade desse coletivo agregar, principalmente, a população LGBT. Eu percebi que a população LGBT é um pouco desunida. Grupos de movimento negro são bastante fortes, os grupos

feministas hoje, de mulheres lutando por seus direitos, estão cada vez mais fortes, os de moradia também... A população LGBT não se une para nenhum propósito, ela é muito ramificada, cada uma está ali com seu propósito. Então, o coletivo veio para ajudar... principalmente, para ajudar as meninas trans que não têm uma perspectiva de vida. Eu até três anos atrás eu não tinha perspectiva de entrar em uma USP, em uma universidade ou até em um cursinho técnico, que eu faço hoje. Eu não tinha essa perspectiva porque eu achava que por ser uma travesti, uma mulher trans, não era espaço para mim, eu não tinha espaço nesses lugares. Então, o coletivo me mostrou que a gente não só tem direito a esses espaços como a gente tem que correr atrás deles.

[...]Hoje, eu estou com 30 anos, superando as expectativas de vida no país em que mais mata pessoas trans. Expectativas que não deixa ninguém feliz... não, deixa sim, deixa muita gente feliz, mas não me deixa feliz. E é o que o coletivo também procura fazer que é denunciar e mostrar e falar mesmo que a gente está morrendo... e que a gente não pode abaixar a cabeça e falar “ainda bem que não fui eu”. A cada dia que passa, eu vejo amigas que morrem e morrem e morrem e morrem... sendo espancadas, morrem sendo vítimas da transfobia, da homofobia... vendo as pessoas cruzar os braços e fechar os olhos para essa realidade pensando “graças a deus que não foi comigo”, então o coletivo também tem essa proposta.

Mas com o tempo, o desejo de voltar para o centro se intensificava e naquele momento, mais experiente, talvez tivesse melhores condições e chances para conseguir viver nessa região. Sobre morar no centro, o processo que a levou até a Prestes Maia e o que para ela significa a experiência de viver em uma ocupação nessa região, Samara descreve da seguinte forma:

Tem um ano, exatamente, neste mês de julho que eu consegui uma vaga na ocupação. Para conseguir essa vaga, eu participei de algumas reuniões, participei de alguns atos, inclusive, ajudei algumas outras ocupações. Tudo isso a gente vai ganhando pontos e participando de reuniões semanais até quando a gente consegue um espaço, uma vaga. A ocupação tem algumas regras, como a questão da limpeza, a participação de atos, você precisa se inteirar com a comunidade, tem horário, algo que eu gosto bastante, tem disciplina, para pessoa poder

visitar ela tem que se identificar, ser autorizada... Eu ouvia muito falar que ocupação no centro era prédio abandonado que só morava marginal. Mas como já tinha essa visão de ocupação quando morei em ocupação de terreno, há três anos atrás, eu sabia que não era assim. As pessoas passam isso para gente para que a gente não vá morar na ocupação, mas eu sabia que não era isso, e eu vim morar aqui.

Eu sempre morei no centro, desde que eu tinha 18 anos, eu pagava aluguéis muito caros. No mesmo espaço que hoje eu pago uma contribuição pequena, eu pagava R\$ 800, R\$ 900, entendeu? E nem é pela questão do valor, do dinheiro, é mais pela questão social, é um direito que a gente tem de morar aqui no centro e esse direito é negado. A gente vê vários prédios abandonados que podiam estar servindo, não só de moradia, mas como centros de ajuda, de acolhimento, cursinhos populares... e não estão sendo usados. Então, eu vim mais por essa questão.

Sou feliz em morar aqui, morar no centro é muito bom, você está perto de tudo... você está perto de museu, de faculdade, você está perto de onde tudo acontece... querendo ou não, você morar no centro você tem essa questão de empoderamento. Então, essa coisa de me empoderar do meu espaço no centro é que me dá forças de continuar lutando. Não é fácil você morar no coletivo, você ter regras, disciplina todo tempo, você não ter um certo tipo de... como posso falar... de liberdade... ou, às vezes, até de privacidade. Mas eu acho muito bom e eu acredito que as pessoas têm que vir mesmo para o centro e ocupar cada vez mais porque é nosso direito.

[...] Eu comecei a pesquisar algumas ocupações aqui no centro, fiquei sabendo da ocupação Prestes Maia do MMLJ, comecei a participar das reuniões e consegui meu espaço aqui na ocupação. A ocupação tem mais ou menos 5.000 pessoas, é a segunda maior ocupação da América Latina. [...] É um lugar onde tem famílias, trabalhadores e trabalhadoras, pessoas que moram no centro, trabalham no centro e vivem no centro... e com muita dignidade. Estou feliz morando aqui, já tive oportunidade de ir para outro lugar, dividir apartamento com uma amiga minha, mas não... eu quero continuar aqui até conseguir a

minha moradia. Enquanto eu não conseguir, eu vou resistir aqui dentro da ocupação.

Com sua mudança para a Luz, ela passou a frequentar também as aulas do cursinho situado na Pastoral do Povo de Rua durante a semana. Assim, a partir das aulas nos cursinhos e de seus esforços, depois de muitos anos sem estudar e sem a perspectiva de estar em uma faculdade, Samara prestou algumas provas e conseguiu ingressar no curso de Meio Ambiente na Etec Getúlio Vargas, localizada no Ipiranga, se tornando a única pessoa transexual dali.

Daí eu comecei a estudar mais, veio o ENEM, a prova... você entrar dentro de uma sala, ficar quatro horas fazendo uma prova e olhar você não vê gente negra, gente pobre, você só vê gente superbem de vida, superqualificada. Eu ocupar uma sala para fazer um ENEM foi um crescimento muito grande para mim.

[...] Através desses estudos, consegui uma boa nota, não consegui passar em uma universidade pública, mas consegui fazer o vestibulinho da Etec e passar no curso de Meio Ambiente.

[...] Fazia dez anos que eu não sabia o que era uma sala de aula. Como eu falei, não tinha perspectiva de um dia prestar um vestibular ou estar em uma universidade, mas a partir dessa construção política eu vi que isso era uma coisa que eu podia alcançar, tinha que alcançar. [...] [Meio Ambiente] é um técnico que eu gosto muito... na verdade, eu estou trabalhando, estou estudando porque quero fazer Ciências Biológicas na UFBA [Universidade Federal da Bahia]... eu vou me formar em Salvador porque sou baiana. Muita gente fala de USP, eu acho muito importante a gente ocupar a USP, mas eu quero me formar no Pelourinho, em Salvador, na UFBA, porque já ouvi falar muito bem dela e eu tenho esse propósito de vida. Mas, por enquanto... está um pouco distante por questões de militância aqui em São Paulo e eu não tenho como ir para lá agora, eu vou terminar esse curso de Meio Ambiente.

[...] Estou gostando muito do curso. Realmente, é um lugar elitista porque querendo ou não você quase não vê gente negra nenhuma, eu sou a única mulher trans que estuda lá. Eu não sofro *bullying* nem preconceito direto, mas eu percebo que muitas pessoas fingem que

não me veem, que não me notam e que simplesmente me excluem. E eu acho que isso é pior do que você ser xingado porque quando você está em um lugar em que alguém fala “olha ela...”, ali você está sendo notada, por mais que você está sofrendo um *bullying*, você está sendo presente... mas quando você está em um lugar que parece que você não existe, a sensação é pior.

Eu graças a deus lá tenho professores muito bons, me aceitaram como mulher trans, me tratam como mulher, nunca tive problema em usar o banheiro feminino, minha carteirinha tem meu nome social como “Samara”, mas eu vejo que eu sou a única mulher trans da Etec inteira. E eu queria ver mais, queria ver mais mulheres trans, gente da periferia, gente negra... mas eu não vejo.

O núcleo do cursinho da UNEafro na Luz, como já mencionado, é abrigado na Pastoral do Povo de Rua, em uma parceria firmada pelos coordenadores dessa rede de cursinhos com o Padre Júlio Lancelotti, que coordena a Pastoral. Portanto, naquele espaço, fora as aulas que ocorrem durante a semana, uma série de outras atividades ligadas à Pastoral ocorrem ali (como oficinas de pintura, por exemplo, dadas por uma equipe da Pinacoteca do Estado, seminários, encontros e debates, entre outras). Ela me contou que a partir de sua presença e envolvimento ali começou a participar das atividades com os moradores em situação de rua, inclusive com moradores e usuários da “cracolândia”, próxima territorialmente desses espaços todos.

Eu participo na Casa de Oração, é a Pastoral do Povo de Rua, [...] e eu comecei também a militar nessa vertente. Alguns meses atrás, eu vi o que aconteceu aqui [megaoperação na área em maio de 2017], eu moro há poucos quilômetros da “cracolândia”, eu acompanhei de perto o que aconteceu... foi superchocante! [...] O estado não está nem aí, eles acham que com “tiro, porrada e bomba” vão resolver a situação. Ano passado eu comecei a fazer um projeto na “cracolândia”, onde eu e um pessoal íamos lá... eu sou manicure, então eu ia fazer a unha das meninas, tinha gente... cabelereiro que ia fazer maquiagem, cabelo... levávamos produto de higiene pessoal... e isso muda muito a vida das pessoas, dá uma autoestima muito grande. Acho que é esse tipo de iniciativa que deve ser feita. [...] Eu vejo essas iniciativas das pessoas e acho que é por esse caminho que a gente tem

que ir. [...] O caminho certo são os projetos sociais, as iniciativas com pessoal das igrejas evangélicas, protestantes, de matrizes africanas... projetos de pastorais, de professores que queiram se doar, que queiram estar lá e habitar esse lugar... e mostrar para essas pessoas que se elas quiserem elas vão conseguir. Não é forçar ninguém fazer um tratamento porque agora não é o que elas querem; o que elas querem agora é se sentir humanas.

Conforme Samara conta, podemos perceber as mudanças que ocorreram em sua vida com sua vinda para o centro, além dos diferentes usos que faz e sentidos que adquire para ela essa mudança e região da cidade: espaço de circulação repleto de diversos equipamentos urbanos e de fácil acesso para muitos outros; suporte para variadas oportunidades e possibilidades de trabalho, de estudo, de lazer; canal de comunicação e contato que a vincula com pessoas e coletivos distintos; fora a oferta de “festas e baladas para curtir”, “tudo muito próximo e fácil”. Além desses elementos mais materiais, morar no centro significou também, até certo ponto, uma forma menos opressiva para se viver.

Notamos tudo isso a partir das experiências narradas por ela e das chances que ela foi criando e “correndo atrás”, pois, sem sombra de dúvida, podemos afirmar que Samara é alguém que está muito atenta, buscando aproveitar e criar novas oportunidades a partir daquilo que lhe aparece. Mudou-se para o centro, mas manteve sua militância e contato no outro movimento – não trocou um pelo outro. Quando chegou e foi acolhida por seu amigo para ajudá-lo em seu salão, logo se informou e foi fazer um curso de manicure oferecido gratuitamente perto, no bairro Campos Elíseos. Passou a frequentar e comprar seus alimentos a granel (e mais baratos) na zona cerealista, próxima da ocupação Prestes Maia. Estar no centro também possibilitou fortalecer e ampliar a divulgação de seu coletivo a partir do contato com novos interlocutores e parceiros para as iniciativas que planejam. Com seu curso de Meio Ambiente na Etec, do qual acessa facilmente a partir da Luz, passou a se interessar e desenvolver “projetos e soluções sustentáveis”: uma das formas que inventou de aplicar esses seus novos conhecimentos e, ao mesmo tempo, obter uma renda extra foi, junto de uma amiga, começar a vender café da manhã “com ingredientes funcionais” no ponto de ônibus próximo da ocupação Prestes Maia, das 5 às 8 horas da manhã, todos os dias

durante a semana. O próximo passo, segundo ela, seria criar mais um canal ou página na internet para divulgar suas receitas e dar maior repercussão para essa nova empreitada.

A criatividade e interação intensas com que ela se empenha na criação de novos meios de visibilidade, comunicação e ganho daquilo que inventa encontram no centro muitas oportunidades que busca aproveitar, de forma improvisada, muitas vezes, mas sempre “muito ligada”. Nesse sentido, tomar a trajetória e mobilidade de Samara como referência permite colocar em mira a “teia de conexões e mediações” que atravessam seu percurso, revelando o “acesso (e seus bloqueios) a espaços, serviços, artefatos, bens e produtos que a cidade oferece e faz circular de formas desiguais e assimétricas nos espaços urbanos” e as “experiências que se fazem justamente nos limiares de universos distintos, de seus pontos de conexão e das redes sociotécnicas que os atravessam e articulam em um mesmo plano de atualidade” (TELLES, 2010, p. 17), demonstrando que “a cidade é feita de cruzamentos e passagens” dos quais Samara sabe, com astúcia e habilidade, muito bem transitar e acionar.

Para além de todos esses “benefícios” acessados e inventados – que estão também presentes no imaginário do recorrente e proclamado “é perto de tudo” do centro –, há elementos e significados subjetivos que viver no centro ganha, que podemos apreender a partir da perspectiva partilhada por ela, como possibilidade de novas experiências de vida e de construção de identidades. Assim, nessa paisagem urbana, social, cultural diversificada a reivindicação por se “viver no centro” adquire outros sentidos também: a partir da grande heterogeneidade, dos contrastes, da complexidade de modos de vida que se reúnem, misturam e convivem ali, propicia-se um ambiente vivido por alguns como libertador e como fonte de novos e variados horizontes e formas de vida, que se constroem e se efetivam a partir do circular, habitar e viver no centro de São Paulo, como relatado por Samara.

- A partir de uma ocupação, uma igreja nasce

Conheci o pastor Alexandre na época em que, por conta de uma reforma em sua igreja, realizou seus cultos no salão da Mauá. Depois disso, ainda o encontraria em outros eventos e situações, dentro da ocupação e fora dela. Em um desses eventos externos, inclusive, antes de iniciar a oração, ele contou um pouco sobre sua trajetória

peçoal e o surgimento da sua igreja – Igreja Cristã Ministério Gladiadores de Cristo –, situada na rua Couto Magalhães, quase na esquina com a rua Mauá, e frequentada por moradores da Mauá e Prestes Maia, mas não só. A história foi contada brevemente e mal consegui escutar por conta do barulho, mas fiquei bastante interessado e curioso para ouvi-la inteira e entender um pouco melhor a relação desenvolvida por ele com as ocupações. Foi muito difícil conseguir esse encontro, mas depois de quase um ano conseguimos conversar rapidamente, um dia após um culto, no final de agosto de 2017.

Comecei perguntando como ele chegou até as ocupações, a Prestes Maia, inicialmente, e o que ocorreu a partir desse contato, já que hoje ele tem um espaço próprio para sua igreja, na rua Couto Magalhães. Ele respondeu que os cultos na Prestes Maia aconteceram há três e que antes disso não conhecia a Neti nem ninguém de lá. Ele era pregador de rua há 17 anos, pregando na praça da Sé, e graças a uma amiga passou a realizar os cultos com cinco ou seis pessoas em um quartinho na rua das Noivas [próxima à Prestes Maia]. Foi quando uma moradora da Prestes Maia começou a frequentar os cultos e aos poucos começou a chamar as pessoas da ocupação para participar. Um dia, essa membra da igreja, que era também coordenadora da Prestes Maia – atualmente, ela não mora mais lá –, o convidou para fazer um culto na ocupação, o que o pastor aceitou. O combinado foi que o culto ocorreria no escritório após uma reunião que estava acontecendo – quando Neti acabasse a reunião, ele poderia usar o espaço para o culto. Aconteceu que quando a reunião acabou, ninguém saiu, todos permaneceram presentes, por volta de 50, 60 pessoas na sala.

Aí eu peguei e subi, comecei a falar de deus, pregar... estava na ponta a Neti, eu não conhecia a Neti. Daí, a gente começou a falar, ela chorou, aquele negócio... A gente começou a revelar, falar do coração das pessoas, os problemas, e as pessoas se abrir... aí o que aconteceu? A Neti falou: pastor, se o senhor quiser, o senhor pode fazer o culto aqui. Então, nós começamos a fazer o culto na Prestes Maia, ali no primeiro andar.

[...] Conversei com a Neti, “pastor, aqui nós lutamos por moradia. Aqui é família sofredora, todo mundo simples”... E é, o povo é muito simples, o povo é muito humilde... o povo me recebeu bem, não vou dizer todos, mas muitos me receberam bem, e nisso comecei a pegar amizade com o pessoal do prédio, e aí comecei a vir pra cá...

Isso aconteceu “de 2014 para 2015”. A partir desse contato e aproximação, Alexandre passou a realizar seus cultos na Prestes Maia. Da Prestes Maia, ele passou a fazer cultos em outras ocupações: na Conselheiro Nébias, na Cruz Vermelha, mas o que permaneceu realmente de forma mais regular foi na Prestes Maia. Por volta de oito meses depois, já consolidado e com um número de fieis estabelecido, conseguiu o salão na rua Couto Guimarães, onde estão atualmente, há mais ou menos dois anos e meio.

Na verdade, eu já tinha o nome em mente, mas como não tinha o salão, não tinha o nome oficial, com a placa... e quando nós mudamos pra Couto Magalhães, aí colocamos o nome: Igreja Cristã Ministério Gladiadores de Cristo. **Mas na verdade a Igreja Cristã Gladiadores de Cristo nasceu na Prestes Maia. [...] A Prestes Maia foi a ponte.** [grifos em negrito meus]

Perguntei então como ele entendia o papel da religião dentro de uma ocupação, ao que ele respondeu, no início, em termos um pouco mais gerais, até que resolveu exemplificar com sua própria história.

É importante porque mesmo que é uma comunidade familiar, mesmo que seja uma comunidade de pessoas do bem, existem pessoas também que têm o coração trancado... Então, tem pessoas envolvida com droga, bebida, com roubo... e isso acaba afetando a comunidade, daqueles que são do bem. Como não se pode por uma pessoa dessas pra fora, porque acaba gerando um certo problema, tem que ter muita cautela, pra sentar com uma pessoa dessa, pra conversar... Por quê? Porque faz parte do movimento de moradia, mesmo que a pessoa usa uma droga, ela bebe, ela rouba... mas ela está no movimento, então no fundo ela quer uma moradia, da forma errada que ela está, que não é certo. Agora por que o evangelho é importante? Por causa disso que você viu hoje aqui [o culto], entendeu? Porque só deus! Casa de recuperação não muda traficante... Clínica? Não muda... Pode até ir, ficar um tempo, livre... [...] Mas quando ele sai pra fora da casa de recuperação ele vai se adaptar com as pessoas novamente, e nessa ele vai acabar se enfraquecendo e voltando a mesma coisa pra droga... Aí entra o papel do evangelho. O evangelho é para isso. Vamos pegar eu: ladrão, traficante, dono de boca... Morava na Cidade Tiradentes, sempre morei na zona leste. Nascido e criado aqui em São Paulo,

nasci em Guaianazes, nascido e criado aqui. E eu tenho 43 anos hoje, nasci no crime, então foram muitos anos. E o evangelho me alcançou. Eu fui preso, fiquei oitos anos no Carandiru. Polícia, não mudou minha vida. Cadeia, não mudou minha vida. Quem mudou minha vida? Cristo. “Ah, mas eu não acredito”, não tem problema: eu sei que minha vida está mudada. Quem roubava, não rouba mais; quem matava, não mata mais; quem furtava, não furta mais; quem mentia, não mente mais. Aí pode perguntar: pastor, como é sua vida? O senhor é milionário? Não sou milionário, moro de aluguel, mas tenho paz na minha casa, tenho cinco filhos, uma bela de uma esposa, abençoada. Não trabalho pra ninguém, trabalho só deus. Nunca me faltou o pão, o leite, o arroz, o feijão, o aluguel. Deus me deu um carro: chegou uma membra na igreja e disse “pastor, decidi comprar um carro”. Ela decidiu, eu não pedi, não peço! Ela falou “pastor, o senhor precisa.” “você está me dando?” “Estou te dando!” Foi lá na agência e comprou o carro e me deu. Então, isso é o evangelho. [...] Eu não posso pegar o evangelho e falar “olha, é riqueza”, não é essa a missão de deus. Claro que se deus chama você pro evangelho, deus sabe que você precisa comer, beber, pagar suas dívidas, fazer seus deveres. Porque mesmo que eu sou crente, eu estou na Terra. Então, eu estou em contato com o mundo. Eu tenho que trabalhar, comprar minhas coisas, pagar IPVA, impostos, comprar roupa... tenho que viver normal. Não é porque eu sou servo de deus que eu estou em outro mundo, não é isso. Quero que você entenda o seguinte: eu estou no mundo, vivo dele, porém não participo das coisas que eu participava antes. Por quê? Porque eu sei que se eu participar, tudo o que eu tenho... [estala os dedos] minha vida vai afundar. Porque, muitas das vezes, eu vivia na balada... Eu era dono de quatro bocas... Então, dia de sexta-feira, no mínimo, no meu bolso eram seis mil reais, no mínimo! Numa noite, numa! Sabe que é uma noite, seis mil reais?! Agora falo pra você: aonde esse dinheiro ia que eu não sabia pra onde ia que no outro dia eu amanhecia duro?! Por quê? Gandaia, cocaína, bebida, mulherada, amigos... Quando eu fui pra cadeia, todo mundo me abandonou.

Pedi então para ele me contar melhor dessa sua “vida no crime”, de sua passagem pela cadeia e como a religião apareceu na sua vida.

Desde os 8 anos... 13 pra 14 anos fui pra Febem do Tatuapé... Fiquei dois anos na Febem da Tatuapé... Eu nasci no crime, né filho?! Então assim, Efésios 6 diz que “os pais honrem teus filhos no caminho do Senhor”. O que honra? Eu tenho que criar meu filho na presença de deus: filho, é assim, a vida abençoada com deus... Mas minha mãe nasceu no crime, e eu não posso julgar minha mãe porque a mãe da minha mãe era assim. Então eu nasci naquele meio... Então, automaticamente desandei... graças a deus, amigo, que eu não morri; tomei tiro, na cabeça tenho coronhada, tenho tiro na perna, guerra com polícia, guerra com ladrão... Eu vivia me escondendo, com medo... Hoje, não... hoje, nossa, até os *polícia* é meu amigo...

[...] Eu fiquei muitos anos preso, oito anos, passei um bom tempo no Carandiru... Cresci, praticamente, no tráfico, no crime... minha mãe era traficante, minha vó era traficante, meus tios eram traficantes, minha família morreu... Hoje, a minha mãe é uma serva de deus. Sobrou minha mãe e minha irmã só, são servas de deus. E o Senhor me trouxe para o evangelho.

[...] Foi de 92 pra 93 [que foi preso]. [...] Fui novo, fui com 18 pra 19 anos de idade... e sofri muito na cadeia... não porque apanhei, mas porque estava preso, estava isolado da sociedade. Depois, eu caí na real.

- *Como foi isso?*

Eu me lembro quando eu saí da cadeia, em 98, 99... a gente ia fazer um assalto em uma relojoaria Rolex, acho que era na Paulista, não me lembro... Tinha um amigo, um dos amigos dos amigos nosso, que trabalhava lá dentro e deu a situação... a *fit*a, como se fala... e nós fomos. E nesse dia, eu estava na rua de casa, com os amigos, nós estávamos em seis caras, estava dois carros e duas motos... E eles estavam elaborando como nós íamos entrar, render o segurança, render o gerente, chegar até o dinheiro, o relógio... porque o relógio Rolex é um relógio que vale muito, é muito caro... Nesse intermédio, apareceram os crentes, não sei da onde, não sei, não me pergunte... cantando na rua. Quando eles vieram, uma das meninas que estava junto chegou até em mim... e aí, pregou o evangelho pra mim... foi feio! E ali eu senti um impacto no coração! Ela falou de um jeito que

ninguém sabia, só eu sabia. E eu fiquei mais maravilhado porque ela nunca me viu e eu nunca vi ela. Uma coisa eu te ver e conhecer sua vida... e uma coisa é você me ver e saber quem sou eu. Agora, outra coisa é você nunca me ver e eu nunca te ver... “puxa, como essa pessoa sabe da minha vida?”... e ela falou detalhes, e ela falou “tem mais: se você for pra onde você vai, você vai morrer!” Como que ela sabia que eu ia pro roubo?! E naquele dia, eu peguei, chorei, larguei as armas, entreguei pros parceiros... eles foram pro assalto, eles entraram, renderam o segurança, renderam o gerente... quando eles desceram, trocaram tiro com a polícia, um morreu, quatro foram presos... foi uma coisa de louco! E deus me livrou! Aí, eu comecei a ir para igreja. Mesmo assim, ia devagarinho. Só que depois meus parceiros foram morrendo, aí eu perdi o gosto, “isso aqui não é vida pra mim”... Foi onde eu comecei a frequentar a igreja, depois que pregaram pra mim. Detalhe: sem saber ler, sem saber escrever. Sem saber nada. [...] Eu que fugi da escola com 8 anos de idade. Aí falei: e agora? Só que minha confiança estava em deus. Aí que deus fez? Comecei a ir para o farol, na avenida Paulista, em frente ao Trianon Masp, vender canetinha. Um belo dia parou uma Mitsubishi vermelha, nunca me esqueço, um senhor de cabelo grisalho, falou “rapaz, gostei de você, quer trabalhar pra mim?”... do nada! Então, eu vim trabalhar dentro do terminal Parque Dom Pedro, naquela época tinha as lanchonetes dentro, que vendiam salgadinhos, sucos... comecei a trabalhar ali sem saber ler e escrever! Deus me pôs lá! Daí eu comecei a pegar gosto! Eu almoçava na rua... ia almoçar onde? Lá em cima, na praça da Sé... quando cheguei na praça da Sé, eu vi os pregadores pregando... aí eu estava na rua e ficava assistindo. Só que deus já começou a trabalhar e... me tornei um pregador de rua. Aí fui embora do serviço. O que deus fez? As igrejas que passavam ali, o pastor passava na praça e me via pregando... daí “pastor Alexandre, pastor Alexandre! Prega na minha igreja?” “prego!”... Eu contava muito meu testemunho e eles gostavam. Fui para Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais... Eles pagavam passagem, pagavam o hotel ou ficava na casa de alguém, e me abençoavam: me davam lá uns 500, 600 reais por noite... E assim eu fui vivendo, devagarzinho. Aí conheci minha esposa, veio meus filhos, fui morar no fundo de um quartinho, não tinha nada. [...] Aí foi indo, indo, indo, indo... passei por muita luta...

[...]. Resumindo essa parte: através de deus, casei, tive meus filhos, hoje tenho uma casa aluguel, mas do bom e do melhor, montadinha, graças a deus. Hoje, tenho a paz na minha casa. Hoje, podem dar tiro, não quero nem saber.

Essa é a trajetória, por ele contada, de sua “conversão”: nascido e criado “no crime”, passou pela cadeia e, às vésperas de realizar um assalto com amigos depois da sua saída da prisão, ele “foi tocado” por uma pregação de uma crente: decidiu abandonar tudo e tentar outros caminhos, mas “acompanhado” a partir de então; aos poucos começou a frequentar a igreja. Por conta de um trabalho que surgiu no centro, nas suas horas de almoço ia até a praça da Sé ouvir os pregadores até que começou, ele próprio, a pregar ali também. Contando sua história, seu “testemunho”, chamou a atenção de outros pastores pertencentes a igrejas que fizeram ele viajar para compartilhar sua trajetória na forma de pregação: “comecei a pregar muito”. Passou 18 anos pregando na praça da Sé. Nesse tempo, “fui consagrado a pastor pelo meu pastor, o meu pastor me ungiu a pastor, falou: ‘Olha, deus vai te dar um povo. E na verdade, se cumpriu. Hoje, o povo está com a gente, com a glória de deus’”. Nesse percurso, então, há três anos, quando passou a realizar os cultos em um “quartinho” na rua das Noivas, uma moradora da Prestes Maia começou a frequentar e fez a “ponte” com a ocupação e que o levou até onde ele está atualmente: na sua igreja na Couto Magalhães.

Sobre o fato das pessoas das ocupações seguirem outras igrejas e terem outros pastores, ele diz que respeita, não é um problema, que o importante é acreditar em deus: “Tem muitas pessoas em muitas outras igrejas. Eu não misturo religião, sou servo de deus. A minha igreja não é melhor do que a de ninguém, sempre vai ter problema em igreja, toda igreja vai ter problema... nosso alvo é Cristo”. Assim, o pastor mesmo reconhece que não é unanimidade e que muitos moradores preferem frequentar outros cultos, das muitas igrejas espalhadas pela área central. Portanto, importante assinalar que Alexandre não é a única referência de pastor para os moradores dessas ocupações.

Por fim, perguntei sobre a relação religião e política, afinal sua igreja nasceu em uma ocupação organizada por um movimento de moradia organizado. Ele me respondeu que não mistura “porque política é política, religião é religião”. Disse que ele respeita os espaços e dinâmicas políticos da mesma forma que respeitam os momentos quando os cultos acontecem lá dentro.

Eu não tenho essa capacidade que nem eles têm, de ir lá debater, falar... Eu não sou preparado para isso. Sou preparado para o evangelho. Porém, eu respeito, eu apoio, até porque eu faço parte do movimento. Então, por fazer parte do movimento eu tenho que estar sabendo.

Quis entender melhor o que ele queria dizer com fazer “parte do movimento”, ao que ele explicou que, fora a proximidade e apoio, atualmente ele vive na zona sul, mas que está “na demanda do Lord, aqui na avenida São João. O Lord foi ganho, nós estamos para morar lá, em frente a estação Santa Cecília”, referindo-se a ocupação do Lord Palace Hotel, organizada pela FLM, que está para ser reformada atendida pelo Programa Minha Casa Minha Vida-Entidades. Assim, “deus deu a igreja aqui, na Luz. E, provavelmente, deus permitindo, eu venho morar também aqui! Mas é isso, filho, hoje, graças a deus, eu estou na benção!”.

Existem alguns pontos que interessam ressaltar a partir da reconstituição dessa trajetória, mesmo que nunca saberemos o quanto de épica e toques ficcionais existem nessa narrativa que, ao longo do tempo e da prática, foi sendo moldada em um discurso redentor ajustado para a pregação. Não temos como saber o que exatamente passou, mas Alexandre conseguiu construir algo efetivo que, independentemente dos detalhes de como as coisas aconteceram, marca seu percurso com um ponto de inflexão, distinguindo um antes e depois. Como ele mesmo costuma afirmar para os que dizem não acreditar: ele sabe que sua vida mudou. E o que confirma isso é que, de fato, concretamente, ele tem uma igreja; é um pastor reconhecido e respeitado – e isso não é algo inventado. Não é qualquer um que consegue se tornar pastor, construir uma igreja; o caminho não é fácil, não basta ter carisma e boa oratória – atributos que evidentemente ele possui. Mas o exercício que proponho é o de refletir o que fez com que, em meio a tantos pregadores atuantes na praça da Sé, Alexandre não esteja mais entre eles.

Não existem respostas únicas e monocausais; há uma sobreposição de dimensões, eventos, acasos. O ponto é atentar para alguns elementos que esse percurso revela. Nessa trajetória feita nas passagens e fronteiras do espaço urbano, a partir de uma inteligência e habilidades para lidar e contornar com os bloqueios e possibilidades que a vida e a cidade lhe ofereciam, Alexandre foi aprendendo a transitar em diferentes situações e códigos, a explorar e acionar as mediações e conexões do mundo social,

construindo suas “pontes”. Nessa perspectiva, podemos situar melhor a entrada do pastor no “universo das ocupações” e o que isso significou em seu trajeto. A partir do cruzamento com essa rede, Alexandre teve melhores condições, junto de outras circunstâncias, para se estabelecer e alcançar o projeto (que creio que seja de todos os pastores e pregadores) de fundar sua própria igreja. Pequena, modesta, simples, é verdade, mas uma realidade, com endereço fixo. A entrada no circuito das ocupações possibilitou uma nova articulação que efetivou um novo arranjo: a igreja Gladiadores de Cristo, na rua Couto Magalhães.

Pensando na trajetória do pastor, compreendi também melhor um episódio ocorrido em julho de 2016 que havia ficado perdido no meu caderno de campo: participando da VII Conferência Municipal de Habitação, conheci Cláudia, moradora da ocupação Hotel Cambridge que me convidou para conhecer seu apartamento. Marcamos e no dia em que fui visitá-la ela me contou que havia ido à ocupação, pela primeira vez, por conta de uma colega que a havia convidado para assistir ao culto que se realizava lá. Ela foi, conheceu o lugar, gostou, tentou e conseguiu uma vaga. Está morando lá até hoje. A partir dessas histórias, vemos como o culto e a religião, além das dimensões privada e de sociabilidade que possuem, acabam por armar redes também, fortalecendo as ocupações e os movimentos, transformando a vida das pessoas e criando novos arranjos, inexistentes na cidade. A religião, nas ocupações, portanto, acaba se constituindo como mais um importante nó nessa intrincada trama, que se ramifica e consolida de diversas maneiras.

- A Escola da Defensoria Pública

Em junho de 2016, logo depois de terminado o Exame de Qualificação, fui encontrar Nelson na Mauá, ele havia me convidado para acompanhá-lo em uma reunião que aconteceria na Ouvidoria da Defensoria Pública de São Paulo. Fomos caminhando até lá, o prédio fica próximo ao largo São Bento. Entrando no prédio, muitos integrantes de movimentos de moradia, sobretudo coordenadores, advogados e defensores, técnicos, pesquisadores, estudantes de Direito. Logo, percebi que a reunião na verdade seria uma aula: esse evento fazia parte da Escola da Defensoria Pública do Estado, órgão auxiliar da Defensoria Pública, e o tema do dia era: “Educação em Direitos e Ações Possessórias”, realizado pelo Núcleo de Habitação e Urbanismo.

A razão da aula se devia a mudanças no Código Civil, sendo algumas delas “boas e outras ruins”, segundo um dos defensores. Havia tido uma mudança nos procedimentos de cumprimento de reintegração de posse¹⁰² e o intuito era explicar as alterações para os movimentos e outros atores interessados (e afetados). “Vocês são nossos braços para espalhar as novas regras para a população”, afirmou outra defensora. Tiveram falas de defensores explicando o que mudou, de uma advogada do Centro Gaspar Garcia e de outros funcionários ligados tanto a esse núcleo como, por exemplo, ao dos Direitos Humanos. As apresentações foram longas e no final foi aberto o microfone para os presentes, mas o tempo que restava para terminar era pouco, ficando claro um desequilíbrio de espaço naquele canal que era reconhecido pelos presentes como importante.

Já em 2017, houve outro evento organizado e promovido pela Escola da Defensoria Pública que acompanhei, um evento que a Defensoria se envolveu na organização junto de outras entidades como a Pastoral da Moradia, o Centro Gaspar Garcia, a ONG belga Entraide & Fraternité, a PUC Ipiranga e alguns movimentos de moradia. Essa articulação organizou a vinda de pesquisadores e de lideranças de movimentos da Bélgica e da África do Sul para o Brasil para conhecerem e discutirem a situação das moradias precárias no país e trocar experiências. Quando o Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria e a Ouvidoria da Defensoria souberam da vinda desse grupo se juntaram na recepção e em atividades promovidas ao longo da semana, e ajudaram na realização desse evento de dois dias que encerraria a visita do grupo no país. O evento foi nomeado como “Brasil, África do Sul e Bélgica – Lutas e experiências na construção do direito à moradia e à cidade”.

Ao longo da semana, esse grande grupo composto de integrantes de movimentos de moradia da Bélgica e da África do Sul, junto dos movimentos do Brasil e defensores públicos, advogados e outros militantes, visitou cortiços, favelas, ocupações (a Mauá, inclusive) e conversou com moradores em situação de rua. Ao final, houve esse evento de dois dias (no primeiro, com apenas uma mesa de apresentação, e no segundo, ao

---

¹⁰² Dentre as mudanças, agora estava determinado que quando houver processo de reintegração de posse envolvendo pessoas em vulnerabilidade econômica a Defensoria Pública do Estado deve ser notificada, o que provavelmente causará um aumento da sobrecarga em cima do núcleo. O juiz deve também fazer reunião de mediação com a participação da Defensoria. A partir de agora, quando houver a notificação da reintegração de posse, será possível fazer a citação por edital, ou seja, mesmo que a pessoa não esteja ou não seja noticiada pessoalmente da reintegração, ela será dada como noticiada pela citação em edital. Todos os que residem, em uma ocupação, por exemplo, serão considerados avisados pela citação em edital.

longo de um dia inteiro, várias mesas de exposição com integrantes do Brasil e de outros países, misturando na composição movimentos, Defensoria, Ouvidoria e pesquisadores), realizado na PUC do Ipiranga, onde as experiências referentes à habitação, moradia e direito à cidade, em cada um desses diferentes países, compuseram uma perspectiva transnacional do tema.

No final da abertura do evento, no primeiro dia, Olga Quiroga (com o microfone), figura histórica ligada aos movimentos de moradia do Brasil e coordenadora do GARMIC (Grupo de Articulação para Conquista de Moradia para o Idoso da Capital), puxou uma música da Pastoral sobre a moradia. Ao redor dela, o advogado Dito, os defensores do Núcleo de Habitação e Urbanismo, o ouvidor da Defensoria, Alderon Costa, integrantes dos movimentos de moradia do Brasil, África do Sul e Bélgica.

- Observatório de remoções: aliança com os pesquisadores

Em uma manhã de sábado em março de 2017, dirigi-me à Casa do Povo no Bom Retiro para um evento organizado pelo Observatório de Remoções¹⁰³. Era o evento de lançamento da plataforma digital do Observatório de Remoções, grupo composto de pesquisadores de diferentes instituições e áreas, ligados ao LabCidade, da FAU-USP, e ao Labjuta, da UFABC, que monitoram ameaças e realizações de remoções de moradia. Neste dia, estavam apresentando o novo site com o lançamento de uma ferramenta digital de acompanhamento, registro e denúncia de ameaças e de remoções: uma

¹⁰³ Ligado à FAU-USP e à UFABC, o Observatório tem como “objetivo monitorar e desenvolver ações colaborativas com territórios ameaçados de remoções que desrespeitam as condições de moradia digna nos municípios de São Paulo e do ABC”, <https://www.observatorioderemocoes.fau.usp.br/apresentacao-publica-da-plataforma-observatorio-de-remocoes/>. Acessado em: 3 de julho de 2017.

plataforma interativa de monitoramento referente à Região Metropolitana de São Paulo – um grande banco de dados que pode ser consultado, baixado e trabalhado, alimentado pelos pesquisadores do Observatório, mas também por qualquer outro indivíduo, inclusive os em situação de ameaça; a aposta da plataforma, aliás, era essa: que as pessoas se apropriassem e fornecessem as informações, desenvolvendo certa autonomia em relação aos pesquisadores do Observatório. Também foram apresentados os resultados de pesquisas desenvolvidas ao longo dos últimos dois anos pelos pesquisadores realizadas em ocupações, assentamentos e comunidades ameaçadas ou que sofreram remoção. Então, fora os pesquisadores, estavam presentes as populações dessas comunidades e membros dos movimentos de moradia em geral, não só da área central da cidade, mas esses, inclusive, e outros interlocutores e parceiros.

A primeira parte do evento contou com a apresentação de professores, como a professora Raquel Rolnik (FAU-USP), que coordena o projeto, e de pesquisadores, como Stella Paterniani. As falas e apresentações das pesquisas, assim como da própria ferramenta, foram curtas e diretas, com o objetivo de que todos os pesquisadores pudessem apresentar o extenso material produzido de forma sintética sem tornar o evento muito monótono e cansativo. A segunda parte do evento foi destinada à fala e comentários dos movimentos e ocupações variados ali presentes. Com falas curtas também, para que se contemplasse a todos, cada diferente movimento de moradia (da zona sul à leste, norte e centro, e de municípios vizinhos a São Paulo) e de ocupação, das mais ameaçadas com a possibilidade de remoção a menos, puderam falar, apresentar seu histórico e sua situação. Antes do final, houve ainda um momento de fala do Núcleo de Habitação e Urbanismo e da Ouvidoria da Defensoria Pública, uma apresentação de *hip hop* e de um grupo teatral.

Ao redor dessa apresentação do Observatório, articularam-se pesquisadores, movimentos e ocupantes, coordenadores e base, advogados, defensores, e alguns artistas. O lançamento dessa ferramenta forjou-se como um evento político em que foi muito recorrente nas falas proferidas os termos “resistência” e “união”. O evento em si foi muito elogiado por todos por se mostrar um espaço de troca e articulação de diversos coletivos e diferentes atores como tentativa também de planejamento de frentes de resistências mais amplas. A necessidade de união para fazer frente ao que estava por vir (uma “agenda de remoções” para abril) na atual conjuntura brasileira (“em tempos de

golpe”), sentida como desfavorável para os movimentos sociais, com investidas em direção à criminalização de sua atuação, foi um dos pontos mais fortes e batidos ali.

Algumas datas de remoções já marcadas, como da ocupação São João, para abril, deveriam servir como uma espécie de laboratório para esse planejamento de uma grande e ampla frente de união e resistência dos movimentos: todos ali comprometidos deveriam se unir a cada ameaça que aparecesse, todos os movimentos deveriam se fazer presentes para tentar impedir o cumprimento de uma remoção e reintegração de posse. E caso isso não fosse possível, a ida e realização de um grande acampamento em frente à prefeitura deveriam ser feitas. “Mexeu com uma, mexeu com todas!”, gritou Neti, em seu momento de fala, antes de puxar o já famoso grito “Quem não luta, tá morto!”, animando o auditório lotado que o repetiu em coro três vezes. O advogado Dito, em sua fala, a última antes do encerramento, reforçou a estratégia de união nesse momento difícil e “de ataques” que enfrentamos. Houve também, por sua parte, uma fala de agradecimento e pedido de aplausos para os pesquisadores do Observatório que realizaram o evento e para a aliança, ali materializada, entre movimentos, pesquisadores e defensores, e aquela ocasião demonstrava o potencial dessas articulações. Naquela manhã, havia movimentos ligados à FLM, à UMM, à CMP, ou mesmo a nenhuma delas, mas naquele dia o apelo de união foi consensual, maior do que as eventuais divergências que pudessem existir. Foi mais um ensaio que pareceu animar a todos.

Auditório da Casa do Povo cheio para o evento realizado pelo Observatório de Remoções.

- Gaspar Garcia: outro espaço de gravitação e articulação importante

O contato entre a Mauá e o Centro de Direitos Humanos Gaspar Garcia se faz presente de diversas formas: com o acompanhamento e proximidade da atuação do advogado Dito, com reuniões e debates que são promovidos na própria ocupação, mas também se dá por meio da realização de encontros e eventos que ocorrem no próprio Centro Gaspar Garcia – ele também centro de diversas ações e articulação de diferentes atores. Um dia acompanhei Nelson para um debate que aconteceria ali intitulado “Urbanismo insurgente – pelo direito de morar no centro da cidade”. Antes, contudo, de descrever o evento, um resgate histórico do Centro Gaspar Garcia e de sua atuação, atualmente.

Segundo Kohara, coordenador do Centro Gaspar Garcia, na entrevista que me concedeu, o Gaspar Garcia nasceu em 1984 em um contexto de forte discussão sobre o centro da cidade da cidade de São Paulo por parte de pessoas que militavam no centro, principalmente em cortiços, e com pessoas em situação de rua, ou ligadas a outras entidades, como a Igreja Católica, mais especificamente à Pastoral da Moradia. O ponto dessa discussão era tanto pensar a importância da organização dessas populações do centro quanto inverter um pouco os termos do debate na época, que via e discutia a pobreza apenas nas periferias, colocando a posição de que existe “uma periferia de pobreza no centro da cidade de São Paulo”, de que existe “uma periferia social ali no centro de São Paulo”, que seria composta por uma população, para eles, moradora de cortiços que sempre pagara aluguel caro e era, frequentemente, despejada sem nenhum apoio jurídico; pessoas em situação de rua; catadores e carroceiros do centro da cidade; assim como crianças que viviam em situação de rua em um número crescente no centro naquela época.

Então, o Gaspar Garcia nasce desse contexto de afirmar um pouco que no centro da cidade, mesmo tendo os bancos, escritórios, no meio de tudo isso aí, há uma grande concentração de pobreza. E duas linhas de orientação em termos de trabalho que eram: o direito de morar dignamente no centro e o direito de trabalhar dignamente no centro. Então, foram duas linhas, eixos que orientaram por onde deveria ser o trabalho do Gaspar Garcia.

O Gaspar Garcia só seria formalmente registrado em 1988 e, naquela época e contexto, articulou-se a outras entidades, como, por exemplo, a Pastoral da Moradia, para organizar as populações que viviam no centro da cidade e pautar a discussão de moradia no centro, em uma época em que não havia – fato esse sempre muito enfatizado em diversas conversas que tive com diferentes atores que acompanham os processos desde lá – nenhuma política pública de habitação para população de baixa renda na área central. A partir de então e junto de outras organizações, como a Pastoral da Moradia e Associação dos Trabalhadores da Mooca, história que já foi resgatada na primeira parte deste trabalho, foi-se estruturando e organizando os diversos movimentos que com o tempo, com mobilizações e ações foram constituindo os movimentos organizados de moradia que atuam na região central.

O Gaspar Garcia desenvolve alguns programas e frentes de trabalho que contam com equipes de atuação, sendo que um deles vem desde sua origem: o Programa Moradia Digna, que presta assessoria jurídica para os cortiços e ocupações do centro “nas situações de despejo ou usucapião também. Nos últimos anos, nesse programa, sempre manteve uma média de 400 ações de despejo por ano. Um percentual de 70% [ações] individuais e 30% [ações] coletivas”. Atualmente, eles atendem poucos cortiços, são mais despejos individuais e ocupações: “depois que começou a ter mais ocupações no centro diminuíram os despejos de cortiço. Na hora que você tá sendo despejado, ocupação virou uma alternativa”.

Outro programa desenvolvido por eles é o denominado Trabalhadores Informais e o Direito à Cidade, que trabalha com os ambulantes, promovendo assessoria jurídica e mobilização, como, por exemplo, a criação do Fórum dos Ambulantes, que articula os ambulantes com TPU [Termo de Permissão de Uso] e aqueles que não têm, chamados de “ambulantes do corre”. O terceiro programa se chama Reviravolta da População de Rua, e é voltado para a população em situação de rua e catadores e conta com a realização de oficinas para essas populações, em um primeiro momento, para em seguida buscar reinseri-las social e profissionalmente, desenvolvendo atividades como de reciclagem, por exemplo.

A equipe que compõe o Gaspar Garcia é diversificada, contando com advogados, assistentes sociais, educadores populares, militantes dos movimentos de moradia e estagiários. Fora os três programas principais, como já mencionado, há

encontros formativos, ciclos de debate, cursos e seminários de direitos humanos, e outros eventos – por exemplo, os movimentos de moradia costumam também usar esse espaço, como Nelson, que muitas vezes realiza reuniões de coordenação e formação política do MMRC no próprio Gaspar Garcia.

No encontro que acompanhei Nelson, o debate era sobre “Urbanismo insurgente – pelo direito de morar no centro da cidade” e contou com a participação da professora do Mackenzie e da Belas Artes, Débora Sanches, com Jeroen Stevens, um doutorando belga ligado à University of Leuven (Bélgica) que desenvolve uma pesquisa sobre a ocupação Hotel Cambridge e a FLM, e, por fim, Carmen Silva, liderança do MSTC e da FLM, coordenadora da ocupação Hotel Cambridge – e agora estrela do filme sobre essa ocupação. A apresentação e mediação do evento ficaram por conta de Luiz Kohara.

Débora, professora do Mackenzie e das Belas Artes, apresentou uma pesquisa intitulada “Processo participativo como instrumento de moradia digna”, analisando processos coletivos que implementaram políticas públicas habitacionais para população de baixa renda na área central, de 1990 a 2012. Entre mapas e dados, chamou a atenção o fato de que a realização desses projetos leva, em média, nove anos para ser implementada, ou seja, um tempo maior ao de duas gestões, o que traz muitas dificuldades de acompanhamento e realização efetivos do processo; quem acaba acompanhando, de fato, tudo são as assessorias técnicas, por isso são importantes.

O doutorando belga, que chegou a morar algum tempo na ocupação Hotel Cambridge para desenvolver o doutorado, apresentou um pouco da pesquisa que elabora e da tese de que as ocupações de moradia produzem um urbanismo próprio que marca e transforma a arquitetura da cidade, por isso o “urbanismo insurgente”. Portanto, na perspectiva urbanista desenvolvida por ele, existe essa dimensão produtiva também relacionada às ocupações de moradia. Ele apresentou, brevemente, números e dados referentes a ocupações e ocupantes atualmente existentes na cidade de São Paulo, a extensão da dimensão da FLM e, inclusive, alguns dados curiosos como perímetro urbano que os moradores circulam a partir de suas ocupações, como também número de horas que poupam no seu dia (com transporte, deslocamentos, de descanso...) ao morarem em ocupações no centro. Todos esses dados estarão presentes na sua tese, que deve ser divulgada em 2018.

Já Carmen, grande liderança da FLM e personagem central no filme *Era o Hotel Cambridge*, fez, em seguida, uma fala a partir da sua “academia de vivência”. Relembrou em “carne e osso” a história da ocupação Cambridge, apresentada em manchetes e fotos pelo pesquisador belga, resgatou a determinação que marcou as primeiras ocupações do centro, que ela “graças a deus” pôde participar: a ideia de que o trabalhador de menor renda pode viver em bairros urbanizados. As ocupações e o movimento promoveriam uma “educação popular do direito”, que constituiria uma vertente do direito que não seria “nem do privilégio nem assistencialista”; promoveriam também um conhecimento da cidade, que nem os governantes teriam. Como? Participando e ocupando os espaços, como conselhos, reuniões, fóruns, etc. Questionou onde estaria a participação e envolvimento da academia em toda essa luta: “Cadê a USP?!”, ela questionou antes de repetir uma fala presente no filme *Era o Hotel Cambridge*: “A desordem deles, é a nossa ordem”: o ponto não seria só entrar e morar; é preciso transformar e construir espaços de convivência, construir uma nova “ordem” a partir das ocupações. Assim, o movimento de moradia não poderia ser um movimento sectário: “Temos que estar atentos para todas as lutas populares, todos os pedidos de socorro”. Afinal, concluiu, novamente com uma passagem que se popularizou no filme, “somos todos refugiados, estrangeiros e brasileiros; refugiados e segregados das políticas públicas”.

Esse modo de enxergar e elaborar a realidade de Carmen ressoa o lambe presente na frente da ocupação Ouvidor: “Sem papeis, sem tetos ou sem terra, todos somos migrantes na desordem global”. As ocupações, que Carmen marcou que “insistem em perdurar, apesar de tudo isso”, acabam sendo espaços constituídos e mantidos por esses que estão fora da “ordem”: refugiados do mundo, dos direitos e das políticas públicas; “refugiados urbanos”. Os sentidos de ordem e desordem estão em disputa (TELLES, 2010, p. 258) e essa disputa é marca constitutiva desses espaços produzidos por onde circulam, habitam e constroem os “refugiados urbanos” onde suas vidas e as formas de vida estão em jogo.

Próximo à estação de metrô Armênia, a fachada de entrada do Gaspar Garcia. E foto do seminário que acompanhei lá dentro.

- A APOIO e suas três linhas de trabalho

Um dia à tarde, em 2016, estava na Mauá sentado próximo da portaria, na longa mureta de concreto ligada à parede do saguão de entrada, concentrado fazendo algumas anotações. Notei a chegada de algumas pessoas carregando faixas e bandeiras da campanha de Manoel Del Rio a vereador, que foram deixando esse material na portaria e se acomodando por ali também. Ao meu lado se sentou um homem, mas como estava terminando de registrar algumas coisas não falei com ninguém. Passaram alguns minutos, eu em silêncio sem interagir até que terminei o que fazia. Enquanto guardava meu caderno na mochila, esse homem, que nunca tinha visto nem conversado até então, se virou para mim e diretamente me perguntou: “Você é judeu?”. Pego completamente de surpresa e desprevenido por uma pergunta tão direta e inesperada, inclusive, creio que talvez inédita como a primeira pergunta na interação com alguém, ainda mais com um completo desconhecido, respondi que sim. Passado alguns segundos de confusão, consegui reagir e perguntar como ele sabia. Ele me respondeu que trabalhou muitos anos como segurança de uma sinagoga no Bom Retiro e depois como porteiro em um prédio em Higienópolis, por isso estava familiarizado com a fisionomia. Continuamos a conversar a partir desse ponto, ele me contou que morava na Mauá com a esposa e estava trabalhando em um albergue da prefeitura. Antes, ele me disse, recebiam ali,

majoritariamente, moradores de rua e usuários de droga, mas hoje em dia só tinham imigrantes neste centro em que trabalhava, situado na Armênia. Contou-me que quem arrumou o emprego para ele foi a ONG APOIO, coordenada por Manoel Del Rio, para quem, justamente, estavam fazendo campanha na região naquela tarde. Depois, continuou falando da APOIO, dos cursos que costumava fazer ali, as palestras que assistia, que eu deveria ir com ele na próxima. Não era a primeira vez que a APOIO aparecia no campo, mas me parecia que era a hora de conhecer de verdade o lugar.

Esprei as eleições passarem (Manoel Del Rio não conseguiu se eleger, nem o candidato a prefeito de seu partido, Fernando Haddad) para marcar uma visita e uma conversa, que se deu na sede da entidade, situada na avenida São João. A conversa durou mais de uma hora e falamos não só sobre a APOIO, como também sobre a história e atuação dos movimentos de moradia, que ele acompanha e coordena há muito tempo, e discutimos ainda sobre a conjuntura política atual, além da questão da moradia popular no centro. No primeiro andar, ficam as salas e escritórios da APOIO e de Manoel Del Rio, no segundo, um salão grande onde costumam acontecer as reuniões da FLM, seminários e outros eventos que organizam e lá se realizam.

A entidade¹⁰⁴ surgiu no pós-governo Collor, nos anos 1990, 1991, em um contexto de grave crise e desemprego, como um comitê de desempregados organizados a partir da Associação dos Trabalhadores da Mooca.

Como é que funcionava esse comitê? A gente organizava reuniões periódicas e a gente convidava os desempregados para participar, e aí a gente vê o que faria juntos com os desempregados... e vinha bastante gente... [...] mas um desempregado quando ele vem em um lugar, ele quer emprego, passe, vale transporte ou cesta básica... ele quer uma coisa concreta... e nós não tínhamos nada nesse comitê... e foi justamente quando surgiu a campanha nacional de combate à fome. [...] Analisando aquele quadro na época, falamos vamos entrar nessa campanha contra a fome, vamos conseguir alimentos para os desempregados... mas nós fizemos a campanha de um modo diferenciado do que se fazia em geral... nós adotamos uma outra metodologia, que a APOIO tem até hoje, que é não dar nada para ninguém; se a pessoa quer ela tem que vir. Se o cara está

---

¹⁰⁴ Para outros registros sobre a APOIO, ver Aquino (2008), Pereira (2012).

desempregado, nós vamos pedir alimentos, ele tem que vir junto pedir alimentos. Daí estruturamos campanhas em bairros... [...]. A ideia era fazer a campanha da fome, mas era também dar visibilidade ao problema dos desempregados, evoluir para fazer luta política com os desempregados... [...] Então, essa campanha contra a fome ganhou corpo e a maioria que vinha na campanha era os sem-tetos...

No final de 93, quando o governo lançou [a campanha de distribuição de leite, “Vida Alimento”], nós falamos que nós precisávamos de uma entidade para pegar o leite... porque o comitê não tinha formalização institucional... daí, nós fundamos a APOIO. Cadastramos a APOIO na Secretaria de Agricultura. [...] Mas a nossa proposta não era o leite, era a luta, na verdade... então o que nós fizemos? Deixamos o leite sendo distribuído e como a campanha da fome também declinou... nós já tínhamos a APOIO organizada... [...] E aí fizemos a avaliação em 95... [...] e como a maioria do nosso comitê era do pessoal da moradia, nós falamos nós vamos dar continuidade a campanha contra a fome lutando por moradia... **daí que vem a frase “se comer, não paga aluguel, se pagar o aluguel, não come”**... e aí que nós tiramos dentro da APOIO a prioridade da organização da moradia e a prioridade de organizar os cortiços... [...] daí nós tiramos a prioridade de organizar os cortiços e de lutar por moradia no centro. Isso a APOIO... [grifos em negrito meus]

A relação e história que se desenvolveram entre a APOIO e os movimentos organizados de moradia no centro se atravessam, se misturam, às vezes, não ficando claro entender os contornos da dinâmica. Manoel organiza da seguinte forma:

Ela é na realidade **a face institucional do movimento**... hoje, os movimentos estão institucionalizados, mas nós nunca queríamos isso... você vê que a FLM não é... assim institucionalizada... então, a APOIO, na verdade, ela é a equipe que ia fazer as coisas, mas quem aparecia na luta? O MSTC... ou, primeiro, o Fórum, depois o MSTC... e agora a Frente [FLM]... continua esses movimentos... mas, por exemplo, a luta na verdade são os movimentos que acabam fazendo, embora a APOIO é... a face institucional do movimento... e a gente separa a organização do movimento do que é a APOIO... [grifos em negrito meus]

Consolidados os termos e distinções da atuação da APOIO, Del Rio explica que, atualmente, a entidade desenvolve “três linhas de trabalho”. “Uma delas é a moradia, que você conhece... [...] que a gente chama de luta popular... e que a APOIO apoia, estimula... e APOIO serve pra dar cursos, de formulação, vários cursos, análise de conjuntura, que fazemos aqui em cima... cursos, seminários... para os sem-tetos, específicos para os sem-tetos... então, tem essa linha”.

A segunda é ligada à assistência social. Quem explica é o próprio Manoel e é muito interessante notar os termos que ele utiliza para se referir ao trabalho que desenvolvem, como forjam uma “tecnologia organizativa” a partir das ocupações que podem ser replicadas a outros espaços e situações:

Com esse negócio da APOIO ocupar os prédios nós desenvolvemos uma **tecnologia organizativa**, nós trouxemos... [uma] **metodologia de organização** de dentro das fábricas... quando nós ocupamos os prédios, eu acabei trazendo essa metodologia para os prédios... então, a gente passou a organizar de coordenador por andar... a maioria funciona assim, de você ter um coordenador por andar... hoje, eles dão até um outro nome.... da organização por andar. Então, nós tínhamos essa experiência. Então, ocorreu o seguinte: em 2001, 2002, houve um incêndio em uma favela e a prefeitura locou um imóvel para acolher as famílias... mas como você tira da favela e põe lá dentro? Como é que faz isso? Daí a prefeitura **convidou a gente para gerenciar** esse alojamento, e nós fomos gerenciar... e, é claro, **nós tínhamos muita experiência de organização dos sem-tetos**, então deu certo... daquele veio um outro alojamento e deu certo também... aí a prefeitura convidou a gente para trabalhar com os moradores em situação de rua... e teve o projeto de abordagem de rua, nós que começamos isso... e depois teve o albergue Luz, que é vertical... primeiro albergue, centro de acolhida, vertical... e que nós fomos convidados também... tanto é que eu botei lá como gerente a coordenadora do Prestes Maia... e que deu certo na área da assistência social. Então, hoje nós temos cerca de 50 serviços.

Por exemplo, é um centro de acolhida?... então lá tem um gerente, tem assistente social, tem o psicólogo, os orientadores, tem os operacionais... então conforme o dimensionamento... é, por exemplo,

cento e tantos, então tem uma regra para tantas pessoas aqui... tem uma equipe aqui dentro tocando. O Luz, no caso, atende 132, tem lá um gerente, acho que duas assistentes sociais, uma psicóloga, um assistente de gerente, aí tem os educadores e os operacionais... aí eles são empregados aqui [na APOIO]... todos... Hoje, a APOIO tem mais de mil pessoas trabalhando, aqui... e hoje nós também já estamos começando com creche.

Por que isso aqui também deu certo? Porque nós pegamos para trabalhar nos equipamentos, a gente pega pessoal dos sem-tetos, do movimento... se você pegar a Mauá... a Mauá deve ter trabalhando aqui umas vinte pessoas... da Prestes Maia deve ter também umas vinte... então, nós combinamos: faz a assistência e você dá emprego... esse pessoal, normalmente, se eles forem para o mercado, não entra... mercado de trabalho vai ver o estudo, vai ver dente, vai ver... não trabalha, não trabalha... muitos trabalham, é claro, mas mesmo assim... então, nós combinamos, veja bem, você faz um trabalho de assistente social, atende moradores em situação de rua, atende 8.000 hoje... 8.000 moradores em situação de rua atende... e tem mil e poucas pessoas trabalhando. Então, estamos trabalhando, veja bem, a luta popular pela moradia, a luta social... esse trabalho de assistência social é para a pessoa fazer a militância social, e acaba ganhando um dinheirinho, acaba sendo empregado... [grifos em negrito meus]

A terceira linha é a que ele chama de “política”, que consiste em apoiar algum candidato em todas as eleições que acontecem. “Toda eleição a gente entra... isso desde o início... com candidato ou sem candidato... por exemplo, eu sei vereador, você sabe... mas agora vai sair 2018 e nós não temos candidato, mas nós vamos escolher dois aí e vamos apoiar... a eleição é um momento para você se fortalecer, se você elege, você se fortalece, se não elege, fica do mesmo jeito...”. Ele enfatiza que o movimento não depende de ter candidatos e parlamentares para atuar, muito pelo contrário, que, às vezes, ficar pensando só nesses termos acomoda e faz parecer que as conquistas da luta vêm do político e não do movimento. É importante que o movimento social seja autônomo e conheça a sua força.

Ele resume então que essas linhas se complementam, que quando iniciaram a luta por moradia não existia nem políticas públicas e nem havia empregos para serem oferecidos para os sem-tetos conseguirem se estabelecer e se manter.

Hoje, a gente tem emprego, um monte de gente trabalhando, então isso fortalece o movimento de luta por moradia. Essa combinação... E a luta política a gente fala que tem que travar porque sem a política você não vai a lugar nenhum... quando nós começamos você não tinha nenhuma política pública...

A APOIO, portanto, é mais do que a “face institucional do movimento”, no caso, da FLM. É um centro muito importante que estrutura e consolida, de forma sofisticada, a organização dos movimentos de moradia do centro, assim como atua na área da assistência social na cidade de São Paulo, ou seja, para além do universo dos movimentos, com um trabalho que se desenvolveu e se forjou a partir de uma “tecnologia organizativa” desenvolvida nas ocupações, transformando-se assim em uma fonte de emprego, de renda e de opção para os moradores de ocupações. A relação com a dinâmica eleitoral, terceira linha de trabalho, é mais uma forma também de fortalecer e manter toda essa maquinaria em movimento.

Escritórios da APOIO.

- Uma procissão pela Luz em um dia de comemoração

Em julho de 2016, para comemorar a compra do prédio da ocupação Prestes Maia pela prefeitura, um grande evento para todos os moradores da ocupação da Prestes Maia e da Mauá foi realizado próximo à Estação Armênia do metrô. O evento contou com a presença de diferentes personagens que participaram da história da Prestes Maia para compor a mesa: coordenadores de diferentes movimentos de moradia, envolvidos (uns mais diretamente que outros) com a Prestes Maia, como Carmen, do MSTC, Nelson, do MMRC, coordenadores da FLM; apoiadores de diversos setores; do arquiteto e assessor técnico do movimento; de Manoel Del Rio, candidato à época a vereador pelo PT.

A ocasião também serviu, aliás, como evento de pré-lançamento de sua candidatura. Depois da fala de Manoel, que enfatizou a importância da luta se complementar, por um lado, a “luta do movimento”, por outro, a “luta por vias institucionais”, e por isso a importância das eleições, Neti, como coordenadora também da Prestes Maia e grande representante do movimento de moradia daquela ocupação e da Mauá, foi a última das lideranças a falar, concluindo com o clássico grito por ela puxado, na sua voz forte: “Quem não luta, tá morto!”, sempre com o braço esquerdo, “do coração”, estendido ecoando o grito pela plateia cheia. Depois dela, foi a vez do pastor Alexandre também presente lembrar que a conquista da Prestes Maia se deu “por muita luta, mas também com muito joelho! Com muita reza!”, encerrando a cerimônia com uma oração. Em seguida, “cerveja e churrasco a preços populares” e a festa mesmo pôde começar. Foi interessante observar a confraternização que acabava de se dar entre partidos políticos, movimentos sociais e religião, nesse dia em que comemoração política e campanha eleitoral se entrelaçaram.

Porém, é sobre o que se passou antes de chegarmos lá que gostaria de reter. Para esse evento, fomos todos a pé, em uma espécie de grande procissão pelo centro de São Paulo, com Nelson, espécie de Antônio Conselheiro negro, guiando na frente. A pé, percorremos a região da Luz, passando por grandes equipamentos públicos e culturais que circundam a ocupação. Saímos da Mauá e passamos pela Estação da Luz, com as últimas luzes do dia batendo no prédio monumental, na sua frente prostitutas em pequenos grupos conversavam, em meio a moradores de rua deitados e aglomerações de usuários de crack. Seguindo na avenida Tiradentes, logo cruzamos com o Museu da Língua Portuguesa, o belo prédio da Pinacoteca e as grades do Parque da Luz. Era um evento pitoresco essa caravana seguindo lentamente, com homens, mulheres, idosos e

crianças brincando, em contraste com o trânsito parado da avenida no horário de pico. Do outro lado, era possível avistar o batalhão da ROTA e o Museu de Arte Sacra. Na praça coronel Fernando Prestes, passamos diante da estação de metrô Tiradentes nessa praça que abriga a base do comando-geral da Polícia Militar e a Escola Prudente de Moraes, onde muitas crianças da Mauá estudam e costumam ir e voltar de lá a pé sozinhas, atravessando o Parque da Luz. Próximo à FATEC, passamos por um grupo de jovens que fumavam maconha, o estranhamento entre os grupos foi recíproco.

À nossa esquerda uma placa apontava o Bom Retiro quando atravessamos a avenida em meio aos carros, enxame de motos e ambulantes vendendo seus produtos no engarrafamento. Entramos em uma pequena rua, Rodrigo de Barros, com paralelepípedos e grandes árvores, e em um instante parecíamos ter saído do coração da grande cidade para estar no interior: senhoras com cadeiras na calçada e jovens com porta-malas de seus carros abertos ouvindo sertanejo e forró. Essa rua nos levou até o breu vazio da avenida do Estado imersa no cheiro do rio Tamanduateí fracamente iluminada por alguns postes de luzes alaranjadas. Enquanto margeávamos o rio, a única coisa que brilhava ao longe no horizonte era o metrô descoberto correndo como uma serpente elétrica, no fundo. Ao chegar à Estação Armênia, hotéis baratos, botecos e sinucas a meia luz eram os únicos lugares com movimentação àquela hora. Dali, viramos na avenida Cruzeiro do Sul e entramos na quadra da Associação dos Empregados Aposentados, onde a comemoração aconteceria.

Poder ir a pé para esse lugar atravessando essa parte da cidade com eles – mais de uma centena de sem-tetos – em plena hora de pico do trânsito na cidade me deu outra dimensão do que significa estar morando naquela rua cercada por tantos equipamentos e infraestrutura urbanos. Permanecer localizado nesse centro faz parte da “luta” tanto quanto lutar por uma moradia digna. Eles querem uma moradia digna, mas eles querem também estar ali. Eles se apropriam também, à sua maneira, desse entorno urbano – constituído por equipamentos, movimentos, circuitos de trabalho e redes de transporte – que se torna recurso e ferramenta, por isso não estão dispostos a abrir mão dessa localização nem a sair dali.

* * *

Estar na região da Luz foi ganhando cada vez mais relevância, consistência e sentido para esta pesquisa, conforme passava mais tempo na ocupação e começava a percorrer e estabelecer contatos com outros espaços e circuitos da região, como busquei demonstrar nessas cenas apresentadas anteriormente: um colégio estadual na região da “cracolândia”, a ocupação Prestes Maia, o Teatro Faroeste, a ocupação Ouvidor, o Sesc Bom Retiro, bares e quiosques, igrejas evangélicas do entorno, idas à Defensoria Pública do Estado, ao Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, andadas e circuladas pelas ruas da região... Importante, contudo, ressaltar, que no âmbito desta pesquisa, esses trajetos não foram percursos individuais, no sentido de serem fruto apenas da minha vontade e escolha. Foram sempre seguindo as linhas, mobilidades urbanas e circuitos (de trabalho, de sociabilidade, cotidianos) que partem da Mauá e de seus moradores, e que os ligam a outros espaços, serviços e atores, urbanos e políticos da cidade. Daí, a ideia de cartografia que foi se desenhando a partir da ocupação e de seus ocupantes, seus cotidianos e atividades pela cidade, e do registro etnográfico que surgiu ao acompanhá-los.

A seguir, uma representação esquemática e simplificada desses circuitos e espaços que viemos percorrendo e descrevendo por esta pesquisa:

A imagem apresentada buscou representar de forma mais visual a “experimentação cartográfica” esboçada anteriormente na forma de texto, mesmo que nem todos os espaços, atores e circuitos descritos, explorados e reconstituídos foram representados. Nessa imagem, apresentamos, fora um mapa que serve de pano de fundo, fotos de outros espaços para além da ocupação Mauá. A ideia não é representar de modo gráfico, estático e fixo a relação entre espaços físicos apenas. Por trás dessa relação mais óbvia e imediata há outras menos aparentes, que se dão de forma laterais, indiretas, casuais. Entre essas diferentes peças, há uma série de ligações, relações e interações que se estabelecem e se atravessam.

Tomemos um exemplo para deixar mais concreto: a imagem da fachada do Centro Gaspar Garcia. A sua foto próxima da Mauá não busca situá-los apenas perto fisicamente; nessa perspectiva, colocar os dois espaços próximos significa afirmar que os moradores da ocupação frequentam esse espaço, do mesmo modo como os integrantes do Gaspar estão presentes na Mauá; há reuniões, seminários, encontros, agenciamentos – como, por exemplo, a importante atuação jurídica de Dito na ocupação ou a tentativa de criar a “associação dos ambulantes do corre da Mauá” – que se estabelecem entre ambos, que são criados e produzidos, das formas mais variadas, diretas, mas também mais transversais e indiretas. Por essa razão, as imagens desses atores e locais nessa cartografia, para buscar demonstrar que há uma circulação, uma conexão de dinâmicas, ações, eventos, discursos, práticas aproximando a Mauá de todos esses elementos, e de muitos outros que existem. Portanto, essa é a representação de uma cartografia dentre muitas outras possíveis existentes.

As cartografias políticas e urbanas que se constituem a partir da ocupação, que aqui se representou uma parte ínfima, vão se ampliando, se ligando e atravessando outras redes, menores ou mais amplas, variadas, formando arranjos que tendem a uma expansão e complexificação inesgotáveis. Essas redes de contatos, relações e agenciamentos, descritos e apresentados neste trabalho em uma escala muito pequena, vão produzindo e adensando em sua dinâmica de criação e multiplicação a tessitura política e urbana da cidade.

Os percursos e os circuitos compõem o traçado de territórios que buscamos aqui reconstituir atentos para a simultaneidade de tempos sociais e tempos biográficos distintos inscritos nessas tramas (TELLES, 2010, p. 83-84). A cidade compreendida

como feita de cruzamentos e passagens coloca a mobilidade e circulação como prismas fundamentais para descrevê-la (TELLES, 2010, p. 85). Desse modo, a representação cartográfica – parcial, incompleta, provisória – apresentada buscou reconstituir os percursos traçados que constituem esse território, o qual essa pesquisa tentou cartografar. Território compreendido na seguinte perspectiva:

Feitos de práticas e conexões que articulam espaços diversos e dimensões variadas da cidade, os territórios não têm fronteiras fixas e desenharam diagramas muito diferenciados de relações conforme as regiões da cidade e os tempos sociais cifrados em seus espaços. São esses circuitos que as trajetórias urbanas permitem apreender e que interessa compreender: a natureza de suas vinculações, mediações e mediadores, agenciamentos da vida cotidiana que operam como condensação de práticas e relações diversas (TELLES, 2010, p. 83).

• A ocupação e diferentes dimensões do conflito

Por fim, neste último ponto, exploraremos diferentes dimensões do conflito envolvendo uma ocupação, que foram acompanhadas durante o trabalho de campo. A ocupação de um imóvel é um evento urbano e político que consolida uma experiência no espaço-tempo da cidade da qual faz desdobrar a partir dali uma série de conflitos, em suas dimensões urbana, política, jurídica e imobiliária. Esta pesquisa buscou também compreender esses elementos tentando acompanhar os desdobramentos desses vários eixos e embates que se armam a partir de uma ocupação.

Da relação com o Estado, observei momentos e episódios de tensão com a polícia em suas intervenções no entorno ou mesmo entrando na Mauá¹⁰⁵, e outras interações com outros operadores do Estado, em situações sempre muito mais amenas e

---

¹⁰⁵ Acontecimentos sempre marcados por tensão. Acompanhei duas situações em que isso aconteceu: uma vez, a polícia entrou trazendo um jovem querendo saber se ele morava lá, mas não, apenas sua mãe que trabalhava na Mauá, cozinhando e lavando roupas para algumas pessoas. Ela foi chamada para conversar e acertar a situação do rapaz. E a segunda vez, dois policiais entraram acompanhando um morador, que estava sendo revistado, para pegar seu documento de identidade. Nesse momento, a porteira não estava, era uma moradora que cobria a sua ausência momentaneamente, o que depois virou um problema, pois a ordem é que sem mandado a polícia não pode entrar no prédio. O jovem foi levado em uma viatura para averiguação e os moradores que acompanhavam o episódio anotaram o número da viatura e avisaram, por whatsapp, a coordenação da ocupação do ocorrido.

tranquilas do que quando se trata da polícia. Já em relação ao poder público, como mostram os trabalhos sobre movimentos de moradia e como já descrevemos, a relação não é estabilizada nem constante, ela oscila entre momentos de oposição e composição, ela é situacional. E como já relatado, isso é observável: houve momentos de maior proximidade com a prefeitura, por exemplo, como observado no episódio de compra do prédio da Prestes Maia, nos encontros e reuniões ocorridos em torno da VII Conferência Municipal da Habitação ou mesmo durante as eleições municipais, quando alguns dos movimentos que compõem a Mauá apoiaram abertamente um candidato do PT a vereador e a reeleição do prefeito Fernando Haddad; assim como existiram outros momentos de confronto e tensão com essa mesma gestão municipal, mas também em “atos contra o golpe” e/ou contra medidas do “governo golpista”, opondo-se, nesses casos, à esfera federal.

A dimensão jurídica do conflito

Outra dimensão do conflito se dá na esfera jurídica. Em 2016, acompanhei dois eventos importantes ligados a esse ponto: uma reunião entre os coordenadores dos três movimentos que compõem a Mauá e os advogados que prestam assessoria jurídica e os representam no processo que corre na Justiça; e a ida ao julgamento de um recurso referente ao processo de reintegração de posse dessa ocupação, que se estende há anos na Justiça, mesmo com o decreto de interesse social do prédio declarado.

- Reunião com os advogados na Mauá

Durante a reunião com os advogados, que ocorreu em abril de 2016, e contou com a presença dos advogados Dito e Rosângela, que, segundo os relatos, “ajudou demais a ocupação na época do despejo” (2012), a discussão era em torno de qual argumento seria usado no dia do julgamento. Rosângela começou comentando sobre o laudo, feito por um secretário da Cohab, que impugnava a avaliação feita por um perito da Justiça referente ao valor do prédio. O valor do imóvel que havia sido estipulado pelo perito era de 25 milhões reais. Detalhe: ele nem havia entrado no prédio para realizar a avaliação, usando uma planta completamente desatualizada para realizar o cálculo. Segundo ela, o avaliador não havia considerado o prédio como favela, pois era um prédio. Segundo os conceitos da ABNT de favela, o prédio poderia ser caracterizado

como uma. A ocupação da Mauá poderia ser caracterizada como análoga à situação de favela, pois não há especificação, nos conceitos, se uma favela deve ser horizontal ou vertical. Desse modo, se o imóvel fosse considerado como favela haveria depreciação obrigatória de 50% do valor do entorno e 80% no valor do prédio. Assim, o valor do prédio exigido pelo perito, pelos proprietários, teria que cair no mínimo 50%.

Ela ainda acrescentou que poderia intervir nesse processo como terceiro, como interessado, alguém de fora. E intervir alegando que o perito da Justiça havia agido de má-fé em sua avaliação ao fazer essas descon siderações e que ele sequer havia entrado na ocupação para fazer a análise, tinha feito-a em cima da planta antiga do terreno (muito maior, aliás, do que era na realidade) de acordo com o metro quadrado. E Rosângela ainda lembrou que o perito tem direito a uma parte do valor da perícia, portanto, quanto mais alto o valor pago pelo prédio, maior a comissão que ele recebe.

Dito se contrapôs à linha de argumentação que Rosângela propunha de se alegar o prédio como favela. Segundo ele, chamar de favela menosprezava a ocupação, os moradores. Seria desrespeitoso chamar de favela¹⁰⁶. Ele defendeu que a linha de defesa fosse trazer a história da ocupação, contar o processo e o trabalho em torno do prédio, dizer que ele estava completamente deteriorado quando eles entraram, pois, segundo o advogado, isso era importante e não estava sendo levado em consideração. Estavam fazendo uma avaliação hoje do prédio depois de ele ter passado por uma série de melhorias promovidas pelos próprios ocupantes. Ao que Rosângela concordou, afinal, o prédio atualmente conta com uma infraestrutura que não existia antes. Os ocupantes foram fator de valorização da área. Sem falar que ali virou um local de moradia digna para todas as famílias, cumprindo a função social da propriedade. Dito completou dizendo que seria importante juntar fotos antigas para ilustrar todo o processo que foi feito, que não era um monte de desocupado que estava ali, eles eram trabalhadores que valorizaram o local.

A advogada lembrou que, em 2014, a prefeitura já havia depositado R\$ 11 milhões. E Neti acrescentou que a dívida do IPTU (mais de vinte anos sem ser pago) já somava R\$ 4 milhões, o que juntos totalizam R\$ 15 milhões de reais a serem pagos pelo

---

¹⁰⁶ Acompanhar, ao longo dessa discussão, os argumentos que se referiam a uma oposição estabelecida que distingue os ocupantes do centro dos moradores de uma favela me remeteu à bibliografia sobre ocupações no centro em que essa dicotomia e distinção, com uma visão negativada sobre as periferias e favelas, aparecem frequentemente nos discursos dos ocupantes (AQUINO, 2008, p. 51; 2015, p. 24; FERNANDES, 2013, p. 153-155).

imóvel. Ao que Dito, ironicamente, comentou: “R\$ 25 milhões por um prédio que não cumpria a função social da propriedade? É melhor do que ganhar na mega sena!”.

Dito, inconformado, comentou não acreditar ser possível a volta dessa história de reintegração de posse da Mauá. Ao que Neti e Rosângela, concordando, disseram achar que ela estava encerrada com a notícia de desapropriação da prefeitura. “Eles não desistiram da Nova Luz”, apontou Rosângela, lembrando da insistência dessa longa disputa. “Mesmo que ter sido considerado como ZEIS 3 tenha sido uma vitória”, Neti logo fez a ressalva. Rosângela, para acalmar, ressaltou que não tinha como a juíza tomar uma decisão dessas subitamente, a qualquer momento, reafirmou que a Justiça era lenta, que eles tinham em posse o parecer contrário da Cohab, concluiu que a juíza não poderia fazer às pressas. Ela mencionou ainda que era importante fazer pressão política. Disse também que poderia, por cortesia, conversar com o secretário da Cohab para caminharem juntos nesse processo, para não parecer que estavam passando por cima. Ao que Neti encerrou, rindo, que eles também poderiam falar, por cortesia, que não iriam abrir mão da Mauá.

- Nas entranhas do Palácio, disputas simbólicas e concretas são travadas

A audiência ocorreu no dia 26 de abril de 2016, no Palácio da Justiça, situado na praça da Sé. Um prédio grande e imponente, de pé-direito alto, piso de madeira e colunas de mármore, repleto de andares, corredores e diversas salas onde ocorrem as audiências – é fácil se perder por suas passagens. Havia ficado decidido que Rosângela era quem faria a sustentação oral da defesa. Como a sessão estava atrasada, ela começou a passar sua defesa comigo, ensaiando e repassando os argumentos. Nesse momento, Neti ligou para a advogada, que os cobrou, achando que eles iriam estar presentes para acompanhar e “fazer uma pressão social”. Neti respondeu que eles não sabiam se poderiam assistir e que tinham se confundido com os horários. Rosângela explicou onde estávamos, que a audiência era pública e que poderiam vir. Só não era permitida a entrada de pessoas com blusas, shorts, saia. Sem que esperássemos fomos avisados, eu e Rosângela, que teria início a sessão. Enquanto a ajudava a vestir a capa preta exigida para essas formalidades, disse, mais para mim mesmo do que para ela, pois estava nervoso, que tudo iria dar certo. “Isso aqui é um jogo de cartas marcadas, você sabe, né?! Sempre foi”, ela me disse antes de adentrarmos na sala.

A advogada abriu sua defesa oral pedindo “apenas que a lei brasileira seja cumprida”. Não defendia nenhuma tese, apenas o cumprimento da lei. Relembrou, então, que não só os proprietários tinham perdido a posse do imóvel, já que os ocupantes viviam há mais de cinco anos no prédio, de forma pública e notória, como perderam também a sua propriedade, com o decreto da prefeitura. Acrescentou ainda que o prédio estava abandonado e os moradores o transformaram em moradia digna, cumprindo assim a função social da propriedade. Lembrou que os proprietários não pagavam impostos há mais de vinte anos. O projeto Nova Luz – razão desse processo, ela marcou – previa a demolição do prédio. Eles conseguiram transformá-lo em ZEIS 3. O município desapropriou esse imóvel em 2013. A prefeitura já pagou R\$ 11 milhões, que estão depositados. O perito que foi determinar o valor do imóvel não levou em conta as regras da ABNT. De acordo com a ABNT, o valor do imóvel deveria cair 80%. Ainda mencionou que moram, atualmente, nesse imóvel 237 famílias que contam com muitas crianças, idosos, mulheres grávidas. “Encontraram sua moradia, pobre, popular, porém digna. Por isso, sem reintegração de posse, que se cumpra a lei”. Foi assim, com esses argumentos, que ela concluiu, pedindo para “se julgar improcedente o pedido de reintegração de posse, julgar extinto o processo, e julgar nulo o mérito”.

Foi, então, a vez do primeiro relator, o desembargador Simões de Vergueiro, realizar sua fala. Iniciou saudando a advogada e os dados por ela trazidos. Parabenizou-a. Prosseguiu afirmando que o caso comportava certa complexidade e, por isso, informava que seu voto seria longo. Citou o movimento de moradia, personalizando-o nominalmente na pessoa de Ivaneti de Araújo, “responsável por inúmeras invasões de inúmeras propriedades do centro da cidade”. Prosseguiu argumentando que o direito da função social da propriedade deveria ser fornecido pelo Estado e não por particular, não cabendo aos particulares arcarem com responsabilidades que são do Estado, “fazendo cortesia com o chapéu alheio”. Não às custas dos particulares. A invasão¹⁰⁷ feria o

---

¹⁰⁷ Existe certa disputa, que é simbólica, mas também política, em torno da nomeação da ação realizada pelos movimentos de moradia. Os movimentos sociais costumam nomear de “ocupação”, buscando legitimar e dar um estatuto político a essa ação. O contraponto seria o termo “invasão”, rechaçado pelos militantes, que negaria de certo modo o caráter político do empreendimento (BIRMAN, 2015, p. 165; FERNANDES, 2015, p. 272). Miagusko (2012) contrapõe dois direitos que estariam vinculados a cada um dos termos e seu uso dependeria de qual se busca enfatizar: “direito à moradia”, com o primeiro, e “direito à propriedade” (no caso, a violação deste), no segundo.

Praticamente, toda a bibliografia sobre ocupações faz a marcação e distinção entre os termos “ocupação” e “invasão”, como apresentado nesta nota. Para mim, era quase que uma formalidade, de tão consolidada e resolvida essa oposição que acreditava ser algo já superado, encerrado como uma nota de rodapé “burocrática”. Dessa forma, foi com surpresa, diria até com choque, que nesse dia pude assistir ao

legítimo direito da propriedade. Segundo ele, no estado democrático de direito, não está o Judiciário autorizado a intervir na ordem econômico-social vigente, ferindo o direito do proprietário de usar e fruir de seu imóvel. Ainda descreveu a invasão como clandestina e precária. E, por todas essas razões, concluiu negando provimento ao recurso.

Seu discurso estruturou-se na tentativa de criminalização tanto do movimento, personificado na figura de Neti, quanto da própria existência dessa ocupação ao ferir o famoso “legítimo direito da propriedade”.

Foi a vez do segundo relator se pronunciar, o desembargador Miguel Petroni Neto, que havia ficado até aquele momento, sem nenhuma cerimônia, mexendo em seu celular. Naquele instante, afastou-o para declarar que acompanhava o voto do relator, retornando àquilo que fazia abertamente até então.

Concluído o voto, o presidente da Câmara se manifestou. Ele questionou se havia, de fato, o direito de usocapião e a desapropriação municipal como apresentado na sustentação oral. Ao que o primeiro relator respondeu, citando a Constituição, que a usocapião urbana se estabelece para áreas que não ultrapassem 10 por 25 metros (250 m²) para família unifamiliar, o que não era o caso da Mauá, invalidando, portanto, esse argumento. Sobre a expropriação da municipalidade para habitação popular, afirmou não haver decretos e, se havia, desconhecia. E para arrematar, citou um laudo dos bombeiros, na época da entrada no prédio, que afirmava não ser possível a ocupação, que ainda havia fios por toda parte fazendo parecer “uma árvore de Natal”.

Ao concluir essa fala, Rosângela pediu a palavra para responder ao questionamento feito pelo presidente e para poder discordar daquilo que havia sido dito pelo primeiro relator. O juiz negou o direito explicando que ela já havia se pronunciado e que o próximo momento para se posicionar seria nos autos do recurso. Em seguida, o presidente da Câmara afirmou votar com o relator, negando o provimento e encerrando a sessão.

Um acontecimento final ainda ocorreu no momento em que deixávamos a sala: quando entramos, Rosângela pediu que eu desligasse seu celular, pois não havia tido

tempo para isso. Logo o fiz e permaneci com seu celular na mão até o momento de sairmos quando o devolvi para ela. Nesse instante, o desembargador Simões de Vergueiro mandou me barrar, pois havia recebido informações de que eu estaria gravando a audiência com aquele celular e não se sabia o uso que eu ou “o movimento” poderíamos fazer daquele áudio. Desconcertado, expliquei que o celular era da advogada e que estava desligado ao que ele não acreditou e ordenou que pegassem o celular para averiguar. Um silêncio e apreensão tomaram conta de todos presentes na sala. A moça que tomou o celular da minha mão, logo viu e anunciou que, de fato, o celular estava desligado. Contrariado, o desembargador liberou nossa saída. Esse breve ocorrido, depois, despertou-me diversas indagações: a apelação não era pública? Havia algo ali para se esconder? E qual o problema em ser gravado? Qual a preocupação com o registro daquela decisão? Não teremos respostas, apenas especulações. De todo modo, trago esse relato pela prepotência, truculência e covardia que revela daqueles que decidiam pela reintegração de posse da Mauá. E, por via das dúvidas, fica aqui o registro que o desembargador tanto temia.

Saindo do Palácio, fomos encontrar os coordenadores da Mauá em frente à Caixa Cultural, na praça da Sé também. Rosângela relatou a audiência, terminando por dizer que não havia passado, pois negaram o recurso. Eles reagiram indignados, mas se divertiram com a menção pessoal a Neti, que comentou que se sentia orgulhosa de ter mudado a vida de tantas famílias.

Rosângela emendou e disse que a lei estava do “nosso lado”, mas eles resistem em cumpri-la e fazer valê-la. A advogada nos explicou os próximos passos: segundo ela, o relator mentiu tanto na citação e referência que fez ao artigo da Constituição sobre a usocapião urbana quanto à desapropriação municipal, decreto que Rosângela pessoalmente tinha levado para ele, na forma de embargo ao processo. Portanto, iriam recorrer. Ela disse que esperariam a publicação dessa decisão para ela entrar com embargos ainda na segunda instância. Se eles perdessem e o processo voltasse para a primeira para a reintegração de posse ser executada, eles iriam acionar e recorrer à prefeitura. Afinal, disse-nos mostrando o processo físico, em papel, a PMSP aparecia, estava escrito, como parte interessada do processo. Esse prédio, lembrou ela se referindo à Mauá, foi desapropriado (fora o abandono), o que está garantido na Constituição. “Vamos recorrer para não reintegrar”. Ao que eles emenderam: “Tamo junto! Vamo lutar!”. O processo segue.

No primeiro semestre de 2017, quando realizei a entrevista formal com Rosângela, perguntei se havia alguma novidade no andamento do processo. Ela respondeu que não, que tudo estava parado, que havia tentado recorrer ao tribunal superior ao TJ, que seria o Superior Tribunal de Justiça (STJ) para tentar outro entendimento e fazer cumprir aquilo que estava previsto na lei, já que no TJ-SP todos os recursos e argumentos eram negados. Havia feito esse pedido há quase um ano e o processo da Mauá continuava parado no TJ-SP, o que ela sabia que não era casual: estavam segurando o processo ali. Ela me contou que planejava, como estratégia, ir para Brasília com Neti e Nelson falar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), recorrer por sua intervenção, já que os trâmites e procedimentos estavam sendo desrespeitados no Tribunal de São Paulo. Quando estavam em Brasília – sendo recebidos por uma juíza que, segundo Rosângela, foi simpática no acolhimento da sua causa e havia se comprometido a passar o caso para a presidenta atual do CNJ, a ministra Cármen Lúcia, que atualmente preside também o Supremo Tribunal Federal (STF) – receberam a notícia, do dia 6 de junho de 2017: apesar dos recursos ainda estarem em andamento, a Justiça, mais uma vez, decretara a reintegração de posse da Mauá. Era hora de voltar para São Paulo para organizar a resistência.

Duas novas ocupações de prédios no centro de São Paulo

Poder acompanhar, durante o trabalho de campo, outras ocupações de imóveis sendo feitas também propiciou observar momentos em que o conflito se dá de forma muito mais aberta e explícita (em que a iminência de confrontos físicos não é só concreta como muito próxima) do que se aparenta em ocupações que estão mais consolidadas; obviamente que há muitos conflitos em jogo e envolvidos na própria condição de uma ocupação, mas esse caráter conflitivo permanece como que latente, “adormecido”, distante dos olhos no dia-a-dia de uma ocupação já bem estabelecida. É evidente que há situações e momentos em que mesmo em uma ocupação de dez anos como a Mauá a tensão e insegurança são maiores, mas, de todo modo, em situações de novas ocupações de prédios, em que não há garantia nem estabilidade, muito menos segurança, e a situação permanece provisória e a precariedade é grande, a tensão e possibilidade de confronto são muito mais próximas.

Foram duas ocupações que pude acompanhar em 2016 e, mesmo que partilhassem de aspectos comuns, foram duas experiências muito diferentes. De modo sucinto, uma se deu no dia do segundo turno das eleições municipais (que não teve em São Paulo), em um ação conjunta de vários movimentos e de grande escala na cidade e que, tirando alguns momentos de grande tensão, a ocupação que acompanhei conseguiu se manter por mais de 48 horas¹⁰⁸ e persiste até o momento da escrita. A outra ocupação acompanhada ocorreu durante o período eleitoral, mas antes do primeiro turno ainda, em uma ação isolada realizada por dois grupos de movimentos (um ligado à Mauá e outro de fora), de forma mais desarticulada e desorganizada, e a ocupação não conseguiu completar 48 horas, tendo de ser desocupada antes do previsto, mas após negociação (que foi agendada a partir da ocupação) com a prefeitura. O objetivo inicial era ocupar para permanecer no prédio para morar, mas por várias questões no desenrolar da ação isso foi se tornando uma possibilidade distante, e após negociação com a prefeitura optou-se em deixar o prédio em troca de algumas promessas feitas pelo poder municipal.

Na ocupação que ocorreu no dia do segundo turno das eleições municipais, depois de uma fala de Neti na concentração na Mauá explicando a situação adversa que vivíamos com o “golpe” e com a eleição do prefeito João Doria, eleito com um discurso abertamente criminalizante dos atos de ocupação, era preciso dar um recado e mostrar que não iam desistir da “luta por uma vida digna”. Antes de partir, o tradicional grito puxado por Neti, seguido pelos demais, ressoou como um trovão: “Quem não luta, tá morto!”. Por volta das 22 horas, fomos saindo a pé em pequenos grupos separados da rua Mauá em direção à avenida Ipiranga, no meio da noite. Ninguém sabia qual era o alvo, o desconhecido aumentava ainda mais a ansiedade e a tensão. Entramos todos em uma garagem. Lá, todos permaneceram por cerca de duas horas em uma espera agonizante. Algumas pessoas aflitas em participar diziam que tinham que trabalhar no dia seguinte cedo ou que tinham deixado os filhos com alguém. Mas havia crianças e idosos também entre as pessoas para essa ação. A expectativa geral era que à meia-noite, horário tradicional para essas ações, teria início a movimentação. A ansiedade fazia com que as pessoas especulassem onde seria o prédio a ser ocupado: algumas pessoas comentavam que sabiam qual seria, outras hesitavam dizendo “acho que eu sei...”, e havia outras perdidas com tudo o que se passava, algumas, inclusive, achando

---

¹⁰⁸ Depois de 48 horas, a polícia só pode entrar no imóvel ocupado com mandado judicial.

que quando entraram na garagem já haviam ocupado o prédio. Carros da GCM e da Polícia Militar passavam devagar, várias vezes, na frente do prédio em que estávamos, afinal, era uma movimentação “suspeita” para eles, em um dia (segundo turno de eleições) que habitualmente ocorrem ocupações. Cinco minutos para a meia-noite, o portão da garagem foi aberto. Todo mundo devia correr para o “alvo” situado na avenida Ipiranga. Mulheres, jovens, homens, senhoras, crianças, com sacolas, colchonetes, cobertores nas mãos e mochilas nas costas, corriam em direção ao prédio em que um grupo pequeno de homens tentava abrir o portão. Enquanto ele não era aberto, a aglomeração de uma centena de sem-tetos diante do prédio fechava o trânsito da avenida Ipiranga, parando ônibus e carros – alguns assustados com aquele acontecimento escapavam dali dando marcha ré. Expostos daquele jeito na rua sem conseguir entrar no prédio, se a polícia passasse seria um massacre a repressão. Dez minutos. Dez minutos depois, o portão finalmente foi aberto e as pessoas puderam entrar. Muitos disseram que foi a entrada mais demorada em uma ação que eles presenciaram. A comemoração pelo sucesso corria solta.

Essa foi uma das ocupações que ocorreram naquela noite. Ainda naquela madrugada, depois de estabilizada essa ocupação da avenida Ipiranga, Nelson me convidou para acompanhá-lo em uma visita até outra ocupação, que também havia sido realizada, na avenida Duque de Caxias. Naquela noite de múltiplas ocupações simultâneas pela cidade, três estavam sendo no centro – a da Ipiranga, uma na da Duque de Caxias e uma na avenida Nove de Julho –, todas realizadas por movimentos diferentes. Saímos da Ipiranga e pegamos a São João, onde logo entramos na rua Conselheiro Nébias, pela qual Nelson foi me apontando alguns prédios que já havia ocupado. Estávamos Nelson, eu, um advogado do movimento e um morador da Mauá. Na madrugada, aquela parte da cidade parecia ter sido evacuada: as ruas estavam desertas e muito pouco iluminadas, apenas diversos pequenos grupos de usuários de crack espalhados em diferentes esquinas em meio a entulhos acumulados no chão entre caixas de madeiras vazias e papéis voando com o vento. A maioria olhava para nós, mas não chegaram a mexer com um grupo inusitado como aquele nosso andando naquele horário improvável por ali. Todos os baixos e velhos prédios da região estavam fechados. Chegando na Duque de Caxias, logo avistamos o grande prédio ocupado. Uma confusão acabara de ocorrer: o proprietário, pessoalmente, havia passado ali e, discutindo com os sem-teto, sacado uma arma e avançado em direção a eles. Os

policiais entrevistaram e pediram para o proprietário ir embora. No dia seguinte, um novo episódio envolvendo aquele prédio: à tarde, quando havia poucas pessoas segurando a ocupação, um grupo de quatro homens armados arrombou o cadeado e mandou todos os ocupantes saírem de lá, imediatamente. As especulações giravam em torno de uma milícia contratada pelo proprietário e/ou da imobiliária que cuidava daquele prédio, Savoy, “a maior grileira de terras do centro!”, segundo um dos comentários. Esse episódio marcou o fim daquela ocupação.

A ocupação da Ipiranga que acompanhei e que acabamos de descrever o momento de entrada ultrapassou 48 horas e vem se viabilizando e efetivando, com bastante organização e gente envolvida (que já está morando lá). Após esse episódio inicial muito tenso, a chegada da polícia alguns minutos depois elevou novamente a tensão, que logo passou, a conversa foi amena e eles levaram uma coordenadora de um dos movimentos para a delegacia para fazer o Boletim de Ocorrência, algo de “praxe”. Passando esses primeiros momentos mais angustiantes, as horas seguintes foram mais tranquilas. Houve, inclusive, a possibilidade ao longo do tempo de pessoas poderem sair e entrar na ocupação (eu, por exemplo, no dia seguinte) para revezar com quem estava lá e precisava trabalhar, descansar. Essa possibilidade, que facilita muito o trabalho de manutenção da ocupação nesses primeiros dias muito precários de estrutura geral, foi simplesmente impossível e impensável na outra, que relataremos a seguir.

Essa ocupação da avenida Ipiranga foi mais bem preparada e organizada, com uma melhor estrutura (de comida, equipamentos e instrumentos, número de pessoas e logística) em uma operação articulada com outros movimentos de moradia (realizada em um dia que tiveram muitas outras ocupações espalhadas pela cidade). As negociações com os policiais que apareceram na hora e na delegacia foram mais tranquilas, o que já reduz em muito a atmosfera tensa que acompanha esses acontecimentos, demonstrando maiores chances de viabilidade e de “sucesso”, pelo menos, no curto e médio prazo. Tanto que no decorrer dos dias, pessoas que não participaram do momento da ocupação, não eram ligadas aos movimentos ocupantes ou que vinham de outras ocupações (inclusive, da ocupação Cine Marrocos, que havia sido reintegrada há pouco tempo na região do Teatro Municipal) passaram por ali perguntando e pedindo vagas. A resposta dada, geralmente, foi de que aquela ocupação seria destinada aos grupos de base dos movimentos envolvidos ali e aos que ocuparam desde o primeiro momento, e que para os interessados em participar a recomendação era

ir às reuniões de base que acontecem às sextas-feiras na Mauá (a forma de entrada e ingresso para as pessoas de fora no movimento, como já apresentado).

A outra ocupação que acompanhei e que aconteceu em setembro de 2016, antes dessa, portanto, não conseguiu segurar o prédio, não completou 48 horas, e firmou um acordo com o poder público municipal (mas com a gestão derrotada nas eleições, o quadro se tornou de completa incerteza e insegurança quanto ao prosseguimento e realização do que foi arranjado). Esses dois episódios não são trazidos como exercício de comparação, para avaliar o que deu certo e errado, tirar lições e fazer valorações sobre estratégias e táticas, mas por aquilo que representaram de evento político e urbano.

Essa segunda ocupação foi muito mais frágil, desorganizada e funcionou de forma quase “autônoma” no modo de gestão interno do prédio ocupado devido ao isolamento que teve com o mundo exterior, por imposição da GCM, que permanentemente vigiou a entrada e controlou o acesso ao prédio. Ao mesmo tempo que essa ocupação “fracassada” pode ser vista como um caso em que as coisas não deram certo (em termos de objetivos dos movimentos de moradia), por conta dessas mesmas “falhas”, “erros”, “brechas” e imprevistos – e também pela confluência de alguns eixos políticos e urbanos importantes – ela se constituiu como ocasião privilegiada em que foi possível acompanhar a emergência de forma muito potente e aberta de vetores claros de conflito, que muito rapidamente se armaram ao redor desse prédio ocupado, durante dois dias apenas. Sobre esses desdobramentos imprevistos que se seguiram à ação, Cefaï (2009) afirma que não existe, de fato, um curso uniforme da ação: há imprevisibilidades, imprevistos, rearranjos, armadilhas, que faz a ação escapar das expectativas dos agentes, abrindo várias possibilidades no seu decorrer, que devem ser enfrentadas. Cabe àqueles que portam e dão suporte à ação coletiva aproveitar as chances que se abrem, “desvelando no existente o horizonte do possível”, sendo que os resultados que seguem são imprevisíveis (2009, p. 35).

Os eixos políticos importantes a que nos referimos dizem respeito ao próprio prédio escolhido para ser ocupado, pelo seu histórico, pela sua localização e também pela conjuntura e momento em que tudo aconteceu. O prédio localiza-se na rua General Couto de Magalhães, na região da Luz, próximo da rua Mauá. O imóvel pertencia à Prefeitura de São Paulo (o prédio da avenida Ipiranga tinha um proprietário privado que,

inclusive, durante as primeiras horas depois da ação não tinha ainda aparecido para fazer o boletim de ocorrência), em um terreno que havia sido todo demolido durante as primeiras demolições do projeto Nova Luz, ficando como única construção que permaneceu em todo aquele terreno, e serviu de sede e escritório do consórcio Nova Luz (até o projeto e as demolições serem interrompidas). Foi deixado sem uso e abandonado quando, em 2013, foi ocupado e se tornou a ocupação Margarida Maria Alves, a que já nos referimos, mas foi desocupado em uma negociação entre o movimento e a prefeitura, que com ele desocupado pretendia doá-lo ao Instituto Lula, que faria ali um “museu da democracia”. Por conta de litígio entre prefeitura e Ministério Público, o prédio permaneceu sem destino claro e continuou vazio e ocioso. Assim, em setembro de 2016, ele foi ocupado novamente pelo mesmo movimento que havia ocupado pela primeira vez (saíram, da primeira vez, com a promessa da prefeitura de construir habitações populares, como nada foi feito, era chegada a hora de cobrar a promessa). É sobre essa segunda vez que estamos aqui nos referindo.

Ainda, mais dois elementos formavam a conjuntura: o prédio ficava na frente da base central da GCM de São Paulo e ocupá-lo assim tornou-se uma afronta política clara. O que a ação teve de desorganização, é inegável que teve na mesma medida em ousadia. Foi por essa razão que todo mundo justificou a reação incomum da GCM de permanecer 24 horas diante do prédio impedindo a entrada de pessoas, utensílios e até de alimentos e água. Só com a intervenção da Defensoria Pública, no dia seguinte à entrada, que a entrega de comida e água puderam acontecer. O último elemento a compor a conjuntura foi o momento político escolhido: durante a campanha eleitoral municipal. Se ocupar um prédio na frente da base central, enfureceu a GCM, ocupar um prédio da prefeitura para pressioná-la por seus compromissos durante o período eleitoral revoltou o poder municipal responsável. As negociações com ambos (GCM e prefeitura) foram tensas e duras, talvez mais do que dois movimentos sozinhos poderiam dar conta de aguentar naquele momento. Para piorar sua situação, poucas pessoas tinham conseguido entrar no prédio e as condições do edifício também estavam precárias.

Essas linhas de força que se cruzavam em torno daquele prédio naquele momento específico explicam talvez como e por que um campo de gravitação se armou de forma muito rápida e intensa ao redor daquele imóvel, mesmo sendo esse um evento de pequenas dimensões e proporções. A ocupação possibilitou acompanhar um campo

de gravitação se armando, muito rapidamente, no qual forças antagônicas em conflito logo se estabeleceram ao redor do prédio ocupado: movimentos de moradia e apoiadores, operadores do Estado e do Direito, políticos e ativistas, outros coletivos e movimentos. Nos termos de Vera Telles¹⁰⁹, foi um momento em que multiplicidades heterogêneas se agregaram, comunicando-se em suas transversalidades, fazendo mover o campo de conflito.

Nesse sentido, a disputa existente pelo espaço urbano não pode ser vista apenas como um “contexto”; ela é mais do que isso. São em acontecimentos como esses, acompanhando esses episódios e os personagens que se entrecruzam nesses eventos que podemos perceber “os diferentes movimentos que se densificam nesses pontos conflituosos da cidade”, esclarecendo “algo da trama de relações e circunstâncias que produzem o espaço urbano, em ato com seus conflitos e atores em disputa”, e é a partir desse ângulo que “a disputa pelo espaço precisa ser recolocada, situada” (TELLES; ALVES, 2006, p. 339). Para dar materialidade ao que estamos elaborando, um relato do que aconteceu naqueles quase três dias de setembro.

O prédio, de seis andares, com o cumprimento de um quarteirão, com alguns grafites e “pixos” na fachada, um cartaz escrito “Tememos mais a fome do que a morte” e um lambe desbotado com a foto de Margarida Maria Alves, resistindo desde a última ocupação que existiu lá, em 2013, foi ocupado na madrugada de domingo para segunda. Após grande tensão da entrada (com quase confronto com a GCM), apenas algumas dezenas de pessoas conseguiram passar pelo pequeno buraco aberto no concreto. O resto ficou do lado de fora, sentado na calçada, em lonas, panos e cobertores (alguns mais preparados, colchões), dando apoio e fazendo a vigília ao longo da noite. Do mesmo modo que a GCM também o fez: organizaram rondas, que trocavam em turnos, que permaneciam na porta de entrada da ocupação proibindo a entrada de qualquer pessoa ou material. Depois da conversa com os advogados do movimento, a situação ficou mais estabilizada e a madrugada transcorreu tranquilamente, com alguns episódios que encarnam bem o que significa passar a noite ao relento na região da Luz¹¹⁰.

---

¹⁰⁹ Em conferência oral proferida no evento “Diálogos com Antonio Negri”, 25/10/2016, trabalhando com o conceito de “campo de gravitação” de E.P. Thompson. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IDdqF3ThmWA>. Acessado em: 03/07/2017.

¹¹⁰ Primeiro, um morador de rua se aproximou e foi acolhido pelas pessoas sentadas e encostadas, que na rua davam apoio ao prédio. Contudo, o morador estava bêbado e logo arrumou confusão com o grupo. Incomodados, alguns homens expulsaram ele dali: “Você é do movimento?”, perguntaram. Bravo, ele

Depois de ocupado, agentes da GCM se posicionaram na frente do buraco aberto, impedindo entrada e saída do prédio.

Por volta das nove horas da manhã, se discutia do lado de fora o que fazer com o café da manhã dos ocupantes, já que eles não tinham entrado com comida, nem utensílios de cozinha como fogão e botijão de gás para ter certa autonomia. As opções eram ou sair correndo enquanto a GCM estivesse distraída e colocar a comida lá dentro ou esperar a chegada da Defensoria Pública – Nelson já havia falado com o ouvidor da DPSP – para negociar com a GCM; a segunda opção foi a escolhida. Antes da

---

reagiu: “Sou do movimento da rua!”. “Então, aqui é movimento de moradia! Vaza!”. Algumas horas mais tarde, umas mulheres foram na Mauá, pois era o único banheiro acessível àquela hora. Na volta, foram assaltadas por alguns meninos que levaram suas bolsas. Não tiveram dúvidas: foram na base da GCM, ali em frente do prédio ocupado que estavam apoiando, prestar queixa.

Pouco tempo depois desses ocorridos, um carro em alta velocidade batido e com os vidros fumê entrou na contramão na rua Couto Magalhães, onde todos nós estávamos. Como o efetivo de agentes da GCM e de carros era grande e eles estavam bem ligados com qualquer movimentação, rapidamente bloquearam a rua e com armas na mão exigiram que o motorista descesse. Todos estavam tensos com o que poderia acontecer e com a demora do motorista em sair. Quando ele abriu a porta e saiu do veículo, quase caiu de tão bêbado que estava. A tensão virou alívio e piada entre os sem-teto, que deram risada da pior escolha de rua para escapar que o homem fez naquela noite.

Quando já amanhecia, uma “noia”, como ela mesmo se referia, moradora da região, apareceu bêbada com uma grande arma d’água de plástico, verde e laranja, na mão e sentou do nosso lado na calçada. Entendendo rapidamente o que estava acontecendo ao olhar para o prédio gritou para os ocupantes, que com o nascer do dia, já saíam na varanda, “é tudo nosso!”, e, em oposição, emendava para os GCMs “vaza! É tudo nosso!”. Ela parecia habituada não só aos agentes, mas também ao funcionamento de sua rotina: da passagem de domingo para segunda-feira, acabávamos de entrar no dia 5 de setembro, e tendo plena consciência disso, gritava para os agentes: “Já é dia 5! Caiu o pagamento! Pronto, pega a grana e vaza!! Não gastar na boate!”. Para as crianças que começavam a passar acompanhadas dos pais em direção à escola, incentivava, “isso, vai para escola!”, para uma garota que passava cabisbaixa com a mãe, “essa aí não gosta de ir para escola... tudo bem, eu também não gostava!”. Para cada carro que passava apontava sua arma de brinquedo e atirava “Pou! Pou!”. Em uma das trocas de turnos dos agentes da GCM, na frente da ocupação, um agente e uma agente ao invés de fazerem a continência entre si, se cumprimentaram com um beijo, “hmmm... tão namorando! tão namorando!”, nessa hora nem os agentes conseguiram conter o riso. E ela ficou assim, mexendo com tudo e com todos, até que se levantou e decidiu correr gritando atrás de um táxi, “fui eu que te chamei!”.

Defensoria chegar, então, veio a notícia¹¹¹ lá de dentro que havia pessoas que precisavam sair para ir trabalhar. A notícia caiu como uma bomba, pois a situação já era frágil e delicada, o que diria se além de tudo ficassem poucas pessoas para segurar o prédio.

Quando o pessoal ligado à Defensoria chegou – o ouvidor geral, Alderon Costa, a defensora que coordena o Núcleo de Habitação e Urbanismo, Marina Costa, e uma servidora desse núcleo da Defensoria – eles logo foram na base central da GCM negociar a sua entrada, para levar tanto comida quanto ver as condições internas do prédio. Depois de uma meia hora, eles saíram trazendo uma lista de pedidos dos ocupantes: café, bolacha, cobertores, galões de água, pasta e escova de dente, absorventes, lanternas. Pessoas saíram para providenciar esses produtos. O ouvidor geral avisou que fariam uma outra entrada às 14 horas com o almoço, quando levariam esses itens por eles pedidos. Eles nos contaram que a situação no prédio era precária, mas que eles estavam se virando e melhorando as condições internas, estavam todos bem. Também nos avisaram que havia um menor de idade desacompanhado lá dentro, mas que estava por livre e espontânea vontade¹¹². Dito chegou nessa hora e avisou que havia conseguido agendar com o secretário municipal de Habitação uma reunião para o dia seguinte, terça-feira, às 16 horas.

Depois da segunda entrada com almoço dos defensores, eles disseram que iam embora, mas que voltariam no final do dia. A funcionária da Defensoria nos disse que estavam para chegar alguns servidores em greve da Defensoria para dar apoio à ocupação. Em termos de apoio também, pouco tempo depois, chegou Talita Gonsales, que trabalhava no Observatório de Remoções. Por meio do grupo de whatsapp da Escola Margarida Maria Alves, Paterniani (2016), pesquisadora do Observatório, ficou sabendo da ocupação que ocorria e divulgou a situação. Foi assim que Talita, que já conhecia Nelson, desde as reuniões do Comitê Popular da Copa (BRITO, 2015),

---

¹¹¹ O principal meio de comunicação com as pessoas que estavam dentro do prédio era o whatsapp. Foi se mostrando com o tempo fundamental fazer com que conseguissem carregar suas baterias, já que não havia eletricidade no imóvel. As estratégias e improvisos que se desenvolveram para atingir esse objetivo foram variadas e de uma astúcia impressionante.

¹¹² Depois conheci o garoto: muito firme, determinado e corajoso, tinha apenas 15 anos. Ele vivia em uma ocupação na Nove de Julho e morava só com seu irmão. Ficou sabendo da ação por um colega e veio por vontade própria. Como essa não deu certo, reencontrei ele novamente durante a ocupação na avenida Ipiranga, que ele também participou. Ao que tudo indica, ali ele iria conseguir um quarto para ele e seu irmão.

realizadas antes da Copa, na Mauá, recebeu a notícia de que a ocupação precisava de suporte e veio.

Foi depois das duas tardes que a situação e o clima começaram a mudar com a chegada da IOPE (o batalhão de choque da GCM, conhecido também como “choquinho”) com grande estardalhaço: várias viaturas chegaram de modo brusco e barulhento, se posicionando na frente do prédio ocupado. Com a IOPE, surgia a possibilidade de uma desocupação forçada, o que fez com que surgisse uma grande preocupação. Os apoiadores do prédio começaram uma movimentação para conseguir mais apoio. Os dois outros movimentos que compunham a Mauá, que não estavam participando nem apoiando aquela ação, foram avisados do que se passava, e as coordenações comunicaram que mandariam gente. Nas redes sociais, avisos sobre o que acontecia fez, principalmente, com que universitários e simpatizantes dos movimentos fossem chegando com o passar da tarde. O Movimento Passe Livre (MPL-SP) foi acionado por meio de um dos coordenadores de um dos movimentos e enviou dois de seus integrantes. A Ponte Jornalismo foi avisada por meio de Dito. Era a rede de apoiadores e outros atores externos, mas próximos do movimento de moradia, que estava sendo acionada, espalhando-se e materializando-se na presença física de pessoas ali, na frente do prédio vigiado e isolado do resto da cidade.

Quando começou a escurecer, a IOPE posicionou o porta malas de um dos vários veículos que rodeavam o prédio na porta de entrada da ocupação e agentes diziam estar prontos para entrar jogando gás, tentando criar um clima de intimidação psicológica forte nos ocupantes. Como relatado, dos três movimentos que compõem a Mauá, apenas um estava ocupando aquele imóvel, mas com a iminência de uma reintegração de posse, os moradores da Mauá e da Prestes Maia foram chamados a apoiar da rua o prédio ocupado. Diante da situação, um novo rearranjo entre os movimentos: inicialmente, estavam desunidos, diante da gravidade do que se anunciava, se rearticularam buscando formar uma maior unidade frente a uma ameaça real.

Desse modo, o número de pessoas aumentou consideravelmente. Não sendo mais possível ficar apenas na calçada, a rua Couto Magalhães foi ocupada pela multidão que aumentava. Do outro lado, uma fileira de agentes e de viaturas da GCM e da IOPE com as luzes vermelhas das sirenes acesas reforçava a atmosfera de confronto. Havia crianças, mulheres e idosos, e a tensão era grande. Havia um consenso de que se a GCM

avançasse, eles teriam que enfrentar também toda aquela multidão na rua. Uma coordenadora da Prestes Maia comentou: “Se eles entrarem, a gente põe a Mauá e a Prestes Maia inteira na rua e derruba esse prédio velho!” Uma mãe, a quem me afeiçoei ao longo desse tempo de apoio, que acompanhava do lado de fora seu filho que tinha entrado e estava muito aflita: ela me dizia que tinha perdido um filho recentemente e que não ia perder outro, “se eles [GCM] invadirem, eles vão ter que me matar antes, porque eu vou me jogar na frente deles”. O clima era muito tenso.

Enquanto isso se passava, dentro da base da GCM, Dito, como advogado do movimento, e o ouvidor geral da Defensoria negociavam com o alto comando da GCM. Depois de pouco mais de meia hora, que parecera uma eternidade, os três (advogado, ouvidor e o corregedor da GCM) vieram dar a notícia de que havia sido acordado retirar a IOPE e as demais viaturas, permanecendo apenas um veículo “para cumprir as formalidades” até a reunião do dia seguinte na prefeitura, quando tudo seria decidido. A entrada de comida, a partir de agora, ficava liberada também. A condição para isso tudo acontecer era que o movimento se comprometesse a não tentar entrar com mais gente no prédio e que o número de pessoas na rua (os apoiadores) também diminuísse. “Consenso?” “Consenso!” O acordo foi celebrado com festa e como vitória pelos ocupantes e pelos que estavam na rua apoiando.

Imediatamente, convocou-se uma plenária extraordinária da Mauá e da Prestes Maia ali na rua mesmo. Dito começou falando, agradeceu o apoio de todos, resgatou a história desse prédio e da questão habitacional na região da Luz, criticou a prefeitura que, durante essa gestão, não havia construído nenhuma unidade de habitação social naquele lugar cheio de terrenos vazios e abandonados. Depois, o ouvidor da Defensoria, brevemente, agradeceu, como também foi breve a fala de um dos coordenadores do Observatório de Remoções, que havia chegado à noite lá. Por fim, os coordenadores dos movimentos da Mauá, que estavam em posições distintas naquela ação, fizeram suas falas que convergiam mostrando a importância da luta e que iriam cumprir sua parte do acordo, desde que a GCM cumprisse a sua também, em uma espécie de tom de ameaça. “E mexeu com um, mexeu com todos!”.

Tanto essa ação coletiva que foi se desdobrando, a cada hora de um jeito, com uma nova informação e imprevisto que fazia com que todos tivessem que rearranjar a “pilotagem”, quanto essa fala pública dos movimentos de moradia se direcionando,

inclusive, ao seu “oponente” (naquela situação, a GCM) demonstram que existem mobilizações que não são, de fato, rotineiras e que abalam os sentidos comuns (e consensos) colocando à prova as atitudes dos atores nela envolvidos. Desse modo, a mobilização (de protesto e de conflito) deve produzir os termos de sua inteligibilidade e legitimidade aos públicos a que se destina, tanto para os seus membros quanto para os adversários (CEFAÏ, 2009, p. 27).

No dia seguinte, no entanto, após negociações com a prefeitura decidiu-se pela desocupação do imóvel em troca de um acordo: no próximo edital público aquele terreno seria destinado para habitação social. Pairava no ar uma atmosfera e sentimento inegáveis de “derrota”. Os ocupantes que bravamente permaneceram até aquele último momento foram recebidos como heróis e heroínas ao sair do prédio, era indissimulável, no entanto, a satisfação no olhar dos agentes da GCM acompanhando a desocupação. Haveria que se esperar pela próxima. De todo modo, foi um episódio e experiência muito fortes e intensos para todos os envolvidos. Foi curto, efêmero, mas que possibilitou, nesse tempo condensado, vislumbrar o acionamento de toda uma rede e conflitos que se armam logo que uma ocupação ocorre.

Para complementar essa análise das dimensões urbanas e políticas envolvidas, Agier (2015, p. 206-207, tradução livre) afirma que

o agir político e urbano demarcam uma linha de divisão entre um antes e um depois. Esse movimento, tomado tanto de espaço quanto de palavra, é o momento político propriamente dito, pois é ele que engendrou uma situação radicalmente nova. [...] Esses movimentos podem mudar a distribuição dos espaços e dos sentidos da cidade ao mesmo tempo que eles “fazem” a cidade.

Ter podido acompanhar essa ocupação me fez perceber melhor como o *ocupar* se torna um evento político e “instâncias variadas de poder foram obrigadas a se pronunciar, legitimando-o em alguma medida” (BIRMAN, 2015, p. 172). É possível formular que quando a intervenção política do movimento incidiu e atravessou com o imóvel vazio o conflito entre forças antagônicas acionou toda uma trama (rede de atores e movimentos, operadores, dispositivos jurídicos, discursos, negociações políticas...), conferindo um outro estatuto para a ocupação e ocupantes.

É segundo essas linhas que podemos, portanto, afirmar a ocupação como um evento político. Para finalizar esse ponto, duas breves reflexões que tomam como perspectiva o prédio e as pessoas que o estavam ocupando em meio a todo esse emaranhado de forças, pois afinal no cruzamento de todo esse duro e tenso embate que era travado, de modo concreto e visível, tínhamos apenas o edifício e os ocupantes.

1) A mudança, em relação ao que esse prédio era antes, foi gigantesca: até a véspera da ocupação aquele era mais um espaço vazio da cidade. Mais um, dentre tantos na região da Luz, prédio abandonado concretado que passava batido na paisagem dos que transitavam por ali. Com a ação política do movimento, quando o concreto é marretado e o edifício abandonado ocupado, a configuração daquele espaço se transformou radicalmente. Cercado e sitiado permanentemente pela GCM, acompanhado de fora pelo movimento e por apoiadores, assessorado juridicamente por advogados, intermediado por negociações da Defensoria Pública, conversado com políticos e nos gabinetes da prefeitura, o prédio se tornou um evento político. Antes indiferentes, depois da ocupação não havia quem passasse sem olhar e se intrigar para o que estava a acontecer com aquele prédio, que era palco e ator central do evento. Os vizinhos discutiam, curiosos se detinham, crianças apontavam. Ainda mais porque, fora o prédio, havia pessoas vivendo lá dentro, dando vida ao imóvel e conduzindo a ação. Sem terem para onde ir, com sua livre circulação restrita, assim como o acesso a bens básicos, os ocupantes passavam o dia andando pelos quartos, conversando ou apenas olhando pelas janelas e pela grande varanda. Nós, do lado de fora, permanecíamos em vigília e, mesmo sem perceber, ficávamos com os olhos atraídos a contemplar aquele prédio de seis andares que logo que ganhou vida se tornou inacessível, novamente. Se antes era o concreto da entrada que impossibilitava o acesso, agora era a força da GCM, as barreiras jurídicas e negociações políticas que nos afastavam dele e isolavam os ocupantes do resto da cidade. Aquele edifício funcionava em um regime e em um tempo políticos e jurídicos diferentes. Ocupantes políticos ou prisioneiros do Estado? Eles tomaram o prédio ou estavam presos dentro neles? As fronteiras eram tênues e elas mudavam a cada momento conforme avançavam e bloqueavam as negociações e ações, jurídicas e políticas.

2) No auge da tensão, no anoitecer da segunda-feira, conforme aconteciam as discussões entre as coordenações dos diferentes movimentos de moradia, com seus diferentes planos e visões, advogados, defensores, políticos e funcionários da GCM (do baixo e

alto escalão), diferentes interesses e projetos se debatiam, se opunham, se alinhavam, se confrontavam enquanto a iminência da reintegração de posse crescia, elevando a tensão dentro do imóvel ocupado e do lado de fora, nas ruas, entre os vários apoiadores que ali estavam. A iminência de um confronto que se levado a cabo provocaria uma batalha campal, tornava o ar elétrico. O pano de fundo eleitoral e tudo que estava em jogo nesse cenário delicado dava a tônica para as conversações que aconteciam. Não havia consenso entre os diferentes movimentos sobre os encaminhamentos e disputas que deveriam avançar. E no meio dessa trama tensa de diferentes objetivos, perspectivas políticas e da possibilidade concreta de violência e repressão, a vida dos nove sujeitos ali encastelados, dispostos a permanecer e resistir. Forças tão desiguais colocadas nesse tabuleiro político: o aparato estatal, os interesses políticos, os movimentos de moradia (em suas diferentes dimensões, lideranças discutindo e sem-tetos, na rua, apoiando), as máquinas eleitorais, a disputa jurídica e imobiliária... e as nove vidas ali dentro, sem sabermos se – e sendo ao mesmo tempo – “refêns” e “vítimas” ou “protagonistas” e “heróis” de todo o acontecimento.

Assim, como se buscou demonstrar, esse evento permitiu acompanhar muitos acontecimentos que se ligam fortemente às questões de pesquisa que moveram a investigação das dinâmicas urbanas e políticas por trás de uma ocupação de moradia no centro de São Paulo. Ao mesmo tempo, possibilitou também acompanhar, de modo muito condensado, os processos e articulações envolvidos em uma ocupação, no ocupar e no fazer ocupação. Mas também, de certo modo, de modo simplificado e reduzido, possibilitou vislumbrar como pode ser o seu final¹¹³.

Para encerrar, trago uma passagem de Telles e Alves (2006) se referindo e refletindo sobre o desfecho de um outro conflito pelo espaço urbano ocorrido em um outro momento e região (final dos anos 1990, começo dos anos 2000, na zona leste de São Paulo), envolvendo outros atores e dinâmicas, mas a precisão dos termos e das ideias elaboradas permanecem; podendo ser tomados para se referir não só ao confronto vivido no Jardim São Carlos, em 2000, ou ao fim dessa breve experiência acompanhada na Luz em 2016, mas a qualquer outra situação de despejo e reintegração de posse que esta cidade passou e ainda vai passar:

---

¹¹³ Para relatos etnográficos de desocupações, ver: AQUINO (2008), FERNANDES (2013).

Em todas e cada uma dessas situações, é o direito à vida e o sentido da vida que estão em jogo. Sem isso não dá para entender a extraordinária energia com que esses moradores batalham para encontrar um lugar no mundo [...]. E é isso que dá a medida do drama envolvido na truculência desse conflito.

Ainda: em todas e cada uma dessas situações, a defesa da vida é sempre ou quase sempre feita como que em um regime de urgência. E é aqui que talvez tenhamos o ponto crítico a ser bem refletido, sob pena de fazer desses percursos uma versão edificante da história popular, ao estilo ‘apesar de tudo a vida é bela’. Pois é nesse ponto que a tragédia dos tempos que correm está condensada. [...] os acertos e arranjos da vida são feitos (e desfeitos) no fio da navalha, sempre. [...] O problema todo está quando a defesa da vida e das formas de vida se faz nesse estado de urgência. Toda a história excludente da sociedade brasileira está como que condensada nisso, em cada um dos momentos críticos da vida desses personagens. [...] O direito à vida que pulsa em cada momento dessas histórias ganha toda a sua grandeza e toda a sua força se pudermos ver nisso a defesa de possibilidades de existência, de mundos plausíveis de serem vividos, e que se faz, sempre e o tempo todo, nesse fio da navalha: todos e cada um pode, de uma hora para outra, se ver destituído de tudo o que, afinal de contas, define uma forma de vida. Essa defesa da vida e das formas de vida se faz o tempo todo, a cada momento, nessa zona de indeterminação; esses personagens transitam o tempo todo em um mundo em que são pouco discerníveis as fronteiras do lícito e do ilícito, da norma e da exclusão, do direito e do arbítrio. Mas é isso propriamente que compõem a trama do mundo social. [...] E é dessa trama que se tece também a vida desses personagens e suas famílias (TELLES; ALVES, 2006, p. 340-341).

À esquerda, a segunda vez em que o imóvel foi ocupado (setembro de 2016). À direita, após a desocupação de 2016, o imóvel concretado e vazio (setembro de 2017).

Operação na “cracolândia”: maio de 2017 e desdobramentos

Após a eclosão da megaoperação da prefeitura e do governo do Estado na região conhecida como “cracolândia”, situada no bairro dos Campos Elíseos, como mencionado, brevemente, no início deste trabalho, no dia 21 de maio de 2017, uma série de ações, reuniões e articulações começaram a acontecer pela região envolvendo diferentes atores e coletivos, diretamente afetados ou não. Os movimentos de moradia ali da região passaram logo a se movimentar e organizar também realizando reuniões, sobretudo, no grande salão térreo da Mauá. Movimentação essa que passei a acompanhar e participar. Em torno de sua mobilização, sem rebaixar ou diminuir nenhuma outra das muitas dimensões acionadas por essa ação do Estado, algumas até mais urgentes, como, por exemplo, violações e abusos da polícia e o tratamento dado aos usuários de crack, o grupo dos movimentos de moradia organizados tiraram uma pauta específica para sua atuação nesse evento: a questão da moradia naquela área. No emaranhado de questões e conflitos que se sobrepunham nos incidentes que transcorriam na área desde o final de maio, era preciso manter a clareza e o foco na moradia para terem uma ação eficaz, esse foi o consenso logo estabelecido.

Se por um lado, retomar o campo de pesquisa em junho em um ritmo intenso próximo já dos prazos de encerramento não me parecia muito sensato, por outro lado,

poder acompanhar todo esse processo foi muito importante para entender melhor não só a própria história da Mauá – por exemplo, os acontecimentos que se deram quando do projeto Nova Luz, algo que só havia lido a respeito nos últimos anos, estavam, de certa forma, acontecendo ao vivo, articulações e dinâmicas muito próximas às vividas no período – como o papel importante desempenhado por aquele espaço e pelo coletivo de atores que se organizavam ao redor de e a partir de lá. Foi um momento em que um passado não esquecido retornava reatualizado pelos vetores políticos e urbanos de uma nova conjuntura, exigindo que a ocupação Mauá e os atores organizados ao redor dela, mais uma vez, se reunissem para reviver uma resistência em novas formas e arranjos em um novo capítulo da história política e urbana do centro de São Paulo que estava sendo escrito e, como não podia deixar de ser, disputado.

Para retomar os desdobramentos que se seguiram à operação do dia 21 de maio: foi criado, uma semana após o ocorrido, um fórum “oficial não institucionalizado” na Mauá para organizar e articular diferentes atores para discutir a operação na “cracolândia”, tendo como foco e eixo a questão da moradia. O grupo que passou a se reunir semanalmente no grande salão térreo da Mauá para discutir as ações e questões relativas à moradia reuniu lideranças dos movimentos de moradia organizados do centro, pesquisadores ligados ao Observatório de Remoções e universidades, moradores e comerciantes da área afetada e do entorno, lideranças de ocupações menores e menos organizadas do entorno, advogados e defensores, ativistas e integrantes de outros coletivos.

Dito, o advogado, que desempenhava o papel de organizador e mediador maior das reuniões, abriu a primeira reunião ali no salão térreo da seguinte maneira: a Mauá tornava-se novamente o “quartel-general da resistência”. “Foi aqui, nesse salão, a partir dele, que derrubamos o projeto Nova Luz, e aqui estamos novamente para barrar outra operação”. Na segunda reunião que se realizou, havia ainda mais atores preocupados com os acontecimentos que vieram participar: pequenos lojistas do comércio vizinho, membros do coletivo “A Craco Resiste”, que vinha desempenhando a linha de frente da resistência e mobilização junto dos usuários de crack das áreas afetadas, e o presidente da associação dos comerciantes da Santa Ifigênia, que fora avisado da reunião por Neti – que acionou esse contato da época das mobilizações contra o Nova Luz.

O presidente da associação dos comerciantes fez uma fala curta, que destoava do consenso de posições e visões políticas da maioria ali presente: afirmou que tinha conhecidos e “amigos pessoais” entre o secretariado, assessores e agentes públicos, municipais e estaduais, envolvidos na operação; de que não via com maus olhos a PPP Habitacional que estava sendo construída ali, afinal, seus funcionários poderiam, além de trabalhar, morar na região, já que uma parte das vagas era destinadas a trabalhadores da área que não moram no entorno – em um momento em que as preocupações gerais estavam justamente nas pessoas que moravam ali e foram afetadas por tudo o que estava acontecendo. Antes de sair para outra reunião e, por isso, permanecia tão pouco naquela enfatizou que todos ali queriam o melhor para o centro e o que fosse “melhor para o centro, terá nosso apoio”. Fora as ambiguidades reveladas nessa fala curta, o ponto era que o “melhor para o centro” era algo vazio de um significado único e estava sendo disputado, inclusive, ali naquele salão¹¹⁴.

Percebendo a distância que o separava dos demais, perguntei depois para os presentes que haviam participado da articulação na época do Nova Luz como havia sido possível dialogar e trabalhar em um grupo tão heterogêneos nas visões, discursos e interesses. A resposta que me deram é que na época o projeto era muito grande (a área de intervenção, que seria afetada, demolida, etc. abarcava um território muito extenso) e atingia diretamente os comerciantes da região, que tiveram que se unir com os movimentos organizados e demais atores para barrar o projeto; foram a urgência e risco que corriam que fizeram todos se unir. Como na atual situação a área diretamente afetada e em risco, nesse primeiro momento, era a área da “cracolândia”, isso oferecia uma margem maior de desacordo e de viabilidade de outros interesses. Aliás, é justamente nessa sobreposição e conflito de interesses difusos para a área em conflito que as atuais gestões apostam tentando também desarticular e jogar um grupo de atores contra o outro, muitas vezes.

Mas foi Nelson que, em sua fala, após a saída do representante dos comerciantes, melhor deu o tom de conciliação: “O papel do Estado é fácil, é desorganizar, bagunçar. O nosso é muito mais difícil, é organizar, articular. Leva muito mais tempo”. Em seguida, também lembrou dos tempos e discussões do projeto Nova

---

¹¹⁴ Faço essa afirmação tomando como referência os termos com que Harvey (2014, p. 247) trata a ideia do “direito à cidade”, categoria segundo ele polissêmica cuja definição e significados são objetos de disputa.

Luz, disse que naquela época eles tiveram que ter “jogo de cintura” para conseguir mobilizar e se juntar, apesar de todas as diferenças envolvidas, e que agora não poderia ser diferente.

Naquele dia, inclusive, as coordenações dos movimentos de moradia da área central foram chamadas a participar de uma reunião com o secretário municipal de Habitação, ninguém sabia ao certo para quê e porquê, mas concordou-se em montar uma comissão para escutar o que seria dito, e buscar obter respostas que não estavam claras: qual era exatamente a área da intervenção, quais os planos para os moradores dali, e se as remoções seriam interrompidas. Uma última linha tirada foi que o espaço soberano de decisões não seria entre os presentes na reunião da Sehab (Secretaria de Habitação), mas nas reuniões semanais ocorridas no salão da Mauá, às terças-feiras, quando um número maior de pessoas estava envolvido e mais vozes eram contempladas.

Chegamos no Edifício Martinelli, na esquina da avenida São João, na entrada pela rua Líbero Badaró, por volta das 18 horas. Tinham sido tirado quatro pontos para questionar o secretário, após ouvir o que ele tivesse a dizer: 1) Criação de um Conselho Gestor para discutir e tratar da região de intervenção; 2) Nenhuma remoção até a criação do Conselho Gestor; 3) Acompanhamento do cadastramento dos moradores; 4) Informações sobre o projeto executado, qual seu perímetro exato, o que se pretende fazer ali, etc.

A reunião começou com o secretário de Habitação, Fernando Chucre, justificando o porquê da reunião, o que era já de conhecimento de todos: a operação na região conhecida como “cracolândia” ocorrida no domingo, 21/05. Ele ia nos explicar o que havia sido planejado, o que estava sendo feito e quais seriam os próximos passos e ações, mais especificamente, para as quadras 37 e 38, por parte da secretaria de Habitação – ele foi muito claro e enfático nesse ponto durante toda a reunião: ali, trataríamos apenas de questões ligadas a essa pasta. O secretário então retomou a ação do início: disse que no domingo, primeiro dia, não teve atuação da Habitação. No dia seguinte, houve uma reunião entre nove secretarias do município e suas equivalentes estaduais que se reuniram para discutir suas ações. Ainda houve uma reunião só da Secretaria Municipal de Habitação para fazer o planejamento da ação da pasta na região tendo, num primeiro momento, principalmente, a área social de habitação atuando. Na

terça-feira, junto de outras secretarias, discutiram como seria a abordagem às pessoas, a ficha que seria usada, como seria o pré-cadastramento, etc. E na quarta-feira, o pré-cadastramento propriamente começou.

Na quarta-feira de manhã, fizeram arrolamento e selaram os imóveis do perímetro da operação para identificar as famílias que residiam em cada um dos edifícios e cômodos da área. Segundo ele, fizeram vistoria e quase todos os imóveis foram selados (para evitar ocupação inoportuna) identificando, principalmente, três tipos de situação: família residindo e presente; família residindo e ausente no momento; e cômodos que não estavam sendo ocupados, não havia famílias morando. Reconheceu que havia um desafio posto para eles em relação aos moradores temporários, afinal aquela é uma região com muitas pensões e de grande rotatividade, de como classificá-los, como irão ser atendidos, se é que irão ser.

Dessa forma, terminou a apresentação do secretário e se iniciou o momento para perguntas. A primeira, de cara, foi qual era o perímetro exato dessa ação, quais eram exatamente essas quadras 37 e 38 a que ele tanto se referia. Para responder a essa pergunta, eles ligaram o computador e projetaram na parede a imagem de uma planta – que estava desatualizada – tendo marcado quarteirões entre a Cleveland, Helvétia, Alameda Barão de Piracicaba e Gleite. A próxima pergunta foi o que eles estavam chamando de atendimento para as famílias. O secretário respondeu que essa era uma discussão que estava sendo feita internamente, portanto, não estava fechada nem decidida. Reconheceu ainda que havia ali uma gradação do público e havia um grupo de pessoas que não se encaixava em nenhum dos critérios por eles estabelecidos, que eles não sabiam ainda como enquadrar e o que fazer exatamente com eles.

Fonte: Sehab

A próxima pergunta foi se essa área estaria em perímetro de ZEIS. Sim, foi a resposta, ZEIS 3. A conclusão, de todos, foi então que precisava constituir e instalar um Conselho Gestor. Mas eles deixaram claro que seria um Conselho Gestor para aquele perímetro específico e não um para toda a ZEIS 3, geral, pois segundo ele a área de ZEIS 3 na região era enorme, por isso era preciso um Conselho Gestor que tratasse especificamente daquele perímetro das duas quadras.

“Vocês vão tirar todo mundo dali, desse perímetro?” “Sim”, respondeu o secretário, que continuou afirmando que nessa área existe uma série de imóveis que são tombados ou que têm, pelo menos, a fachada tombada. O plano é a remoção de todas as pessoas, alguns imóveis, os tombados, vão ser preservados, e o resto demolido. A reação do coletivo foi explicar para o secretário do problema que isso causaria, ainda mais pensando no histórico das intervenções e remoções do poder público naquela região. Para dar um exemplo concreto, Dito mencionou o caso do São Vito, onde desde 2003 tem gente, que foi removida, esperando atendimento definitivo: “Essa prática do poder público de remover primeiro e depois atender é antiga” e teria gerado “uma longa fila de espera” por atendimento, que não é zerada, “e agora o plano é fazer essa fila crescer ainda mais?!”.

Neti pediu a palavra e iniciou agradecendo ao convite e oportunidade oferecidos pelo secretário, que era importante o diálogo, a divulgação de informações e negociação, mesmo que não dependesse muitas vezes, e ela sabia, apenas do secretário. Depois disso, ela reforçou esse histórico de intervenções, de remoções sem atendimento,

inclusive na “cracolândia”, há bastante tempo, “sem haver soluções”. Assim, a proposta que ela dava era a seguinte: não retirada de família sem ter para onde ir, não ter remoção de pessoas sem atendimento garantido. Disse que ficava preocupada com a falta de diálogo, a pressa em querer tirar, sem avisar nem informar, e isso era preocupante.

Dito questionou o número de remoções com que a prefeitura estava trabalhando. A resposta foi 470 por enquanto, mas não haviam fechado o número, pois o cadastramento não estava concluído. Partindo para os encaminhamentos, Dito apresentou as propostas por parte da comissão ali presente: criação do Conselho Gestor e só com ele empossado para, posteriormente, discutir o perímetro de remoção. Até lá, sem Conselho instaurado, não haver remoções. O advogado ainda lembrou que se a solução pensada fosse a PPP da Habitação do governo estadual (em construção ali próxima), a maioria das famílias atingidas não conseguiria ser atendida e se enquadrar nas exigências de renda do empreendimento. “Qual a proposta que está posta? Os dados são insuficientes para entender a intervenção que está sendo implementada. Do jeito que está, remoção sem atendimento, demolição, fica parecendo que o que está acontecendo é expulsão. É preciso estar claro qual é o projeto, o que está sendo planejado, é preciso informar”. “Queremos discutir o todo, as famílias que foram atingidas por esse tsunami precisam saber”. Dessa forma, se esse for o caminho escolhido pela prefeitura ela poderia contar com os movimentos para dialogar. Agora, se a escolha for outra, “o movimento popular não poderia e não iria endossar um projeto de remoção, de expulsão, de colocar mais gente em uma fila sem atendimento definitivo, em uma situação de insegurança, de preocupação. Fila esta, aliás, que precisava ser zerada”, ele concluiu.

Foi a vez do secretário se colocar: havia consenso em relação ao Conselho Gestor. Isso iria ser feito, o Conselho iria ser criado e deveria ser o mais rápido possível, mas para esse perímetro específico: as quadras 37 e 38, não mais. Sobre o projeto que estava sendo implementado, o secretário disse que as soluções de atendimento não estavam fechadas e estavam sendo discutidas. Uma solução que estava sendo cogitada seria a oportunidade de criar HIS (Habitação de Interesse Social) e não HMP (Habitação de Mercado Popular – voltada para uma população de renda maior do que as de HIS), dentro da PPP da Habitação do governo do Estado ali naquela região. Segundo ele, o contrato da PPP tem janelas que possibilitariam ao poder público incluir, negociar, e

tentar emplacar HIS ali. Mas ele enfatizou que isso era uma possibilidade, precisava ser negociado, não estava garantido, pois não dependia só do município.

O secretário ainda informou que no dia seguinte teriam uma reunião com outras instâncias e órgãos na qual se informariam melhor de tudo o que estava acontecendo e aconteceria. Desse modo, saía fechada a criação do Conselho Gestor. Pediu-se mais uma vez e por fim a paralisação das remoções e, o secretário foi avisado, que se ela não ocorresse o movimento popular continuaria fazendo o que sempre fez: continuaria “fazendo luta”. Todos agradeceram a oportunidade e nos despedimos saindo de seu gabinete.

Ainda mais tarde naquela noite, Dito me ligou e pediu que eu levasse o registro da reunião para o Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública no dia seguinte, que já havia combinado com a defensora. Assim, na manhã seguinte à reunião na Sehab, atendendo ao pedido de Dito, fui até o Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública.

Na semana seguinte, na reunião semanal, já em junho de 2017, pela manhã, na Mauá, Neti começou dando o informe do que fora discutido com o secretário, que “a situação é mais grave do que a gente imaginava”. O plano da prefeitura era remoção de todos na área, moradores, trabalhadores, usuários, em um projeto de “higienização total”. Para ela, devíamos continuar com essas discussões, manter esse fórum para encontrar uma saída para as famílias do perímetro e as que viriam a ser atingidas. A sugestão era manter firme o ponto de não remoção sem solução definitiva para as famílias. “É um efeito dominó, se aquela primeira peça cair ali, vai derrubar todas as outras”. Não podiam deixar, portanto, que aquela primeira peça caísse.

Neti avisou ainda que mais tarde, nesse mesmo dia, haveria uma segunda reunião na Sehab, que ninguém sabia exatamente o que seria discutido, mas especulava-se que seriam apresentados os planos de criação do Conselho Gestor para o perímetro. Por fim, deu um informe que ela e Nelson, junto da advogada Rosângela, estavam indo para Brasília recorrer ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) uma intervenção em relação ao processo da Mauá e, por essa razão, não poderiam comparecer na reunião de mais tarde na secretaria.

Após Neti, foi a vez da professora Raquel Rolnik fazer uma breve apresentação, acompanhada de pesquisadores do Observatório de Remoções, em que mostraram imagens das várias intervenções que se vêm sucedendo na região, assim como a sobreposição em um mapa de dados e informações referentes a projetos e intervenções na Luz (como a PPP da Habitação do governo do Estado e do Hospital Pérola Byington), junto de marcações sobre os cortiços, ZEIS, imóveis pertencentes a Porto Seguro, demolições, oscilação do “fluxo” na “cracolândia”, etc. A apresentação tinha o sugestivo título de “Campos Elíseos e Santa Ifigênia – Território em conflito”, e depois seria desenvolvida e finalizada na forma do Dossiê, já mencionado e integrante das referências bibliográficas desta pesquisa (ROLNIK et al., 2017). Neti e Nelson agradeceram a presença da professora sempre “presente quando estamos com a corda no pescoço”, disse Neti bem-humorada.

Após a apresentação, os pesquisadores quiseram ouvir depoimentos de moradores afetados da região. Foram feitos muitos relatos de abuso e violência policial para com os moradores não só das duas quadras, mas de todo o entorno: hostilidades e xingamentos, armas apontadas, inclusive para crianças (no domingo da operação, dia 21 de maio, havia relatos de fuzis apontados para moradores e crianças), abordagens e revistas nas ruas e até mesmo em suas casas revirando todos os seus bens¹¹⁵. Disseram que o clima no perímetro era de medo, pois ninguém sabia como agir e o que poderia acontecer. Contaram que uma das pequenas ocupações do entorno estava recebendo e acolhendo pessoas que viviam no “fluxo” e que foram expulsas, mas esse imóvel havia chegado ao limite físico para abrigar outras pessoas e eles não sabiam o que fazer.

Diante dessa situação, dos abusos e das incertezas (em especial, o que aconteceria com eles e com os locais em que moravam), decidiram começar a se informar e organizar melhor, e por isso tinham vindo até a reunião na Mauá. Por fim, foram tirados os encaminhamentos para a reunião daquela noite na Sehab: não se comprometeriam com nada do que fosse apresentado, diriam que trariam o que fosse dito para ser discutido e aprovado na reunião seguinte na Mauá.

---

¹¹⁵ Alguns dias depois, receberíamos a notícia de que um jovem, morador do perímetro, que mostrou resistência à entrada da polícia em seu estabelecimento comercial, que também era sua residência, sem um mandado “procurando droga”, fora violentamente espancado, levado para Santa Casa e depois para o 3º DP do Bom Retiro, sem mais informações, deixando ainda mais assustados os moradores da área.

Naquela noite, na segunda reunião no gabinete da Sehab, o secretário de Habitação não compareceu, sendo representado por seus assessores. O assessor que conduziu a reunião afirmou que estaria representando o secretário que, inclusive, o nomeara para coordenar o processo de constituição do Conselho Gestor das ZEIS para as quadras. Essa segunda reunião teria como pauta, fomos informados por eles no início, a discussão sobre a composição e eleição do Conselho Gestor.

A ideia ali, eles nos informaram, era dar início ao processo de informar, divulgar e encaminhar a constituição e escolha dos representantes do Conselho Gestor em uma eleição que se daria com todos os envolvidos (residentes, locatários, proprietários, comerciantes) das duas quadras. Estavam começando a discussão com os movimentos de moradia do centro, pois eles foram os primeiros com quem a prefeitura começara a conversar e negociar. Sem falar que o Conselho havia sido demanda da nossa última reunião, por todas essas razões éramos os primeiros a ser informados a respeito. Perguntados sobre qual era o prazo que estavam trabalhando para informar e escolher os participantes do CG, eles nos responderam que três semanas a contar a partir daquele momento.

Passaram a nos explicar como a prefeitura tinha formulado a composição do Conselho Gestor: número máximo de membros, 20, dez do setor público, dez da sociedade civil. Vinte no total, contando com suplentes para cada vaga. Do lado do setor público, os membros já estavam, praticamente, definidos e nos foi apresentada sua composição: diferentes secretarias municipais estariam representadas, com a Sehab na coordenação. Apenas um representante do governo do Estado teria uma vaga, a Secretaria Estadual de Habitação (que coordena o projeto da PPP da Habitação daquela área).

Em relação à sociedade civil, a proposta de vagas para a eleição foi a seguinte:

- Dois representantes de movimentos de moradia do centro (independentemente da intervenção ser localizada apenas naquele perímetro);
- Três representantes dos moradores da área (representando proprietários, moradores e comerciantes – estava em discussão como o processo de consulta e escolha dos moradores da região seria feito, pois era preciso que todos fossem informados do processo de escolha, e não havia um movimento organizado que reunisse e

representasse a todos para ajudar nessa tarefa. A ideia era que houvesse comunicação, sensibilização e divulgação ao longo das semanas para informá-los);

- Duas vagas para representantes da universidade e urbanistas;
- Uma vaga para a Associação Viva o Centro;
- Uma para ONGs com participação comprovada no local;
- Uma para o setor produtivo, como, por exemplo, Secovi, representando o setor construtivo.

Após a apresentação por parte dos assessores, foi a vez dos movimentos se colocarem. A primeira pergunta foi se eles sabiam qual o número de moradores no perímetro? A resposta foi 525 pessoas, 275 famílias. E o número de comerciantes? Número incerto, 26 comércios ocupados e 17 vazios, 43 no total. “Vazios por que foram concretados?” Sem resposta. Feitas essas perguntas, os movimentos fizeram alguns apontamentos em relação à sugestão de composição do CG para a sociedade civil:

- Por que a Associação Viva o Centro teria uma cadeira cativa? Eles são uma entidade como as outras demais, por que eles teriam uma já reservada? Que concorressem com as demais ONGs para tentar obter um representante.
- Era preciso uma vaga só para os comerciantes da região, eles não deviam entrar dentro daquelas três destinadas para os moradores, pois os interesses e questões envolvendo moradores são muito diferentes das dos comerciantes, não seria certo misturar e fazer um grupo só de moradores e comerciantes. Proposta: naquela vaga pensada para o setor produtivo ao invés do Secovi que fosse escolhido um representante dos comerciantes, afinal eles eram setor produtivo também. Até porque com a Associação Viva o Centro e o Secovi (que não era parte afetada, mas interessada e participante da intervenção) seriam praticamente 12 representantes alinhados com o poder público no total, sendo que os interesses do Secovi já estavam bem representados e contemplados entre os membros do poder público.

Os consensos estabelecidos e encaminhamentos tirados foram:

- Ao invés de uma vaga fixa para a Associação Viva o Centro, a proposta de consenso foi: uma vaga para ONG com uma atuação e perspectiva mais amplas e abrangentes do centro, e uma vaga para ONG com atuação no perímetro específico das quadras;
- Incluir os comerciantes na vaga do setor produtivo, retirando o Secovi;
- Pediram autorização para iniciar a divulgação do processo de eleição do CG para os moradores da área, o que foi autorizado.

A reunião seguinte na Sehab, marcada para 15 dias depois, continuou tratando de detalhes e trâmites sobre a constituição do Conselho Gestor e sua eleição. As reuniões na secretaria permitiram notar algo da dinâmica entre os atores envolvidos: primeiro, do grande conhecimento e domínio técnicos que as lideranças dos movimentos possuem e que os capacita a tratar de igual para igual (por vezes, inclusive, melhor) com os técnicos e funcionários do poder público. O fato de estarem há muitos anos acompanhando tantos projetos e empreendimentos, enquanto as gestões e secretários se alternam e mudam, mais do que uma “memória histórica”, concede a eles certa autoridade no trato e negociações do assunto. Outra dinâmica que reparei é que por mais que os movimentos de moradia fossem chamados e tratados como um grupo coeso para negociar, é evidente, como já foi mais de uma vez afirmado ao longo deste trabalho, que existem discordâncias entre essas lideranças, que devem evitar divergências abertas no decorrer da reunião. Há também uma permanente tensão na discussão com o poder público, mas – também como já foi afirmado – que não é marcada apenas por oposição, existem muitos momentos de consenso (ou, pelo menos, de busca por) e de convergência, alinhamentos, mesmo que situacionais e pragmáticos.

Nas reuniões a que assisti, vi o pessoal da secretaria ser recorrentemente avisado para não ter pressa, que era importante comunicar e informar, sobretudo, os moradores da área afetada. Quando o poder público marcava reunião nas quadras afetadas com os moradores para debater a criação do Conselho Gestor, os depoimentos que recebíamos eram de que havia sempre muita confusão, permaneciam muitas dúvidas e havia falta de entendimento pela população do que estava acontecendo. Por essa razão, inclusive, que se marcou uma reunião no salão da Mauá por parte dos movimentos de moradia para tentar esclarecer o que estava acontecendo para os moradores do perímetro. Fora essa

reunião, o pessoal que estava se organizando nas reuniões semanais na Mauá estava indo semanalmente também realizar visitas e fazer conversas com os moradores da área para explicar o que estava acontecendo e tentar organizá-los.

Apesar dos relatos de falta de informação e dúvidas que persistiam, a prefeitura não alterou seu cronograma para realizar as eleições dos representantes do Conselho Gestor, mesmo que estivesse evidente que era preciso mais tempo. Foi sem surpresa então que o grupo articulado na Mauá recebeu a notícia de que o Ministério Público havia protocolado uma nova ação contra a prefeitura¹¹⁶, no dia 30 de junho de 2017, afirmando que havia irregularidades no processo e que as eleições, no modo como estavam sendo organizadas, deveriam ser interrompidas, o que foi acatado pela Sehab, que deveria adotar uma postura de maior clareza, transparência e comunicação.

A postergação da eleição significou, apenas, o seu adiamento, o fato de que aconteceria, contudo, permanecia inalterado. A prefeitura realizou mais alguns encontros, como fora determinado pela Justiça, para explicar aos moradores das quadras o que estava acontecendo e, mais importante, o que poderia acontecer. Mesmo assim, não foi suficiente para acabar com as dúvidas, incertezas e angústias que pairavam por toda a área, muito além das duas quadras. Em visitas e conversas na área que eram realizadas por grupos variados de pessoas, facilmente se percebia que a população local não estava entendendo o que estava se passando, o que era o Conselho Gestor ou mesmo se iam permanecer nas suas casas ou se seriam despejados. Falta de informações, ruídos e especulações montavam uma situação que só fazia aumentar a apreensão.

Participei, em julho de 2017, justamente de uma dessas visitas organizadas para explicar para os moradores das quadras sobre as eleições, o que era um Conselho Gestor, seu papel, e que eles enquanto moradores (não só os proprietários ou comerciantes) tinham direitos que precisavam ser respeitados, entre eles, poder votar nos representantes que formariam o Conselho (e, por isso, que era importante votar em alguém que representasse seus interesses). Junto de outros pesquisadores, ativistas e militantes, artistas, moradores da região e assistentes sociais – reunidos a partir de mais uma articulação que se formou após as ações do poder público pós-maio de 2017 para

---

¹¹⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2017/06/1897364-ministerio-publico-entra-com-nova-acao-contra-atuacao-da-prefeitura-na-cracolandia.shtml>. Acessado em 4 de julho de 2017.

discutir e intervir no território da Luz – fomos em um domingo a tarde conversar com os moradores das quadras buscando informar e tirar dúvidas referentes a todo esse processo. Como estratégia de atrair a atenção dos moradores foi utilizado uma pipoqueira para as crianças, uso de um megafone¹¹⁷ e distribuição de um panfleto informativo sobre o que seria uma ZEIS 3, um Conselho Gestor e os direitos que os moradores dessa área teriam.

Nessa tarde, conversei com muitos moradores da área, não só das duas quadras, e a constatação geral era mesmo de desinformação e desconfiança. Alguns minutos de conversa serviam como forma de aproximação e de desarmamento, logo passada a suspeita, e eles, logo, se punham a relatar acontecimentos ou fazer perguntas: eu saio muito cedo para trabalhar e volto muito tarde, não conheço ninguém da minha pensão e daqui da área, como vou votar em alguém?; nós vamos sair daqui e vamos para onde?; vão demolir meu prédio?; eu já estou com as malas prontas porque a prefeitura disse que vamos mudar para um conjunto habitacional aqui na frente... Quando essa história aparecia era preciso então informar que esse conjunto habitacional, a futura PPP da Habitação, não tinha sido construída ainda e que, mesmo quando fosse, não estavam garantidas vagas automaticamente: as vagas para moradores de baixa renda iam ser sorteadas; mesmo sendo de interesse social, as parcelas de pagamento tinham valor alto para quem não tinha uma renda fixa e constante (o caso de muitos ali); era preciso estar registrado com carteira de trabalho (algo muito distante da realidade da maioria dos trabalhadores e moradores da região). Uma outra mulher me contou que no dia da operação a polícia obrigou ela e o marido a sair da pensão que moravam com tempo só de pegar uma mochila deixando todo o resto para trás. O imóvel ficou concretado interditado por dias. Quando foi reaberto não tinha mais nada lá dentro: algumas pessoas conseguiram entrar no imóvel pelo teto e pegaram tudo o que havia sido deixado para trás, quando o prédio finalmente foi liberado, “já tinham limpado tudo”.

Já no fim da tarde, diante de uma grande pensão existente no perímetro, conversamos com um morador que ia se candidatar como representante dos moradores

---

¹¹⁷ Sobre a utilização do megafone como estratégia de mobilização é impossível não mencionar uma outra experiência passada que também ficou marcada por esse recurso. Muitos relatos, depoimentos e registros referem-se à ação de Paula Ribas, uma das fundadoras da associação de moradores e amigos da Santa Ifigênia e da Luz (AMOALUZ), iniciativa de organização formada frente às ameaças do projeto Nova Luz, que durante as ações de tentativa de diálogo e mobilização de moradores e trabalhadores da região se utilizava de um megafone para chamar a atenção das pessoas. Para mais informações sobre a constituição do AMOALUZ e o papel que desempenhou na organização e convencimento, além de sua atuação no Conselho Gestor na época, ver GATTI (2015).

para as eleições. Ele contou que morava ali há mais de 20 anos e que não ia sair “com uma mão na frente e outra atrás”, que “eles não podem jogar a gente na rua!”. Disse guardar todos os comprovantes de pagamento mensal de seu quarto para comprovar o tempo que morava ali e também que “está tudo em dia”. Nos convidou para entrar na pensão para mostrar uma coisa: desde a operação do dia 21 de maio, quando a polícia entrou nos imóveis arrombando quartos e chutando portas que estavam fechadas, havia ainda moradores com a porta dos seus quartos arrombadas sem poder fechar ou trancá-los, pois não tiveram dinheiro para consertar o dano causado pelo arrombamento policial. Isso foi em maio, estávamos em julho.

Enfim, esses relatos são apenas para registrar que a situação era complicada. Era evidente que a prefeitura não estava conseguindo dar as informações necessárias para essa população que desde que a operação estourou ficou com a vida muito incerta sem saber se teria de deixar suas casas, seus comércios, e onde então passariam a morar e trabalhar. Nada disso estava claro, nem para eles, nem para ninguém. Por mais que o Conselho Gestor tivesse que ser eleito e constituído para debater e decidir sobre a intervenção e ações na área, a prefeitura em eventos públicos já apresentava um projeto¹¹⁸ pronto e fechado, anterior a qualquer debate e consulta com a população civil. O que chamava a atenção, fora a pressa e falta de respeito do prefeito João Doria com a população e os espaços democráticos de discussão, era a angústia e incertezas de todos ali desde quando, do dia para noite, o Estado resolveu intervir, em alguns casos literalmente, “com o pé na porta” em suas casas e comércios, alterando tudo e colocando o futuro em suspensão. Justamente (ou justamente por isso), em uma região onde a população residente já possui grande precariedade em seus vínculos, seja nos habitacionais (pessoas morando em pequenos cômodos sujos junto com muitas pessoas e, muitas vezes, pagando muito caro para isso), seja nos de trabalho (informal, mal remunerados, sem registro), seja em um âmbito legal mais geral (imigrantes sem documentos, por exemplo). O que se constata nesse território marcado por precariedades diversas não é a ausência do Estado, portanto. Muito pelo contrário: é um local atravessado por intervenções e projetos estatais difusos, de escalas e dimensões variadas, que interagem e se confrontam, na produção desses espaços – dessas margens

---

¹¹⁸ <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,projeto-na-cracolandia-esbarra-em-tombamento,70001821336>. Acessado 8 de setembro de 2017.

(DAS; POOLE, 2004) –, com as vidas e agenciamentos práticos de uma miríade de sujeitos também variados em suas ocupações, situações e virações cotidianas.

Na semana seguinte à visita, nas reuniões que se seguiram na Mauá discutindo as quadras, fui convidado a participar na eleição como representante no Conselho Gestor no segmento “universidade”. Aceitei o convite e integrei a chapa, como suplente de Talita Gonsales do Observatório de Remoções, instituição que legitimou a candidatura. Nessa mesma reunião da Mauá, decidiu-se também os outros representantes dos segmentos que cabiam à sociedade civil: Neti e Carmen, seriam as representantes dos movimentos de moradia, junto de duas outras lideranças de movimentos com atuação nas quadras; Dito e Kohara se candidatariam pelo Centro Gaspar Garcia para concorrer a uma das vagas dos representantes de ONGs; para a outra vaga de ONG, o Instituto Pólis se apresentaria. A outra chapa que concorreria para preencher a segunda vaga do segmento universidade e urbanistas foi indicada pelo IAB-SP (Instituto de Arquitetos do Brasil). A movimentação para escolha dos candidatos a representantes dos moradores, proprietários e comerciantes ocorreu de forma autônoma e independente, não passou por aquele espaço de reunião na Mauá. Alguns dias antes da eleição (29/07), a relação de candidatos foi oficializada e, na forma de cartaz [em anexo], divulgada nas quadras para que os moradores pudessem escolher seus representantes.

O resultado saiu no próprio dia 29/07, todos nós que estávamos articulados nas reuniões da Mauá fomos eleitos, até porque não houve concorrência nos segmentos em que concorriamos; só houve concorrência, isto é, mais candidatos do que vagas, no segmento dos moradores. A posse dos conselheiros foi marcada para o dia 28 de agosto de 2017, na Sehab. A vontade e expectativa coletivas do grupo reunido a partir das reuniões na Mauá são de não ocupar esse espaço institucional “de fachada” apenas para legitimar e referendar os projetos da prefeitura. É um novo capítulo que se abre cujos próximos passos são ainda desconhecidos.

As reuniões seguiram ocorrendo no salão da Mauá. Acompanhar a articulação e organização desses diferentes atores reunidos ali me permitiu vislumbrar dois elementos: primeiro, vivenciar um pouco da dinâmica envolvendo os processos de mobilização, resistência e intervenção desencadeados para barrar a implementação do

projeto Nova Luz; projeto que, segundo relatos, foi vencido a partir de reuniões como aquelas acontecidas naquele mesmo salão na Mauá – entre outras ações, evidentemente. Poder acompanhar aquelas reuniões e grupos de atores, muitos deles presentes em ambas as ocasiões, foi como “reviver” (também termos deles) aquela situação passada, mesmo que todos soubessem que os tempos e conjunturas eram outros.

O segundo elemento foi que acompanhar esse processo me permitiu não só entender melhor, mas assistir se realizando, acontecendo, se efetivando muito daquela dinâmica descrita por Dito na entrevista que ele me concedeu, antes de tudo isso acontecer, reproduzida, inclusive, na parte inicial deste trabalho. Retomo trechos daquela fala:

Por que a Mauá se tornou muito importante nesse processo? Uma das ocupações mais importantes da cidade de São Paulo, mais simbólica do ponto de vista da resistência, dos movimentos, e [uma das] mais estratégicas também, né... [...] a Mauá foi um **polo estratégico da resistência** para várias questões ali naquela região. [...] a Mauá serviu como **polo de apoio dos movimentos**, de estabelecimento de processos solidários... [...] A Mauá foi também muito importante no momento do processo Nova Luz porque lá funcionou o **quartel-general da resistência** contra a implantação do projeto Nova Luz. [...] Foi um polo importante também para algumas ocupações, para muitas iniciativas... [...] Então, a Mauá é um **polo de alavancagem** de outras lutas no centro por moradia extremamente importante.

Na minha opinião, é por isso que há uma resistência muito grande da prefeitura, do poder público, de viabilizar... existe uma má vontade muito grande com a Mauá [por parte] do poder público em geral de transformar aquele prédio em um prédio de moradia popular... o poder público nunca jogou muito peso para viabilizar [...].

[...] Então, a Mauá é um... eu falo que a Mauá é um **quartel-general dos movimentos**, do **processo de resistência no centro**... por isso que nós não podemos de forma alguma deixar que haja uma reintegração de posse, uma desocupação daquele prédio, de forma alguma. Temos que conseguir de todas as formas que esse imóvel, que esse prédio seja destinado ali para as famílias.

[...] **Também a localização estratégica, ela tá ali no centro da Luz.**

[...] Então tenho muitas coisas para falar da Mauá porque venho convivendo muitos anos ali já, me envolvendo há sete anos, de uma forma mais direta, intensa, com o processo ali, deles... e vejo naquele processo de luta, naquele processo de resistência, **a principal marca da resistência, da luta por moradia no centro da cidade.** Evidente que temos outras ocupações importantes [...] mas evidente que a Mauá, de fato, ela é, pra nós, do ponto de vista simbólico, da resistência popular, talvez a principal ocupação do centro. [grifos em negrito meus]

Retomo nesse ponto essa passagem da entrevista de Dito que, inclusive, foi feita antes de todas essas últimas operações e movimentações acontecerem, para enfatizar os termos por ele utilizados e a dimensão por ele descrita. Ao longo da pesquisa, mas, sobretudo, com os acontecimentos mais recentes que foram se dando na região com uma crescente intensidade e dimensão dos conflitos envolvendo a Mauá e a Luz, essa imagem elaborada por alguém que acompanhou intensamente a história e eventos que atravessaram aquele prédio foi me convencendo de que essa expressão não só era válida, mas como precisa, efetiva. Dei-me conta que foi isso que eu acompanhei acontecer na ocupação, em diversos momentos: ela se constituindo como um “polo estratégico da resistência”, como um “quartel-general da resistência”.

“Quartel-general” dá conta da dimensão do conflito em que a ocupação está imersa. Resgata não só essas percepção e atmosfera de conflito como, mais precisamente, dessa “guerra dos lugares” e “pelos lugares” (ROLNIK, 2015), na qual a Mauá e a Luz constituem epicentros – aliás, muitas lideranças e moradores vêm chamando o que representa a decisão de reintegração de posse, do dia 6 de junho de 2017, como uma “declaração de guerra”. E “da resistência” acaba sendo polissêmico, abarca diversos sentidos: desde o mais imediato, a resistência nessa “guerra dos lugares” em que se encontram; como pode ser a resistência no sentido que Paterniani (2016) invoca: resistir ali, naquele prédio, naquela região se contrapondo às políticas almejadas para aquele território; como também é resistência não só na escala do movimento, das lideranças, contra interesses de mercado, contra políticas de Estado... é resistência em uma dimensão menor, persistente, mais cotidiana, mais silenciosa,

representada à altura na vida e trajetória de dona Natália, que todo dia, sem reclamar, acorda cedo, com dores, levanta e caminha a pé até a praça da Sé para limpar sozinha um andar enorme do Corpo de Bombeiros da cidade de São Paulo.

Encerro, a seguir, com uma nota etnográfica do caderno de campo com uma das movimentações que tive nesses últimos períodos pós-intervenção na “cracolândia”. Fui acompanhar um ato chamado pelo coletivo “A Craco Resiste”, que se realizou no dia 27 de maio de 2017:

Em um outonal fim de tarde alaranjado diante da imponente Estação Júlio Prestes, usuários de crack, ativistas, sem-tetos, estudantes, mídias se concentravam para o segundo ato na semana convocado pelo grupo “A Craco Resiste” contra a operação na “cracolândia”. Durante a concentração, enquanto faixas eram pintadas um DJ tocava músicas, ao redor das caixas de som, pessoas dançando. Começaram não falas ou discursos, mas um sarau. Uma intervenção forte foi puxada por uma menina negra que passou a palavra para outra, para Lua, da Prestes Maia. Antes de cantar, ela fez uma fala sobre estar ali, sobre aquela luta e muitas outras que se atravessavam e se sobrepunham. Em ritmo de rap, puxou o grito famoso na voz de Neti “Quem não luta, tá morto!”. As pessoas na grande roda formada responderam ao chamado: “Quem não luta, tá morto!”. A mesma dinâmica feita centenas de vezes em diferentes situações envolvendo os movimentos de moradia. Mas ali, naquele momento e contexto, os termos e os significados se ampliaram, abarcando outras vidas, também representando outras formas de morrer, o grito era ressignificado, mas continuava válido, pois permanecia fazendo sentido. Puxado por uma moradora, e não uma liderança, em ato que não era de moradia no qual não havia apenas sem-tetos, as ocupações estabeleciam, no discurso, no simbólico, mas também em um real comum partilhado, redes que se efetivavam ali. Em um nível de articulação diferente dos vistos até então, a luta das ocupações se articulava ali naquela praça com outras da cidade. O ato sai. Entramos na Helvétia, passando por casas e sobrados antigos, coloridos e desgastados, alguns fechados (com concreto ou não), emaranhados de fios, muita polícia na rua, parecia um cenário de filme abandonado. Andamos algumas quadras apenas e passamos pelo novo “fluxo” situado na praça Princesa Isabel. Nessa hora, Neti passou por mim, me cumprimentou, conversamos um pouco e, “de civil”, não como protagonista nem

liderança do ato, foi se juntar a outras moradoras e moradores da Mauá e Prestes Maia. Uma delas estava, inclusive, com seu carrinho vendendo bebidas. Ao longo do ato, depoimentos, gritos e cantos eram feitos. O ato seguia pela avenida Rio Branco rumo à prefeitura, enquanto a noite caía. A Craco, a Mauá, a Luz, o Centro resistem. A marcha segue.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscamos acompanhar e analisar diferentes dinâmicas produzidas a partir de e que atravessam o dia a dia de uma ocupação, em diferentes camadas, escalas e intensidades que estão presentes e constituem o tempo e cotidiano próprios de uma ocupação. Neste ponto de fechamento da pesquisa, creio ser importante resgatar questões que moveram todo esse processo de descoberta e investigação para retermos, depois de tudo o que foi descrito, alguns pontos importantes que agora temos condições melhores de formular. Eles serão apresentados em pontos separados, mas apenas como forma de organizar melhor o texto, pois acredito ter ficado evidente que nas ocupações essas diferentes dimensões estão constantemente em movimento, atravessamento e transformação – suas fronteiras não são tão fixas e claras como uma listagem pode dar a impressão de ser.

1. No decorrer do texto, descrevemos um pouco do cotidiano, das trajetórias sociais e das mobilidades urbanas de alguns moradores. A partir disso, pretendemos colocar em uma perspectiva mais ampla a categoria “sem-teto”. Não que ela não seja importante ou deva ser descartada, pois ela é fundamental na vida dessas pessoas – eles moram em uma ocupação e fazem parte de um movimento organizado que busca soluções habitacionais definitivas e dignas para seu coletivo, e se reconhecem nela. Contudo, buscamos também situar esses sem-tetos em um plano de referência mais amplo: são pessoas que exercem diversas atividades, trabalham, estudam, participam de outros coletivos, interagem com outros espaços, circulam e se inserem na cidade produzindo outras e novas relações variadas. Possuem também diferentes trajetórias de vida, de moradia, de emprego, percursos urbanos, toda uma diversidade complexa de relações que, muitas vezes, acabam encobertos quando acionado o termo genérico de “sem-teto” para se referir a eles e enquadrá-los.

Os sujeitos e suas histórias que conhecemos e acompanhamos, atestam uma riqueza e potência profundas: são comerciantes e ambulantes, terceirizados e desempregados, diaristas e porteiros, operadores de telemarketing e assistentes sociais, jovens e crianças, mães solteiras e idosos; a rapper arte-educadora da Fundação Casa, o cantor frentista, a estudante trans empreendedora, o pastor ex-presidiário que pregava na praça da Sé, o

judeu marroquino ex-proprietário de terras, a ex-boia fria que morou na rua e se tornou uma das maiores lideranças dos movimentos de moradia do centro. São trajetórias que revelam todo um mundo social e urbano muito complexo, amplo e intrincado no qual se inserem, percorrem e se integram de formas muito mais diversas e multiescalares nessas tramas do que supõe o enquadramento mais unidimensional e homogêneo de “sem-teto”. Tentamos aqui resgatar um pouco do cotidiano, das trajetórias sociais e das mobilidades de alguns moradores, pois eles constituem um dos elementos mais importantes de uma ocupação: dão a vitalidade e são a razão de ser de todo esse grande empreendimento.

2. Um segundo nível também determinante seria o do movimento de moradia que se vai compondo, sendo formado e acionado a partir de uma variação de interações práticas que o conformam, situacionalmente. As relações estabelecidas, no âmbito interno do prédio, visível na relação entre coordenação/lideranças e base, estrutura e organiza a ocupação, cria uma série de dinâmicas internas que afetam a vida de todos. Ao mesmo tempo, existe uma tentativa permanente de criar ações nas quais a presença dessa coletividade heterogênea em dinâmicas externas e em arranjos com outros atores, instituições e espaços para além da ocupação aconteçam buscando, permanentemente, a construção de unidade e sentidos comuns para os sujeitos envolvidos.

3. Um terceiro nível da análise seria o do próprio espaço da ocupação: o prédio da Mauá, que a partir da interação de diferentes elementos e dinâmicas que o atravessam, articula, em seu interior, moradores, coordenadores, eventos ordinários e extraordinários, outros sujeitos e coletivos variados, configurando-se como um importante e potente campo de gravitação ao redor do qual essa miríade de atores, em escalas e intensidades distintas, gravitam produzindo novas relações e acontecimentos.

4. A partir da interação e atravessamentos de todos esses elementos, entre si e com a cidade, descreveu-se também a constituição de uma cartografia urbana e política, que se constitui a partir de circuitos, articulações e agenciamentos criados, nos trajetos e circulações traçados, nos eventos e fatos políticos que são produzidos a partir e em torno da ocupação com outros atores e espaços urbanos e políticos da cidade. São linhas de força que configuram e transformam a produção, composição e circulação de fatos, circunstâncias e atores compondo a pulsação do mundo urbano (TELLES, 2010, p. 37). Também toda essa trama constituída (e que neste trabalho tentamos descrever e

cartografar uma pequena parte dela) a partir e em torno de uma ocupação a coloca em contato, interação, tensão com outras dinâmicas e circuitos urbanos e políticos que constelam redes outras, ampliadas ou pontuais, no espaço mais amplo da cidade.

5. Há ainda mais um elemento importante que é a dimensão do conflito que se faz presente em uma ocupação. Do conflito interno que marca as relações que se estabelecem, do cotidiano marcado pelas incertezas, inseguranças e precariedades que compõem as experiências vividas no fio da navalha (TELLES, 2006, 2007, 2010) em meio a diversos expedientes de contornamento das urgências e de realização de possibilidades (e potências) de vida; ao conflito externo que se estabelece com o poder público, com os operadores do Estado, com o Judiciário, com os proprietários e os interesses de mercado que, insistentemente, ameaçam a manutenção e garantia de permanência da ocupação e/ou da possibilidade de solução definitiva de moradia digna no centro para seus moradores.

A dimensão do conflito está presente na existência mesmo das ocupações, em seu surgimento e constituição, mas é também uma dimensão maior que as engloba, da qual fazem parte e estão inseridas. As ocupações são fronteiras de tensão, atrito, choque e resistência no cruzamento de diferentes frentes de disputa (política, jurídica, urbana, de mercado...) em que essas ocupações se constituem como nós, “pontos de fricção” (TELLES, 2010, p. 37) desses ordenamentos sociais, pelos quais convergem e passam múltiplas linhas de força, que estão presentes percorrendo e afetando também o espaço mais amplo da cidade, em permanente disputa.

Uma nota final

Como já foi mencionado em diversas passagens ao longo deste trabalho, no dia 6 de junho de 2017, o juiz Carlos Eduardo Borges Fantacini, da 26ª Vara Cível, acatou o pedido do desembargador Simões de Vergueiro, mesmo não esgotados os recursos que ainda corriam na Justiça, e determinou a reintegração de posse da Mauá com “reiterada autorização para arrombamento e emprego de força policial”. Quando a decisão foi divulgada, Neti, Nelson e a advogada Rosângela estavam em Brasília recorrendo justamente ao Conselho Nacional de Justiça, presidido pela ministra Cármen Lúcia, para que alguma intervenção fosse feita no processo para que “a lei fosse cumprida”.

Pouco tempo depois da notícia da decisão da Justiça, uma nova ameaça, como se não bastasse, surgiu, tensionando ainda mais a situação que já era bastante grave: a Cohab, já na nova gestão de João Doria, informou, em sintonia com a decisão de reintegração de posse, que estaria precisando do dinheiro que estava depositado para a compra do prédio da Mauá e, por essa razão, estava querendo retirar o depósito. Negociações começaram a ser feitas entre as áreas jurídicas da Mauá e da Cohab. Um ato, inclusive, foi realizado (22/06/2017) na frente da Cohab para pressioná-la no sentido de evitar essa ação prejudicial à ocupação. A leitura feita é que se esse depósito fosse retirado, era quase certa a chance da reintegração ocorrer, já que ele funciona como uma espécie de “seguro”, uma garantia que impediria o despejo.

Com a notícia da decisão da Justiça para a realização da reintegração de posse foi a vez da rede da Mauá ser acionada, ampliada e intensificada. Muitas reuniões, estratégias e ações foram traçadas e realizadas, contando com intenso envolvimento e participação de atores externos. O risco e a iminência da reintegração de posse colocam uma série imensa de tarefas, desafios e responsabilidades que devem ser enfrentados em um tempo curto e em diversas frentes, o que sobrecarrega demais as lideranças e coordenadores da ocupação. Nesse sentido, poder contar com o apoio de pessoas vindas de fora se torna essencial, não só para realizar apoios técnicos, mas também para dar conta de tarefas pontuais e muitas vezes braçais que precisam ser feitas.

As principais frentes que precisam ser tocadas (e grupos de trabalho, GTs, são criados para dar conta de cobri-las) são: a jurídica, que não envolve não apenas o

advogado da ocupação designado diretamente no processo, uma frente na qual, praticamente, apenas advogados e operadores do direito atuam; uma de ação política, que pensa ações e estratégias que podem ser organizadas não só para dar visibilidade, mas que ajam como forma de pressão, linha-auxiliar da defesa jurídica, que corre simultaneamente; uma frente de comunicação, que articula e estabelece redes, canais e contatos de divulgação do que está acontecendo com a ocupação e moradores, produzindo vídeos e mensagens que busquem ultrapassar “a bolha” restrita às redes apoiadoras, militantes e das ditas “mídias alternativas”: quanto maior a repercussão e visibilidade, nos mais variados espaços e canais, melhor. E, paralelamente a todas essas frentes, a mobilização interna e realização de tarefas que mobilizem a ocupação e seus moradores para que eles também se envolvam e ajudem nos trabalhos de organização da mobilização.

Ainda, em junho de 2017, após a notícia da decisão da Justiça de reintegrar o imóvel, uma grande assembleia com os moradores foi realizada para a coordenação dar a notícia e informar o andamento do processo jurídico. Alguns dias depois foi a vez de uma grande reunião com apoiadores externos no salão da Mauá para pensar estratégias e ações de resistência, contando com a participação de muitos movimentos de moradia, não só os da área central e de São Paulo, advogados, ativistas e militantes de coletivos diversos, pesquisadores de diferentes áreas, mídias variadas de autônomos a Jornalistas Livres, e artistas, como a diretora Eliane Caffé. Dessa reunião, os GTs começaram a ser formados e as tarefas organizadas e divididas. Ainda em junho, ocorreram um grande sarau que contou com a participação de muitos artistas e músicos, nomeado de “Okupa Mauá Okupa”¹¹⁹, que aconteceu no pátio da ocupação, em um sábado; um arraial junino com moradores da Mauá, do entorno e alguns coletivos artísticos e culturais; e uma grande roda de samba de um dia inteiro realizada também em um sábado, no pátio.

Dois acontecimentos importantes se deram na segunda semana de agosto, aumentando a apreensão geral e a necessidade das ações organizadas: a primeira foi a ida à ocupação de policiais militares para informar da decisão de reintegração de posse (mesmo que, segundo eles, ainda não havia uma data definida para ocorrer) e para

---

¹¹⁹ <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/06/1895652-ocupacao-maua-promove-evento-cultural-contra-reintegracao-de-posse.shtml?cmpid=softassinanteuol> e <https://jornalistaslivres.org/2017/06/ocupacao-maua-despejo/>. Acessados em: 8 de setembro de 2017.

sondar o número de moradores e as condições do lugar: se havia moradores idosos, crianças, gestantes, moradores com necessidades especiais, se havia outras entradas e saídas fora aquela principal da ocupação, etc. Neti, em assembleia extraordinária chamada na semana após esses acontecimentos, disse que eles estavam já preparando a operação de reintegração de posse e, por isso, queriam obter essas informações. Um dia depois dessa “visita” (“visita não porque visita se convida!”, esses foram os termos usados, entre risos, para nos contar na assembleia extraordinária o episódio dos policiais), o segundo acontecimento: uma nova decisão do juiz foi proferida:

[...] Cumpram-se os v. acórdãos, há muito corrido o trânsito em julgado e a preclusão de todas as questões, exaurida a jurisdição de primeiro e segundo grau, bem como esgotadas as providências a cargo deste juízo. Aguarde-se por 60 dias o cumprimento da sentença de reintegração de posse, que vem sendo adiada desde 2014. [...]

Portanto, fora a “visita” dos policiais, aparecia agora um prazo, que deixava a ameaça mais concreta, um prazo estipulado faz com que a situação possa ser melhor compreendida, possa ser contada e, pior, era próxima. As repercussões¹²⁰ desses dois eventos foram logo deflagradas. Por esses dias, vi de tudo: angústia, tensão, raiva, indignação, desânimo, descaso. Ouvi de pessoas muito preocupadas e aflitas com o que poderia acontecer perguntas como: para onde ir? e minhas coisas? vamos pra rua? e as crianças? vão nos dar alguma alternativa? tenho que ir atrás de um lugar pra morar? dois meses é muito pouco!. Mas vi também outras reações, pessoas com um discurso quase despreocupado: “A Neti/o Nelson vão resolver...” “Imagina que a Neti/o Nelson vai deixar a gente ir pra rua...” Havia também ruídos: tal pessoa está se preparando para ir embora; aquele lá estava descendo com suas coisas; aquela outra estava mandando

---

¹²⁰ Inclusive, por acaso, estava no momento em que dona Natália recebeu a notícia dos 60 dias. Ela já sabia da decisão do “despejo”, mas não que o prazo fora estabelecido – o que muda muita coisa: uma coisa é ter uma notícia, outra é ter data, marcada no calendário, para ocorrer. Estávamos no “Cantinho da Nice” quando isso aconteceu: conversávamos todos quando um usuário passou vendendo um bonito maço de coentro que Natália decidiu comprar para dividir com Nice. Nesse momento, eu estava justamente falando com Nice sobre essa última notícia quando o usuário e Natália ouviram sobre o prazo. O homem com o maço na mão reagiu, parou de contar o dinheiro e se solidarizou: “Aqui vai sair?! E deram 60 dias? Não é justo, não podem fazer isso! Mas com certeza não vai acontecer! Eles não podem mandar vocês pra rua!”. Natália depois de alguns longos segundos de silêncio, com os olhos cheios de lágrimas, inconformada suspirou para mim: “Não é fácil, não... A vida é dura, meu filho. Depois de dez anos...”. Nice tentou consolar a amiga e rindo disse: “Natália é uma manteiga derretida! Natália, vai ficar tudo bem! E outra: quando a gente não mora em uma casa que é nossa sabe que mais dia menos dia uma coisa dessa chega... Mas a gente tem que dar graças a deus pelos anos que vivemos aqui!”. Depois, mais calma, Natália já estava brincando com Nice também e as duas amigas, cheias de preocupação e angústia, já estavam na risada.

embora a geladeira... Enfim, um rumor de histórias, comentários, dúvidas que se misturavam e fervilhavam em um caldeirão de sentimentos e sensações que se alastravam, se somavam, tensionavam, mas, de todo modo, só se intensificavam.

Um culto com o pastor Alexandre foi organizado no grande salão da Mauá no final de agosto por conta da reintegração de posse. Não estava muito cheio, havia os moradores que costumam frequentar sua igreja, junto de alguns outros moradores da Mauá e da Prestes Maia, que vieram apenas para aquele culto; alguns moradores que frequentaram a escola apareceram, assim como algumas das crianças que participaram de nossas atividades, acompanhados das mães ou não. Nice e Albano apareceram também. Neti ao entrar e me ver, veio sentar ao meu lado. Respeitosamente intrigada, perguntou-me: “Você costuma ouvir a Palavra?”. Assistimos juntos ao culto. Quando ele já começava, Benjamin, o senhor judeu, chegou para assistir também. O culto foi longo e com partes fortes. Muitas pessoas se emocionaram, em diversos momentos. O culto tratou de persistência e fé, de humilhações e humildade, mas uma humildade ativa: cabeças erguidas, não estavam derrotados. Era preciso seguir lutando e acreditando. Era preciso ter fé. No mês seguinte, disse o pastor, viriam boas notícias, ventos da mudança, era preciso crer. E Alexandre encerrou dizendo que a Mauá não ia ser destruída, a polícia não ia por os pés lá dentro, parecia arriscar sua credibilidade ao profetizar isso, mas não era ele quem dizia; era Ele. Ao final, uma sacola de coleta para o dízimo foi passada para contribuição da igreja e “para ajudar a pagar o aluguel dela”.

Acabando fui conversar com Benjamin, perguntei se era o primeiro culto que acompanhava. Respondeu que desse pastor sim, mas que costumava ir, de vez em quando, em cultos evangélicos; alegou que a diferença era pequena, era o mesmo deus, e que às vezes os pastores, como Alexandre acabara de fazer, pregavam o velho testamento. “É preciso ter fé”, rematou. Complementou dizendo que anda rezando muito ultimamente, “para não ficar ao relento agora no final da vida”. Indignado, afirmou que “eles não estão dando nenhum lugar pra ir, não estão dando nenhuma outra opção, apenas mandando a gente sair! É absurdo!”. Apenas concordei; de fato, a situação era absurda¹²¹.

---

¹²¹ Há dinâmicas relacionadas às reintegrações de posse que, frequentemente, passam despercebidas e são pouco discutidas. As angústias, incertezas e tensões, mesmo que sentidas e vividas de formas diferenciadas, geradas pelas decisões de despejo, independentemente de elas se darem na data prevista ou atrasarem, de ocorrerem efetivamente ou não – e todas as várias ações são feitas para que justamente não

Encerrado, fui saindo do culto e me despedindo de todos, quando aos poucos outras questões foram surgindo: pensei como mais uma vez aquele salão se transformara. Naquele dia, virara uma casa de oração. Exatamente no dia seguinte, naquele mesmo local, estava marcada uma assembleia de moradores e apoiadores para discutir estratégias para a reintegração de posse; outros rituais, dinâmicas, falas e gritos. Surpreendi-me, então, lembrando quantas situações diferentes já havia acompanhado e participado naquele salão. E me surpreendi, novamente, com minha própria surpresa: como, depois de tanto tempo, ainda podia ser surpreendido.

A assembleia de moradores e apoiadores do dia seguinte, iniciou-se com os informes jurídicos: a Secretaria de Habitação estava tomando a responsabilidade pelo caso, a Cohab estava desistindo do processo de desapropriação – o que deixaria a situação da Mauá ainda mais frágil e dramática –, mas depois de muita conversa prometeram que iam voltar atrás, e o próprio secretário de Habitação, Fernando Chucre, se comprometeu em realizar uma audiência de conciliação com os proprietários do imóvel para tentar uma negociação em relação ao imóvel. A frente jurídica havia realizado o levantamento atualizado da dívida de IPTU dos proprietários que estava em torno de 5 milhões de reais e que isso devia ser levado para essa audiência de negociação com os proprietários, afinal eles haviam, inicialmente, pedido 18 milhões. Os R\$ 5 milhões de dívida mais os R\$ 11 milhões que foram depositados na gestão municipal passada (e que, atualmente, já ultrapassava os R\$ 12 milhões) chegavam bem próximo do valor, inicialmente, pedido pelos proprietários. Uma certa esperança atingiu a todos. Mas isso não era suficiente.

Comentou-se então do provável apoio do Ministério Público expresso por meio das reuniões via Eliane Caffé e de interlocutores próximos a alguns promotores; uma assessora do mandato do vereador Eduardo Suplicy (PT-SP) estava presente na reunião e acatou a ideia dada de se tentar organizar uma audiência pública na Câmara dos

---

ocorram – já geram, independentemente de seu desfecho, sofrimento; já é violência. A possibilidade de perder sua casa, a não existência de alternativas, a ameaça de ter que se desfazer de objetos, das redes de trabalho, escola, sociabilidade estruturadas, a ameaça de confronto com a polícia, tudo isso já são danos imediatos causados por essa situação. No caso da Mauá, depois de uma “estabilidade precária” – precária porque nunca definitiva, sempre ameaçada, mas estável, pois afinal foram dez anos contínuos de moradia – a possibilidade de se ver destituído (“daqui 60 dias”) das referências que conformaram sua vida e de sua família nos últimos anos já é violento. Neti, emocionada, em uma assembleia de moradores e apoiadores, comentou sobre as crianças que perguntam para seus pais “o que vai acontecer?”, “para onde a gente vai?”. Essa já é uma situação traumática: para as crianças; para os pais que não têm uma resposta para dar; é traumática para todas as pessoas que moram ali e enfrentam esse momento.

Vereadores tratando da Mauá. Mas também, nos foi dito, isso não era suficiente. O problema estava que por mais que houvesse apoio de atores importantes do lado da Mauá a decisão cabia estritamente ao judiciário e este era um poder que normalmente não era pressionado e muito refratário às manifestações públicas dirigidas a ele. Assim, era a hora dos GTs trabalharem formas de pressão (por meio de mobilização e ação políticas) e de dar a maior visibilidade possível nos meios de comunicação, além da redação de um manifesto [em anexo] que circulasse explicando a situação e coletando assinatura de apoiadores e personalidades públicas, que dessem repercussão ao que estava acontecendo. Outros eventos pensando a busca por apoio também começaram a ser organizados.

Como estratégia de mobilização e comunicação internas, mas também para fora e fortalecimento da rede de apoios, assembleias de moradores e apoiadores externos tornaram-se semanais, às quartas-feiras à noite. Inicialmente, aconteciam no grande salão térreo, mas conforme o número de participantes aumentava e as noites esquentavam, elas passaram a ocorrer no pátio da ocupação, sob o céu.

Em uma assembleia realizada no final de agosto, já no pátio, a advogada, que vem somando e auxiliando na frente e apoio jurídicos, Luciana Bedeschi, começou informando aos presentes que “a resistência jurídica está acontecendo”. Comentou que a advogada Rosângela seguia tentando comprovar as diversas nulidades que constavam e se acumulavam ao longo desse processo, e que ela seguia recorrendo a instâncias variadas, não só ao Tribunal de Justiça de São Paulo, como, por exemplo, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Depois, Luciana comentou que em todas as reuniões que eles (coordenação da Mauá e advogados) têm feito com diferentes atores e instituições (secretário de Habitação, Ministério Público, Defensoria Pública, Cohab, etc.) estão deixando claro que “haverá resistência na Mauá. Até o fim”. Estavam sendo “honestos” com todas essas variadas instâncias para que eles soubessem que o cumprimento da decisão não seria fácil, não seria “tranquilo tirar a Mauá”. E emendou dizendo para os moradores que eles não deveriam ter medo: resistir era um direito. A resistência nesse caso se chamava “desobediência civil”, era pacífica e um direito deles. Ao demonstrar a desobediência civil eles também mostravam para o poder público que a dimensão e a forma que deveriam ser tratados eram “civilmente”, portanto, não militar: “com diálogo e não com bomba”.

Em seguida, foi a vez de Dito que, como sempre lhe cabia nessas assembleias, dar os informes da situação jurídica e fazer os encaminhamentos finais. Contou que tiveram uma reunião com o defensor geral e com a defensora pública da área de Habitação e Urbanismo que demonstraram apoio e disseram que iriam aguardar a reunião no batalhão da Polícia Militar acontecer para tomarem os próximos passos jurídicos. O advogado informou que as conversas com o secretário de Habitação estavam avançando – lembrou que foi importante o secretário tomar para si o caso da Mauá, pois parecia comprometido, e distinguiu o secretário do prefeito, “não são iguais”. Enfatizou, em sua fala, que essa “porta” com o secretário foi aberta após a “importante” manifestação da FLM realizada na frente da Cohab (22/06/2017) para cobrar a prefeitura e Cohab nas ameaças de reintegração de posse e possibilidade de tirar o depósito da Mauá. De acordo com Dito, na visão do secretário, uma negociação com os proprietários era possível de avançar. O próximo passo seria marcar uma audiência de conciliação e protocolar isso na Justiça como forma de sinalizar para a 26ª Vara que estava havendo negociação e, por essa razão, o pedido de reintegração de posse deveria ser suspenso.

Dito reforçou que, em relação à Mauá, eram dois processos diferentes que estavam correndo: o que tratava da suspensão da reintegração de posse e o da desapropriação do prédio. Caso a reintegração fosse suspensa, por exemplo, uma das brigas estaria vencida, mas não resolvida a situação: seria preciso ainda resolver o que seria feito com o prédio (vai reformar? quanto vão custar os apartamentos? vai transformar em alguma outra coisa? modelo e solução para o prédio?) e para isso acontecer precisaria resolver a questão da desapropriação do imóvel. Do mesmo modo, se os proprietários decidissem negociar e avançasse a desapropriação, seria preciso informar para que a reintegração de posse fosse suspensa, “não é automático”. Dois processos diferentes, que correm paralelos e simultaneamente, em instâncias variadas com outros interlocutores e possibilidades de recursos e ação. Portanto, ele continuou, são em “várias frentes que estamos atuando” e concluiu “estamos jogando um jogo, de estratégia, como o xadrez, em que cada peça, cada movimento tem que ser pensado, é importante. E é um jogo muito pesado o que está sendo jogado”.

Ao longo de todo esse processo, da emissão da decisão do juiz às várias frentes de recurso e enfrentamentos que se abriram, foi ficando evidente que o embate e oposição Mauá *versus* Estado era mais complexo do que essa polarização sintetiza. Obviamente que muitos discursos e falas se constroem a partir desse antagonismo. Porém, o “Estado” não é um bloco monolítico como, aliás, buscamos demonstrar ao longo do trabalho e como também foi formulado por Aquino (2008):

Ficou claro que o Estado não pode ser tratado unicamente como centralizado em contraponto a outras unidades segmentares. O poder público, embora tenha segmentos e funções que poderiam ser tratados enquanto fixos e estáveis, segue, na verdade, princípios de segmentaridade no sentido de oposição e composição contínua, tanto entre seus segmentos como em relação a segmentos externos, como os movimentos de moradia. [...] A relação não é pautada unicamente por uma oposição binária e marcada por conflitos, (AQUINO, 2008, p. 171-172).

E mesmo dentro da própria gestão Doria, tida eminentemente como negativa (especialmente na figura do prefeito), existiam nuances: havia aqueles opositores abertos e declarados, mas também parceiros consistentes e antigos, como também aliados provisórios e táticos. O jogo de alianças e de confrontos se dá de forma situacional, se faz e refaz a cada nova situação e decisão. E isso se pode observar em relação à gestão municipal com os secretários, técnicos e funcionários do poder público municipal, mas também em relação aos policiais e oficiais de justiça ao longo das negociações; nas tentativas de conversa com os vereadores na Câmara e outros políticos; nas intervenções de promotores (sobretudo, da área de Habitação e Urbanismo) e defensores públicos (mesmo que com esses últimos, encontrou-se, permanentemente, apoio). Mesmo a posição dos proprietários parecia oscilar: ora mais intransigentes, ora dispostos a negociar, ceder. Apenas no mais determinante a oposição foi sempre fixa, estável, dura: o desembargador Simões de Vergueiro, representando o Tribunal de Justiça de São Paulo, e os juízes que tomaram as decisões. Ali não havia margem de manobra, flexibilidade ou conversa. E pior: não havia meios e outras formas de chegar até eles para tentar uma conversa e mediação. Nesse ponto, os termos da luta foram constantes e rígidos: era *nós* contra *eles*.

Do lado do *nós*, evidentemente, a construção da unidade é um caminho bem menos tortuoso e conflitivo, mas ela nunca é plena e completa; no sentido de que é um processo, um trabalho e esforço constantes e permanentes, que não se dão isentos de tensão e atritos, como já discutimos também. E isso em vários níveis diferentes: em relação à própria ocupação e seus moradores que buscam manter, por meio da coordenação, sobretudo, um estado de mobilização permanente. Há nos discursos o objetivo de animar, de se manterem atentos e unidos, de construir uma disposição de enfrentamento intensa. Praticamente, em toda assembleia os coordenadores da Mauá e coordenadores de outros movimentos de moradia dirigiam grande parte de suas falas para se referir àqueles que querem “pular fora” e, por essa razão, chamados por alguns de “pipoca”. É dito que para aqueles que na “hora que o bicho pega” correm, “a porta está aberta”, “podem ir”, mas que assim que passarem por ela, “ela não se abrirá mais”. E que “na hora da conquista” não adianta vir bater pedindo para voltar.

Neti, inclusive, em uma assembleia usou uma construção muito boa (reveladora, inclusive, de muitos aspectos ligados à vida na ocupação e no movimento) para tratar desses que estavam se arrumando para ir embora. Ela iniciou comentando que viu, durante o final de semana anterior, um monte de caixa vazia de papelão e plástico bolha chegando, referindo-se às pessoas que utilizariam esse material para embalar seus pertences para sair. Em um tom levemente irônico, comentou que ficava feliz de ver como o movimento de moradia impactava positivamente a vida das pessoas, afinal todos entraram com “um saco preto, isso é fato” na ocupação, querendo justamente destacar a evolução do saco preto para o papelão e plástico bolha como uma imagem que concretiza a melhora de condições de vida dessas pessoas. Carmen, da ocupação Hotel Cambridge, mais tarde ainda na mesma assembleia, retomou a fala de Neti para afirmar que o problema não estava na evolução do saco preto para o plástico bolha, mas que ao sair nesse momento os moradores negavam sua história; e “ao negar sua história matam a referência”. Por isso, conclamava os moradores a permanecer juntos. O apoio externo, dizia ela, era fundamental, mas o incentivo deveria vir deles, de dentro, dos moradores; seria esse incentivo que empenharia os apoiadores, e não o contrário. A unidade e empenho seriam determinantes, segundo ela.

Com isso, constata-se que a organização e ânimo dos moradores da própria ocupação não são imediatos, exigem trabalho, esforços e estímulos. No mesmo sentido, mas de outras formas e intensidade, a aliança com os outros movimentos de moradia

também deve ser trabalhada e construída. As lideranças procuram deixar de lado, se houver e se for o caso, quaisquer indisposições e discordâncias para se aproximar e construir uma frente de solidariedade e resistência frente à ameaça maior. Pela história e importância da Mauá, os discursos e demonstrações de apoio eram contundentes: existe uma crença de que se a reintegração de posse da Mauá se efetivar, isso abrirá precedentes e o caminho para que muitas e muitas outras aconteçam. É uma peça – simbólica, com dez anos de história, importante – que se cair, pode derrubar muitas outras. Foi nessa linha, então, que o grito anteriormente formulado de “Mexeu com uma, mexeu com todas!” se recompôs em “Mexeu com a Mauá, mexeu com todas!”, recriado durante uma das assembleias de moradores e apoiadores nesse período.

De forma mais simples, os apoios de outras entidades, associações e coletivos externos ao universo da moradia vêm de forma mais “leve” e espontânea, também pelo reconhecimento da importância e dimensão da Mauá. Representantes de outros movimentos como a CMP (Central de Movimentos Populares), do coletivo “A Craco Resiste” (que, a partir da experiência do seu trabalho, ajudou a gravar vídeos e materiais para divulgação), Jornalistas Livres (que passaram a auxiliar na tarefa de comunicação nos diversos meios), pessoal do Teatro Faroeste, localizado na Luz também, coletivos de mídias variados, como Alma Preta e muitos outros que foram se somando nas assembleias semanais que se sucediam. Durante esse tempo, reportagens¹²² também foram realizadas pelos programas *Profissão Repórter*¹²³ da Rede Globo, portal virtual UOL, jornal *Folha de S. Paulo*, rede TVT (TV dos Trabalhadores), entre outros, com uma variação de ênfase e tom a depender da visão dos donos, anunciantes e público-alvo desses meios de comunicação.

Uma das formas de organizar e dar visibilidade para o que estava acontecendo na ocupação, angariar e fortalecer a rede de apoios ocorreu ao redor da campanha de coleta de assinaturas para o manifesto pela Mauá exigindo a suspensão da reintegração de posse, assim como de recebimento de vídeos, mensagens e depoimentos de solidariedade. A campanha foi lançada “oficialmente” no Al Janiah, restaurante, bar e centro cultural palestinos, em um evento contando com a participação de Neti, Nelson e

---

¹²² Inclusive, internacionais: <https://www.theguardian.com/world/2017/sep/30/driven-by-poverty-squatters-occupied-a-derelict-sao-paulo-hotel-now-they-face-eviction>. Acessado em 18 de outubro de 2017.

¹²³ <http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2017/11/movimentos-sociais-por-moradia-ocupam-terrenos-e-predios-em-sp.html>. Acessado em 8 de novembro de 2017.

Raquel Rolnik, nesse já consolidado como importante espaço cultural, político e gastronômico da cidade que articula e organiza eventos, coletivos e frentes diversos, ele próprio fruto, entre outros arranjos também, de articulações que nasceram a partir de outra ocupação, Leila Khaled, na Liberdade. Por meio dessa campanha mensagens de artistas, de figuras importantes do urbanismo, de entidades e associações das mais diversas áreas foram recebidas e divulgadas, e seguiam ocorrendo. Apenas para citar alguns: Emicida (que visitou, inclusive, a Mauá quando recebeu a notícia para saber como a situação estava e o que mais poderia fazer para apoiar), KL Jay, dos Racionais MC's, Criolo, o rapper Dexter, a diretora Eliane Caffé, a cartunista Laerte, as professoras e urbanistas Raquel Rolnik e Ermínia Maricato, entre muitos outros. Em uma semana de campanha, as assinaturas ultrapassaram o número de mil.

Fora essas, outras ações¹²⁴ e apoios vieram surgindo e se construindo a partir do acionamento, fortalecimento e ampliação da rede de contatos que gravita ao redor da Mauá e que, nesse momento de maior ameaça que é o da reintegração de posse, intensifica-se em sua maior potência, em várias direções e escalas, de forma muito ramificada e pujante. Nunca é demais lembrar que esses acontecimentos e apoios não são “inéditos” ou exclusivos da Mauá; como já afirmamos algumas vezes ao longo deste trabalho essas ações e dinâmicas costumam ocorrer, geralmente, nos momentos de ameaça de reintegração de posse – em outros momentos também, mas nunca de forma tão intensa e ampla como nessas situações mais drásticas de ameaça iminente.

Também a página do Facebook “Comunidade Mauá” há muito tempo parada voltou à ativa com muita intensidade. A partir de um coletivo que conta com a participação de moradores e apoiadores externos, ligados à área de mídias, mas não só, a página foi reanimada com divulgação de conteúdo produzido, como vídeos, informes, fotos e depoimentos, a divulgação do manifesto e das manifestações de apoio, entre muitas outras postagens, que constituíram a página tanto como uma ferramenta

---

¹²⁴ Alguns eventos, como festas, debates, e outras atividades, que não tinham espaço definido ou aconteceriam em outro lugar se ofereceram para ocorrer na ocupação como forma de apoio e solidariedade. Eventos externos sobre a questão também foram organizados. Por exemplo, uma atividade para debater a Mauá foi marcada para ocorrer em setembro no auditório da Geografia da USP com a participação de Neti, Nelson, Dito e as professoras Vera Telles e Isabel Alvarez. Também: a rede católica inglesa CAFOD, via contato da ONG APOIO, se envolveu e participou ativamente na campanha pela Mauá, postando fotos e vídeos de apoio. Eles organizaram uma petição internacional que coletou mais de 4.000 assinaturas exigindo a suspensão da reintegração de posse. A petição foi enviada para o prefeito João Doria, para o secretário municipal de Habitação, para o desembargador Simões de Vergueiro e para o juiz Carlos Eduardo Borges Fantacini.

estratégica de comunicação quanto como um rico espaço de registro e armazenamento do material e movimentações criados ao longo dessas semanas.

De forma difusa, não centralizada, dinâmica e quase espontânea, ações foram orquestradas, eventos preparados, brotaram e proliferaram vídeos, fotos, *hashtags* a partir da miríade de apoiadores externos (vindos das mais variadas áreas de atuação, formação e experiência). De forma também capilarizada, diversas pessoas vieram intervindo em diferentes espaços e eventos para levar informes da situação da Mauá em aulas públicas, em espaços de militância e coletivos variados, em reuniões institucionais, como da prefeitura, do Ministério Público, da Ouvidoria da Defensoria Pública, entre outras. De sua criatividade, empenho e fôlego as coisas foram sendo organizadas dispersa e rapidamente – muitas delas nem passando pela aprovação e conhecimento da coordenação, mesmo que existisse o consenso e comprometimento de todos em partilhar o que estava sendo feito com as lideranças da Mauá e com os demais grupos que se constelavam. Tudo acontecendo na velocidade e ritmo da multiplicação de grupos de *whatsapp* e suas mensagens. Ao longo desse processo de fortalecimento e ampliação dos apoios foram ocorrendo cruzamentos e sobreposições da rede construída – e em permanente construção – a partir da Mauá a outras, já existentes e espalhadas pela cidade, realizando composições e produzindo novos arranjos e relações, estendendo e densificando a cartografia social, política e urbana da cidade.

A última assembleia que esta pesquisa registrou se deu na primeira semana de setembro de 2017 e consistiu no relato da reunião realizada, naquela mesma semana, no 7º Batalhão da Polícia Militar. Antes de qualquer outro informe ou fala de apoiadores, naquela noite, Neti começou, direto, pela leitura de toda a ata da reunião no batalhão. Enquanto ela lia o que fora registrado, sua voz ecoava solitária, amplificada pela caixa de som do microfone em meio ao silêncio e atenção profundos, solenes da multidão. Diferente de muitas outras assembleias, nada de risadas e dispersões; a atenção, os olhares e ouvidos eram totais para aquilo que era lido. Ao final, após alguns segundos em que todos permaneceram calados, Neti perguntou alto “entenderam?”, ao que todos responderam com um longo “sim”. Mesmo com os termos jurídicos que complicavam a compreensão, a mensagem, o principal, o importante estava claro: no dia 22 de outubro

de 2017, às seis horas da manhã de um domingo, estava marcada a reintegração de posse da ocupação Mauá.

Neti então passou a detalhar a reunião. Fora dura, tensa; de início, queriam barrar sua participação, “apenas quatro pessoas” poderiam subir. Depois de muita insistência, sua entrada fora liberada. Descreveu a mesa de negociação, em uma ponta o major responsável pela operação, na outra a oficial de justiça. Neti, Nelson e os advogados. Os representantes convidados: Conselho Tutelar da Sé, responsável pela situação das crianças, CET, responsável pelo trânsito, CPTM, responsável pelos trilhos, representante da Sehab, a defensora pública da área de Habitação e Urbanismo. Neti comentou para a assembleia: “Até a CPTM! Para parar os trens! Bom, se eles não pararem a gente para!”. No batalhão, abriram-se espaço para falas, Neti e Nelson reafirmaram a disposição de permanecer até o fim no prédio. Lembraram que ele estava completamente abandonado e os moradores deram vida àquele lugar. Falaram da preocupação com as 182 crianças que lá viviam e estudavam por ali, familiarizadas já com o entorno.

Em seguida, veio o primeiro confronto: a data; fora, inicialmente, agendada para o dia 8 de outubro. A representante da Sehab informou que estava havendo negociação com os proprietários sobre a compra do prédio, reabertas na nova gestão, por isso pedia um prazo suficiente para que as negociações fossem concluídas. Ela ainda declarou que a Mauá era uma ocupação que se diferenciava das outras, era uma ocupação antiga. A defensora pública se manifestou contra a realização da reintegração durante o final de semana: não haveria plantões nesse dia na Justiça, quando eles poderiam ainda recorrer na tentativa de impedir o cumprimento da ação até o fim; não haveria pessoas na defensoria pública trabalhando, assistentes sociais, conselho tutelar, mesmo nos hospitais é mais difícil o atendimento durante o final de semana. Ela pedia que o dia para a operação, se ela tivesse que ocorrer, fosse durante a semana, em dia útil. A representante do CET retrucou dizendo que se não ocorresse no final de semana a ação geraria “um impacto muito grande no trânsito da região”. A conselheira tutelar se colocou também contrária à data de reintegração de posse da Polícia Militar para uma ocupação de mais de dez anos, e que acompanhava o processo para dar apoio às crianças, mas que em um final de semana o Conselho Tutelar não acompanharia a operação. Ao fim da discussão, a data foi prorrogada do dia 8 para o dia 22/10, mas, mesmo assim, a ação permanecia mantida, inclusive, no domingo.

Depois do relato de Neti, na assembleia, foi a vez dos advogados, Luciana e Dito, falarem. O objetivo, a meta, o pedido principal da ocupação deveria ser pelo recolhimento do mandado de reintegração de posse, que já estava nas mãos da oficial de justiça. Enquanto esse mandado estivesse em suas mãos, “há risco”. E para recolher, só com uma decisão do juiz. Como diria Carmen, do Cambridge, mais tarde nessa mesma assembleia, “quem tem a caneta e a sentença de morte é o juiz”. E mesmo aqueles que pensavam escapar da “morte” deixando antes a ocupação, não adiantava “porque mesmo saindo com plástico bolha é sentença de morte”.

Para alguma mudança, fora aquilo que estava sendo feito, apenas algum fato novo. A negociação com os proprietários poderia ser esse “fato novo” com chances de alterar os rumos das coisas caso a compra do imóvel se realizasse. Por essa razão, os encaminhamentos eram: esperar até a próxima semana para ter notícias da Secretaria de Habitação sobre a evolução das conversas com os proprietários. Ainda, para a próxima quinta-feira era aguardada a visita das comissões de Direitos Humanos da Câmara Federal e do Senado em uma diligência ao município de São Paulo para apurar denúncias de violações de direitos humanos contra populações em situação de rua, em um momento, e que vivem em ocupações, em outro. A reunião de escuta para os moradores de ocupações fora marcada para acontecer na Mauá, como forma, inclusive, de dar amplitude aos acontecimentos recentes, buscando envolver os congressistas. Também seria pedido para que eles tentassem contatar o juiz da 26ª Vara. Perguntou-se para os presentes se poderiam então marcar a próxima assembleia, da semana seguinte, na quinta-feira ao invés da já tradicional quarta-feira para aproveitar a presença dos políticos e contar com sua participação, inclusive, na assembleia de moradores e apoiadores da Mauá, o que foi aceito.

Para encerrar, Neti falou “não fiquem tristes. Ainda não acabou!”, antes de puxar os gritos, que na sua voz e com sua cabeleira-juba preta soam como rugidos de uma leoa: “Mexeu com a Mauá, mexeu com todas!”. “Para animar”, Nelson colocou *Admirável Gado Novo*, na voz de Zé Ramalho, para tocar enquanto as pessoas esvaziavam, aos poucos, o pátio.

Em um dia conversando, a advogada Rosângela me relatou um diálogo que teve em uma das reuniões com o pessoal da Cohab: ela perguntara se eles se lembravam do

Pinheirinho [ocupação de terreno em São José dos Campos – SP onde ocorreu uma violenta reintegração de posse, em 2012] e emendou: “Com a Mauá, vai ser muito, muito pior. A Mauá é grande, mais bem organizada e relacionada. Ela tem contatos e respeitabilidade internacionais. Não pensem que vai ser fácil fazer isso [terminar com uma ocupação de dez anos], que vocês vão poder fazer isso numa boa. O barulho vai dar para ouvir daqui”. Em seguida, depois desse relato, perguntei qual das duas frentes [reintegração de posse e retirada do depósito da Cohab] era pior, “tudo com a Mauá é pior. Enquanto tiver aquele Simões de Vergueiro nada passa. Você viu como é o funcionamento...”. Depois de alguns segundos de silêncio, ela proferiu: “É o início do fim do mundo, o apocalipse. Já estamos nele, já começou. Há muito ódio no mundo”. Mesmo assim, a advogada, resiliente e mística, não desiste; luta com suas forças, junto de muitas e muitas outras pessoas, para impedir que a “guerra do fim do mundo” chegue à rua Mauá.

Os eventos não param de ocorrer e se acumular e se planejar naquele espaço que tem um histórico e talento imensos para a criação. Mais uma vez, para retomar os termos de Dito, o “quartel-general da resistência” teve que se armar. Muitos moradores e pessoas com quem converso costumam me dizer “vai ser uma tragédia!”, “se acontecer, vai ser uma guerra!”, “se acontecer, vai ter morte!”. Conversando em um fim de tarde na calçada em frente à Mauá com um jovem que mora lá desde o início – tinha 7 anos quando chegou, atualmente tem 17 – ele me falou que no dia que a polícia chegar e “o bicho pegar” faz questão de estar na ocupação, mesmo com os apelos que seus pais já têm feito para que ele não fique e saía antes acompanhando seus irmãos mais novos. Mas ele, muito sério, afirmou que não tem chance dele não estar na ocupação nesse dia. Disse que vai estar no telhado, pronto para jogar pedras. Espero, realmente, que não tenhamos que chegar nesse ponto, ver esse dia chegar. Que – mais uma vez – essa Canudos de concreto, pintada de branco e vermelho, no coração da Luz, na cidade de São Paulo, não venha a cair. Ela resiste, ela persiste, vida longa à Mauá!

* * *

Imagens do sarau “Okupa, Mauá, Okupa”, realizado no dia 24 de junho de 2017.

Jornalistas fazem reportagem sobre a ocupação e a reintegração de posse¹²⁵. Ao lado, cartaz convidando para o “culto em ação de graça” pela Mauá por conta da reintegração de posse.

Conforme a notícia da reintegração se espalhava, novas demonstrações de apoio surgiam. À direita, vemos a “chegada” do “Saci urbano”, pintado na parede ao lado da porta de entrada da ocupação, para quem vem da rua. À esquerda, cartaz na portaria avisa os moradores do que será tratado na assembleia.

¹²⁵ <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/13/em-meio-a-disputa-juridica-180-criancas-nao-sabem-se-vaio-acordar-sob-um-teto-em-sp.htm>. Acessado em 8 de setembro de 2017.

Foto de uma das assembleias de moradores e apoiadores realizada no pátio da ocupação. Créditos da foto: Gleyse Santa Brígida.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Elenira A. **Teia de relações da ocupação Prestes Maia**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

AGIER, Michel. **Campement urbain: du refuge naît le ghetto**. Paris : Éditions Payot & Rivages, 2013.

AGIER, Michel. **Anthropologie de la ville**. Paris: PUF, 2015.

AMORE, Caio S. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: AMORE, Caio S., SHIMBO, Lúcia Z., RUFINO, Maria Beatriz C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade? – Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

AQUINO, Carlos F. **A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, 2008.

AQUINO, Carlos F. **A luta está no sangue: família, política e movimentos de moradia em São Paulo**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BLOCH, Janaína Aliano. **O direito à moradia – um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: o caso de São Paulo**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1994.

BRENNER, Neil. Theses on Urbanization, **Public Culture**, v. 25, n. 1, p.85-114, 2013.

BIRMAN, Patricia. Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns. In: BIRMAN, Patricia, LEITE, Márcia P., MACHADO, Carly, CARNEIRO, Sandra de Sá (Orgs.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

BRITO, Juliana Gomes Machado. **Copa pra quem? Estado de exceção e resistências em torno da Copa do Mundo 2014**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CAFFÉ, Carla. **Era o Hotel Cambridge: arquitetura, cinema e educação**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

CALDEIRA, Teresa. **A cidade dos muros**. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARDOSO, Adauto L., MELLO, Irene Q., JAENISCH, Samuel T. A implementação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: agentes, processos e contradições. In: AMORE, Caio S., SHIMBO, Lúcia Z., RUFINO, Maria Beatriz C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade? – Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

CAVALCANTI, Gustavo Carneiro. **Uma concessão ao passado – Trajetórias da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DAS, Venna. The signature of the State: the paradox of illegibility. In: DAS, Venna & POOLE, Deborah (Orgs.). **Anthropology in the margins of the State. School of American Research Press**, Santa Fe, p. 162-183, 2004.

DAS, Venna & POOLE, Deborah. Introduction: State and Its Margins: Comparative Ethnographies. In: DAS, Venna & POOLE, Deborah (Orgs.). **Anthropology in the margins of the State. School of American Research Press**, Santa Fe, p. 3-33, 2004.

CEFAI, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas**, vol. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

FELTRAN, Gabriel de S. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo**. São Paulo: Humanitas, 2005.

FERNANDES, Adriana. **Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FERNANDES, Adriana. Dois agenciamentos e uma ocupação de moradia. In: BIRMAN, Patricia, LEITE, Márcia P., MACHADO, Carly, CARNEIRO, Sandra de Sá (Orgs.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

FIX, Mariana, Wisnik, Guilherme, LEITE, José G., ANDRADE, Julia P., ARANTES, Pedro. **Notas sobre a Sala São Paulo e a nova fronteira urbana da cultura**, 2000. Disponível em: http://fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/fix_salasaopaulo.pdf.

FÓRUM CENTRO VIVO. **Violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas**. Dossiê de denúncia. São Paulo, 2006.

FRÚGOLI JR, Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Edusp, 2000.

FRÚGOLI JR, Heitor; SKLAIR, Jessica. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. **Cuadernos de Antropologia Social**, n. 30, p.119-136, 2009.

GATTI, Simone. **Entre a permanência e o deslocamento: ZEIS 3 como instrumento para a manutenção da população de baixa renda em áreas centrais**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOYLER, Telma; REQUENA, Carolina; SARAIVA, Camila. Interação e segregação: centro, periferia e residenciais fechados. In: MARQUES, Eduardo (Org.). **A metrópole de São Paulo no século XXI**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

KOHARA, Luiz. **As contribuições dos movimentos de moradia do centro para as políticas habitacionais e para o desenvolvimento urbano do centro da cidade de São Paulo**. Relatório Científico final de projeto de pós-doutorado. São Paulo, FAFESP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2013.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

KOWARICK, Lúcio. Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas. **Lua Nova**, São Paulo, 70: p. 171-211, 2007.

KOWARICK, Lúcio; BONDUKI, Nabil. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, Lúcio (Orgs.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 147-180, 1994.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desse tema?. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org). **Vida sob cerco – violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.

MALLART, Fábio; RUI, Taniele. **No coração da metrópole: a Cracolândia, um potente conector urbano**. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=1963>

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MARQUES, Eduardo; SARAIVA, Camila. As políticas de habitação social, a segregação e as desigualdades sociais na cidade. In: CAMPOS, Haroldo, MARQUES, Eduardo (Orgs.). **Segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Editora Senac, 2005.

MARQUES, Eduardo; REQUENA, Carolina. Trajetórias demográficas diversas e heterogeneidades. In: MARQUES, Eduardo (Org.). **A metrópole de São Paulo no século XXI**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

MENDES, Alexandre F. **Direito à cidade no horizonte pós-fordista**. Lugar Comum, n. 27, 2009. Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/112203120918Lugar%20Comum_27_completa.pdf

NASCIMENTO, Denise M., COSTA, Heloisa S., MENDONÇA, Jupira G., LOPES, Marcela S., LAMOUNIER, Rosamônica, SALOMÃO, Thais, SOARES, André. Programa Minha Casa Minha Vida: desafios e avanços na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: AMORE, Caio S., SHIMBO, Lúcia Z., RUFINO, Maria Beatriz C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade? – Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de moradia e sem-teto em São Paulo: experiências no contexto do desmanche**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

NASSER, Marina Mattar S. **No labirinto: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NEUHOLD, Roberta dos R. **Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PATERNIANI, Stella Zagatto. **Morar e viver na luta – movimentos de moradia, fabulação e política em São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2016.

PEREIRA, Olivia M. **Lutas urbanas por moradia. O centro de São Paulo**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.

RAMOS, Diane H. **A guerra dos lugares nas ocupações de edifícios abandonados do centro**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de Escalas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

RIZEK, Cibele S., AMORE, Caio S., CAMARGO, Camila M. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa Minha Casa Minha Vida “entidades”. **Caderno CRH**, v. 27, n. 72, p. 531-546, 2014.

RIZEK, Cibele S., AMORE, Caio S., CAMARGO, Camila M., CASTRO, Andrea Q., PEREIRA, Rafael B., RODRIGUES, Daniele P., PEREIRA, Marina P. Viver na cidade, fazer cidade, esperar cidade. Inserções urbanas e o PMCMV-Entidades: incursões etnográficas. In: AMORE, Caio S., SHIMBO, Lúcia Z., RUFINO, Maria Beatriz C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade? – Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

RODRIGUES, Evaniza L. **A estratégia fundiária dos movimentos populares na produção autogestionária da moradia**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ROLNIK, Raquel et al. **Região da Luz em Disputa: mapeamento dos processos em curso**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://observasp.wordpress.com/2017/06/09/regiao-da-luz-em-disputa-mapeamento-dos-processos-em-curso/>

ROLNIK, Raquel. A democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos**, v.11, n. 2, 2009.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares – A colonização da terra e da moradia nas eras das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUFINO, Maria Beatriz C. Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos. In: AMORE, Caio S., SHIMBO, Lúcia Z., RUFINO, Maria Beatriz C. (Orgs.). **Minha casa... e a cidade? – Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SÃO PAULO. Câmara Municipal. **Comissão de estudos sobre habitação na área central: relatório final**. São Paulo: 2001. Disponível em: http://www1.camara.sp.gov.br/central_de_arquivos/vereadores/CE-habita%C3%A7%C3%A3o.pdf

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SHIMBO, Lúcia Z. **Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SOUZA, Felipe Francisco de. **A batalha pelo Centro de São Paulo – Santa Ifigênia, concessão urbanística e Nova Luz**. São Paulo: Paulo's Editora, 2011.

TATAGIBA, Luciana. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas: o caso do movimento de moradia de São Paulo: Primeiras Reflexões. **Colômbia Internacional**, n.17, p. 63-83, 2010.

TELLES, Vera. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas**, v. 2, n. 5-6, p. 97-126, 2009.

TELLES, Vera. (2010), **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal**. Belo Horizonte, Argumentum.

TELLES, Vera. Fronteiras da lei como campo de disputa: notas inconclusas a partir de um percurso de pesquisa. In: BIRMAN, Patricia, LEITE, Márcia P., MACHADO, Carly, CARNEIRO, Sandra de Sá (Orgs.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

TELLES, Vera, ALVES, Eliane. Territórios em disputa: a produção do espaço em ato. In: TELLES, Vera, CABANNES, Robert. **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006.

TELLES, Vera, CABANNES, Robert. **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006.

TELLES, Vera, HIRATA, Daniel. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 173-191, 2007.

TELLES, Vera et al. A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea: a experiência paulista. Projeto Temático – Fapesp, 2013.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia, MARICATO, Ermínia, VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1998.

ANEXOS

[Carta elaborada pelos movimentos de moradia organizados a partir da Mauá sobre os acontecimentos na área da chamada “cracolândia”]

Doria: Porto Seguro do capital imobiliário

No domingo, 21 de maio, uma brutal operação policial foi feita pelo prefeito João Doria em conluio com o governador Alckmin, na região conhecida como Cracolândia. Centenas de policiais invadiram o local agredindo, prendendo, expulsando, ferindo. Apenas ação de repressão desrespeitando os trabalhos de saúde e de assistência social ali desenvolvidos. Nos dias seguintes, casas e comércios foram concretados, impedindo as pessoas de entrarem em seus imóveis. Como acreditar em alguém que se diz preocupado com a saúde das pessoas, mas derruba um imóvel com gente dentro ou interna pessoas à força contra sua vontade?!

Uma coisa importante que precisa ser lembrada é que todas essas pessoas atacadas por essa ação violenta do Estado são *moradoras* da região. São famílias, trabalhadores e gente pobre que moram, trabalham e circulam na região e que precisam ter seu **direito à moradia e de ir e vir** respeitados! Doria e Alckmin querem fazer um Porto Seguro da especulação imobiliária no coração da cidade. **Não vamos permitir!**

A demolição dos imóveis e venda desses terrenos vai gerar muito dinheiro para prefeitura e para as empresas amigas do prefeito, como já aconteceu antes naquela região, quando casas foram demolidas e pessoas expulsas sem receber nenhuma indenização! Doria prometeu construir moradia popular feita com parcerias público-privadas (PPPs), mas os atuais moradores da região vão ter condições de pagar para morar ali? Doria e Alckmin querem expulsar os pobres do centro e ganhar dinheiro com isso. **Os pobres têm direito de morar no centro!**

Por isso, os movimentos de moradia atuantes na região da Luz são solidários a todas as pessoas atingidas e mantêm abertos os braços que o prefeito e o governador querem fechar a todo custo. Os movimentos de moradia da região estão acostumados a enfrentar essa violência do Estado e por isso se juntam nessa **luta pela dignidade humana!**

Em qualquer parte da cidade, onde os tentáculos privatizadores de Doria baterem e demolirem uma casa, nós, movimentos organizados de moradia, ajudaremos a reconstruir e resistir! **Fora Doria! Fora Alckmin! Em defesa da moradia contra a especulação imobiliária!**

Doria escória, o pior prefeito da história!

Assinam:

CMP	MMLJ	MSTC	Associação Esperança da Paz	MMPT
FLM	MMRC	ULCM	Moradores da região da Cracolândia	AVBC
UMM	Ocupação Princesa Isabel	A Craco Resiste		CONEN-SP

ELEIÇÃO

PARA O CONSELHO GESTOR QUADRAS 37 E 38 - CAMPOS ELÍSEOS

Conheça e escolha o seu candidato!

MORADORES

ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES

PROPRIETÁRIOS

Mais informações:
www.prefeitura.sp.gov.br/habitacao

**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
HABITAÇÃO

A **ocupação Mauá** existe há mais de **dez anos** na região da Luz. O prédio, um antigo hotel, estava abandonado e fechado acumulando lixo e dívidas de imposto. A dívida de IPTU dos proprietários está hoje em torno de R\$ 5 milhões, dinheiro que deixou de ser investido em saúde, educação, habitação ou transporte na cidade.

Desde março de 2007, **237 famílias** trabalhadoras e de bem moram nesse lugar dando função social e vida a esse imóvel que estava vazio. Famílias, crianças, gestantes, idosos, pessoas com necessidades especiais que vivem aqui, trabalham, estudam, compram e consomem produtos e serviços na região.

A Mauá realiza **diversas atividades**: para crianças, escola para jovens e adultos, festas e saraus, gravações de filmes e clipes musicais, realizações de pesquisas acadêmicas.

Em junho de 2017, recebemos uma ordem de reintegração de posse, com até 60 dias para sair. **Mas para onde?**

Já existe um **depósito de mais de R\$ 12 milhões** para a compra do imóvel e um **processo de desapropriação** em andamento. Um perito da justiça supervalorizou o imóvel no valor de R\$ 25 milhões sendo que os proprietários pediam R\$ 18 milhões. **Esse perito avaliou esse valor sem sequer entrar no prédio!** Esse laudo do perito já foi inclusive reprovado pelo poder público.

Assim, exigimos **a suspensão da reintegração de posse**, um novo laudo, a desapropriação do imóvel, e **exigimos moradia digna com qualidade de vida!**

Queremos a reforma desse imóvel para continuar vivendo nele!

A organização e a resistência dos moradores transformaram a Mauá em um dos mais importantes símbolos de resistência à especulação imobiliária da cidade. Continuamos na luta!

Assine nosso manifesto e nos ajude!

Quem não luta tá morto!

#ficamaua #MauaResiste

Comunidade Mauá